

Pesquisa Nacional de Vitimização

Questionário SENASP



Maio de 2013

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	4
1.1 Parceria Datafolha/Crisp/SENASP.....	7
2. INTRODUÇÃO	10
2.1. Fontes oficiais de criminalidade no Brasil e a importância das pesquisas de vitimização	10
3. PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO	16
3.1. Levantamento histórico, metodologia e utilização	16
3.2. Pesquisas Internacionais de Vitimização.....	16
3.3. Pesquisas de Vitimização no Brasil	23
3.4. Comparação entre Pesquisas.....	27
4. NOTAS TÉCNICAS	38
4.1. Universo pesquisado.....	38
4.2. Definição Metodológica.....	39
4.3. Plano amostral.....	41
4.4. Mapeamento dos municípios amostrados	44
4.5. Ponderação.....	50
5. Margem de Erro e Intervalo de Confiança (IC)	51
6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA	53
6.1 Perfil da amostra	53
6.2. Caracterização das rotineiras	62
6.3. Meios de transporte.....	64
7. MAPEAMENTO DOS CRIMES.....	66
7.1. Furto de veículos.....	66
7.2. Roubo de veículos	78
7.3 Furto de motocicletas e lambretas	89
7.4 Roubo de motocicletas e lambretas.....	100
7.5. Furto de objetos	111
7.6 Roubo de objetos.....	122
7.7 Sequestro	135
7.8 Fraude ou estelionato.....	150

7.9 Acidente de trânsito.....	162
7.10 Agressões e ameaças	175
7.11. Ofensa sexual	189
7.12 Discriminação.....	201
8. VITIMIZAÇÃO VICÁRIA	214
9. CARACTERIZAÇÃO DA VIZINHANÇA	216
9.1. Vizinhança e relacionamento com vizinhos.....	216
9.2. Imagem da vizinhança	221
9.3. Características da vizinhança	223
9.4. Avaliação de alguns serviços.....	229
9.5. Sensação de segurança	232
9.6. Percepção de criminalidade.....	239
9.7. Percepção de risco de vitimização.....	241
10. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	244
10.1. Contato com a polícia	244
10.2. Polícia Militar	246
10.3. Polícia Civil	252
11. MODELAGEM MULTIVARIADA DE ASSOCIAÇÃO	256
11.2. Análise de correspondência por tipos de crime	261
ANEXO 1.....	269
COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE VITIMIZAÇÃO	269
INDICADOR DE NECESSIDADE/DISPONIBILIDADE DA VIZINHANÇA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO	281

1. APRESENTAÇÃO

A primeira **Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)**, lançada agora pelo Ministério da Justiça, através da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, constitui-se em uma das mais importantes iniciativas na organização de informações para a segurança pública no Brasil. Reivindicação antiga de pesquisadores e gestores públicos, este volume apresenta o primeiro grande levantamento deste tipo em âmbito nacional, trazendo dados dos mais diversos aspectos relativos às vitimizações no país, bem como uma avaliação das polícias, instituições mais diretamente vinculadas ao problema da segurança pública.

Pesquisas desta natureza constituem-se no mais importante levantamento de dados acerca das condições reais de segurança da população. Elas buscam identificar, através dos crimes não comunicados às polícias, a real dimensão do agudo problema de nossa segurança pública. Desde a década de 1970, análises acadêmicas têm colocado em questão se os registros administrativos oriundos dos crimes contabilizados pelas polícias (militar, com atividade ostensiva, e civil, com atividade judicial) seriam as melhores fontes para a realização de uma contabilidade oficial de crimes¹. Agora, este levantamento demonstra, por exemplo, que somente algo entre 25% e 30% dos problemas chega ao conhecimento das autoridades.

Diferentemente dos registros oficiais, organizados prioritariamente para fins de gerenciamento do trabalho das instituições do sistema de justiça criminal, os *surveys* de vitimização são um instrumento de pesquisa elaborado com metodologia especificamente voltada para a mensuração das experiências de vitimização criminal da população pesquisada. Isso faz com que os *surveys* consigam revelar, com considerável dose de confiabilidade, as taxas de crimes que não se convertem em registros policiais e não chegam ao conhecimento de gestores públicos ou pesquisadores.

Além de conseguir compor um quadro bastante fiel da epidemiologia do crime (sua distribuição espacial, sua frequência e incidência), os *surveys* de vitimização também têm se mostrado capazes de mensurar uma grande diversidade de aspectos ligados à etiologia e ao contexto do fenômeno da criminalidade (aspectos relacionados ao perfil das vítimas, as rotinas e práticas que possivelmente se encontram correlacionadas às maiores taxas de vitimização). Além disso, como os *surveys* trabalham com um corpo metodológico já

¹ Para uma análise dos problemas relacionados à consistência dos registros administrativos que são utilizados para o computo da taxa nacional de homicídio doloso, ver Ribeiro (2012). Ver também Beato, 2012. Cap. "A Gestão de Informações em Segurança Pública". In Crime e Cidades 2012.

razoavelmente definido e consolidado, cria-se a possibilidade de padronização dessa forma de trabalho e a consequente realização de estudos comparativos metodologicamente válidos entre diferentes cidades, regiões e países.

Nesse contexto, o estudo que ora se apresenta tem como objetivo delinear, em linhas gerais, os números da vitimização por crime no Brasil, com especial ênfase em como esse fenômeno se estruturou ao longo do último ano. Para além de se mensurar a diferença existente entre os registros administrativos (oriundos das polícias) e o que ocorre na realidade (oriundo da coleta direta via *survey* de vitimização), essa nota de pesquisa apresenta em linhas gerais: (1) o perfil (em termos de sexo, idade, raça/cor e renda) de quem foi vítima dos crimes analisados alguma vez na vida; (2) as vitimizações que já sofreram pelas organizações policiais; (3) o grau de confiança que depositam nessas instituições; (4) o medo que possuem do crime e da violência e (5) as medidas/alterações de comportamento por eles apresentadas como forma de evitar a vitimização por crime. Com isso, espera-se, além de suprir uma lacuna de informações há muito existente sobre crimes no Brasil, apresentar a natureza dos dados coletados pela **1ª Pesquisa Nacional de Vitimização** e, dessa forma, incentivar seu uso tanto do ponto de vista acadêmico como do ponto de vista da produção de *policies papers*.

Esta pesquisa foi feita com um desenho amostral definido pelo Ministério de Justiça com base na população de Regiões de Vitimização, bem como com base em questionário já definido. Coube-nos o trabalho de campo e as análises dos dados daí resultantes.

Antes de proceder à apresentação dos resultados, algumas ressalvas metodológicas devem ser feitas para que a compreensão do significado dos números apresentados não seja comprometida. Primeiro, o fluxo de vitimização e registro à polícia foram apresentados no formato de figura para que seja possível compreender as seleções feitas para cálculo do percentual final. Por exemplo, as questões sobre roubo e furto de carros, caminhões e caminhonetes foram apresentadas apenas àqueles indivíduos que declararam possuírem ou já terem possuído um veículo e, por isso, o N inicial é distinto de crimes como agressão ou ofensa sexual.

Segundo, as razões para registro ou não do crime na polícia não coincidem com o quantitativo de pessoas que responderam afirmativamente ou negativamente à questão sobre procura da polícia após a vitimização, porque uma mesma pessoa poderia reportar duas ou mais razões como determinantes do registro do delito.

Por fim, foram feitas algumas mensurações a respeito do sentimento de segurança, medo do crime e, ainda, das mudanças de hábitos que o medo do crime e o sentimento de

insegurança podem ocasionar. Essas questões eram distintas das anteriores porque não estavam relacionadas à vitimização propriamente dita, ainda que tenhamos conhecimento de que esses dois fenômenos podem ter ligação direta². De maneira geral, em cada uma das temáticas listadas foram abordados os itens abaixo discriminados.

² Para uma discussão sobre as relações existentes entre vitimização por crime, medo da violência e mudança de comportamento em razão desses fenômenos, ver Borges (2011).

1.1 Parceria Datafolha/Crisp/SENASP

O projeto Pesquisa Nacional de Vitimização uniu a experiência e os esforços técnicos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Instituto de Pesquisas Datafolha e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), a partir de iniciativa pioneira da Senasp / Ministério da Justiça voltada à realização da primeira experiência desta natureza no Brasil.

A opção pela realização da Pesquisa Nacional de Vitimização no Brasil sinaliza o papel estratégico do conhecimento na elaboração e na implementação de políticas públicas mais eficazes na área da Segurança Pública do Brasil. Nesse sentido, considera-se a Pesquisa de Vitimização de caráter estratégico para a formulação de políticas de segurança pública, já que é instrumento internacionalmente utilizado para capturar a cifra oculta da criminalidade (subnotificações) que não são conhecidas pelos dados oficiais registrados pelas polícias. Constitui-se em fonte complementar, portanto, do Sistema Nacional e Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), que está sendo implementado pela SENASP.

O projeto da pesquisa foi lançado pela Senasp/MJ, e seu processo de concepção e realização contou com a participação e acompanhamento do Conselho Consultivo da Pesquisa Nacional de Vitimização, criado pela Portaria nº 13 de 11 de Julho de 2008 e modificado pela Portaria nº 12 de 14 de abril de 2010 e Portaria nº 14 de 16 de maio de 2011.

Para realização da pesquisa foi contratado o Instituto Datafolha, que por sua vez estabeleceu parceria com o Crisp.

Criado em 1983, o Datafolha surgiu como base de planejamento e fonte de conteúdo para o Grupo Folha da Manhã e seus produtos e serviços. Desde sua criação, sob os reflexos do cenário de redemocratização do país, sua atuação se fundamenta no desenvolvimento contínuo de métodos e técnicas que visam refletir com precisão e fidelidade a opinião pública no Brasil.

Para o instituto e seus mantenedores, a pesquisa é ferramenta essencial, que potencializa e dinamiza a relação entre sociedade e Estado. O desafio de atender a essa demanda, aliando rigor científico à agilidade jornalística, exigiu ao longo de sua história parcerias com o universo acadêmico, característica que figura como um dos principais diferenciais do Datafolha.

Nesse trajeto, o instituto conduziu levantamentos que resultaram em dossiês temáticos (“Idosos Brasileiros”, “Racismo”, “Família Brasileira I e II”, “Perfil dos Sem-Terra”, “Trabalho Infantil” etc); séries históricas sobre temas de interesse social (“Pena de Morte”, “Principal Problema da Cidade de São Paulo”); avaliações de governo; e prognósticos eleitorais, entre outras centenas de projetos tornados públicos para a sociedade brasileira.

Além disso, realizou, com o mesmo rigor técnico e fundamentos transparentes, pesquisas para clientes privados e governamentais. Entre elas consta a Pesquisa de Vitimização contratada pelo: **Instituto Latino Americano das Nações Unidas (ILANUD), em 1997.**

Herdeiro de uma tradição de 30 anos de estudos em violência e criminalidade do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, o Crisp foi fundado em 1998. Atualmente, é formado por um grupo de pesquisadores da UFMG e por especialistas externos com diferentes backgrounds: sociologia, estatística, ciência da computação, economia, filosofia, pedagogia, medicina preventiva e saúde pública.

Além do reconhecimento acadêmico, o Crisp ampliou sua atuação em parcerias com governos, nos vários níveis, e gestores de políticas públicas na área da segurança e da defesa da cidadania. As ações do Centro de Estudos junto ao setor público têm por objetivo o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e de intervenção, visando o enfrentamento da violência e desordem social.

Ao longo de sua história, já realizou mais de 25 pesquisas dentro da grande temática da Segurança Pública, entre as quais: “Violência nas Escolas de Belo Horizonte”, para a Fundação Ford; Avaliação do Programa Liberdade Assistida, para a Secretaria Especial de Direitos Humanos – Ministério da Justiça; e Policiamento Comunitário: A Visão dos Policiais, para a Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais.

Valorizando a ação interdisciplinar, o Crisp atua em conjunto com o Laboratório de Estatística Espacial, do Departamento de Estatística do Instituto de Ciências Exatas, ICEx, da UFMG, em projetos de geoprocessamento. Outros grupos de pesquisa da UFMG e de outras universidades atuam pontualmente em vários projetos conjuntos. Neste sentido, as pesquisas e metodologias desenvolvidas pelo Crisp têm colaborado com o desenvolvimento de outros projetos por diversos centros de pesquisa.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Fontes oficiais de criminalidade no Brasil e a importância das pesquisas de vitimização

Pela primeira vez o Brasil dispõe de um retrato mais fidedigno da vitimização de sua população. A demanda por informações mais confiáveis sobre os crimes que ocorreram nas diversas regiões do Brasil, bem como seus perfis de distribuição entre os diversos grupos sociais, sempre foi uma das aspirações dos interessados pela temática da segurança pública, tanto em termos acadêmicos, como no âmbito das políticas públicas. Várias são as razões desta expectativa.

As cifras obscuras do crime

O grande descompasso existente entre as cifras oficiais e as cifras apresentadas pela pesquisa será um dos aspectos mais notáveis deste relatório. Em parte, isto revela as dificuldades que as unidades da Federação e o Governo Federal ainda encontram para contabilizar minimamente seus números de crimes. Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública relativo ao ano de 2011, foram contabilizados oficialmente pelos Estados 1.060.788 ocorrências de Roubo³. A pesquisa de vitimização, realizada em 2010 e 2011, revela que 3,7% da população com mais de 16 anos de idade declarou ter sido vítima desta modalidade de crime nos últimos 12 meses, sendo que pelo menos 41% deram queixa à polícia.

Existem diversas razões para as pessoas não buscarem a polícia, segundo será visto no relatório. A seriedade do crime do qual são vítimas é uma das razões para reportarem o caso (Paixão e Beato, 1998). Mas outras incluem o desejo de não fazer nada, falta de provas ou testemunhas (18%), não achar que era importante (16%), pela insignificância do bem roubado (12%) e até mesmo pela falta de confiança na polícia (12%). Existe também a possibilidade destes números estarem telescopicamente amplificados pela percepção dos respondentes.

Entretanto, o fato 41,3% dos entrevistados terem noticiado serem vítimas de roubo em todo o Brasil também é revelador da qualidade das estatísticas no país, especialmente quando vemos a situação da subnotificação em cada Estado. Existe um padrão que pode

³Excluídos os Roubos de Veículos

ser observado em outros países que considera que apenas um quarto a um terço de entrevistados vítimas de roubo comunicam este fato à polícia. Nos EUA, esforços feitos junto à população para reportarem os crimes levaram a um nível de notificação de 40% dos crimes contra o patrimônio e a 50% dos crimes violentos (Truman, 2011). De acordo com o ***International Crime Victimization Survey***, estamos à frente de países como o México que, de uma forma geral, tem apenas 17% de sua população relatando sua vitimização à polícia.

Ainda hoje, a maioria dos Estados brasileiros está em patamares muito aquém do que já era relatado em outros países, ainda nos anos 1980 (Skogan, 1984). Em parte, isto se deve às deficiências na organização de informações criminais, problema nunca enfrentado em nenhum nível de governo.

Medo e insegurança

Devido ao fato de operarem através de questionários amplos, *surveys* de vitimização são capazes de mensurar aspectos culturais e comportamentais relacionados ao medo e insegurança, fatores estes que não são tomados em consideração pelos dados oficiais. E este é talvez um dos dados mais impressionantes acerca do impacto da qualidade de vida dos habitantes dos centros urbanos, pois indicam o quanto o medo e a percepção de ser uma vítima em potencial têm afetado a maneira como os cidadãos relacionam-se com seus vizinhos, movimentam-se nas cidades, e quais medidas de proteção adotam diante da crença de serem vítimas. A grande maioria da população brasileira tem medo de ter sua casa invadida (71,9%)⁴, e de ter objetos ou veículos tomados à força (70,7%). Mas além do roubo ou arrombamento, impressiona o grande número de pessoas que receiam ser assassinadas (64,9%).

O medo de ser assassinado é desproporcionalmente alto no Brasil, pois em outros países e cidades estes números são muito mais baixos. *Survey* realizado em Kentucky, por exemplo, mostrou que apenas 18% da população local tinha um certo receio de ser assassinada (May et al., 2008). Em Lagos, Nigéria, avaliação feita entre 16 comunidades mostrou que este tipo de medo variou entre 60% e 5%, sendo a média da Região Metropolitana 24% (Alemika e Chukwuma, 2005). Na África do Sul, país com elevados índices de homicídio, ele é temido por 34,1% (SSA, 2011).

Segundo o Informe ***Latinobarômetro*** de 2010, somente 7% da população brasileira afirma que nunca será vítima de violência. Estamos piores do que Nicarágua (22%),

⁴ Na África do Sul, o arrombamento de residências é temido por 50,4%, e o de veículos por 15% (Statistics South Africa, 2011)

Guatemala (19%), Panamá (17%), Uruguai (13%), Colômbia (12%), México (11%), Argentina (10%), Costa Rica (10%) e Paraguai (10%), Chile (8%), Honduras (8%) e República Dominicana (8%). A média latino-americana é de 10%.

Uma das consequências dramáticas desta avaliação é a deterioração da qualidade de vida e do relacionamento entre as pessoas nos grandes centros urbanos brasileiros. No Brasil, 78,1% das pessoas evitam sair com pertences ou objetos de valor na rua, 73% não frequentam locais desertos ou eventos com poucas pessoas. 64,3% restringem seus horários de chegada em casa e 51,6% evitam falar com pessoas estranhas. Até mesmo vizinhos são evitados por 18,5% das pessoas, e 20,2% não gostam de ficar sozinhos em casa. Uma análise mais detalhada certamente revelará como este medo está relacionado a variáveis como gênero, idade, e fatores geográficos (CRISP, 2008).

A qualidade dos serviços policiais

A pesquisa também abordou como são avaliados os serviços policiais no país, quais Estados apresentam mais problemas em relação a eles, bem como a vitimizações de diferentes naturezas provocadas pela própria polícia. De uma maneira geral, a posição brasileira em relação a suas organizações policiais ainda é bastante desconfortável. Levantamento feito em 139 países pelo **World Economic Forum** a respeito da capacidade que as polícias têm para enfrentar o problema da lei e ordem em cada país mostra que o Brasil ocupa a 74^a posição, com um score de 4,1 numa escala de 1 a 7. Mesmo em uma região do planeta em que as polícias são particularmente mal avaliadas, a situação do Brasil não é confortável.

Tabela 1 - Capacidade de implementar lei e ordem por 139 países

Países	Score 1-7
1 Finland	6,6
2 Singapore	6,4
3 Iceland	6,4
4 Hong Kong	6,3
5 Chile	6,3
6 Switzerland	6,3
7 Canada	6,2
8 Norway	6,2
9 Qatar	6,2
42 Puerto Rico	4,9
49 Costa Rica	4,6
56 Uruguay	4,5
64 Colombia	4,3
74 Brazil	4,1
82 Panama	3,9
99 El Salvador	3,5
101 Nicaragua	3,5
106 Honduras	3,4
107 Trinidadand Tobago	3,4
114 Guyana	3,3
118 Peru	3,1
121 Argentina	3
132 Mexico	2,5
133 Guatemala	2,3
136 Paraguay	2,3
138 Bolivia	2,1
139 Venezuela	2,1

Fonte: World Economic Forum. The Global Competitiveness Report.2010-2011

Esta qualidade de serviços não foi avaliada apenas em termos de vitimização de delitos, mas da **não** cortesia, rapidez e segurança com que os policiais militares atendem a população. No Brasil, apenas 35,8% da população concordam totalmente com a afirmação de que a Polícia Militar é, de modo geral, cortês, rápida e segura em seu atendimento.

No que diz respeito à confiança nas instituições policiais, há muitas variações entre os Estados. No melhor caso está Minas Gerais, onde 26,1% da população confia muito na Polícia Militar e 23% na Polícia Civil. No Distrito federal, a Polícia Civil alcança seu melhor

resultado, com 24,2% de muita confiança. As mais mal avaliadas são a Polícia Militar do Rio, com 10,8% de muita confiança, a Polícia Militar e a Polícia Civil do Pará (8,9% e 9,0% respectivamente), e a Polícia Militar e a Polícia Civil do Amazonas (8,4% e 7,4%). Este dado deve ser analisado com cautela, pois os melhores indicadores brasileiros são menos da metade do que se alcança na média da União Europeia (65%) (Dammert e Alda, 2008). Dentre nossos vizinhos, temos os Carabineros do Chile com 70,6% de aprovação, seguidos por Canadá (62,6%), Estados Unidos (58,1%) e Colômbia (56%).

Parte da explicação dos baixos graus de avaliação positiva tem a ver com a vitimização por policiais. A vitimização por extorsão, por exemplo, é particularmente aguda em alguns Estados brasileiros, especialmente o Rio de Janeiro, onde cerca de 7,2% da população diz que já foi extorquida por policiais militares⁵. No Amapá, Pará, Rio Grande do Norte e Amazonas este percentual gira em torno de 5%. Daí que, segundo o **Latinobarômetro**, o combate à corrupção policial seja necessário para 15% da população brasileira, embora estejamos ainda abaixo da média latino-americana de 31%. (Latinobarômetro, 2010)

Uma das informações mais promissoras a ser apresentada pela pesquisa é a visível melhora dos indicadores de Estados da Federação que desenvolveram políticas públicas de segurança de forma consistente e continuada ao longo do tempo. Quando comparamos os resultados relativos à vitimização durante toda a vida com aqueles obtidos para os últimos doze meses, vemos que uma importante inversão ocorreu. Se os Estados da região Sudeste se sobressaíam em períodos passados, agora as regiões Nordeste e Norte passam posições de proeminência em relação à vitimização mais recente. Este número repete a dinâmica que estamos observando também em relação aos homicídios. Até meados dos anos 2000, o Sudeste era responsável por 51% dos homicídios que ocorriam em todo o país. Após este período, várias políticas, projetos e programas têm sido implementados nos Estados da Região, especialmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que foram capazes de inverter esta situação a ponto de hoje termos o Nordeste como responsável pela maior parcela de homicídios (cerca de 36%), contra 31% do Sudeste⁶. Os dados também permitirão uma avaliação mais consistente e independente das políticas e sua implementação nos Estados, através da aferição feita pela população. Trata-se de um complemento importante nos registros oficiais que deve ser tomado em consideração por

⁵Importantes esforços vem sendo empreendidos pelo Estado do Rio de Janeiro no controle da corrupção policial, além da implantação de programas como as UPPs que certamente modificarão bastante este quadro em alguns anos. Este esforço de purificação, entretanto, ainda encontra resistências no âmbito de outros Estados.

⁶ Outros Estados como Pernambuco também lograram mais recentemente implementar políticas bem sucedidas de controle da criminalidade violenta.

gestores e *policymakers*, pois identifica aspectos não imediatamente visíveis nos dados oficiais. A organização de dados e informações é uma das primeiras e talvez a mais central das estratégias para o controle da criminalidade e violência. Pesquisas de vitimização são instrumentos nobres e de excelência por nos darem um perfil mais nítido e real do que está efetivamente ocorrendo com a população. São, portanto, um instrumento inigualável de políticas públicas. Sentimentos de insegurança, bem como vitimizações por diferentes tipos de delito são informações cruciais para governantes saberem para quais grupos sociais devem dirigir seus melhores esforços, bem como as regiões e tipos de cidades que concentram as maiores vitimizações. A avaliação das polícias também se constituirá em importante instrumento de orientação em relação ao que deve ser feito para melhorar sua relação com as comunidades, fortalecendo o caráter de serviço público que as polícias devem desempenhar.

Da sua importância acadêmica

Para acadêmicos, estudiosos e analistas de segurança pública, estará disponível um dos mais ricos bancos de dados para a compreensão e análise do fenômeno da violência e da criminalidade no Brasil. Ele permitirá análises desagregadas por Estado e Regiões, possibilitando traçar perfis regionais e por grupos sociais através de várias dimensões. Pesquisadores poderão se debruçar sobre aspectos específicos do fenômeno, tal como os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Além disso, será possível fazer ilações acerca da causalidade dos delitos. Dimensões socioeconômicas e variáveis relativas ao capital social, bem como dimensões de controle, foram igualmente contempladas na pesquisa.

3. PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

3.1. Levantamento histórico, metodologia e utilização

Como foi dito anteriormente, a utilização de dados oficiais para mensurar o fenômeno do crime precisa ser vista com algumas ressalvas. Em função disso, pesquisadores passaram a experimentar outros instrumentos de pesquisa que, somados aos registros oficiais, tornaram possível compreender melhor a epidemiologia e a etiologia do crime. Nesse sentido, os *surveys* de vitimização vêm se constituindo, ao longo dos últimos 50 anos, em um dos mais interessantes instrumentos de mensuração do fenômeno criminal.

Trabalhando através da aplicação de questionários em amostras representativas de uma determinada população, estes *surveys* obtêm dados sobre o número e as características dos crimes sofridos pelos entrevistados. Desta maneira, se constituem em um instrumento bastante abrangente de aferição da vitimização criminal, permitindo mensurar inclusive a quantidade aproximada de crimes que não chegam ao conhecimento da polícia, ou “cifras negras”.

3.2. Pesquisas Internacionais de Vitimização

Cinquenta anos após o primeiro levantamento norte-americano, as pesquisas de vitimização difundiram-se mundialmente e consagraram-se como um instrumento importante de investigação criminológica e de políticas públicas de segurança. Diversos países desenvolveram levantamentos nacionais de vitimização, criando bases para a consolidação de várias agências locais e consórcios internacionais de pesquisas de vitimização.

A presente seção pretende, portanto, apresentar algumas dessas agências de pesquisas que adquiriram relevância internacional, isto é, aquelas normalmente consideradas referências a outras pesquisas ao redor do mundo. Dentre elas, destacam-se o ***National Crime Victimization Survey (NCVS)***, ***Internacional Crime Victimization Survey (ICVS)***, ***European International Crime Survey (EU-ICS)***, ***United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)*** e o ***Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)***. Antes de apresentar cada uma delas, é importante frisar que nem todas se enquadram exatamente como fontes de coleta ativa de dados primários sobre vitimização.

Entretanto, devido à sua relevância e relação com estudos dessa natureza, elas serão também aqui descritas, de modo, inclusive, a explicitar as especificidades de cada um dessas entidades.

National Crime Victimization Survey (NCVS)

O **NCVS** realiza *surveys* de vitimização desde 1973 e se consolida atualmente, como uma das principais e mais qualificadas fontes de informações sobre criminalidade nos EUA. Ao realizar duas coletas primárias por ano, com aproximados cem mil entrevistados distribuídos em cerca de cinquenta mil domicílios ao longo do território norte americano, a população amostrada responde a diversas questões relativas à frequência, características e consequências da vitimização. Além disso, enquanto *survey* administrado diretamente pelo *U.S. Census Bureau*, é possível afirmar que a própria pesquisa se tornou uma política pública por si mesma, com certa garantia de recursos para sua manutenção, o que contribui para a padronização e sazonalidade da aplicação.

O *survey* do **NCVS** pauta-se em quatro objetivos principais: 1) oferecer informações detalhadas acerca das vitimizações e suas causas; 2) estimar a proporção de eventos criminais não registrados pela polícia (identificar a cifra obscura da criminalidade); 3) produzir mensurações padronizadas de alguns tipos de crimes selecionados e 4) permitir comparações entre distintas áreas e unidades de tempo. Geralmente, as pesquisas contemplam dois grandes grupos de eventos criminais - crimes contra a pessoa e contra o patrimônio - que englobam basicamente as ocorrências de estupro e outras ocorrências de ordem sexual, roubo, furto, agressão, roubo específico de veículo, vandalismo, entre outros.

Por ser uma pesquisa realizada semestralmente, o **National Crime Victimization Survey** indica todos os eventos criminais sofridos nos últimos seis meses como período de referência das perguntas específicas sobre vitimização. É reconhecido o problema que respondentes normalmente têm para recordar vitimizações sofridas já nos últimos três meses. No entanto, a adoção desse critério demandaria quatro ao invés de duas pesquisas para cobrir o ano todo, aumentando demasiadamente os custos.

Por fim, é importante destacar o caráter aberto e livre para o acesso aos dados produzidos pelo **NCVS**. Dentro de seu próprio site explicitam-se quais parcerias foram firmadas, bem como são disponibilizadas plataformas para importação rápida e gratuita de diversos relatórios e bancos para qualquer pessoa ou instituição interessada. O último boletim do **NCVS** divulgado em outubro de 2012, com dados referentes ao ano de 2011,

apontou que apenas 50% da vitimização violenta foi relatada à polícia (TRUMAN & PLANTY, 2012).

Análise comparada do período entre 1994 a 2010 verificou que o percentual de crimes violentos - estupro ou agressão sexual, roubo, agressão não relatados à polícia caiu de 50% para 42%. O percentual de vitimizações por crimes violentos não notificados porque a vítima acredita que a polícia não podia fazer nada para ajudar, dobrou de 10% em 1994 para 20% em 2010. De 2006 a 2010, os maiores percentuais de crime não declarados foram furto doméstico (67%) e estupro ou violência sexual (65%), enquanto o menor percentual foi de roubo de veículo. Cerca de três em cada dez vitimizações (31%) envolvendo uma arma e prejuízo para a vítima foram declaradas à polícia entre 2006 e 2010. No mesmo período, 26% das vitimizações perpetradas por alguém que a vítima conhecia bem foi declarada a polícia, em comparação com vitimizações perpetradas por um estranho (51%). 38% das vitimizações perpetradas por conhecidos íntimos não foram denunciadas porque a vítima temeu ser vítima de represália. 76% de crimes violentos que ocorreram em escola não foram notificados à polícia, assim como vitimizações contra jovens de 12 a 17 foram mais propensas a não serem notificadas do que as vitimizações contra as pessoas de outras faixas etárias (LANGTON, BERZOFKY, SMILEY-MCDONALD, 2012).

International Crime Victims Survey (ICVS)

Atualmente, o mais amplo *survey* de vitimização disponível é o **International Crime Victimization Survey (ICVS)**, realizado por um consórcio de pesquisadores desde 1989. Ao todo já foram contemplados 78 países de vários pontos do globo, tais como Japão, Argentina, Suíça, África do Sul, Estônia, Moçambique, Nova Zelândia, Turquia e outros. Até agora, cinco rodadas já foram realizadas, nos anos de 1989, 1992, 1996, 2000 e 2004, totalizando mais de trezentas e vinte mil pessoas entrevistadas (VAN DIJK, 2008). O Brasil participou das três últimas rodadas, através de questionários aplicados nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

Desde sua fundação, o principal objetivo do **ICVS** é a realização de *surveys* padronizados ao redor do mundo, a fim de permitir a comparabilidade dos dados entre a maior quantidade possível de países e/ou cidades. Essa possibilidade de comparação entre diferentes nações se configura, portanto, como uma vantagem extremamente relevante, haja vista que permite obter vários padrões de referência para a ocorrência de crimes em determinados locais. Em outras palavras, a partir da base de dados desse consórcio, é

possível observar se um determinado grau de vitimização em um país ou cidade encontra-se alto ou baixo em relação aos outros.

Em síntese, a padronização do instrumento de mensuração para aplicação em várias localidades realizada pelo **ICVS** e outros centros de pesquisa resulta na produção de dados expansíveis para áreas cada vez maiores. Assim, determinado padrão encontrado em um grupo pode ser testado em também em outros, produzindo conclusões cada vez mais robustas e com grau de generalização testável. Além disso, os dados do **ICVS** também são passíveis de serem comparados com os de outros *surveys*, dentre os quais o **EU-ICS**, que é parte europeia da pesquisa.

Além da comparação entre as cidades, outra das grandes preocupações do **ICVS** relaciona-se às propriedades longitudinais da pesquisa. Nesse sentido, os *surveys* produzidos dentro desse consórcio permitem também análises que contemplam dois ou mais períodos no tempo, de modo a diagnosticar características temporais associadas à vitimização. A partir disso, os instrumentos de coleta do **ICVS** buscam ser o mais padronizado possível também entre as diferentes rodadas de pesquisa. As modificações e ajustes necessários são realizados sempre com grande cautela.

A fim de evitar problemas associados a erros dos entrevistados relativos às datas de em que foram vitimizados, o **ICVS** usa como período de referência para essas perguntas sempre os doze meses anteriores à entrevista. É presumido que um período superior ao de um ano causaria um grau excessivo de imprecisão por parte dos entrevistados, de tal modo que possíveis ocorrências anteriores a tal período poderiam ser registradas nos dados do *survey* de forma errônea.

Como metodologia de coleta, o **ICVS** utiliza primordialmente a **Computer-Assisted Telephone Interview (CATI)**⁷, sobretudo por razões associadas à redução de custos da pesquisa. Tal uso, no entanto, não é realizado de forma indiscriminada, já que é levado em conta o grau de industrialização de cada região onde se pretende que sejam aplicadas a **CATI**, bem como a proporção de residências com telefones fixos, que deve ser no mínimo de setenta por cento. Nas localidades amostradas, mas que não cumprem esses pré-requisitos para o uso da **CATI**, a coleta de dados normalmente se dá por entrevistas “face a face”, ou seja, um pesquisador treinado vai até o domicílio do entrevistado e coleta as informações pessoalmente.

⁷ Diferente das entrevistas tradicionais, onde o pesquisador procura uma determinada pessoa para entrevistá-la “face a face”, na CATI as entrevistas são realizadas por telefone, com uma gravação fazendo as perguntas e o entrevistado respondendo, usando as teclas de seu telefone.

European International Crime Survey Consortium (EU-ICS)

O **EU-ICS** não é exatamente um *survey*, mas um consórcio entre centros de pesquisa que compartilham o objetivo de formular e executar *surveys* que englobam diversas regiões. Nesse sentido, cada agência de pesquisa é responsável por um determinado território, porém há uma padronização do instrumento de pesquisa, de modo a permitir que os dados sejam facilmente comparáveis e postos em uma mesma base de dados, possibilitando a descrição de algo maior que as partes produzidas.

Como o próprio nome do consórcio sugere, o **EU-ICS** trata-se de uma parceria entre cinco instituições independentes da União Europeia: o *The Gallup Organization Europe* (Gallup Europe), o *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (UNICRI), o *Max Planck Institute for Foreign and International Criminal Law*, o *CEPS/INSTEAD* e o *GeoX*. Além dessas, o **EU-ICS** é também um parceiro indireto de outros centros ao redor do mundo através do **International Crime Victims Survey (ICVS)**.

De forma geral, o **EU-ICS** tem como principal objetivo a construção de uma base de dados de eventos de vitimização coerente e significativa para a União Europeia. A ideia é se tornar um instrumento para determinação dos padrões criminais vigentes no continente, capaz de embasar políticas públicas voltadas especificamente para área de segurança. Variações de ordem cultural, o delineamento entre determinadas ocorrências, ou mesmo a própria definição do que necessariamente se classifica como um crime são fatores que tornam a empreitada do **EU-ICS** algo ainda mais complexo e desafiador. Somam-se a isso problemas relativos à língua, as traduções e correspondências linguísticas necessárias.

Para fins de coleta, o **EU-ICS** contempla, dentro de sua população de análise, moradores dos países pesquisados que tenham mais de dezesseis anos. De forma geral, são entrevistados em torno de dois mil habitantes por país, sendo mil e duzentos desses distribuídos entre o interior e outros oitocentos focados apenas na capital, essas com representatividade específica. Os métodos de coleta se assemelham aos realizados pelos pelo **ICVS**, geralmente baseando-se na **CATI** nos países onde quase toda a população possui telefone residencial fixo e em entrevistas face a face nas nações onde esse método não é viável.

Finalmente, o **EU-ICS** também se preocupa com a disseminação de seus dados, produzindo relatórios bem como plataformas de consulta acessíveis à imprensa, a comunidade acadêmica, bem como ao público geral.

United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)

O **UNICRI** é uma entidade dentro das Nações Unidas responsável por apoiar países e instituições na formulação e implementação de políticas mais eficazes para a prevenção da criminalidade e aprimoramento do sistema de justiça. Fundado em 1967 com o nome **United Nations Social Defence Research Institute (UNSDRI)**, o **UNICRI** é uma instituição tradicional dentro os órgãos internos a **ONU**. A entidade não é considerada uma instituição fundamentalmente responsável pela realização de *surveys* de vitimização, como são os consórcios apresentados anteriormente. Na verdade, o **UNICRI** pode ser entendido como um centro de expertise, apoio e catalisação para realização de tais pesquisas, já que concentra diversos recursos humanos e materiais para aprimoramento de políticas públicas ligadas à criminalidade. Foram diversos estudos internacionais realizados direta ou indiretamente pela entidade, contemplando diversas questões como a relação entre migração e crime, arquitetura das prisões, vitimização, tráfico internacional de drogas, entre muitos outros.

Além disso, também foram apoiados e realizados projetos de âmbito nacional, através de parcerias com objetivos específicos, como a prevenção do crime na Arábia Saudita; a proteção da herança cultural e o atraso da justiça criminal na Índia; os sequestros na Itália; as relações entre crime e economia na Iugoslávia e a mudança social associada à criminalidade na Tunísia. Por se tratar de um órgão internacional, as intervenções do **UNICRI** na área criminal são sempre desenvolvidas em parcerias com governos e instituições que atuam de forma legítima dentro de um determinado território. Tal parceria, evidentemente, é mais demandada em regiões que não dispõem de recursos próprios para a atuação frente à criminalidade.

Do ponto de vista mais específico, um dos principais objetivos do **UNICRI** é a produção de bases de dados comparativas nos diversos órgãos ligados a criminalidade e ao sistema de justiça. É notório que em muitas regiões isso se configura em um problema de grandes proporções, de maneira que muitas vezes nem mesmo governantes têm acesso às informações mais básicas acerca da criminalidade ou dos processos criminais correntes no judiciário. Além disso, o **UNICRI** também é um dos principais órgãos de apoio e divulgação dos dados do produzidos pelos *surveys* de vitimização do **ICVS** e **EU-ICS**.

Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)

Sediado na Costa Rica, o **ILANUD** é um instituto com mais de trinta e cinco anos de existência. Trata-se de um dos órgãos que, junto com o **UNICRI**, compõem a Rede do Programa de Prevenção do Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas. Dentro dessa rede, a característica diferencial do **ILANUD** é o fato dele atender especificamente as questões relacionadas aos países da América Latina.

O Instituto Latino Americano tem como objetivo, portanto, a promoção da aplicação das diretrizes da **ONU**, pautadas no respeito aos direitos humanos e prevenção da violência. Além disso, ele visa fomentar parcerias entre diversas regiões com o intuito de prevenir e reduzir danos ligados à criminalidade, bem como contribuir para formulação de políticas públicas mais embasadas para solução de diversos problemas ligados a essa temática.

No ano de 2002, com o apoio de outros órgãos, o **ILANUD** foi uma das instituições que viabilizaram a realização de uma grande pesquisa de vitimização no Brasil, representando um dos marcos das pesquisas de vitimização nacional por contemplar de forma articulada e padronizada grandes cidades brasileiras, como Recife, São Paulo, Vitória e Rio de Janeiro (tal pesquisa será descrita no tópico posterior).

3.3. Pesquisas de Vitimização no Brasil

No Brasil, as pesquisas de vitimização ainda são um instrumento muito pouco difundido. A primeira experiência com levantamento desse tipo no Brasil data de 1988, através de um suplemento inserido na ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)***, realizada pelo ***IBGE***. Até o mês novembro do ano de 2012, cerca de 40 pesquisas de vitimização haviam sido realizadas em diferentes cidades brasileiras. No entanto, a falta de padronização metodológica entre grande parte delas torna difícil a realização de estudos comparativos (CATÃO, apud PINTO *et al.*, 2007).

O quadro a seguir mostra os anos de realização, a distribuição, a abrangência, o tamanho da amostra e o período de referência das pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil. Observa-se que a grande maioria tem como área de abrangência algumas capitais ou regiões metropolitanas e, ainda assim, da região Sudeste do Brasil. Com exceção da PNAD em 1998 e da o módulo da PESB/DATAUFF em 2002, os únicos levantamentos realizados no Nordeste e no Norte do país ocorreram em Recife (em 2002 e 20008) e Belém (2005). Além disso, o quadro mostra que não existe uma periodicidade rigidamente definida para a aplicação de diferentes rodadas das pesquisas já realizadas. Como localidades mais pesquisadas aparecem o Rio de Janeiro e sua região metropolitana (12 pesquisas), São Paulo e região metropolitana (10 pesquisas) e Belo Horizonte e RMBH (4 pesquisas).

Tabela 2 - Quadro das Pesquisas de Vitimização realizadas no Brasil, 2010.

Pesquisa	Ano	Abrangência	Período de Referência	Tamanho da Amostra
Pnad	1988	Brasil	1 ano	81.628 domicílios
Ilanud	1992	Município do Rio de Janeiro e Município de São Paulo	5 anos	1.000 entrevistados
	1996		5 anos	1.000 entrevistados
	1997		5 anos	2.400 entrevistados
Iser/PAHO	1996	Município do Rio de Janeiro	5 anos	2.469 entrevistados
ISER/FGV	1996	Região Metropolitana do RJ	1 ano	1.126 entrevistados
O Povo e a Polícia Militar	1997/98	Distrito Federal	Toda a vida	2000 entrevistados
SEADE	1998	SP - Região Metropolitana e municípios com mais de 50.000 habitantes	1 ano	14.000 domicílios
USP	1999	Região Metropolitana de SP	6 meses	1.000 entrevistados
ISER	2000	Baixada Fluminense - RJ	1 ano	1.389 entrevistados
CDHP – IBGE	2001	Copacabana e Leme	1 ano	450 entrevistados
Universidade de Caxias do Sul	2001	Caxias do Sul (RS)	Sem informação	Sem informação
Módulo da PESB / DATAUFF	2002	Brasil	Toda a Vida	2460 entrevistados
Ilanud/FIA/USP	2002	São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife (municípios)	5 anos	2.800 entrevistados
ISP / Viva Rio	2002	Município do Rio de Janeiro	1 ano	765 entrevistados
CRISP	2002	Município de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
Instituto Futuro Brasil	2003	Município de São Paulo	1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados
GUTO – UNESP	2003	Município de Marília - SP	Toda a vida	Não consta
Módulo do BH Área Survey	2003	Município de Belo Horizonte	1 ano	1029 entrevistados
CPP / INSPER	2009	Município de São Paulo	1 ano	5000 entrevistados
Prefeitura	2004	Alvorada (RS)	1 ano	500 domicílios
IBPS - Polícia MilitarV	2005	Rio de Janeiro	1 mês	1.100 entrevistados por telefone
CRISP/SSP-	2005	Curitiba	1 ano e 5 anos	3560 entrevistados
NEPP- PR		Foz do Iguaçu		700 entrevistados
SENASP - SEGUP - UFPA/CCS	2005	Região Metropolitana de Belém e 8 municípios do Interior	2 anos	2848 entrevistados
NUPEVI / UERJ	2005/06	Município do Rio de Janeiro	Toda vida e 1 ano	4.000 entrevistados
CRISP	2006	Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	6.220 entrevistados
SEADE /Bloco da PED	2006	Região Metropolitana de SP	Sem informação	3000 domicílios/mês
ISP	2007	Região Metropolitana do RJ	1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados
CRISP	2007	Município de Itabira - MG	1 ano e 5 anos	401 entrevistados
Prefeitura	2007	Esteio /RS	23 meses	2.682
Universidade Federal de Pelotas	2007/2008	Município de Pelotas - RS	1 ano e 5 anos	2918 entrevistados
UFGO	2008	Região Metropolitana de Goiânia - GO	Sem informação	3200 entrevistados

Pesquisa	Ano	Abrangência	Período de Referência	Tamanho da Amostra
Consórcio Intermunicipal de Prevenção a Violência e Criminalidade da Grande Vitória	2008	Região Grande Vitória ES	1 ano e 5 anos	5001 entrevistados
Instituto Maurício de Nassau	2008	Recife	5 anos	795 entrevistados
SSP / Prefeitura	2009	Canoas / RS	1 ano	1500 domicílios
CPP / INSPER	2009	Município de São Paulo	1 ano	2967 entrevistados
UNESP	2010	Município de Pompeia- SP	Sem informação	84 entrevistados
CRISP	2010-11	Município de Contagem - MG	1 ano e 5 anos	352 entrevistados
UFV	2012	Município de Viçosa - MG	Sem informação	Sem informação

Fonte: Yolanda Catão, 2010. Treinamento para Pesquisa Nacional de Vitimização realizada em São Paulo. Junho, 2010.
[Atualizado pela equipe de pesquisa desse relatório]

Uma das mais abrangentes pesquisas de vitimização já conduzidas no país data de 2002 e foi promovida por uma equipe composta por integrantes do **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, da **Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP)** e do **Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente (ILANUD)**. Com o objetivo de estimar a prevalência de determinados tipos de crimes, as taxas de subnotificação e o sentimento de insegurança da população pesquisada, o *survey* entrevistou 2.800 pessoas maiores de 16 anos moradoras das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória (ILANUD, 2002).

Para garantir a comparabilidade desse instrumento com *surveys* de vitimização já realizados em outros países, os pesquisadores elaboraram os questionários e adotaram metodologia de trabalho sugerida pelo **United Nations International Crime and Justice Research Institute (UNICRI)**, entidade responsável pela disseminação do projeto **do International Crime Victimization Survey (ICVS)**. Os entrevistados foram sorteados por sorteio probabilístico e as entrevistas realizadas no domicílio (ILANUD, 2002).

“Em média, apenas um terço das vítimas nas Capitais notificou o crime à polícia, estando o Rio de Janeiro ligeiramente abaixo das demais cidades (24,5%) e Vitória um pouco acima (33,5%). Isto significa que a “cifra negra”, ou taxa de subnotificação no país continua em torno de 2/3, tal qual já observado nas pesquisas anteriores de vitimização realizadas entre 1992 e 1997). (...) Os dados deixam claro que o fenômeno da subnotificação é universal: mesmo nos países desenvolvidos, as autoridades policiais conhecem apenas metade dos crimes (49,5%). Em todo caso, existem variações de país para país e as taxas de notificação variam com o perfil dos crimes que ocorrem em cada país, com a escolarização da população, qualidade do atendimento policial, confiança da população na polícia, entre outros fatores.” (ILANUD, 2002)

Em Belo Horizonte e RMBH, todas as três pesquisas de vitimização já realizadas foram conduzidas ou contaram com a participação do **Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG)**. No que diz respeito às medidas de subnotificação, a pesquisa mostrou que 70,9% da população da RMBH não acionou a polícia por ocasião do último crime de furto sofrido. Para o crime de roubo, o percentual de subnotificação ficou na casa dos 60%. Para os crimes de agressão sexual, o percentual de entrevistados vitimados que não acionou a polícia chegou a 65,7% na região metropolitana de Belo Horizonte. Outras duas pesquisas realizadas pelo **CRISP** aconteceram em Curitiba e Foz do Iguaçu e utilizaram metodologia semelhante à da pesquisa da RMBH, o que torna todos esses *surveys* passíveis de comparação.

No Rio de Janeiro, a pesquisa de vitimização realizada em 2006 mostrou que 6,3% da população da cidade foi vítima de furto no último ano e, dessas, 74,5% não acionou a polícia. O percentual de entrevistados que foi vítima de roubo no último ano chegou a 6,2% do total, sendo que, desses, 72,4% não acionaram a polícia.

O que se observa no Brasil, portanto, é que as pesquisas de vitimização ainda constituem um instrumento muito pouco difundido entre operadores de segurança pública e pesquisadores da área. Apesar dos valiosos achados propiciados pelas pesquisas já realizadas, os estudos não possuem uma padronização metodológica, o que prejudica sensivelmente sua comparabilidade. Nesse sentido, observa-se uma urgência do país de esforços no sentido de desenvolver um desenho de pesquisa *survey* de vitimização nacional ampla e compartilhada.

3.4. Comparação entre Pesquisas

Nas páginas anteriores, verificou-se que uma das grandes vantagens do uso de *surveys* de vitimização é a possibilidade de produção de bases de dados comparativas entre diversos países, regiões e cidades acerca de fenômenos ligados a criminalidade e ao sistema de justiça. Sob forte influência do relatório elaborado pelo **UNICRI** e **UNODC** (2007), nesse tópico, apresentam-se brevemente alguns resultados relevantes do *survey* realizado pelo **ICVS** em 2004-2005, sendo grande parte desses dados também oriundos do **EU-ICS**. Além disso, sempre que possível, os resultados de 2004 foram comparados com os achados de pesquisas realizadas em levantamentos anteriores, referentes aos anos de 1988, 1991, 1995 e 1999.

Nesse sentido, são apresentadas distribuições comparáveis da proporção de vítimas de quatro tipos de crimes (roubo a residência, furto, roubo e assédio sexual), para 30 países e 33 cidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um ponto de destaque nesse levantamento é que pela primeira vez estão disponíveis dados sobre Hong Kong (Região Administrativa Especial da China (China RAE) e Istambul (Turquia). Tal pesquisa também contempla cidades importantes e pouco exploradas como Johannesburgo (República da África do Sul - RSA), Lima (Peru), Buenos Aires (Argentina), São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), Phnom Penh (Camboja) e Maputo (Moçambique).

Antes de apresentar os dados propriamente ditos, é importante que se entenda muito claramente algumas ressalvas sobre a realização de comparações entre países a partir do **ICVS**. Embora não existam razões contundentes para assumir que a comparabilidade tenha sido sistematicamente comprometida, a padronização de todos os aspectos da pesquisa do **ICVS** provou ser irrealizável, sobretudo quando se incluiu as pesquisas feitas nos países em desenvolvimento. Características divergentes de *design*, como o modo de entrevistar (CATI e *face-a-face*) e, o período em que o trabalho de campo foi realizado, podem ter afetado resultados dos vários países envolvidos. Além disso, uma vez que as amostras entrevistadas eram relativamente pequenas (2000 na maioria dos países e 800 na maioria das cidades), todas as estimativas estão sujeitas a erro de amostragem (UNICRI; UNODC, 2007: 10).

Arrombamento ou Roubo a Residência

A Tabela a seguir leva em consideração duas medidas de arrombamento: os incidentes em que o ladrão entra e rouba a residência e, os incidentes que houve apenas a tentativa de roubo a propriedade. Em média, 1,8% dos domicílios nos países participantes foram arrombados em 2004. Inglaterra, País de Gales, Nova Zelândia, México, Dinamarca, Bulgária, Austrália, Estônia e EUA apresentaram os maiores percentuais, todos eles iguais ou superiores a 2,5%. Já as menores proporções foram encontradas na Suécia, Espanha, Finlândia, Japão, Áustria e Alemanha, cujos indicadores são inferiores a 1%.

De uma forma geral, a série história avaliada aponta que os percentuais de arrombamento declinaram na maioria dos países, mas não em todos os lugares. As reduções mais expressivas são encontradas na Austrália, EUA, Estônia, França, Holanda, Polónia, Espanha e Suécia. Os percentuais permaneceram relativamente estáveis na Finlândia, Bélgica, Itália. Por outro lado, a Inglaterra, País de Gales, Suíça e a Noruega elevaram o percentual de vítimas de tal crime.

Em média, o arrombamento à residência em 2004 ocorreu com maior frequência nas cidades que participaram da pesquisa do que nos países (4,4 e 1,8% respectivamente). Por sua vez, a média de residências arrombadas das cidades dos países em desenvolvimento é bastante superior (6,4%) a das cidades dos países desenvolvidos (2,3%). Dentre as cidades dos países em desenvolvimento, destacam-se os percentuais extremamente elevados de Phnom Penh (15,8%) e Maputo (12,6%) e as proporções relativamente baixas de Rio de Janeiro (1,0%), São Paulo (1,5%) e Buenos Aires (2%). Na Europa Ocidental, Londres e Helsinque apresentam os maiores percentuais, ao passo que Lisboa, Madri e Berlim não ultrapassam 1,1% dos casos.

Tabela 3 - Distribuição da Proporção de Vítimas do Crime de Arrombamento ou Roubo a Residência, em Países e Cidades, no período de 2003/04 e alguns resultados de pesquisas anteriores (1988-1999) - Surveys do ICVS e EU- ICS*.

Países	1988	1991	1995	1999	2003-2004	Principais Cidades	2001-2004
Inglaterra e Gales	2.1	3.0	3.0	2.8	3.5 *	Istambul (Turquia)	4.6
Nova Zelândia		4.3			3.2	Londres (Inglaterra)	4.5 *
México					3.0	Helsinque (Finlândia)	4.4 *
Dinamarca				3.1	2.7 *	Tallinn (Estônia)	3.7
Bulgária					2.5	Bruxelas (Bélgica)	3.1 *
Austrália	4.4	3.7		3.9	2.5	Belfast (Irlanda do Norte)	2.9
Estônia		6.0	4.2	3.7	2.5	Varsóvia (Polónia)	2.8
EUA	3.8	3.1	2.6	1.8	2.5	Viena (Áustria)	2.8 *
Irlanda					2.3 *	Zurique (Suíça)	2.7
Itália		2.4			2.1 *	Dublin (Irlanda)	2.6 *
Canadá	3.0	3.4	3.4	2.3	2.0	Copenhague (Dinamarca)	2.6
Grécia					1.8 *	Sydney (Austrália)	2.2
Bélgica	2.3	2.1		2.0	1.8 *	Reykjavík (Islândia)	2.2
Luxemburgo					1.7 *	Amsterdã (Holanda)	2.1 *
Hungria					1.7 *	Estocolmo (Suécia)	2.1 *
Suíça	1.0		1.3	1.1	1.6	Oslo (Noruega)	1.9
França	2.4		2.3	1.0	1.6 *	Nova Iorque (EUA)	1.9
Islândia					1.6	Paris (França)	1.9 *
Escócia	2.0		1.5	1.5	1.5	Atenas (Grécia)	1.7 *
Irlanda do Norte	1.1		1.5	1.7	1.4	Roma (Itália)	1.5 *
Polónia		2.1	2.0	2.0	1.4	Edimburgo (Escócia)	1.4
Portugal				1.4	1.4 *	Budapeste (Hungria)	1.2 *
Holanda	2.4	2.0	2.6	1.9	1.3 *	Berlim (Alemanha)	1.1 *
Noruega	0.7				1.2	Madri (Espanha)	1.1 *
Alemanha	1.3				0.9 *	Lisboa (Portugal)	0.7 *
Áustria			0.9		0.9 *	Hong Kong (China)	0.6
Japão				1.1	0.9	Média	2.3
Finlândia	0.6	0.6	0.6	0.3	0.8 *	Cidades dos Países em Desenvolvimento	2001-2004
Espanha	1.6				0.8 *	Phnom Penh (Camboja)	15.8
Suécia		1.4	1.3	1.7	0.7 *	Maputo (Moçambique)	12.6
						Lima (Peru)	6.8
						Johanesburgo (África do Sul)	5.4
						Buenos Aires (Argentina)	2.0
						São Paulo (Brasil)	1.5
						Rio de Janeiro (Brasil)	1.0
						Média	6.4
Média**	2.0	2.8	2.1	2.0	1.8		

Fonte: UNICRI; UNODC (2007: 65). Criminal Victimization in International Perspective: Key Findings from the 2004-2005 ICVS EU ICS and

** A média é baseada em países que participam de survey de vitimização. Como os países apresentados foram realizados por survey diferentes, as comparações devem ser feitas com cautela.

Furto

A Tabela a seguir mostra as taxas de vitimização por furto. Observa-se que, em média, as cidades dos países em desenvolvimento apresentam os maiores percentuais de vítimas (6,4%). Já o conjunto dos países avaliados indica uma média relativamente inferior ao verificado no grupo das cidades avaliadas, assinalando um percentual de 1,7%. Entre os países, o crime de furto apresenta-se como mais recorrente na Grécia, onde 4,2% dos entrevistados reportaram terem sido vitimados uma vez ou mais. Irlanda e Estônia aparecem em sequência também com percentuais relativamente elevados. Por outro lado, desconsiderando o Japão (que não teve as informações disponibilizadas), México, Nova Zelândia, Canadá e Finlândia apresentam as menores proporções de entrevistados vitimizados.

De uma forma geral, não houve grandes variações nos percentuais de vitimização, quando observada a série temporal de cada um dos países avaliados. Em termos específicos, a Polônia parece ser o país onde as proporções diminuíram de forma mais acentuada, saltando de 6,7% em 1991 para 2,5% em 2004. Já os indicadores da Áustria tomaram uma direção oposta da Polônia, aumentando de 0,8% em 1988 para 2,8 em 2004. Tallinn e Londres apresentaram os percentuais mais elevados dentre as principais cidades, com percentuais superiores a 5,2%. Por outro lado, Estocolmo, Helsinque e Lisboa destacam-se como as cidades com as menores proporções, com 1,2%, 1,3% e 1,4% respectivamente. As cidades de Lima e Phnom Penh possuem os maiores percentuais de vitimização por furto, cujos valores ultrapassam a casa dos 11%. Já as duas brasileiras, Rio de Janeiro (1,4%) e São Paulo (2,3%), apontam os menores índices entre as cidades dos países em desenvolvimento. A Tabela a seguir mostra esses percentuais.

Tabela 4 - Distribuição da Proporção de Vítimas do Crime Furto em alguns Países e Cidades no período de 2003/04 e alguns resultados de pesquisas anteriores (1988-1999) - surveys do ICVSe EU-ICS*.

Países	1988	1991	1995	1999	2003-2004
Grécia					4.3 *
Estônia		3.2	2.5	3.3	3.3
Irlanda					3.0
Austrália	0.8	1.0		1.2	2.8
Inglaterra e Gales	1.3	1.3	1.7	1.7	2.7 *
Polônia		6.7	4.0	4.0	2.5
Bélgica	1.7	1.3		2.1	2.2 *
Bulgária					2.1
Islândia					2.0
Suíça	1.8		2.0		
Áustria			2.8		1.8 *
Irlanda do Norte	0.8		0.5	0.4	1.8
Luxemburgo					1.7 *
Holanda	1.5	1.8	2.7	1.9	1.7 *
Noruega	0.8				1.6
Hungria					1.6 *
França	1.8		1.9	1.3	1.6 *
Dinamarca				1.8	1.5 *
Espanha	2.8				1.5 *
Alemanha	1.6				1.4 *
Itália		2.3			1.3 *
EUA	1.1	1.4	0.9	0.8	1.2
Portugal				1.2	0.9 *
Suécia		1.0	0.9	1.2	0.9 *
Escócia	1.0		1.2	1.4	0.8
Finlândia	1.9	1.7	1.5	1.5	0.7 *
Canadá	0.8	0.6	0.8	0.7	0.7
Nova Zelândia		0.7			0.6
México					0.4
Japão				0.1	
Média**	1.4	1.9	1.8	1.5	1.7

Principais Cidades	2001-2004
Tallinn (Estônia)	6.5
Londres (Inglaterra)	5.2 *
Bruxelas (Bélgica)	3.8 *
Budapeste (Hungria)	3.7 *
Varsóvia (Polônia)	3.6
Viena (Áustria)	3.6 *
Nova Iorque (EUA)	3.3
Oslo (Noruega)	3.3
Madri (Espanha)	3.2 *
Paris (França)	3.1 *
Berlim (Alemanha)	3.0 *
Hong Kong (China)	2.9
Istambul (Turquia)	2.7
Dublin (Irlanda)	2.6 *
Atenas (Grécia)	2.6 *
Sydney (Austrália)	2.4
Amsterdã (Holanda)	2.4 *
Reykjavík (Islândia)	2.4
Roma (Itália)	2.2 *
Copenhague (Dinamarca)	2.0 *
Edimburgo (Escócia)	1.6
Belfast (Irlanda do Norte)	1.5
Lisboa (Portugal)	1.4 *
Helsinque (Finlândia)	1.3 *
Estocolmo (Suécia)	1.2 *
Média	2.9
Cidades dos Países em Desenvolvimento	2001-2004
Lima (Peru)	11.4
Phnom Penh (Camboja)	11.3
Maputo (Moçambique)	8.2
Buenos Aires (Argentina)	5.5
Johanesburgo (África do Sul)	4.5
São Paulo (Brasil)	2.3
Rio de Janeiro (Brasil)	1.4
Média	6.4

Fonte: UNICRI; UNODC (2007: 73). Criminal Victimization in International Perspective: Key Findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS.

** A média é baseada em países que participam de survey de vitimização. Como os países apresentados foram realizados por survey diferentes, as comparações devem ser feitas com cautela.

Agressão Física e Ameaça

A Tabela a seguir indica a distribuição dos entrevistados que afirmaram terem sido agredidos fisicamente ou ameaçados por outrem nos últimos cinco anos. De uma forma geral, as cidades dos países em desenvolvimento apresentam, em média, os maiores percentuais de vitimização por agressão física e ameaça. Em outras palavras, é possível dizer que a média de crimes de agressão física e ameaça nas cidades dos países em desenvolvimento é quase duas vezes maior que as verificadas no conjunto de dos países e demais cidades avaliadas pela pesquisa.

Nos países desenvolvidos, observa-se que o crime de agressão e ameaça foi mais recorrente na Grã Bretanha (representados pela aqui pela Irlanda do Norte, Inglaterra e País de Gales) e na Islândia, cujos percentuais variam entre 5,8% e 6,8%. Além disso, uma análise temporal revela que os três países da região da Grã Bretanha também são marcados como aqueles que sofreram as elevações mais acentuadas desse crime ao longo dos últimos anos, onde os percentuais saem de aproximadamente 2% em 1998 para quase 7% em 2004-05. O Japão, por sua vez, foi o país com a menor proporção de vítimas, cerca de um a cada 200 entrevistado relatou ter sofrido tal crime.

Dentre o grupo das principais cidades, Belfast (9,2%) e Londres (8,6%) apontam as maiores proporções de vítimas de agressão ou ameaça, já Istambul encontra-se em um patamar semelhante ao japonês (0,6%). Johanesburgo e Lima lideram a lista das cidades com os maiores percentuais, mais de um de cada 10 entrevistados dessas capitais afirmou ter sido vitimado. Ainda acerca das cidades dos países em desenvolvimento, São Paulo (2,6%) e Rio de Janeiro (2,5%) destacam-se como locais de menor incidência de casos.

Tabela 5 - Distribuição da Proporção de Vítimas do Crime Agressão Física e Ameaça em Países e Cidades no período de 2003/04 e alguns resultados de pesquisas anteriores (1988-1999), segundo surveys do ICVSe EU-ICS*.

Países	1988	1991	1995	1999	2003-2004	Principais Cidades	2001-2004
Irlanda do Norte	1,8		1,7	03	6,8	Belfast (Irlanda do Norte)	9,2
Islândia					5,9	Londres (Inglaterra)	8,6
Inglaterra e Gales	1,9	3,8	5,9	6,1	5,8*	Reykjavík (Islândia)	7,0
Irlanda					4,9*	Amsterdã (Holanda)	5,9
Nova Zelândia		5,7			4,9*	Nova Iorque (EUA)	5,1
Holanda	3,3	04	04	3,4	4,3*	Edimburgo (Escócia)	4,6
EUA	5,4	4,7	5,7	3,4	4,3	Helsinque (Finlândia)	4,5
Austrália	5,2	4,7		6,4	3,8	Berlim (Alemanha)	4,1
Escócia	1,8		4,2	6,1	3,8	Oslo (Noruega)	4,1
Bélgica	2,1	1,8		3,2	3,6*	Dublin (Irlanda)	3,9
Suécia		2,7	4,5	3,8	3,5*	Tallinn (Estônia)	3,7
Dinamarca				3,6	3,3*	Copenhague (Dinamarca)	3,6
Polônia		4,2	3,7	2,8	3,0	Zurique (Suíça)	3,5
Canadá	3,9	4,8	4,0	5,3	3,0	Estocolmo (Suécia)	3,2
Noruega	3,0				2,9	Paris (França)	3,1
Alemanha	3,1				2,7*	Madri (Espanha)	2,9
Estônia		5,0	5,7	6,3	2,7	Sydney (Austrália)	2,8
Suíça	1,2		3,1	2,4	2,5	Bruxelas (Bélgica)	2,6
Grécia					2,4*	Viena (Áustria)	2,5
Luxemburgo					2,3*	Atenas (Grécia)	2,4
Finlândia	2,9	4,4	4,1	4,2	2,2*	Budapeste (Hungria)	1,6
México					2,2	Lisboa (Portugal)	1,3
França	2,0		3,9	4,2	2,1*	Roma (Itália)	1,2
Áustria			2,1		1,8*	Hong Kong (China)	1,2
Bulgária					1,7	Istambul (Turquia)	0,6
Espanha	3,1				1,6*	Média	3,7
Hungria					1,2*	Cidades dos Países em Desenvolvimento	2001-2004
Portugal				0,9	0,9*	Johanesburgo (África do Sul)	11,2
Itália		0,8			0,8*	Lima (Peru)	11,0
Japão				0,4	0,6	Phnom Penh (Camboja)	6,8
						Maputo (Moçambique)	6,2
						Buenos Aires (Argentina)	3,2
						São Paulo (Brasil)	2,6
						Rio de Janeiro (Brasil)	1,5
Média**	2,9	3,9	04	3,8	3,1	Média	6,1

Fonte: UNICRI; UNODC (2007: 81). Criminal Victimization in International Perspective: Key Findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS.

** A média é baseada em países que participam de survey de vitimização. Como os países apresentados foram realizados por survey diferentes, as comparações devem ser feitas com cautela.

Roubo ou Assalto

A Tabela a seguir indica a distribuição dos crimes de roubo entre vários países e cidades ao redor do mundo. Mais especificamente, ela aponta a distribuição percentual dos entrevistados que afirmaram que, nos últimos cinco anos, foram roubados mediante uso ou ameaça de força. Nesses termos, observa-se que o percentual médio de vitimização por roubo é de 1% entre os países, 1,4% nas principais cidades e 6,1% das cidades dos países em desenvolvimento (6,1%).

No nível nacional, as proporções de roubo foram maiores em 2004 no México e, de forma oposta, mais baixas no Japão, Itália, Finlândia, Alemanha, Áustria e Países Baixos (0,5% ou menos). Tendências ao longo do tempo parecem indicar uma variação quase equivalente de redução para alguns países e aumento para outros. As quedas percentuais mais significativas de roubos são observadas na Espanha, EUA e Estônia. Já a Suécia e Irlanda do Norte apresentaram elevações proporcionalmente altas.

Entre o quadro das principais cidades, Varsóvia e Tallinn apresentam os maiores percentuais de vitimização de roubo, cada uma delas com indicando 2,8% dos entrevistados. Em Hong Kong, cidade de menor índice, essa porcentagem corresponde a 0,4%. De uma forma geral, as cidades da América Latina apontam altos níveis de crimes de roubo. No Rio de Janeiro e em São Paulo os percentuais ultrapassam os 5%, em Lima foram reportados 7,4% e, ocupando o primeiro lugar em vitimização no ano 2004, destaca-se Buenos Aires com 10% dos casos. A Tabela a seguir mostra esses percentuais.

Tabela 6 - Distribuição da Proporção de Vítimas do Crime Roubo ou Assalto em Países e Cidades no período de 2003/04 e alguns resultados de pesquisas anteriores (1988-1999), segundo surveys do ICVSe EU-ICS*.

Países	1988	1991	1995	1999	2003-2004
México					3.0
Irlanda					2.2 *
Estônia		3.1	3.4	2.8	1.6
Inglaterra e Gales	0.7	1.1	1.4	1.2	1.4 *
Grécia					1.4 *
Espanha	3.1				1.3 *
Polônia		1.7	1.8	1.8	1.3
Bélgica	1.0	1.0		1.0	1.2 *
Suécia		0.3	0.5	0.9	1.1 *
Nova Zelândia		0.7			1.1
Irlanda do Norte	0.5		0.5	0.1	1.1
Portugal				1.1	1.0 *
Dinamarca				0.7	0.9 *
Austrália	0.9	1.3		1.2	0.9
Escócia	0.5		0.8	0.7	0.9
Bulgária					0.9
Hungria					0.9 *
Suíça	0.5		0.9	0.7	0.8
Canadá	1.1	1.2	1.2	0.9	0.8
França	0.4		1.0	1.1	0.8 *
Islândia					0.8
Noruega	0.5				0.8
Luxemburgo					0.7 *
EUA	1.9	1.5	1.3	0.6	0.6
Holanda	0.8	1.0	0.6	0.8	0.5 *
Áustria			0.2		0.4 *
Alemanha	0.8				0.4 *
Finlândia	0.7	1.0	0.5	0.6	0.3 *
Itália		1.3			0.3 *
Japão				0.1	0.2
Média**	1.0	1.3	1.1	1.0	1.0

Principais Cidades	2001-2004
Varsóvia (Polônia)	2.8
Tallinn (Estônia)	2.8
Londres (Inglaterra)	2.6 *
Bruxelas (Bélgica)	2.5 *
Belfast (Irlanda do Norte)	2.5
Nova Iorque (EUA)	2.3
Lisboa (Portugal)	1.9 *
Dublin (Irlanda)	1.8 *
Zurique (Suíça)	1.7
Madrid (Espanha)	1.5 *
Helsinque (Finlândia)	1.4 *
Edimburgo (Escócia)	1.2
Paris (França)	1.2 *
Copenhague (Dinamarca)	1.2 *
Berlim (Alemanha)	1.2 *
Budapeste (Hungria)	1.1 *
Amsterdã (Holanda)	1.1 *
Sydney (Austrália)	1.1
Oslo (Noruega)	1.0
Istambul (Turquia)	0.9
Viena (Áustria)	0.8 *
Roma (Itália)	0.7 *
Reykjavík (Islândia)	0.7
Estocolmo (Suécia)	0.7 *
Atenas (Grécia)	0.7 *
Hong Kong (China)	0.4
Média	1.4
Cidades dos Países em Desenvolvimento	2001-2004
Buenos Aires (Argentina)	10.0
Maputo (Moçambique)	7.6
Lima (Peru)	7.4
Johanesburgo (África do Sul)	5.5
São Paulo (Brasil)	5.4
Rio de Janeiro (Brasil)	5.1
Phnom Penh (Camboja)	1.8
Média	6.1

Fonte: UNICRI; UNODC (2007: 74). Criminal Victimization in International Perspective: Key Findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS.

** A média é baseada em países que participam de survey de vitimização. Como os países apresentados foram realizados por survey diferentes, as comparações devem ser feitas com cautela.

Assédio Sexual

Outra vantagem associada à metodologia utilizada pelos *surveys* de vitimização é a possibilidade de obter maior conhecimento sobre a natureza e a distribuição de crimes sexuais e aqueles que são praticados em ambientes privados ou familiares. Devido ao caráter de anonimato e impessoalidade dos questionários, os *surveys* possibilitam às vítimas relatar suas experiências e aumentar o conhecimento que se tem sobre esse tipo de crime. Nas palavras de Howard, Newman e Pridemore (2000):

“As just discussed, researchers experience several difficulties with official data when attempting to determine the etiology of crime. Not only are these data predicated on legal, rather than behavioral, definitions of harmful actions that can vary from nation to nation, but police data are constructed and maintained for administrative, not scientific, purposes and they do not include the large number of crimes that do not come to the attention of police. In response to these difficulties, victimization *surveys* have been undertaken in several countries in an attempt to gain a more accurate picture of the extent of criminal behavior. These victimization *surveys* can also provide more contextual information concerning the nature of the criminal event, as well as victim attributes, their fear of crime, and their experiences with and view of the criminal justice system.”

Por vítimas de assédio sexual, os levantamentos do **ICVS** e do **EU-ICS** entendem os indivíduos que foram tocados ou agredidos por motivos sexuais de uma maneira ofensiva, nos últimos cinco anos, tanto dentro de casa quanto fora dela (em um *pub*, na rua, na escola, no transporte público, nos cinemas, na praia, ou no próprio local de trabalho). Em 2004/05, a pesquisa do **ICVS** e **EU-ICS** submeteu essa questão sobre crimes sexuais aos entrevistados do sexo feminino e masculino. No entanto, as respostas positivas dos respondentes do sexo masculino foram muito menores do que de mulheres. Em média 0,5% do sexo masculino afirmou ter sido vítima de crimes algum incidente sexual.

Posto isso, a Tabela a seguir apresenta a distribuição percentual das vítimas dos crimes de assédio sexual em várias cidades e países. Uma questão que deve ficar clara é que é extremamente difícil medir crimes sexuais em pesquisas de vitimização, uma vez que as percepções sobre o que é inaceitável como um ato ofensivo sexualmente podem diferir entre os países. Nesse sentido, ao observar que praticamente uma em cada cem mulheres em países como EUA, Suécia, Islândia, Irlanda do Norte, Austrália, Noruega, Inglaterra, País de Gales e Suíça relatou ter sido vítima de agressão sexual pode indicar não somente que tal crime é mais comum nesses países que em outros como México ou Hungria. É preciso levar em consideração que nesses Estados os ideais de igualdade de gênero são mais consolidados e dessa forma as mulheres entrevistadas podem se mostrar mais inclinadas a

relatar os incidentes sexuais do que mulheres em países onde esses valores ainda não foram ampliados.

Em média, a proporção de entrevistados que relatou que foi vítima de agressão sexual é a mesma entre o conjunto de países e o grupo das principais cidades (0,6%). Por outro lado, as cidades dos países em desenvolvimento apresentaram percentual médio mais elevado, com 1,2% dos casos. A Tabela a seguir ilustra essa distribuição.

Tabela – 7 Distribuição da Proporção de Vítimas do Crime de Assédio Sexual em Países e Cidades no período de 2003/04 e alguns resultados de pesquisas anteriores (1988-1999), segundo surveys do ICVSe EU-ICS*.

Países	1988	1991	1995	1999	2003-2004	Principais Cidades	2001-2004
EUA	1.4	0.6	1.2	0.4	1.4	Nova Iorque (EUA)	1.5
Islândia					1.4	Copenhague (Dinamarca)	1.4 *
Suécia		0.5	1.5	1.1	1.3	Helsinque (Finlândia)	1.4 *
Irlanda do Norte	0.3		0.5	0.1	1.2 *	Reykjavík (Islândia)	1.3
Noruega	0.3				0.9	Istambul (Turquia)	1.1
Inglaterra e Gales	/0.3	0.7	0.4	0.9	0.9 *	Londres (Inglaterra)	0.9 *
Suíça	0.6		1.2	0.6	0.9	Zurique (Suíça)	0.9
Japão				0.1	0.8	Oslo (Noruega)	0.8
Irlanda					0.8 *	Belfast (Irlanda do Norte)	0.8
Canadá	1.2	1.6	0.9	0.8	0.8	Hong Kong (China)	0.7
Nova Zelândia		1.3			0.7	Edimburgo (Escócia)	0.6
Escócia	0.6		0.2	0.3	0.6	Roma (Itália)	0.6 *
Holanda	0.6	0.7	0.8	0.8	0.6 *	Amsterdã (Holanda)	0.5 *
Polônia		1.5	0.6	0.2	0.5	Berlim (Alemanha)	0.4 *
Dinamarca				0.4	0.5 *	Estocolmo (Suécia)	0.3 *
Luxemburgo					0.4 *	Atenas (Grécia)	0.3 *
Grécia					0.4 *	Tallinn (Estônia)	0.3
Áustria			1.2		0.4 *	Paris (França)	0.2 *
Alemanha	1.1				0.4 *	Madri (Espanha)	0.1 *
Finlândia	0.3	1.5	1.0	1.1	0.4 *	Dublin (Irlanda)	0.1 *
Bélgica	0.5	0.9		0.3	0.4 *	Budapeste (Hungria)	0.1 *
Itália		0.6			0.3 *	Bruxelas (Bélgica)	0.1 *
Estônia		1.4	1.0	1.9	0.3	Viena (Áustria)	0.1 *
França	0.4		0.4	0.7	0.3 *	Lisboa (Portugal)	0.1 *
Portugal				0.2	0.2 *	Média	0.6
Espanha	0.6				0.1 *	Cidades dos Países em Desenvolvimento	2001-2004
Bulgária					0.1	Maputo (Moçambique)	1.8
Hungria					0.0 *	Rio de Janeiro (Brasil)	1.3
México					0.0	Lima (Peru)	1.3
						Johanesburgo (África do Sul)	1.0
						Buenos Aires (Argentina)	0.8
Média**	0.6	1.0	0.8	0.6	0.6	Média	1.2

Fonte: UNICRI; UNODC (2007: 78). Criminal Victimization in International Perspective: Key Findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS.** A média é baseada em países que participam de survey de vitimização. Como os países apresentados foram realizados por survey diferentes, as comparações devem ser feitas com cautela.

4. NOTAS TÉCNICAS

4.1. Universo pesquisado

A Pesquisa Nacional de Vitimização é uma pesquisa quantitativa, probabilística e com abordagem domiciliar dos entrevistados. O universo pesquisado foi composto por homens e mulheres com idade igual ou superior a 16 anos moradores em municípios com mais de 15 mil habitantes na área urbana.

As entrevistas foram realizadas mediante aplicação de questionários estruturados definidos pelo Ministério da Justiça. Foram aplicados dois tipos diferentes de questionários: questionário adaptado pelo gestor da pesquisa de vitimização (SENASP) e questionário modelo UNICRI.

Ambos os instrumentos de coleta de dados e a metodologia foram inspirados no instrumento e metodologia adotados pelo projeto ICVS – Pesquisa de Vitimização Internacional – elaborado pelo UNICRI (United Nations Crime Institute).

Na sequência das entrevistas, as primeiras 19 responderam ao questionário adaptado pelo gestor da pesquisa de vitimização intitulado SENASP e a pessoa seguinte (20ª pessoa) respondeu ao questionário modelo UNICRI.

O tempo médio de aplicação do SENASP e Unicri foi de 60 minutos.

Os entrevistadores foram orientados a realizar as entrevistas em locais reservados e sem a presença de terceiros. As equipes de entrevistadores eram formadas por duplas, de forma que os entrevistadores entrevistaram pessoas do mesmo sexo, isto é, homens entrevistaram homens e mulheres entrevistaram –mulheres. Essa estratégia, constante no edital, visou obter maior confiabilidade nas respostas sobre violência sexual.

Para acompanhamento desse projeto foi criada uma estrutura exclusiva com coordenadores de campo que estiveram em contato direto com as coordenações regionais, centralizando todas as decisões e recursos referentes à coleta de dados, checagem e crítica do material.

Os questionários foram impressos em São Paulo e enviados para as coordenações regionais. Após o término do campo, esse material foi reenviado para a sede do instituto e

passou por crítica, checagem e digitação dos dados. Todas essas etapas foram realizadas pela equipe do Datafolha em sua sede.

O Datafolha garantiu a checagem de 20% do material de cada cidade e cada pesquisador, ao longo de todo o período de coleta de dados. Essa checagem foi realizada por telefone e pessoalmente.

4.2. Definição Metodológica

As premissas básicas para definição da metodologia utilizada na Pesquisa Nacional de Vitimização fizeram parte do edital do projeto, em seu termo de referência. Considerando-se as restrições operacionais e orçamentárias para a realização de um levantamento das informações através de uma operação censitária (investigação de todos os residentes da área de abrangência da pesquisa), optou-se pela utilização da técnica estatística de amostragem probabilística, em que parte da população (amostra) é selecionada, de forma que seja representativa da população como um todo. A definição dos aspectos de amostragem para a realização de uma pesquisa desse tipo engloba a definição do universo, do plano amostral e do esquema de seleção das unidades da amostra, para permitir a coleta de informações.

O termo de referência definiu o total de questionários realizados - 70.000 entrevistas, o universo pesquisado – indivíduos de ambos os sexos, com 16 anos ou mais, moradores de cidades com população urbana acima de 15.000 habitantes em 2006, as cidades componentes da amostra e os setores censitários onde foram realizadas as entrevistas. A tabela abaixo indica o que foi considerado como universo no momento da elaboração do edital. O universo a ser representado era composto de 1309 municípios, distribuídos por todas as unidades da federação.

Tabela 8– Distribuição dos municípios segundo população urbana – Brasil, 2006

População 2006	Número de Municípios
Pop. Urbana > 15 mil habitantes	1.309
Pop. Urbana < 15 mil habitantes	4.249
Total	5.558

Fonte: IBGE

Durante o processo de preparação do campo da pesquisa na primeira fase foi constatado que, equivocadamente, foram incluídos no desenho da amostra inicial 179 municípios com população inferior ao universo definido, conforme apresentado na Tabela 10. Posteriormente a essa constatação, houve a exclusão desses municípios.

Tabela 9 – Distribuição dos municípios que compõem o universo, segundo população urbana – Brasil, 2006

População 2006	Número de Municípios
Pop. Urbana > 15 mil habitantes	1.309
Pop. Urbana < 15 mil habitantes – considerados no desenho da amostra original	179
Pop. Urbana < 15 mil habitantes	4.070
Total	5.558

Fonte: IBGE

Após o início dos trabalhos de campo da pesquisa veio à tona uma nova descoberta, verificando-se que 80 municípios com população urbana superior a 15 mil habitantes não compuseram o universo, ou seja, não tiveram a possibilidade de fazer parte da amostra selecionada, conforme estipulado pelo edital. Isso ocorreu na fase anterior à publicação do termo de referência, provavelmente devido a imperfeições no cadastro utilizado no planejamento amostral e impactou na representatividade da amostra. Além disso, notou-se que algumas regiões apresentavam um número reduzido de municípios, prejudicando a sua representatividade. Assim, com o objetivo de reduzir o impacto negativo desses fatos, decidiu-se por uma amostragem complementar, que corrigiu o universo original da pesquisa e melhorou a distribuição em algumas regiões.

Dessa forma, o trabalho de campo dessa Pesquisa Nacional de Vitimização foi realizado em duas etapas, a saber:

Etapas do levantamento	Período	Quantidade de municípios pesquisados
1	Junho 2010 a Maio 2011	287(1)
2	Julho 2012 a Outubro de 2012	59
TOTAL		346

⁽¹⁾ Foram excluídos 16 municípios por estarem fora do Universo definido.

4.3. Plano amostral

O desenho da amostra considerou múltiplos estágios. Inicialmente o universo foi estratificado, dividindo-se cada unidade da federação em um ou mais estratos. Essa proposta de estratificar a amostra geograficamente possibilita estimar variáveis de interesse para estes domínios geográficos com uma medida de precisão controlada. A estratificação dos municípios considerou as chamadas “regiões de vitimização”, de acordo com a definição do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). São 26 as regiões Pronasci, detalhadas na tabela abaixo. Essas regiões, combinadas às 27 unidades da federação dão origem a 112 estratos.

Tabela 10 - Capacidade de implementar lei e ordem por 139 países

(1) Capital	(14) Triângulo Mineiro
(2) Interior	(15) Baixadas
(3) Centro	(16) São José do Rio Preto
(4) Sul	(17) Ribeirão Preto
(5) Região Metropolitana	(18) Bauru
(6) Nordeste	(19) Piracicaba
(7) Noroeste	(20) Campinas
(8) Centro-Sul	(21) Macro Metropolitana Paulista
(9) Norte	(22) Vale do Paraíba Paulista
(10) Leste	(23) Sudoeste
(11) Oeste	(24) Sudeste
(12) Agreste	(25) Centro-Oeste
(13) Zona da Mata	(26) Distrito-Federal

A unidade amostral da Pesquisa Nacional de Vitimização é o indivíduo, ou seja, cada pessoa com 16 anos ou mais moradora em cidade com população urbana superior a 15 mil habitantes. Considerando essa unidade, a amostra foi desenhada em quatro estágios (municípios, setores censitários, domicílios, indivíduos).

- **Primeiro estágio:** seleção de uma amostra de municípios em cada um dos estratos, com alocação proporcional à raiz quadrada do tamanho do estrato – etapa realizada anteriormente ao edital e já definida no termo de referência;
- **Segundo estágio:** seleção de uma amostra de setores censitários (setor censitário é a menor unidade territorial com limites físicos definidos pelo IBGE), dentro dos municípios selecionados, com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT), tendo

como base o número de domicílios particulares permanentes existentes no setor censitário, ordenados segundo a renda, em forma de serpentina. Foram excluídos desse sorteio os setores especiais: quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, penitenciárias, asilos, orfanatos ou conventos – etapa realizada anteriormente ao edital e já definida no termo de referência;

- **Terceiro estágio:** seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior, com probabilidade igual de seleção em todos os domicílios. Para essa fase, todos os setores censitários foram arrolados com o objetivo de atualizar o número de domicílios particulares permanentes. Os pesquisadores percorreram toda a extensão do setor censitário preenchendo um formulário de arrolamento, que continha o endereço do domicílio e indicava a sua espécie (particular permanente ocupado, particular permanente fechado, uso ocasional, domicílio coletivo ou não residencial). A partir do resultado desse arrolamento foi selecionada a amostra de 10 domicílios por setor. Na etapa complementar da amostra foram utilizados os dados recentes do censo 2010 como referência para o sorteio dos domicílios;
- **Quarto e último estágio:** seleção do respondente entre os indivíduos com 16 anos ou mais moradores no domicílio selecionado. Em cada um dos domicílios foram listados todos os moradores pertencentes ao universo e um único respondente foi sorteado para responder à entrevista individual. Foi utilizado o esquema balanceado de Kish para seleção do entrevistado.

Os estágios descritos acima foram obedecidos nas duas fases de realização da pesquisa. A estratificação adotada resultou na seguinte distribuição de setores e entrevistas nas regiões de vitimização.

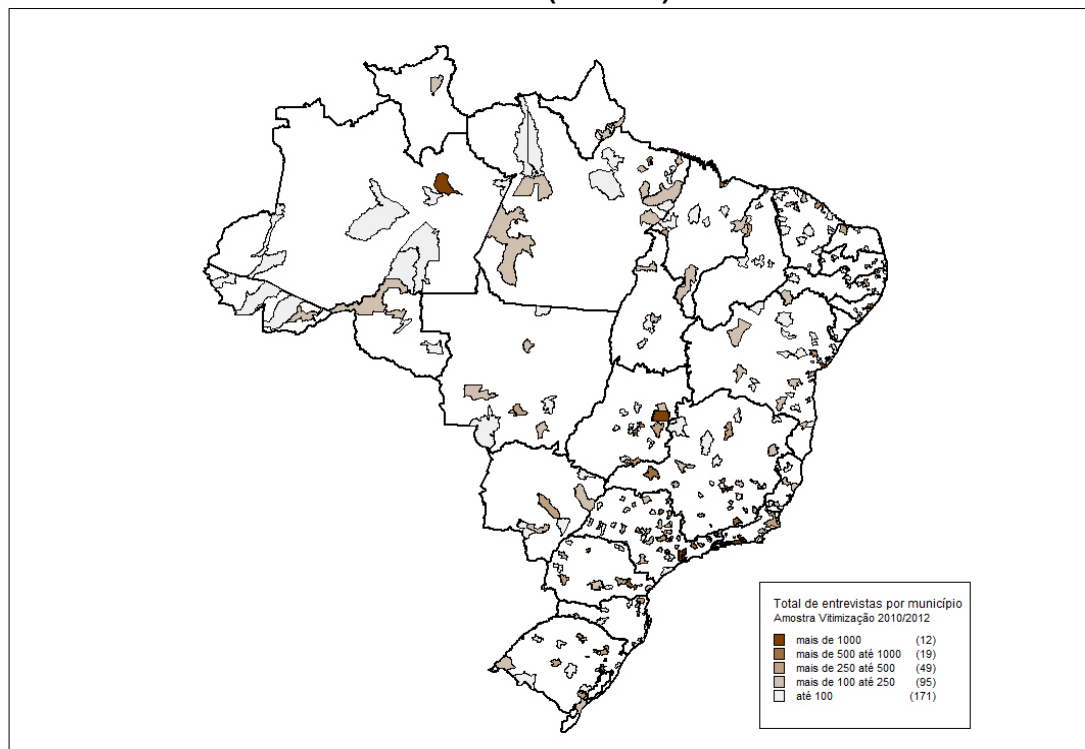
Tabela 11 – Distribuição dos municípios amostrados (n1=346) e total de entrevistas realizadas (n=78008)

REGIÃO DE VITIMIZAÇÃO	AMOSTRA PNV	AMOSTRA PNV
Capital	1738	16.511
Interior	359	3.412
Centro	231	2.196
Sul	639	6.071
Região Metropolitana	1248	11.857
Nordeste	352	3.343
Noroeste	289	2.745
Centro-Sul	258	2.451
Norte	538	5.112
Leste	242	2.299
Oeste	344	3.266
Agreste	86	818
Zona da Mata	168	1.595
Triângulo Mineiro	128	1.216
Baixadas	66	627
São José do Rio Preto	98	931
Ribeirão Preto	144	1.368
Bauru	137	1.302
Piracicaba	118	1.121
Campinas	161	1.528
Macro Metropolitana Paulista	155	1.473
Vale do Paraíba Paulista	155	1.473
Sudoeste	204	1.939
Sudeste	184	1.749
Centro-Oeste	77	731
Distrito-Federal	92	874
TOTAL	8211	78.008

4.4. Mapeamento dos municípios amostrados

A figura abaixo permite visualizar as cidades amostradas considerando o universo descrito anteriormente e o total de entrevistas realizadas por grupo de cidades, já considerados o peso amostral.

Distribuição espacial dos municípios amostrados ($n_1=346$) e total de entrevistas realizadas ($n=78008$)



Brasil, 2012

O detalhamento de cada uma das 26 “regiões de vitimização”, com a indicação de quais municípios fazem parte da região, quais foram pesquisados na primeira fase da pesquisa e quais fizeram parte da amostra complementar encontra-se no ANEXO 1.

Unidades selecionadas e tamanho da amostra

A Tabela 12 mostra a relação de municípios pesquisados, o número de setores em cada um deles e a amostra final.

Tabela 12 – Distribuição dos municípios amostrados (n1=346) e total de entrevistas realizadas (n=78008)

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA - ETAPA 1

UF	CIDADE	SETORES	AMOSTRA PNV	UF	CIDADE	SETORES	AMOSTRA PNV
AC	Rio Branco	40	380	CE	Fortaleza	92	874
AC	Cruzeiro do Sul	23	218	CE	Acaraú	14	133
AC	Feijó	8	76	CE	Barbalha	12	114
AC	Sena Madureira	9	86	CE	Beberibe	12	114
AP	Macapá	40	380	CE	Crateús	22	209
AP	Santana	40	380	CE	Granja	13	123
RO	Porto Velho	40	380	CE	Icó	11	104
RO	Ariquemes	24	228	CE	Ipueiras	11	105
RO	Jaru	13	124	CE	Itapipoca	21	199
RO	Pimenta Bueno	11	104	CE	Limoeiro do Norte	14	133
RR	Boa Vista	40	380	CE	Tabuleiro do Norte	7	67
AM	Manaus	76	722	CE	Mombuca	9	86
AM	Benjamin Constant	5	48	CE	Quixeramobim	12	114
AM	Coari	9	86	CE	São Benedito	12	114
AM	Eirunepé	6	57	CE	Caucaia	46	437
AM	Humaitá	11	104	CE	Itaitinga	5	48
AM	Manacapuru	13	123	CE	Pacajus	7	66
AM	Manicoré	8	76	DF	Brasília	92	874
AM	Parintins	18	171	GO	Goiânia	66	627
AM	Tabatinga	10	95	GO	Goianésia	15	142
AL	Maceió	56	532	GO	Valparaíso de Goiás	21	200
AL	Arapiraca	36	342	GO	Inhumas	15	143
AL	Boca da Mata	3	29	GO	Itapuranga	10	95
AL	Penedo	9	85	GO	Itumbiara	34	323
AL	Teotônio Vilela	5	48	GO	Bom Jesus de Goiás	5	48
AL	Marechal Deodoro	9	86	GO	Luziânia	27	257
AL	Pilar	9	85	GO	Pires do Rio	13	123
AL	Rio Largo	20	190	GO	Planaltina	13	123
BA	Salvador	100	950	GO	São Luís de Montes Belos	10	95
BA	Araci	6	57	GO	Aparecida de Goiânia	40	380
BA	Barra	12	114	GO	Trindade	8	76
BA	Bom Jesus da Lapa	24	228	TO	Palmas	40	380
BA	Caetité	5	48	TO	Araguaína	18	171
BA	Campo Formoso	9	86	TO	Gurupi	14	133
BA	Cruz das Almas	14	133	TO	Porto Nacional	8	76
BA	Eunápolis	35	332	MA	São Luís	58	551
BA	Ipirá	11	104	MA	Açailândia	11	105
BA	Itapetinga	12	114	MA	Balsas	11	104
BA	Ituberá	6	57	MA	Caxias	25	238
BA	Jacobina	32	304	MA	Coroatá	9	86
BA	Jequié	35	332	MA	Imperatriz	44	418
BA	Mata de São João	12	114	MA	Lago da Pedra	4	38
BA	Poções	8	76	MA	Santa Luzia	3	28
BA	Remanso	12	114	MA	Timon	21	199
BA	Ruy Barbosa	12	114	MA	São José de Ribamar	23	219
BA	Santa Cruz Cabrália	4	38	PI	Teresina	52	494
BA	Santo Amaro	17	162	PI	Esperantina	6	57
BA	Serrinha	15	142	PI	Florianópolis	18	171
BA	Valença	25	238	PI	Oeiras	5	47
BA	Camaçari	31	294	PI	Parnaíba	32	304
BA	Lauro de Freitas	19	181	PI	Picos	17	162
SE	Aracaju	42	399	PI	União	4	38
SE	Itabaianinha	4	38	MG	Belo Horizonte	92	874
SE	Nossa Senhora do Socorro	38	361	MG	Araxá	35	333
SE	Tobias Barreto	8	76	MG	Buritizinho	9	86

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA - ETAPA 1 (continuação)

MG	Carandaí	6	57
MG	Caratinga	9	86
MG	Conselheiro Lafaiete	21	199
MG	Guaxupé	13	123
MG	Ipatinga	34	323
MG	Itabira	17	162
MG	Janaúba	23	218
MG	Mariana	8	76
MG	Muriae	34	323
MG	Patos de Minas	43	408
MG	Pedra Azul	9	86
MG	Pitangui	4	38
MG	Poços de Caldas	43	409
MG	Teófilo Otoni	15	142
MG	Três Pontas	12	114
MG	Ubá	34	323
MG	Unaí	27	256
MG	Betim	50	475
MG	Esmeraldas	8	76
MG	Ribeirão das Neves	34	323
MG	Sete Lagoas	32	304
MS	Campo Grande	50	475
MS	Cassilândia	7	66
MS	Dourados	29	276
MS	Nova Andradina	9	86
MS	Ponta Porã	9	85
MS	Três Lagoas	26	247
MT	Cuiabá	42	399
MT	Cáceres	10	95
MT	Guarantã do Norte	7	67
MT	Primavera do Leste	4	38
MT	Rondonópolis	36	342
MT	Sinop	20	190
MT	Tangará da Serra	19	180
MT	Várzea Grande	30	285
PA	Belém	70	665
PA	Abaetetuba	24	228
PA	Alenquer	10	95
PA	Bragança	20	190
PA	Breves	17	162
PA	Capitão Poço	8	76
PA	Itaituba	27	256
PA	Mãe do Rio	6	57
PA	Obidos	14	133
PA	Paragominas	25	238
PA	Portel	7	66
PA	Rondon do Pará	12	114
PA	Tailândia	8	76
PA	Ulianópolis	4	38
PA	Ananindeua	39	370
PA	Marituba	7	67
PB	João Pessoa	48	456
PB	Alagoa Grande	2	19
PB	Cabedelo	13	124
PB	Cajazeiras	19	180
PB	Campina Grande	43	409
PB	Guarabira	5	47
PB	Monteiro	10	95
PB	Pombal	11	104
PB	Santa Rita	27	257

PE	Recife	72	684
PE	Água Preta	3	28
PE	Arcoverde	25	238
PE	Belo Jardim	27	257
PE	Carpina	15	143
PE	Cupira	9	86
PE	Goiana	13	123
PE	Limoeiro	19	181
PE	Ouricuri	12	114
PE	Palmares	11	104
PE	São Caitano	11	104
PE	São José do Egito	11	104
PE	Timbaúba	12	114
PE	Trindade	8	76
PE	Camaragibe	21	199
PE	Olinda	65	618
RN	Natal	52	494
RN	Areia Branca	3	29
RN	Macau	4	38
RN	Mossoró	37	352
RN	Santa Cruz	4	38
RN	Extremoz	5	47
RN	Parnamirim	32	304
PR	Curitiba	80	760
PR	Assis Chateaubriand	11	104
PR	Bandeirantes	9	86
PR	Guarapuava	53	504
PR	Irati	13	123
PR	Loanda	3	28
PR	Maringá	61	579
PR	Palotina	8	76
PR	Paranaguá	35	333
PR	Santo Antônio da Platina	9	86
PR	Umuarama	16	152
PR	Campo Largo	49	466
PR	Quatro Barras	8	76
ES	Vitória	40	380
ES	Cariacica	33	314
ES	Vila Velha	35	332
ES	Alegre	11	104
ES	Guaçuí	9	86
ES	Itapemirim	8	76
ES	Marataízes	12	114
ES	Aracruz	14	133
ES	Colatina	25	238
ES	Nova Venécia	7	66
RJ	Rio de Janeiro	146	1387
RJ	Angra dos Reis	30	285
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	10	95
RJ	Cabo Frio	33	313
RJ	Macaé	46	437
RJ	Resende	28	266
RJ	Rio das Ostras	12	114
RJ	Santo Antônio de Pádua	10	95
RJ	Araruama	21	200
RJ	Japeri	10	95
RJ	São Gonçalo	128	1216
RS	Porto Alegre	70	665
RS	Bento Gonçalves	30	285
RS	Farroupilha	20	190

Pesquisa Nacional de Vitimização

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA - ETAPA 1 (continuação)

RS	Lajeado	24	228
RS	Osório	14	133
RS	Cachoeira do Sul	33	313
RS	Marau	9	86
RS	Cruz Alta	31	294
RS	São Lourenço do Sul	9	86
RS	Santana do Livramento	29	276
RS	São Luiz Gonzaga	16	152
RS	Uruguaiana	31	294
RS	Campo Bom	25	238
RS	Guaíba	38	361
RS	Sapiranga	29	275
SC	Florianópolis	40	380
SC	Itajaí	22	209
SC	Blumenau	38	361
SC	Joinville	42	399
SC	Jaraguá do Sul	12	114
SC	Rio Negrinho	4	38
SC	Imbituba	12	114
SC	Laguna	16	152
SC	Tubarão	21	200
SC	Caçador	13	124
SC	Campos Novos	7	66
SC	Chapecó	29	275
SC	Palhoça	14	133
SC	São José	26	247
SP	São Paulo	194	1843
SP	José Bonifácio	16	152
SP	Votuporanga	42	399
SP	Barretos	36	342
SP	Cajuru	7	67
SP	Jaboticabal	31	294
SP	Santa Rosa de Viterbo	10	95
SP	Andradina	31	294
SP	Botucatu	41	390
SP	Jaú	30	285
SP	Pederneiras	9	85
SP	Araras	59	560
SP	Iracemápolis	7	67
SP	Amparo	18	171
SP	Cosmópolis	15	143
SP	Santa Bárbara d'Oeste	77	731
SP	Martinópolis	10	95
SP	Presidente Venceslau	21	199
SP	Tupã	19	181
SP	Ourinhos	31	294
SP	Itapeva	21	200
SP	Tatuí	28	266
SP	Ibiúna	16	152
SP	Piedade	14	133
SP	Votorantim	60	570
SP	Cachoeira Paulista	21	200
SP	Lorena	61	579
SP	Iguape	7	67
SP	São Vicente	26	247
SP	Guarulhos	97	921
SP	Osasco	61	580

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA - ETAPA 2

BA	Esplanada	5	47
BA	Feira de Santana	35	333
BA	Itabuna	25	238
BA	São Francisco do Con	4	38
BA	Vitória da Conquista	20	190
CE	Juazeiro do Norte	20	190
CE	Sobral	20	190
PE	Caruaru	20	190
PE	Jaboatão dos Guarar	25	237
PE	Petrolina	20	190
GO	Anápolis	27	256
PA	Santarém	20	190
PR	Cascavel	22	209
PR	Foz do Iguaçu	25	238
PR	Ponta Grossa	25	237
RS	Alvorada	15	142
RS	Canoas	15	142
RS	Caxias do Sul	32	304
RS	Passo Fundo	23	219
RS	Pelotas	27	257
RS	Rio Grande	15	143
RS	Santa Maria	25	238
RS	Torres	7	66
SC	Criciúma	20	190
ES	Cachoeiro de Itapemir	20	190
MG	Arcos	5	48
MG	Caxambu	3	28
MG	Corinto	5	48
MG	Juiz de Fora	40	380
MG	Mantena	3	28
MG	Montes Claros	60	570
MG	Sabará	10	95
MG	São Joaquim de Bicas	5	48
MG	Uberlândia	50	475
RJ	Campos dos Goytac	25	238
RJ	Duque de Caxias	32	304
RJ	Volta Redonda	15	142
SP	Águas de Lindóia	7	66
SP	Americana	15	142
SP	Bauru	27	257
SP	Cubatão	15	143
SP	Franca	22	209
SP	Jundiaí	25	238
SP	Lençóis Paulista	10	95
SP	Marília	22	209
SP	Piracicaba	32	304
SP	Pirassununga	7	67
SP	Presidente Prudente	30	285
SP	Ribeirão Preto	38	361
SP	Rio Claro	20	190
SP	Santa Cruz das Palme	7	66
SP	São Bernardo do Cam	20	190
SP	São Caetano do Sul	10	95
SP	São Carlos	20	190
SP	São José do Rio Preto	40	380
SP	São José dos Campo	50	475
SP	Sorocaba	40	380
SP	Sumaré	15	142
SP	Taubaté	23	219

4.5. Ponderação

Após a realização da fase complementar da amostra, as bases resultantes das duas etapas foram reunidas. Nesse momento, já estavam disponíveis os dados do Censo IBGE 2010. Com base nesses dados, foi aplicada uma ponderação nos questionários. Esta ponderação teve como base os dados da população urbana com 16 anos ou mais de 2010 e foi aplicada em três passos:

- 1) Acerto do tamanho da amostra dos municípios no estrato a que pertence, já que a amostra por cidade foi definida de forma desproporcional, com a premissa de que as capitais teriam amostra mínima de 400 entrevistas cada;
- 2) Acerto dos estratos no total das regiões de vitimização;
- 3) Ajustes nas variáveis sexo e faixa etária dentro dos estratos para correção de eventuais distorções acontecidas nos dois passos anteriores.

Desta forma a amostra fica adequadamente distribuída refletindo o universo de estudo e permitindo as leituras dos resultados pelo total da amostra, grandes regiões geográficas, regiões de vitimização, unidades da federação, capitais e demais variáveis sócio-demográficas sempre que a base for suficiente para leitura.

Em bases com dados ponderados, cada questionário assume um determinado peso, ou seja, um valor numérico que dará o tamanho que essa observação assumirá no processamento. Esse peso é um número não inteiro e tem casas decimais. Dessa forma, sempre que um número absoluto for apresentado nos resultados das tabelas, deve-se entender que ele tem casas decimais, ainda que apresentado de forma arredondada. A precisão da informação em cada segmento, porém, está relacionada com a base absoluta, que é a quantidade efetiva de questionários, sem ponderação.

O exemplo abaixo permite identificar a diferença entre as duas informações. Na região Sudeste o número de questionários realizados foi 30.059 (indicado na coluna “Total Nos.absolutos”, mas a base ponderada, que representa a participação correta da região no total da amostra, equivale a 38.717 (na coluna “Base ponderada”).

PERFIL DA AMOSTRA								
SEXO					Total em %	Base ponderada	Total Nos. absolutos	
Masculino		Feminino						
N (pond)	%	N (pond)	%					
TOTAL		37186	47,7	40822	52,3	100	78008	78008
REGIÃO	SUDESTE	18424	47,6	20293	52,4	100	38717	30059
	SUL	5248	47,9	5700	52,1	100	10949	12446
	NORDESTE	7975	47,0	9006	53,0	100	16981	20911
	CENTRO OESTE	2887	48,4	3074	51,6	100	5960	6593
	NORTE	2651	49,1	2750	50,9	100	5401	7999
Base: Total da amostra								

Base: Total da amostra

5. Margem de Erro e Intervalo de Confiança (IC)

Todo estudo amostral tem associado a ele um erro amostral, denominado margem de erro.

A margem de erro é utilizada para construção de intervalos de confiança (IC) das informações apuradas pelo estudo, ou seja, serve para estabelecer um limite inferior e limite superior para a informação coletada. Neste estudo estamos falando das incidências de diversos aspectos de vitimização abordados no estudo, na verdade uma estimativa dessas incidências.

O tamanho da amostra é um fator importante para o cálculo da margem de erro, quando maior a amostra menor será a margem. Outro fator importante para cálculo da margem de erro é o nível de significância adotado (neste estudo o nível de significância foi de 95%). O nível de confiança é a probabilidade (chance) de que a verdadeira incidência esteja contida no intervalo de confiança gerado a partir da margem de erro.

No intuito de facilitar a construção dos intervalos de confiança para os dados do estudo, montou-se uma tabela resumida, apresentada abaixo, que relaciona tamanho da amostra e margem de erro máxima. Com ela é possível estabelecer os intervalos de confiança para todas as informações levantadas no estudo. O cálculo da margem de erro encontra-se no ANEXO 1.

Tabela 13 - Margem de erro máxima por Região, UF e Capitais

	Setores	Amostra PNV	Universe pop.urb	erro máximo (pp. - pontos percentuais)
CO	694	6593	5.821.947	1,2
DF	92	874	1.854.520	3,3
GO	304	2888	2.128.242	1,8
Goiânia	66	627	1.006.262	3,9
MS	130	1235	880.482	2,8
Campo Grande	50	475	586.437	4,5
MT	168	1596	958.703	2,5
Cuiabá	42	399	407.205	4,9
N	842	7999	4.936.640	1,1
AC	80	760	274.642	3,5
Rio Branco	40	380	212.414	5,0
AM	156	1482	1.442.817	2,5
Manaus	76	722	1.250.890	3,6
AP	80	760	319.773	3,6
Macapá	40	380	255.681	5,0
PA	318	3021	1.985.788	1,8
Belém	70	665	1.035.478	3,8
RO	88	836	379.508	3,4
Porto Velho	40	380	278.916	5,0
RR	40	380	188.906	5,0
Boa Vista	40	380	188.906	5,0
TO	80	760	345.206	3,6
Palmas	40	380	158.499	5,0
SE	3164	30059	30.493.813	0,6
ES	214	2033	1.181.842	2,2
Vitória	40	380	259.794	5,0
MG	793	7534	5.052.918	1,1
Belo Horizonte	92	874	1.889.579	3,3
RJ	546	5187	7.659.719	1,4
Rio de Janeiro	146	1387	4.999.221	2,6
SP	1611	15305	16.599.334	0,8
São Paulo	194	1843	8.673.614	2,3

	Setores	Amostra PNV	Universe pop.urb	erro máximo (pp. - pontos percentuais)
NE	2201	20911	14.945.858	0,7
AL	147	1397	965.709	2,6
Maceió	56	532	681.523	4,2
BA	545	5178	3.769.571	1,4
Salvador	100	950	2.078.873	3,2
CE	360	3420	2.711.027	1,7
Fortaleza	92	874	1.852.585	3,3
MA	209	1986	1.253.940	2,2
São Luís	58	551	717.196	4,2
PB	178	1691	1.059.178	2,4
João Pessoa	48	456	549.235	4,6
PE	399	3790	2.797.811	1,6
Recife	72	684	1.190.241	3,7
PI	134	1273	803.916	2,7
Teresina	52	494	575.417	4,4
RN	137	1302	1.007.148	2,7
Natal	52	494	614.195	4,4
SE	92	874	577.558	3,3
Aracaju	42	399	433.488	4,9
S	1310	12446	7.982.415	0,9
PR	427	4057	2.770.128	1,5
Curitiba	80	760	1.374.092	3,6
RS	567	5387	3.271.348	1,3
Porto Alegre	70	665	1.123.888	3,8
SC	316	3002	1.940.939	1,8
Florianópolis	40	380	327.825	5,0
Total geral	8211	78008	64.180.673	0,4

(1) Margem de erro máxima é obtida quando a incidência é igual a 50%.

6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA

6.1 Perfil da amostra

Do total de entrevistados ouvidos pelo Datafolha, 52,3% são mulheres, e 47,7%, homens. Por idade, 21,3% têm de 16 e 24 anos. Em seguida vêm as faixas etárias de 25 a 34 anos (23,7%), 35 a 44 anos (19,3%), 45 a 59 anos (21,7%) e 60 anos ou mais (14,1%).

Gráfico 1 – Perfil da amostra, em %

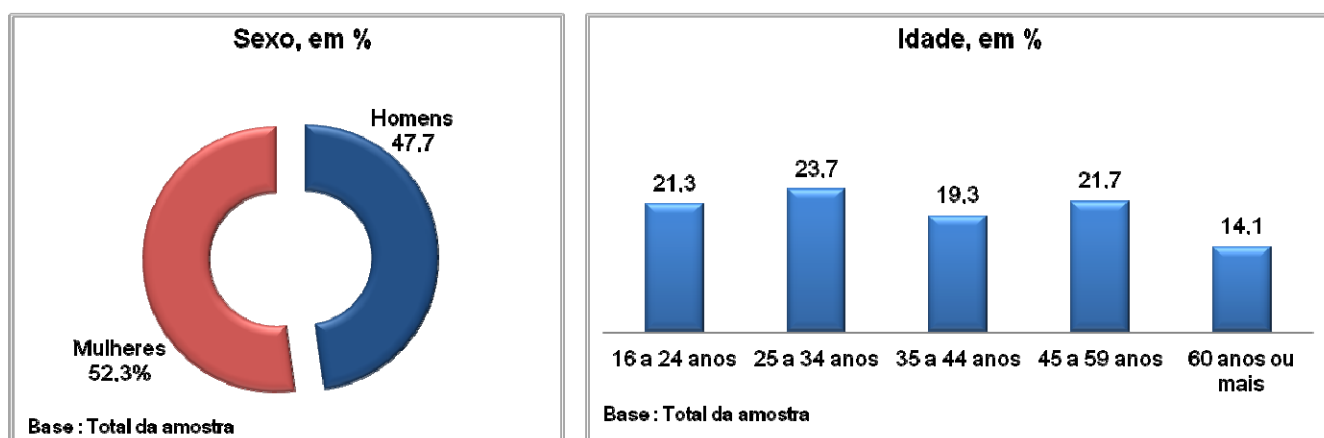


Tabela 14 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
SEXO	Masculino	37186 47,7	18424 47,6	5248 47,9	7975 47,0	2887 48,4	2651 49,1
	Feminino	40822 52,3	20293 52,4	5700 52,1	9006 53,0	3074 51,6	2750 50,9
IDADE	16 a 24 anos	16614 21,3	7652 19,8	2219 20,3	3970 23,4	1342 22,5	1431 26,5
	25 a 34 anos	18454 23,7	8881 22,9	2442 22,3	4164 24,5	1518 25,5	1450 26,8
	35 a 44 anos	15059 19,3	7456 19,3	2100 19,2	3243 19,1	1213 20,4	1046 19,4
	45 a 59 anos	16897 21,7	8849 22,9	2556 23,4	3335 19,6	1207 20,3	950 17,6
	60 anos ou mais	10984 14,1	5879 15,2	1632 14,9	2270 13,4	679 11,4	525 9,7
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

A maioria, 96,6% declara-se heterossexual, 08% homossexuais e 0,2% bissexuais. Quanto à distribuição de escolaridade, 40,6% estudaram até o ensino médio, 37,9% têm nível fundamental de instrução e 17% nível superior. Outros 44,4% não têm instrução. Observa-se na região Nordeste o maior índice de entrevistados sem instrução (7,5%) e nas regiões Sul e Centro-Oeste os maiores índices de entrevistados com nível superior (20,4% e 20,9%, respectivamente).

Gráfico 2 – Perfil da amostra, em %

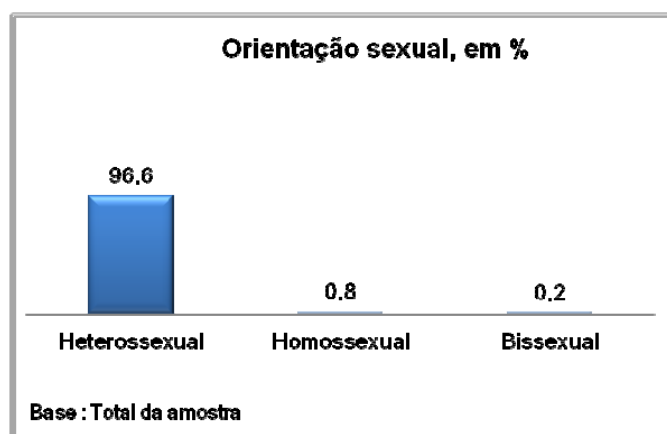
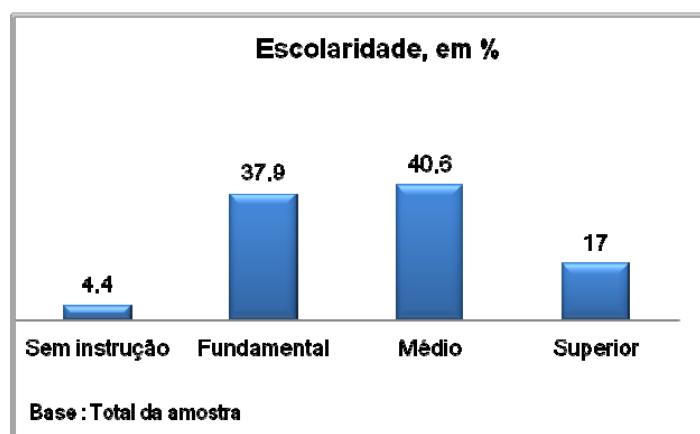


Tabela 15 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	1303	294	1275	240	323
		4,4	3,4	2,7	7,5	4,0	6,0
	Fundamental	29562	14560	4466	6443	2098	1995
		37,9	37,6	40,8	37,9	35,2	36,9
	Médio	31675	16038	3951	6994	2374	2317
		40,6	41,4	36,1	41,2	39,8	42,9
	Superior	13289	6791	2234	2257	1245	763
		17,0	17,5	20,4	13,3	20,9	14,1
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Não respondeu/ Recusa	22	10	1	6	3	2
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
	Não sabe/ Não lembra	24	15	1	6	1	1
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Heterossexual	75349	37241	10714	16305	5822	5268
		96,6	96,2	97,9	96,0	97,7	97,5
	Homossexual	621	345	50	149	36	41
		0,8	0,9	0,5	0,9	0,6	0,8
	Bissexual	178	71	28	51	11	17
		0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
	Não tem relações sexuais	1216	656	145	308	57	49
		1,6	1,7	1,3	1,8	1,0	0,9
	Não respondeu/ Recusa	644	404	12	168	34	26
		0,8	1,0	0,1	1,0	0,6	0,5
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

Pelo critério Brasil de classificação socioeconômica, que considera a posse de bens no domicílio e a escolaridade do chefe da família, metade dos entrevistados pertence à classe C (51,9%), 2,9% fazem parte da classe A, 30,1% estão na classe B e 13,3% na classe D. Na região Sul, 44,2% pertencem às classes AB. Nas regiões Nordeste e Norte são observados os maiores índices de classes DE (27,5% e 21,2%, respectivamente)

Considerando-se o valor do salário mínimo na época em que a coleta de dados foi realizada, R\$ 510,00, observa-se que a maioria tem renda familiar mensal de até 5 S.M., 46% ganham até 2 S.M. mensalmente e 36,1% recebem de 2 a 5 S.M. Outros 7,8% têm rendimento familiar entre 5 e 10 S.M. e 3,9% recebem mais de 10 S.M. no Nordeste, 31,7% têm renda familiar de até 1 S.M. por mês.

Gráfico 3 – Perfil da amostra, em %

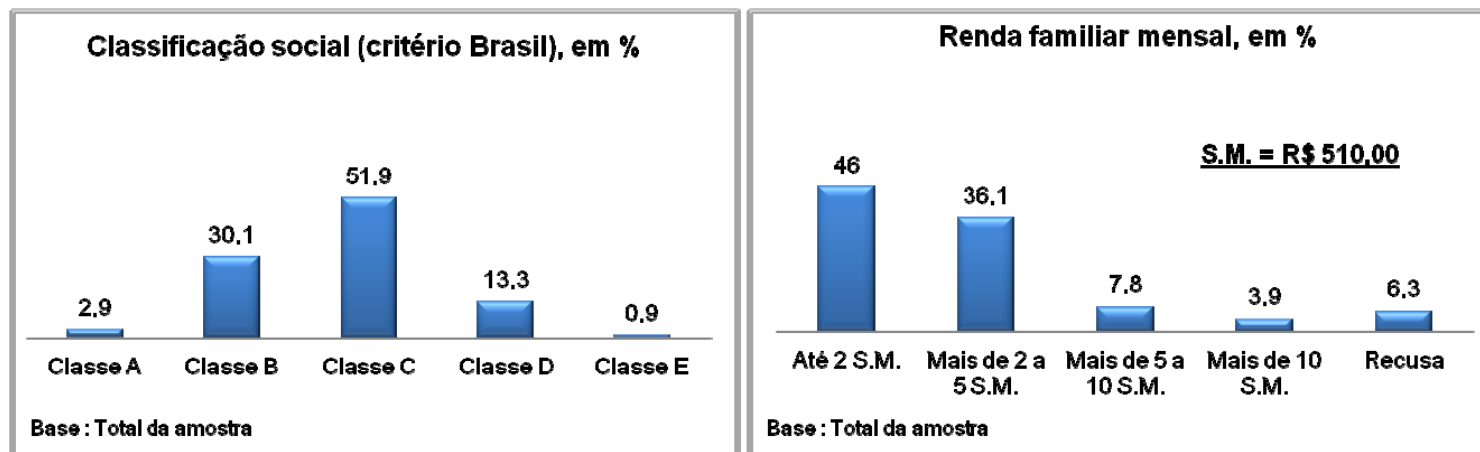


Tabela 15 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
CRITÉRIO BRASIL	A/B	25762	14525	4844	3320	2033	1040
		33,0	37,5	44,2	19,6	34,1	19,3
	A	2270	1171	389	367	263	81
		2,9	3,0	3,6	2,2	4,4	1,5
	B	23492,0	13354,0	4455,0	2954,0	1770,0	960,0
		30	34	41	17	30	18
	C	40450,0	20000,0	5274,0	8902,0	3128,0	3146,0
		51,9	51,7	48,2	52,4	52,5	58,2
	D/E	11084	3796	744	4660	741	1143
		14,2	9,8	6,8	27,5	12,4	21,2
	D	10389	3657	703	4299	714	1016
		13,3	9,4	6,4	25,3	12,0	18,8
	E	695	140	41	361	27	127
		0,9	0,4	0,4	2,1	0,5	2,4
RENDA FAMILIAR MENSAL	Não sabe	712	396	88	98	58	72
		0,9	1,0	0,8	0,6	1,0	1,3
	Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	13512	4906	1084	5389	751	1381
		17,3	12,7	9,9	31,7	12,6	25,6
	Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.020,00)	22354	10657	2710	5591	1555	1842
		28,7	27,5	24,8	32,9	26,1	34,1
	Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 1.530,00)	15337	8107	2404	2518	1339	970
		19,7	20,9	22,0	14,8	22,5	18,0
	Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	12835	7060	2262	1725	1086	701
		16,5	18,2	20,7	10,2	18,2	13,0
	Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	6066	3181	1137	887	583	277
		7,8	8,2	10,4	5,2	9,8	5,1
	Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	1592	867	268	190	176	91
		2,0	2,2	2,5	1,1	3,0	1,7
	Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	730	377	93	109	111	39
		0,9	1,0	0,9	0,6	1,9	0,7
	Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)	678	333	104	129	86	26
		0,9	0,9	1,0	0,8	1,5	0,5
	Não sabe/ Não lembra	2185	1482	274	250	143	36
		2,8	3,8	2,5	1,5	2,4	0,7
	Não respondeu/ Recusa	2719	1747	612	193	129	38
		3,5	4,5	5,6	1,1	2,2	0,7
%	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

A maioria dos entrevistados (61,8%) faz parte da população economicamente ativa (PEA). Um quarto (25,1%) é assalariado registrado, 11,4% são free-lance, 5,5% estão desempregados à procura de emprego, 5,0% são autônomos regulares e 4,7% funcionários públicos. Outros 2,4% declaram-se empresários, 0,6% profissionais liberais e 0,6% estagiários. Analisando-se os resultados por região, observa-se na região Centro-Oeste o maior índice de economicamente ativos (65,7%).

Não exercem atividade remunerada 38,2% dos entrevistados, desses 14,9% são donas de casa, 13,6% aposentados e 6,8% estudantes.

Gráfico 4 – Perfil da amostra, em %

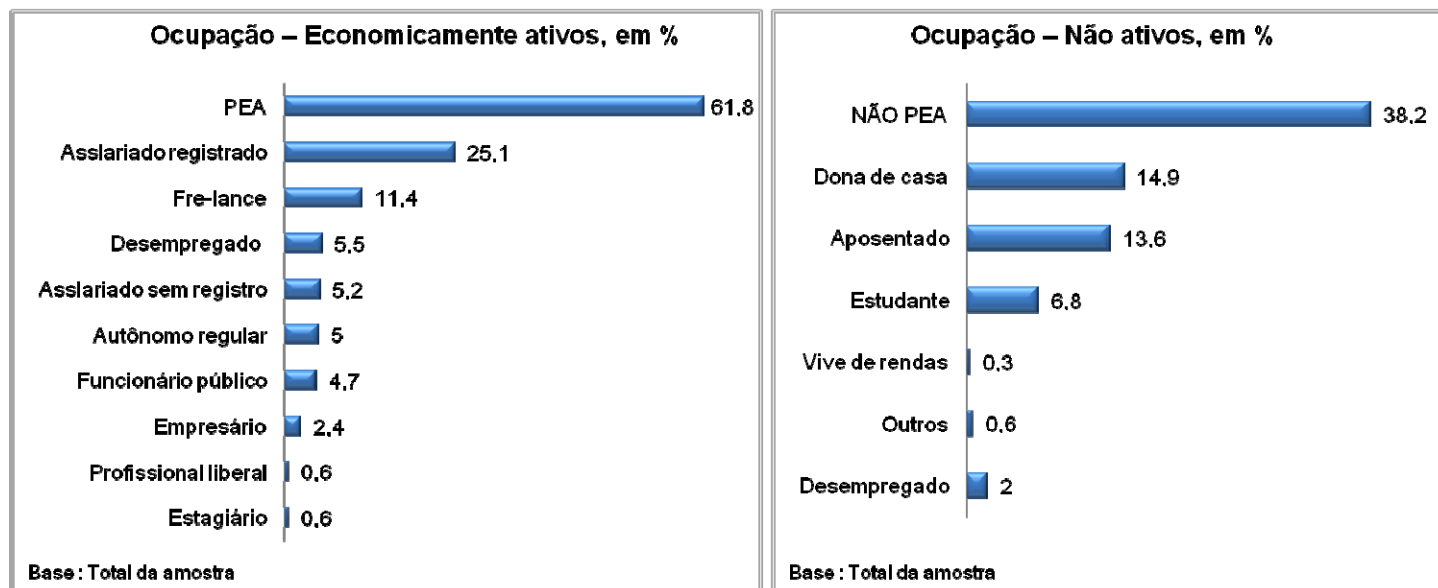


Tabela 16 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PEA	48225	23879	6900	10118	3917	3412
		61,8	61,7	63,0	59,6	65,7	63,2
	Assalariado registrado	19546	10422	3262	3158	1673	1030
		25,1	26,9	29,8	18,6	28,1	19,1
	Assalariado sem registro	4014	1867	457	1037	333	320
		5,2	4,8	4,2	6,1	5,6	5,9
	Funcionário público	3697	1491	472	872	422	440
		4,7	3,9	4,3	5,1	7,1	8,2
	Autônomo regular (Paga ISS)	3910	2038	802	590	274	206
		5,0	5,3	7,3	3,5	4,6	3,8
	Profissional liberal (autônomo universitário)	499	293	88	61	40	17
		0,6	0,8	0,8	0,4	0,7	0,3
	Empresário	1835	920	458	232	145	79
		2,4	2,4	4,2	1,4	2,4	1,5
	Free-lance/ bico	8896	3852	781	2707	617	939
		11,4	10,0	7,1	15,9	10,4	17,4
	Estagiário/ aprendiz (remunerado)	434	178	82	95	42	37
		0,6	0,5	0,8	0,6	0,7	0,7
	Outros PEA	1121	455	80	341	109	136
		1,4	1,2	0,7	2,0	1,8	2,5
	Desempregado (procura emprego)	4273	2362	417	1025	260	208
		5,5	6,1	3,8	6,0	4,4	3,9
	NÃO PEA	29777	14834	4049	6862	2044	1988
		38,2	38,3	37,0	40,4	34,3	36,8
	Dona de casa	11581	5794	1449	2686	825	826
		14,9	15,0	13,2	15,8	13,8	15,3
	Aposentado	10626	5647	1689	2178	658	455
		13,6	14,6	15,4	12,8	11,0	8,4
	Estudante	5262	2238	629	1484	405	506
		6,8	5,8	5,7	8,7	6,8	9,4
	Vive de rendas	232	83	27	85	22	16
		0,3	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3
	Outros NAO PEA	494	224	75	109	43	44
		0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,8
	Desempregado (Não procura emprego)	1582	848	181	321	91	141
		2,0	2,2	1,7	1,9	1,5	2,6
	Não respondeu/ Recusa	6	4		1		1
		0,0	0,0		0,0		0,0
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

A pesquisa revela que a maioria dos entrevistados declara seguir a religião católica, 59%. Os evangélicos pentecostais somam 19,7%, os não pentecostais são 7,0% e 3,1% declaram-se espíritas. Outros 8,2% não têm religião e 0,4% são ateus. Os católicos alcançam 64,1% na região Nordeste e os evangélicos pentecostais ficam acima da média na região Norte (24%).

Gráfico 5 – Perfil da amostra, em %

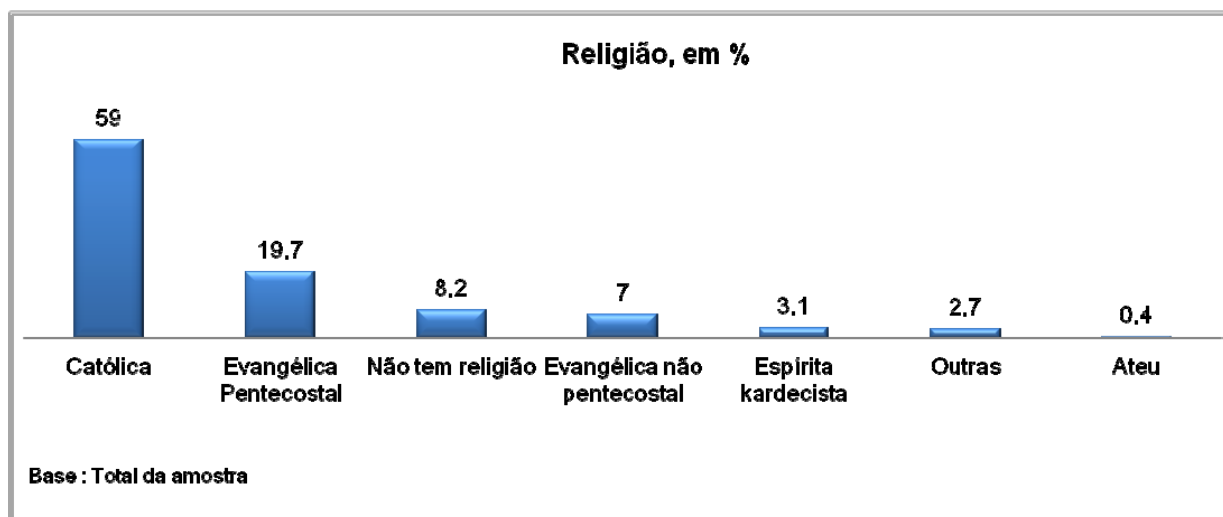


Tabela 17 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
RELIGIÃO	Católica	46034	21272	7179	10889	3441	3252
		59,0	54,9	65,6	64,1	57,7	60,2
	Evangélica Pentecostal	15325	8329	1648	2740	1311	1296
		19,7	21,5	15,1	16,1	22,0	24,0
	Não tem religião/nenhuma	6358	3335	757	1521	416	328
		8,2	8,6	6,9	9,0	7,0	6,1
	Evangélica não Pentecostal	5471	2844	624	1151	463	388
		7,0	7,4	5,7	6,8	7,8	7,2
	Espírita Kardecista, espiritualista	2419	1543	349	296	188	43
		3,1	4,0	3,2	1,7	3,2	0,8
	Umbanda	398	246	117	19	11	5
		0,5	0,6	1,1	0,1	0,2	0,1
	É ateu/não acredita em Deus	327	183	59	56	23	7
		0,4	0,5	0,5	0,3	0,4	0,1
	Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras	286	155	37	83	7	3
		0,4	0,4	0,3	0,5	0,1	0,1
	Judaica	69	42	10	6	3	8
		0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2
	Outra religião	1313	765	168	217	97	66
		1,7	2,0	1,5	1,3	1,6	1,2
	Não respondeu/ Recusa	7	3		1	1	3
		0,0	0,0		0,0	0,0	0,1
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

Estão casados, 40,3% dos entrevistados, 31,1% declaram-se solteiros e 15,4% amigados. Os viúvos totalizam 6,0% e os separados somam 7,2%, sendo 4,5% separados oficialmente e 2,7% não oficialmente. Na região Norte é observado o maior índice de entrevistados que vivem em união consensual: 26% e no Sul o maior índice de casados (44,6%).

Gráfico 6 – Perfil da amostra, em %

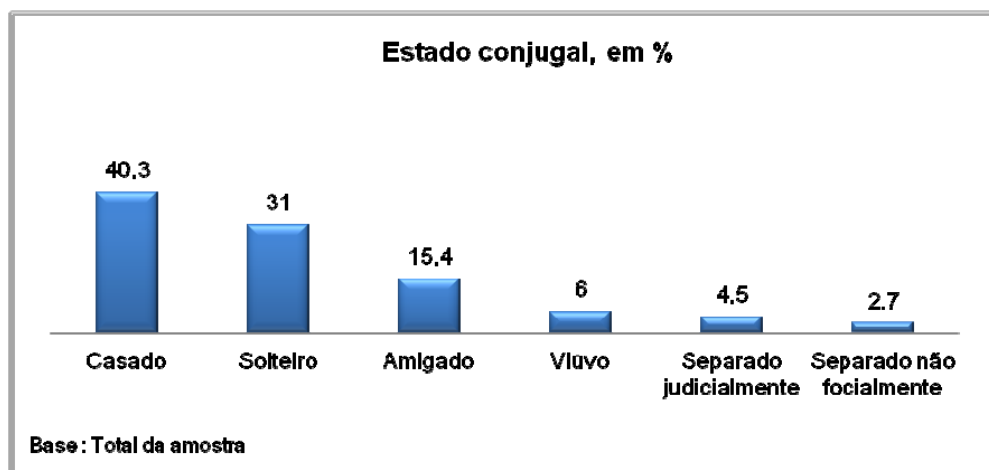


Tabela 18 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
ESTADO CONJUGAL	Solteiro(a)	24291	11787	3065	5788	1776	1874
		31,1	30,4	28,0	34,1	29,8	34,7
	Casado(a)	31457,0	16546,0	4888,0	5934,0	2536,0	1553,0
		40,3	42,7	44,6	35,0	42,6	28,7
	Amigado, amasiado (união consensual)	11973	5042	1527	3101	898	1404
		15,4	13,0	14,0	18,3	15,1	26,0
	Separado(a) judicialmente/ Divorciado (a)	3492	1901	534	576	303	177
		4,5	4,9	4,9	3,4	5,1	3,3
	Separado(a) não oficialmente	2126	961	225	616	168	155
		2,7	2,5	2,1	3,6	2,8	2,9
	Viúvo(a)	4653	2465	709	963	279	238
		6,0	6,4	6,5	5,7	4,7	4,4
	Não respondeu/ Recusa	16	14		1		0
		0,0	0,0		0,0		0,0
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

Cerca de 46,3% dos entrevistados na pesquisa nacional de vitimização consideram-se de cor branca, 33,8% declaram-se pardos, 10,7% pretos e 1,7% de cor amarela. Outros 6,2% consideram-se morenos. Na região Sul, 81,1% declaram-se brancos e na região Norte é observado o maior índice de pardos (55,3%).

Gráfico 7 – Perfil da amostra, em %

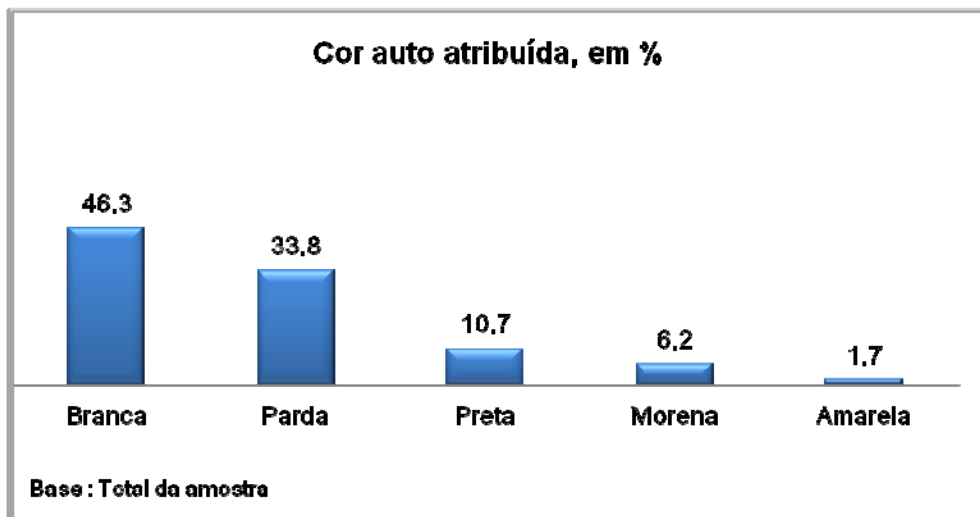


Tabela 19 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
COR	Branca	36143	19369	8879	4288	2420	1187
		46,3	50,0	81,1	25,3	40,6	22,0
	Preta	8356	4343	545	2397	569	502
		10,7	11,2	5,0	14,1	9,6	9,3
	Parda	26375	12343	1264	7346	2434	2988
		33,8	31,9	11,5	43,3	40,8	55,3
	Amarela	1359	612	74	399	172	102
		1,7	1,6	0,7	2,4	2,9	1,9
	Indígena	677	254	55	244	52	73
		0,9	0,7	0,5	1,4	0,9	1,4
	Morena	4853	1683	126	2233	293	518
		6,2	4,4	1,2	13,2	4,9	9,6
	Outra Cor	157	55	4	56	16	26
		0,2	0,1	0,0	0,3	0,3	0,5
	Não respondeu/ Recusa	88	59	2	19	3	4
		0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

A maioria, 85,3% mora em casa, 11,9% residem em apartamentos, 2,4% em barracos e 0,4% em cortiços. Na região Sul, é observado o maior índice de entrevistados que moram em apartamentos (15,7%) e no Centro-Oeste, 6,8% declaram morar em barracos.

Gráfico 8 – Perfil da amostra, em %

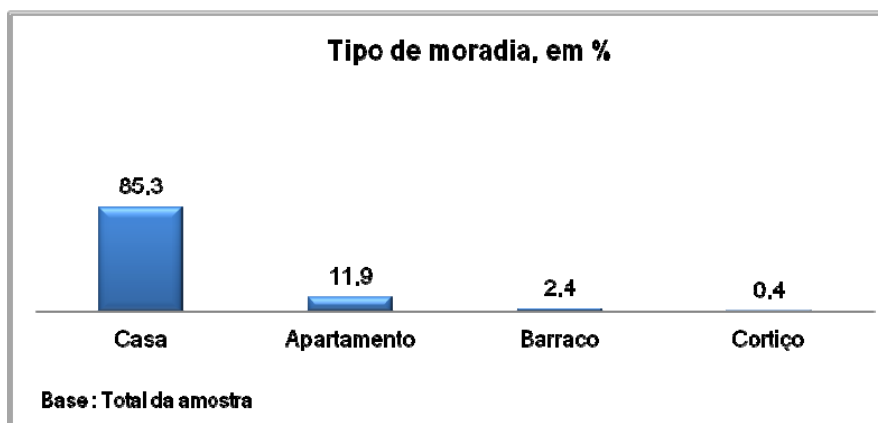


Tabela 20 – Perfil da amostra em N.A. ponderado e %

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
TIPO DE MORADIA	Flat/ apartamento/ kitnete	9257	4819	1715	1606	699	419
		11,9	12,5	15,7	9,5	11,7	7,8
	Casa	66515	32626	9132	15094	4842	4822
		85,3	84,3	83,4	88,9	81,2	89,3
	Barraco	1842	1035	74	201	403	129
		2,4	2,7	0,7	1,2	6,8	2,4
	Cortiço	305	211	22	56	7	9
		0,4	0,5	0,2	0,3	0,1	0,2
	Madeira/ Taipa	10	1	0	1	2	6
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Palafita	5					5
		0,0					0,1
	Chácara/ Sítio	6	3	0	1	2	
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Outro	44	13	4	20	5	3
		0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
	Não respondeu/ Recusa	24	10	2	3	1	8
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Total em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

6.2. Caracterização das rotineiras

Cerca de metade dos entrevistados costuma ficar em casa de segunda a sexta-feira durante o período da manhã, das 06 ao meio-dia (54,1%), e da tarde, do meio-dia às 18 horas (51%). Essa tendência aumenta à noite, das 18 horas à meia-noite (81,2%), e chega a 95,2% de madrugada.

Durante a semana, de segunda sexta, costuma ficar:

	Manhã – 06h às 12h	Tarde – 12h às 18h	Noite – 18h às 24h	Madrugada – 00h às 06h
Em casa	54,1	51,0	81,2	95,2
Fora de casa	45,9	49,0	18,7	4,7

As regiões Nordeste e Sudeste apresentam índices um pouco acima da média dos entrevistados que costumam ficar em casa de manhã e de tarde. No Nordeste, 55,6% costumam ficar em casa de manhã e 53,9% à tarde, cujo destaque é Sergipe, com respectivamente, 60,3% e 58,8%. No Sudeste, os índices são respectivamente, 55,2% de manhã e 51,7% de tarde, no Sul, 53% e 48%, no Norte, 49,6% e 47,9%, e no Centro Oeste, 48,5% e 46,1%.

Ao se cruzar os resultados com as variáveis socioeconômicas, comparativamente, as mulheres costumam ficar mais em casa do que os homens, os mais velhos do que os mais jovens e os menos escolarizados do que os mais escolarizados, principalmente nos períodos da manhã e da tarde.

Pela manhã, entre as mulheres, 66,7% costumam ficar em casa, já entre os homens, 40,2%, à tarde os índices são respectivamente 63,2% e 37,5%, à noite 84,9% e 77,2% e de madrugada 97,4% e 92,9%. No segmento por faixa etária, entre os mais velhos, 80,8% costumam ficar em casa pela manhã enquanto, entre os mais jovens, 49% têm esse costume, à noite os índices são respectivamente, 95,3% e 66,9%. Por fim, quanto ao segmento de escolaridade, entre os sem instrução, 76,9% costumam ficar em casa pela manhã, ante 37,5% entre os mais instruídos.

Os hábitos de lazer mais comuns dos entrevistados nos últimos 30 dias que antecederam a pesquisa foram: sair para visitar amigos ou parentes (64,5%), sair para ir à missa, culto, atividade religiosa ou mística (52%), sair para ir ao shopping ou centro comercial (47,5%), sair para comer (41,9%), sair para feiras populares (35,2%), sair para

praticar alguma atividade esportiva (29,7%), ir à praia ou parques (22,6%) ou bares e casas noturnas (21,1%). Outras atividades foram mencionadas mas alcançaram menos de 15%.

Gráfico 9 – Atividades que realizou nos últimos 30 dias, em %



Das atividades mais citadas, especificamente, visitar amigos ou parentes é mais comum entre os habitantes de Palmas (75,6%), Florianópolis (74,8%), Curitiba (74,8%) e Cuiabá (74,7%) e entre os que pertencem à classe A (85,9%), entre os mais escolarizados (81,3%) e entre os mais jovens (72,8%). Enquanto ir a eventos religiosos é mais comum entre os moradores de Tocantins (61,7%) e Espírito Santo (61,3%), entre os moradores de Cuiabá (62,3%) e Belo Horizonte (60,6%), entre as mulheres (57,5%), entre os mais velhos (57,3%), entre os que pertencem à classe B (55%) e entre os que possuem ensino superior (54,8%).

Já ir a shopping Center ou centros comerciais são atividades mais corriqueiras entre os moradores de Santa Catarina (54,5%), do Distrito Federal (60,4%), do Rio Grande do Norte (59,5%), de Florianópolis (66,4%), de Belo Horizonte (62,4%) e de Curitiba (62,1%).

6.3. Meios de transporte

Ônibus é o principal meio de transporte utilizado pelos entrevistados durante a semana, 56,5% utilizam esse meio para se locomover, 46,8% andam a pé e 44,1% utilizam carro. Moto é utilizada por 16,0% e bicicleta por 12,9%. A seguir aparecem van (6,6%), metrô (5,0%), táxi (4,4%) e trem (2,0%). Na região Norte, 32% utilizam moto e 30,5% bicicleta. Já o uso de carro no dia a dia atinge seu maior índice entre os moradores da região Sul do país, 58,7%.

Gráfico 10 – Meios de transporte que mais utiliza, em %

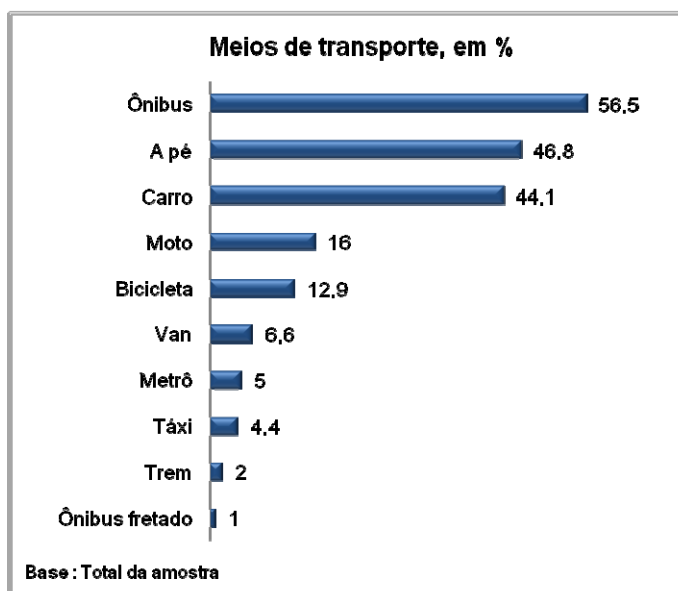


Tabela 20 – Meios de transporte em N.A. ponderado e % (resposta múltipla)

		TOTAL	REGIÃO				
			SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO OESTE	NORTE
MEIOS DE TRANSPORTE	Ônibus	44102	23537	5991	9181	2868	2526
		56,5	60,8	54,7	54,1	48,1	46,8
	A pé	36473	17020	5309	8695	2648	2802
		46,8	44,0	48,5	51,2	44,4	51,9
	Carro	34361	17916	6422	5385	3071	1567
		44,1	46,3	58,7	31,7	51,5	29,0
	Moto	12455	3846	1245	4332	1303	1729
		16,0	9,9	11,4	25,5	21,9	32,0
	Bicicleta	10057	3364	1102	2858	1084	1648
		12,9	8,7	10,1	16,8	18,2	30,5
	Van / Kombi / Lotação	5106	2823	163	1464	269	387
		6,6	7,3	1,5	8,6	4,5	7,2
	Metrô	3866	3100	148	363	255	
		5,0	8,0	1,4	2,1	4,3	
	Táxi	3440	1409	512	1076	120	323
		4,4	3,6	4,7	6,3	2,0	6,0
	Trem	1539	1190	149	194	5	1
		2,0	3,1	1,4	1,1	0,1	0,0
	Ônibus Fretado	742	484	71	130	26	33
		1,0	1,3	0,7	0,8	0,4	0,6
	Moto Táxi	381	105	5	94	7	169
		0,5	0,3	0,1	0,6	0,1	3,1
	Outro	468	195	57	136	46	34
		0,6	0,5	0,5	0,8	0,8	0,6
	Não respondeu/ Recusa	14,0	9,0	1,0	4,0		1,0
		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
	Base ponderada	78008	38717	10949	16981	5960	5401
	Total Nos. absolutos	78008	30059	12446	20911	6593	7999

7. MAPEAMENTO DOS CRIMES

7.1. Furto de veículos

7.1.1 Taxa de vitimização

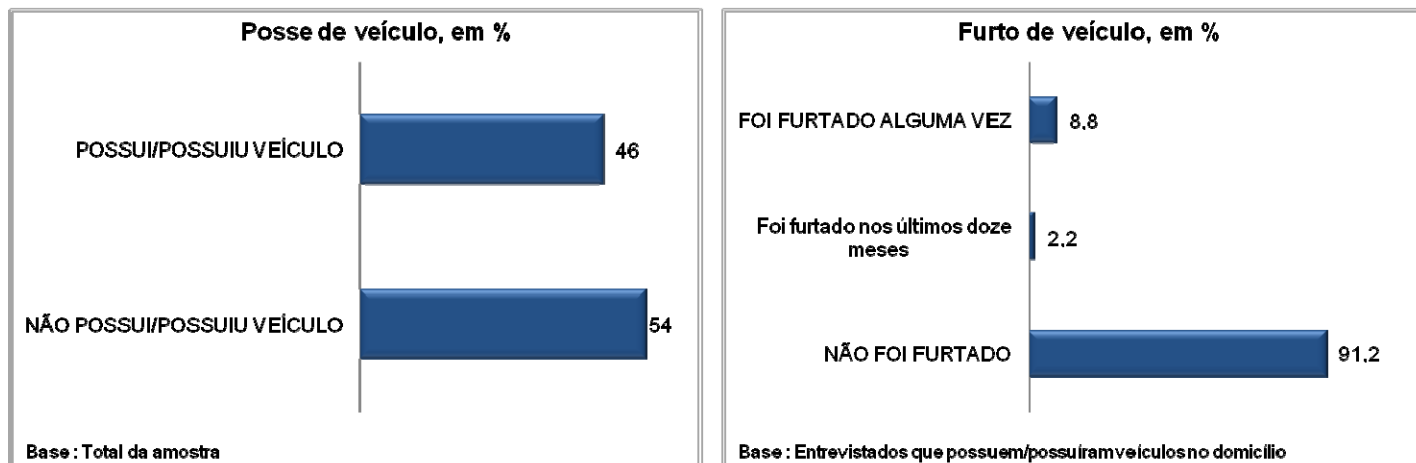
Quase metade dos entrevistados (46%) possuiu automóveis ou caminhões em seu domicílio nos 12 meses que antecederam a pesquisa nacional de vitimização. Vale enfatizar que as perguntas sobre furto e roubo de veículos foram dirigidas apenas a este universo. Para análise dos dados de vitimização, tanto de furto quanto de roubo de veículos, apesar dos resultados também apresentarem-se calculados sobre o total da amostra, é importante se verificar em quais estratos da população a posse desses bens é maior no período correspondente.

A posse declarada de carros, caminhões e caminhonetes em relação aos 12 meses anteriores ao levantamento é mais significativa entre os que moram nas regiões Sul (61,5%), Sudeste (51,9%) e Centro-Oeste (51,7%). No Nordeste, essa taxa cai para 27% e no Norte para 25,3%. Focalizando-se os estados, os maiores índices de posse encontram-se entre os que moram em São Paulo (58,3%), Santa Catarina (67,2%), Paraná (64,2%) e Distrito Federal (63,5%). Nas capitais, sobressaem-se Curitiba (68,5% de posse), Florianópolis (64,3%) e Brasília (63,5%).

Em relação às variáveis demográficas e socioeconômicas, afirmaram ter carros especialmente os mais escolarizados (74,2%) e os que pertencem às classes A (99,5% possuíam carro) e B (89,9%), segundo o critério Brasil de estratificação econômica.

Quanto à ocorrência de furto, calculando-se os dados sobre os que possuem ou possuíram veículos, 8,8% afirmam que alguma vez tiveram seus veículos furtados, isto é, levados sem uso de força ou ameaça. Para 2% dos entrevistados, a ocorrência se deu nos 12 meses anteriores ao levantamento.

Gráfico 11 – Posse e furto de veículo, em %



Furto de veículos, entre possuidores recentes de automóveis e caminhões, tende a ser mais frequente, de um modo geral, entre os moradores das regiões Sudeste (10,4%), Sul (7,1%) e Centro-Oeste (7,0%), especialmente entre os que residem nos estados de São Paulo (10,7%), Rio Grande do Sul (9%), no Distrito Federal (9,3%) e em Goiás (8,1%).

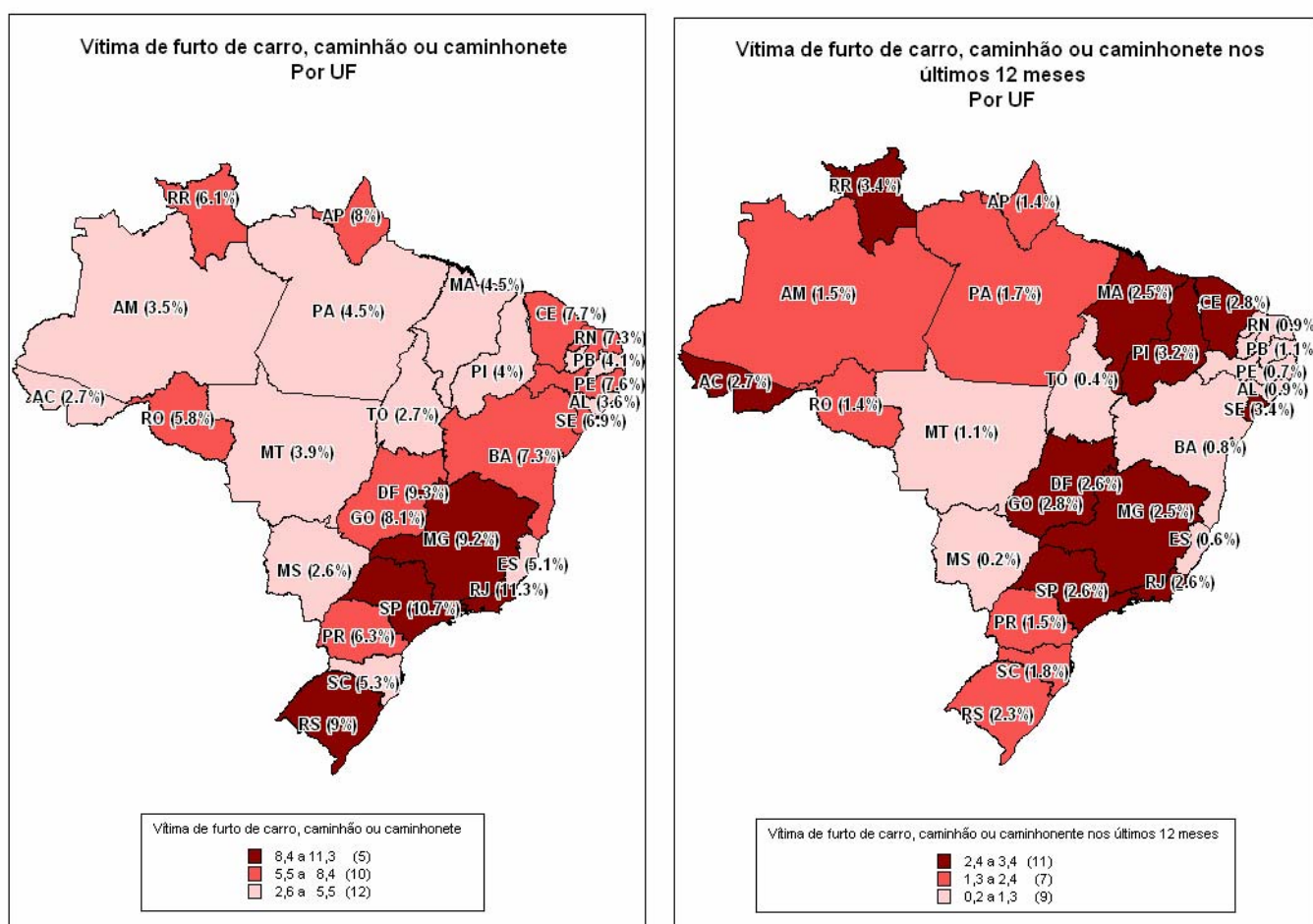
Nas capitais, o fenômeno se destaca especialmente entre os que vivem nas cidades de Porto Alegre (14,5%), São Paulo (14,1%), Belo Horizonte (12,4%), e Florianópolis (12,4%).

Quanto às variáveis demográficas e socioeconômicas, as vítimas desse tipo de crime aparecem especialmente entre os mais escolarizados (12,4%), entre os que integram a classe A do Critério Brasil de estratificação econômica (17,7%).

Focalizando-se apenas as ocorrências de furtos de veículos dos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, não há contrastes significativos por região do país. A única observação necessária é a de que entre os moradores das regiões Nordeste e Norte, comparando-se com os que residem nas demais regiões, proporcionalmente, há menos relatos desse tipo de crime com base no total da amostra (1,5% e 1,6%, respectivamente, contra 2,5% no Sudeste, 1,9% no Sul e 2,1% no Centro-Oeste).

Considerando-se as unidades da federação, nota-se proporção ligeiramente maior de vítimas de furto de veículos entre os habitantes do estado de São Paulo (2,6%) e do Distrito Federal (2,6%). Quanto às capitais, o índice dos relatos correspondentes aos 12 meses anteriores ao levantamento alcança 4,4% entre os que residem em Florianópolis, 4,1% entre os que moram em Belo Horizonte e 3,7% entre os que vivem em Porto Alegre. Vale notar que em Aracaju, apesar da taxa de posse de automóveis ou caminhões ser inferior à média da população estudada (38,9% contra 46%), a taxa de vitimização no período entre os que moram na cidade chega a 4,6% (contra 2,2% no total da amostra).

Mapa 1 – Vítimas de furto de carro, caminhão ou caminhonete por UF



A exemplo do que acontece na tendência geral, ao se focalizar apenas os resultados dos 12 meses anteriores à coleta dos dados, nota-se que as vítimas de furto de veículos concentram-se mais nos segmentos ricos e escolarizados da população – 3,7% dos que

integram a Classe A tiveram seus bens subtraídos no ano anterior e 2,8% dos que têm nível superior também.

Considerando-se como base apenas os que tiveram automóveis, caminhões ou caminhonetes furtados nos últimos 12 meses, nota-se que o fato ocorreu, na grande maioria das vezes (87,1%) por apenas uma vez no período. Outros 9% afirmam que foram furtados por duas vezes em um ano, 2,1% declaram três vezes e 1,1% quatro vezes.

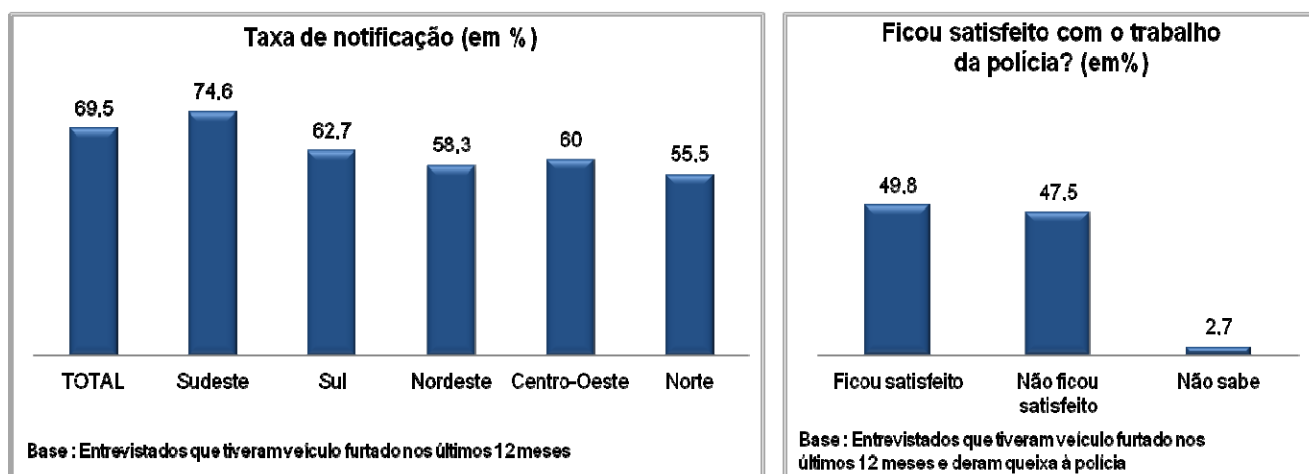
Observam-se freqüências elevadas de ocorrência principalmente entre os habitantes do estado de São Paulo (3,2% tiveram seus veículos roubados por três vezes e 1,9% por quatro vezes nos 12 meses que antecederam o campo da pesquisa de vitimização). Apesar da base menor para leitura estatística, na capital paulista, esses percentuais correspondem a 2,5% e 3,5%, respectivamente.

Sobre o local de onde o veículo foi furtado, a maior parte das ocorrências (40,7%) se deu na rua onde o entrevistado mora. A tendência se verifica em todas as regiões, mas é nítida principalmente no Sudeste (42,9%) e Sul (42,7%). No Nordeste, Norte e no Centro-Oeste crescem as menções ao furto em estacionamentos (19,4%, 12,9% e 8,8% respectivamente, sendo que no Centro-Oeste ainda 10,3% especificam estacionamentos privados).

7.1.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Quanto à notificação, a maioria das vítimas de furto de veículos (69,5%) deu queixa do fato à polícia. A subnotificação para esse tipo de crime no Brasil totaliza 29,8%. Proporcionalmente, a frequência do relato foi maior entre os que moram no sudeste (74,6%). Em todas as outras regiões do país, esse percentual fica abaixo da média.

Gráfico 12 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



Considerando-se os estratos onde há base mínima para análise estatística segura, a subnotificação de furto de veículos no período estudado tende a ser mais expressivo nas regiões Norte (44,5%) e Nordeste (41,7%), mas alcança índices elevados também no Centro-Oeste (40%) e Sul (37,3%). Também deixaram de reportar o episódio principalmente as mulheres (32,9%) e entrevistados com idade entre 45 e 59 anos (33,1%). Dentre os estados onde há número suficiente de ocorrências para cálculo dos percentuais, chama a atenção a alta taxa de notificação em São Paulo (79,3%) e em Santa Catarina (75%) e a elevada subnotificação no Rio Grande do Sul (45,8%) e Minas Gerais (44,9%).

Entre os que buscaram as autoridades oficiais para relatar a ocorrência, a maioria (51%) justifica o ato com a esperança de recuperar o bem que lhe foi subtraído. Menções à necessidade de se ter o boletim de ocorrência para acionar o seguro totalizam 17,9% e são mais frequentes, tendencialmente, entre os mais velhos (25,7%) e entre os que integram a Classe A (35,2%).

Dos que notificaram o fato às autoridades, metade (49,8%) ficou satisfeita com a forma como a polícia lidou com a questão. Entre as regiões do país, o grau de satisfação

com a ação da polícia nesses episódios é maior no sudeste (53,1%). Nos outros estratos, são raros os que apresentam número suficiente de casos para uma leitura estatística segura. Pode-se afirmar apenas, por exemplo que no estado de São Paulo, 53,8% se dizem satisfeitos com a atitude da polícia no caso, taxa que é de 62,7% no Rio Grande do Sul, 53% em Minas Gerais e 51,5 % no Rio de Janeiro.

Entre os que ficaram satisfeitos, os motivos espontâneos mais frequentes foram o atendimento cordial da polícia (22,9%) e o fato dos policiais terem demonstrado boa vontade na solução do caso (20,5%). O fato de a polícia ter recuperado o bem aparece em 13,2% das menções. Mas, questionados se os ladrões foram identificados, apenas 9,1% dos que deram queixa aos órgãos competentes respondem afirmativamente. Sobre tais dados, os contrastes em cruzamentos são prejudicados pelo baixo número de casos para cálculo de percentuais. Assim, fica impossível afirmar se existem tendências predominantes por estados, regiões ou estratos socioeconômicos e demográficos.

No extremo oposto, quanto às razões que fizeram com que 29,8% dos entrevistados com carro furtado nos 12 meses anteriores ao estudo deixassem de dar queixa à polícia, as justificativas predominantes vão da falta de esperança em obter algum resultado (24%) e da falta de percepção da importância de se fazer a ocorrência (21,7%) até a falta de confiança na polícia (16,7%). São lembrados também a irrelevância do bem subtraído (15,4%) e do furto em si (13,9%). A demora para se fazer um boletim de ocorrência foi lembrada por 8,1%. As demais menções não alcançaram esse patamar.

Para esses entrevistados, questionou-se também se eles, ao deixarem de avisar a polícia, notificaram, ao menos, algum outro órgão. Quase a totalidade do segmento (93,5%) respondeu negativamente. O número de casos que constituem base para cálculo de percentuais na grande maioria dos cruzamentos referentes a essas variáveis são insuficientes para leitura estatística segura. Assim, há necessidade de se valorizar os resultados totais do segmento (entrevistados que tiveram o veículo furtado nos últimos 12 meses e não prestaram queixa à polícia).

7.1.3 Tabelas

Tabela 21 – Furto de veículo em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		POSSE DE CARRO									
					POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL			35860	100	35860	100	3139	8,8	786	2,2	2352	6,6	32722	91,2
REGIÃO	SUDESTE	TOTAL	20088	100	20088	100	2083	10,4	502	2,5	1580	7,9	18005	89,6
		ES	624	100	624	100	32	5,1	4	0,6	28	4,5	592	94,9
		MG	3684	100	3684	100	340	9,2	91	2,5	249	6,7	3344	90,8
		RJ	3412	100	3412	100	385	11,3	87	2,6	297	8,7	3028	88,7
		SP	12369	100	12369	100	1326	10,7	320	2,6	1007	8,1	11042	89,3
	SUL	TOTAL	6736	100	6736	100	476	7,1	128	1,9	348	5,2	6260	92,9
		PR	2628	100	2628	100	166	6,3	40	1,5	126	4,8	2462	93,7
		RS	2508	100	2508	100	225	9	59	2,3	166	6,6	2283	91
		SC	1600	100	1600	100	84	5,3	29	1,8	56	3,5	1515	94,7
	NORDESTE	TOTAL	4584	100	4584	100	303	6,6	69	1,5	234	5,1	4281	93,4
		AL	244	100	244	100	9	3,6	2	0,9	7	2,7	236	96,4
		BA	1123	100	1123	100	81	7,3	9	0,8	72	6,4	1042	92,7
		CE	749	100	749	100	58	7,7	21	2,8	37	4,9	691	92,3
		MA	349	100	349	100	16	4,5	9	2,5	7	2	334	95,5
		PB	332	100	332	100	13	4,1	4	1,1	10	2,9	319	95,9
		PE	991	100	991	100	76	7,6	7	0,7	68	6,9	915	92,4
		PI	215	100	215	100	9	4	7	3,2	2	0,8	207	96
		RN	382	100	382	100	28	7,3	3	0,9	24	6,4	355	92,7
		SE	197	100	197	100	14	6,9	7	3,4	7	3,5	184	93,1
	CENTRO OESTE	TOTAL	3084	100	3084	100	216	7	65	2,1	151	4,9	2868	93
		DF	896	100	896	100	83	9,3	24	2,6	60	6,6	813	90,7
		GO	1278	100	1278	100	103	8,1	35	2,8	68	5,3	1175	91,9
		MS	450	100	450	100	12	2,6	1	0,2	11	2,4	438	97,4
		MT	459	100	459	100	18	3,9	5	1,1	13	2,9	441	96,1
	NORTE	TOTAL	1369	100	1369	100	61	4,5	22	1,6	39	2,9	1308	95,5
		AC	75	100	75	100	2	2,7	2	2,7	0	0	73	97,3
		AM	325	100	325	100	11	3,5	5	1,5	7	2	313	96,5
		AP	94	100	94	100	8	8	1	1,4	6	6,6	87	92
		PA	481	100	481	100	22	4,5	8	1,7	14	2,8	459	95,5
		RO	186	100	186	100	11	5,8	3	1,4	8	4,4	175	94,2
		RR	56	100	56	100	3	6,1	2	3,4	2	2,7	53	93,9
		TO	151	100	151	100	4	2,7	1	0,4	3	2,3	147	97,3

Base : possuidores de veículos

Tabela 22 – Furto de veículo em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		POSSE DE CARRO									
			POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	3247	100	3247	100	457	14,1	114	3,5	343	10,6	2789	85,9
Rio de Janeiro	1505	100	1505	100	163	10,8	28	1,8	136	9	1342	89,2
Belo Horizonte	698	100	698	100	86	12,4	29	4,1	58	8,3	612	87,6
Porto Alegre	442	100	442	100	64	14,5	16	3,7	48	10,8	378	85,5
Curitiba	683	100	683	100	66	9,7	15	2,2	51	7,5	617	90,3
Salvador	402	100	402	100	40	10	4	1	36	9	362	90
Recife	332	100	332	100	27	8,1	1	0,3	26	7,9	305	91,9
Fortaleza	440	100	440	100	42	9,6	16	3,6	27	6	397	90,4
Belém	180	100	180	100	12	6,6	4	2,1	8	4,5	169	93,4
Vitória	91	100	91	100	6	7	1	1	5	6	85	93
Goiânia	430	100	430	100	38	8,9	9	2,1	29	6,8	392	91,1
Brasília	896	100	896	100	83	9,3	24	2,6	60	6,6	813	90,7
Florianópolis	148	100	148	100	18	12,4	6	4,4	12	8	130	87,6
Campo Grande	210	100	210	100	8	3,7	1	0,5	7	3,2	202	96,3
Cuiabá	158	100	158	100	9	5,5	2	1,3	7	4,3	149	94,5
Teresina	161	100	161	100	6	3,9	6	3,9	0	0	155	96,1
São Luís	152	100	152	100	9	5,8	5	3	4	2,8	143	94,2
João Pessoa	151	100	151	100	8	5	2	1,1	6	3,9	144	95
Aracaju	126	100	126	100	11	8,7	6	4,6	5	4,1	116	91,3
Natal	191	100	191	100	16	8,6	1	0,5	15	8,1	174	91,4
Rio Branco	61	100	61	100	2	3,4	2	3,4	0	0	59	96,6
Manaus	302	100	302	100	11	3,8	5	1,6	7	2,2	291	96,2
Macapá	76	100	76	100	6	8,3	1	1,3	5	6,9	70	91,7
Maceió	145	100	145	100	7	4,8	2	1,2	5	3,6	138	95,2
Porto Velho	102	100	102	100	3	2,9	0	0,4	3	2,5	99	97,1
Boa Vista	56	100	56	100	3	6,1	2	3,4	2	2,7	53	93,9
Palmas	62	100	62	100	3	5,5	1	1	3	4,5	58	94,5

Base : possuidores de veículos

Tabela 23 – Furto de veículo em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		POSSE DE CARRO									
				POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		35860	100	35860	100	3139	8,8	786	2,2	2352	6,6	32722	91,2
SEXO	Masculino	18467	100	18467	100	1785	9,7	421	2,3	1364	7,4	16682	90,3
	Feminino	17393	100	17393	100	1353	7,8	365	2,1	988	5,7	16040	92,2
COR	Branca	20817	100	20817	100	2018	9,7	474	2,3	1544	7,4	18800	90,3
	Preta	2546	100	2546	100	177	6,9	31	1,2	146	5,7	2369	93,1
	Parda	10201	100	10201	100	778	7,6	237	2,3	541	5,3	9423	92,4
	Não respondeu/ Recusa	33	100	33	100	1	1,8	0	0	1	1,8	33	98,2
	Outra Cor	2263	100	2263	100	166	7,3	45	2	121	5,3	2097	92,7
ESCOLARIDADE	Sem instrução	510	100	510	100	23	4,6	3	0,6	20	3,9	487	95,4
	Fundamental	10455	100	10455	100	747	7,1	190	1,8	558	5,3	9708	92,9
	Médio	15022	100	15022	100	1148	7,6	314	2,1	834	5,6	13874	92,4
	Superior	9859	100	9859	100	1219	12,4	279	2,8	940	9,5	8640	87,6
	Não respondeu/ Recusa	8	100	8	100	1	10	0	0	1	10	7	90
	Não sabe/ Não lembra	6	100	6	100	0	0	0	0	0	0	6	100
IDADE	16 a 24 anos	6782	100	6782	100	458	6,7	182	2,7	276	4,1	6325	93,3
	25 a 34 anos	8436	100	8436	100	693	8,2	197	2,3	496	5,9	7742	91,8
	35 a 44 anos	7386	100	7386	100	611	8,3	168	2,3	443	6	6774	91,7
	45 a 59 anos	8750	100	8750	100	852	9,7	155	1,8	697	8	7899	90,3
	60 anos ou mais	4507	100	4507	100	525	11,7	85	1,9	440	9,8	3982	88,3
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	1783	100	1783	100	99	5,6	41	2,3	58	3,3	1684	94,4
	Mais de 1 até 2 salários	6659	100	6659	100	385	5,8	115	1,7	270	4,1	6274	94,2
	Mais de 2 até 3 salários	7781	100	7781	100	575	7,4	160	2,1	415	5,3	7206	92,6
	Mais de 3 até 5 salários	8777	100	8777	100	778	8,9	217	2,5	561	6,4	7999	91,1
	Mais de 5 até 10	5113	100	5113	100	591	11,6	116	2,3	475	9,3	4521	88,4
	Mais de 10 salários	2804	100	2804	100	435	15,5	83	2,9	353	12,6	2369	84,5
	Não respondeu/ Recusa	1693	100	1693	100	137	8,1	26	1,5	111	6,6	1556	91,9
	Não sabe/ Não lembra	1250	100	1250	100	138	11	28	2,2	110	8,8	1112	89

Base : possuidores de veículos

Tabela 24 – Furto de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

		Teve veículo furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		786	100	546	69,5	234	29,8	6	0,7	272	49,8	260	47,5	15	2,7
SUDESTE	TOTAL	502	100	375	74,6	122	24,3	6	1,1	199	53,1	163	43,5	13	3,4
	ES	4	100	2	47,9	2	52,1	0	0	0	21,5	1	78,5	0	0
	MG	91	100	50	55,1	41	44,9	0	0	27	53	23	46,3	0	0,7
	RJ	87	100	69	78,8	19	21,2	0	0	35	51,5	32	46,5	1	2
	SP	320	100	254	79,3	61	19	6	1,7	136	53,8	106	41,9	11	4,3
SUL	TOTAL	128	100	80	62,7	48	37,3	0	0	39	48,2	40	50,4	1	1,3
	PR	40	100	27	66,3	13	33,7	0	0	10	35,9	16	60,1	1	4
	RS	59	100	32	54,2	27	45,8	0	0	20	62,7	12	37,3	0	0
	SC	29	100	22	74,9	7	25,1	0	0	9	42,1	13	57,9	0	0
NORDESTE	TOTAL	69	100	40	58,3	29	41,7	0	0	17	41	24	59	0	0
	AL	2	100	1	26,3	2	73,7	0	0	0	48,8	0	51,2	0	0
	BA	9	100	6	68	3	32	0	0	3	44,7	3	55,3	0	0
	CE	21	100	16	73,8	6	26,2	0	0	6	40,4	9	59,6	0	0
	MA	9	100	5	52,4	4	47,6	0	0	2	45,7	2	54,3	0	0
	PB	4	100	3	87,7	0	12,3	0	0	2	75,3	1	24,7	0	0
	PE	7	100	7	94,8	0	5,2	0	0	0	5,5	6	94,5	0	0
	PI	7	100	0	5,1	7	94,9	0	0	0	100	0	0	0	0
	RN	3	100	1	42,6	2	57,4	0	0	0	26,1	1	73,9	0	0
	SE	7	100	2	22,4	5	77,6	0	0	2	100	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL	65	100	39	60	26	40	0	0	15	38,3	23	59	1	2,7
	DF	24	100	17	72,3	7	27,7	0	0	7	38,5	10	55,4	1	6,1
	GO	35	100	16	45,1	19	54,9	0	0	6	38,7	10	61,3	0	0
	MS	1	100	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
	MT	5	100	5	100	0	0	0	0	2	44,1	3	55,9	0	0
NORTE	TOTAL	22	100	12	55,5	10	44,5	0	0	3	24,4	9	75,6	0	0
	AC	2	100	1	38,3	1	61,7	0	0	0	55,4	0	44,6	0	0
	AM	5	100	2	39,1	3	60,9	0	0	0	0	2	100	0	0
	AP	1	100	1	89,5	0	10,5	0	0	0	41,1	1	58,9	0	0
	PA	8	100	5	65,8	3	34,2	0	0	0	0	5	100	0	0
	RO	3	100	1	53,6	1	46,4	0	0	1	100	0	0	0	0
	RR	2	100	1	54,2	1	45,8	0	0	1	57,8	0	42,2	0	0
	TO	1	100	0	45,6	0	54,4	0	0	0	0	0	100	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 25 – Furto de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve veículo furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	114	100	80	69,8	29	25,6	5	4,6	56	70,3	24	29,7	0	0
Rio de Janeiro	28	100	22	79,7	6	20,3	0	0	15	68,6	7	31,4	0	0
Belo Horizonte	29	100	14	50,7	14	49,3	0	0	8	57,4	6	42,6	0	0
Porto Alegre	16	100	11	69,7	5	30,3	0	0	8	66,7	4	33,3	0	0
Curitiba	15	100	15	100	0	0	0	0	5	31,5	10	68,5	0	0
Salvador	4	100	3	69,8	1	30,2	0	0	3	100	0	0	0	0
Recife	1	100	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
Fortaleza	16	100	12	78,3	3	21,7	0	0	5	41,8	7	58,2	0	0
Belém	4	100	1	36,5	2	63,5	0	0	0	0	1	100	0	0
Vitória	1	100	1	100	0	0	0	0	0	41,3	1	58,7	0	0
Goiânia	9	100	4	39,7	5	60,3	0	0	4	100	0	0	0	0
Brasília	24	100	17	72,3	7	27,7	0	0	7	38,5	10	55,4	1	6,1
Florianópolis	6	100	3	45,8	4	54,2	0	0	1	31,4	2	68,6	0	0
Campo Grande	1	100	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
Cuiabá	2	100	2	100	0	0	0	0	1	70	1	30	0	0
Teresina	6	100	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	5	100	3	55,9	2	44,1	0	0	1	35,4	2	64,6	0	0
João Pessoa	2	100	1	73,8	0	26,2	0	0	1	100	0	0	0	0
Aracaju	6	100	2	26,1	4	73,9	0	0	2	100	0	0	0	0
Natal	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Branco	2	100	1	38,3	1	61,7	0	0	0	55,4	0	44,6	0	0
Manaus	5	100	2	39,1	3	60,9	0	0	0	0	2	100	0	0
Macapá	1	100	1	100	0	0	0	0	0	49,8	1	50,2	0	0
Maceió	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Velho	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	2	100	1	54,2	1	45,8	0	0	1	57,8	0	42,2	0	0
Palmas	1	100	0	45,6	0	54,4	0	0	0	0	0	100	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 26 – Furto de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve veículo furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		786	100	546	69,5	234	29,8	6	0,7	272	49,8	260	47,5	15	2,7
SEXO	Masculino	421	100	302	71,6	114	27,1	5	1,3	146	48,3	148	49,1	8	2,7
	Feminino	365	100	244	67	120	32,9	0	0,1	126	51,7	111	45,6	7	2,7
COR	Branca	474	100	338	71,4	136	28,6	0	0	163	48,3	160	47,4	15	4,4
	Preta	31	100	26	83,5	5	16,5	0	0	20	77,5	6	22,5	0	0
	Parda	237	100	151	63,6	81	34,1	5	2,3	72	47,6	79	52,4	0	0
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	45	100	32	71	13	29	0	0	17	54,1	15	45,9	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3	100	3	100	0	0	0	0	1	15,4	2	51,8	1	32,8
	Fundamental	190	100	127	66,8	58	30,4	5	2,8	79	62,4	42	33,3	6	4,4
	Médio	314	100	214	68,3	99	31,6	0	0,1	98	45,7	110	51,4	6	2,9
	Superior	279	100	202	72,3	77	27,7	0	0	95	46,8	106	52,3	2	0,9
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	16 a 24 anos	182	100	121	66,9	55	30,3	5	2,9	44	36,4	77	63,6	0	0
	25 a 34 anos	197	100	132	67,2	65	32,8	0	0	62	47	69	52,4	1	0,6
	35 a 44 anos	168	100	126	75,1	42	24,8	0	0,1	77	61	47	37,2	2	1,7
	45 a 59 anos	155	100	103	66,9	51	33,1	0	0	54	52,7	44	42,3	5	5
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	85	100	63	73,9	22	25,9	0	0,1	34	54,4	22	35,1	7	10,5
	Até 1 salário mínimo	41	100	27	65	14	35	0	0	13	49,5	13	50,5	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	115	100	92	79,6	23	20,3	0	0,1	51	55,2	39	42,2	2	2,7
	Mais de 2 até 3 salários	160	100	97	60,7	63	39,3	0	0	51	52,9	39	39,6	7	7,5
	Mais de 3 até 5 salários	217	100	157	72,6	54	25	5	2,4	60	38,1	96	61,1	1	0,9
	Mais de 5 até 10	116	100	85	73	31	27	0	0	49	58	35	41,4	0	0,5
	Mais de 10 salários	83	100	47	57,1	35	42,6	0	0,3	32	68,5	13	27,6	2	3,9
	Não respondeu/ Recusa	26	100	24	91,6	2	8,4	0	0	5	20,7	19	79,3	0	0
	Não sabe/ Não lembra	28	100	17	62	11	38	0	0	10	59,3	6	33	1	7,7

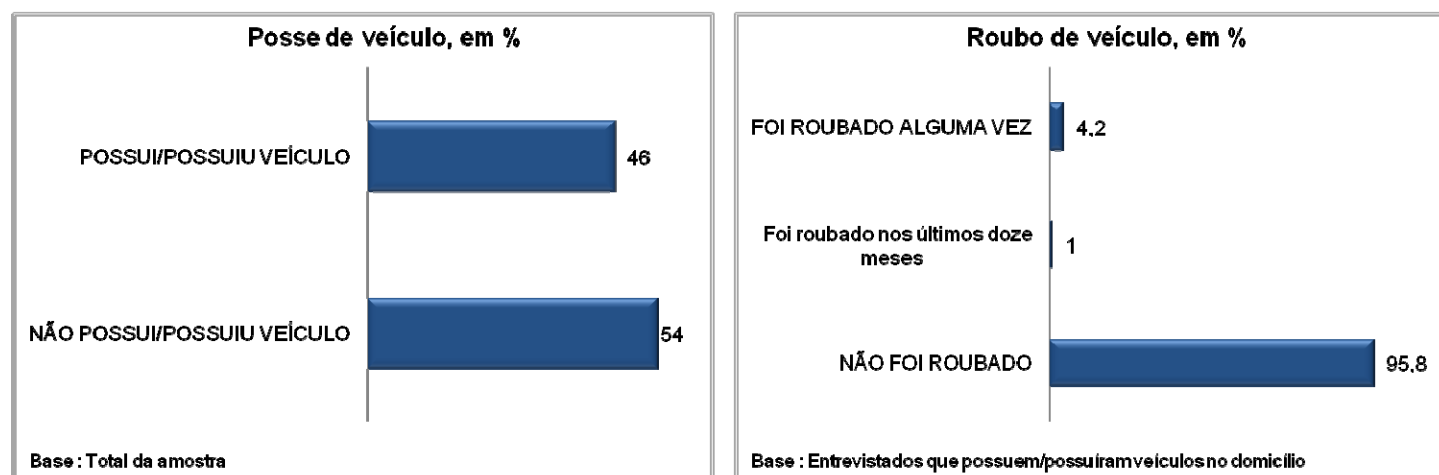
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.2. Roubo de veículos

7.2.1 Taxa de vitimização

Sobre o roubo de veículos, pressupondo-se ameaças e violência, o índice dos entrevistados com posse recente de automóveis, caminhões e caminhonetes e que dizem ter sofrido esse tipo de crime em algum momento da vida alcança 4,2%. A ocorrência aparece com mais frequência entre os habitantes do Sudeste (5,3%), especialmente entre os que moram nos estados de São Paulo (5,7%) e no Rio de Janeiro (7,4%). Entre os que vivem em Pernambuco, essa taxa chega a 6,7%.

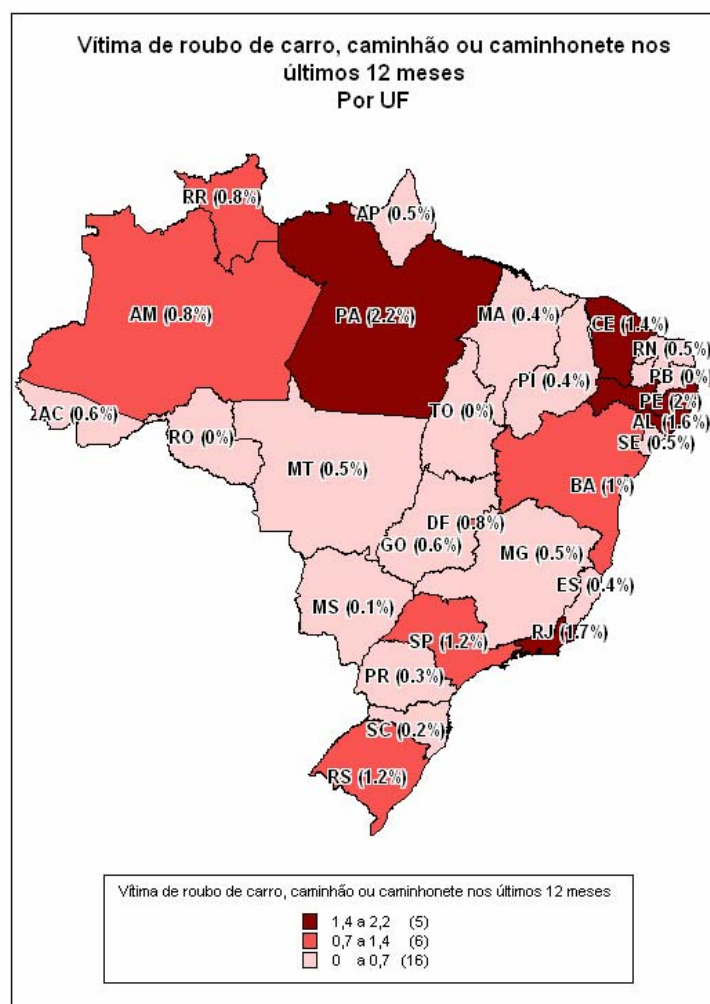
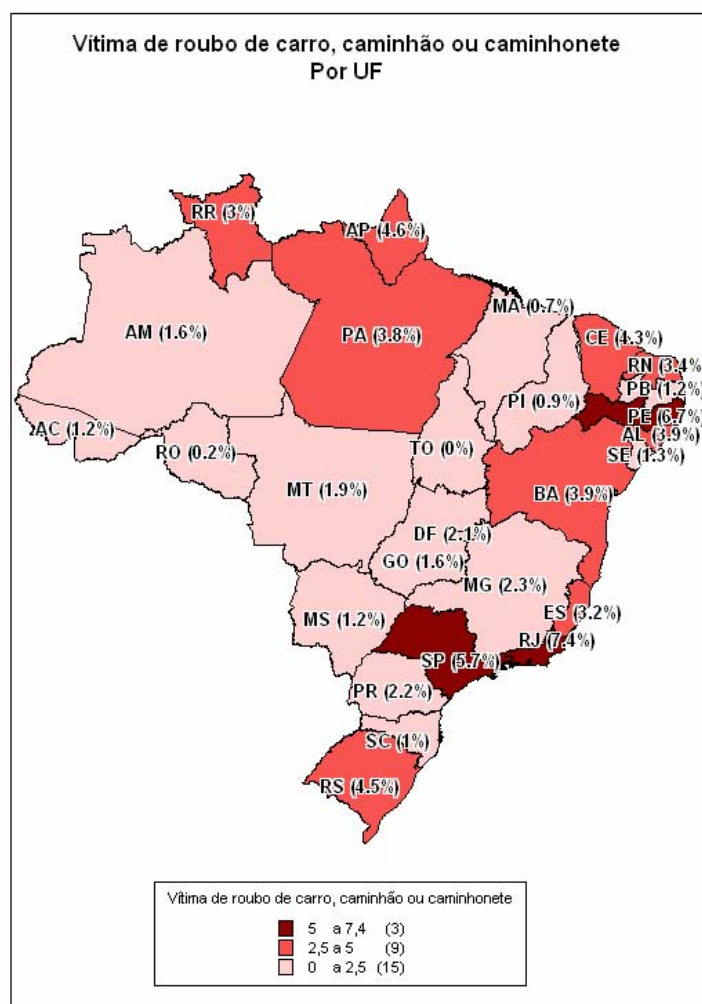
Gráfico 13 – Posse e roubo de veículo, em %



Focalizando-se as capitais, o roubo de carros já ocorreu na vida de 9,9% dos habitantes de Porto Alegre, de 9,2% dos que residem na capital paulista e de 8,1% dos que vivem no Rio de Janeiro. Nos cruzamentos por variáveis demográficas e socioeconômicas, percebe-se maior ocorrência desse tipo de crime entre os que pertencem à Classe A do Critério Brasil de estratificação econômica (7,5%) e entre os mais escolarizados (6,3%).

Ao se limitar a pergunta sobre roubo de veículos ao período de 12 meses que antecedem a pesquisa, a taxa de vitimização para esse time de crime corresponde a 1,0% do total de entrevistados possuidores de veículos. De um modo geral, não há contrastes significativos por região do país ou unidades da federação. Quando se observa os dados das capitais, percebem-se tendências mais nítidas das ocorrências entre os habitantes de Belém (2,8%), Recife (2,6%), Maceió (2,4%), Porto Alegre (2,0%) e São Paulo (1,7%).

Mapa 2 – Vítimas de roubo de carro, caminhão ou caminhonete por UF



Quando se cruza esses resultados pelas variáveis demográficas e econômicas, percebe-se que no período correspondente, as taxas de vitimização para roubo de veículos chega a 1,5% entre os que compõem a Classe A e 1,1% dos que integram a Classe B, de acordo com o Critério Brasil de segmentação.

Entre os que tiveram veículos roubados nos 12 meses que antecederam a pesquisa, quase a totalidade (92,2%) viveu a experiência por uma única vez. As proximidades da residência da vítima são os locais mais frequentes da ocorrência - a rua onde o entrevistado mora é o mais citado (31,5%), seguido pela garagem de sua casa (13,4%) e o bairro onde vive (18,3%). Outros lugares não passam de 10% das menções, cada.

O próprio entrevistado foi a vítima do roubo em 69,4% dos casos.⁸ São poucos os estratos com número suficiente de casos para leitura estatística segura, mas nota-se que, entre os moradores de São Paulo, 77,4% encontravam-se no momento do crime, taxa que é de 72,6% no Sudeste.

Os homens (77,6% contra 60,1% das mulheres), os que têm de 35 a 44 anos (77,1%) e os que possuem nível fundamental de escolaridade (77,5%) são os segmentos onde se observam tendências mais nítidas de presença como vítima no momento do roubo de seus veículos.

Para estes entrevistados que estavam na hora do crime, questionou-se sobre a ocorrência de agressão física. A resposta foi afirmativa em 24,1% dos casos. Quanto ao uso de armas, 78,5% relatam a utilização de arma de fogo por parte dos criminosos e 1,7% de faca. Não viram nenhum tipo de arma 19,1%. Em função das bases insuficientes para cálculo estatístico em todos os estratos, é difícil a conclusão sobre a predominância de tendências no uso de arma em determinados segmentos de vitimização.

Ainda entre os que estavam presentes no momento do crime, 8,1% afirmam ter sofrido algum tipo de ferimento e 9,8% precisaram de atendimento médico ou hospitalar. Novamente, em função do número reduzido de casos para cálculo e leitura segura, não é possível concluir análise por segmentos em relação a essas variáveis.

Quanto ao fato ter ou não, de alguma forma, atrapalhado a rotina de vida da vítima, 68% desses que estavam presentes no momento do crime dizem que sim. Entre eles, as

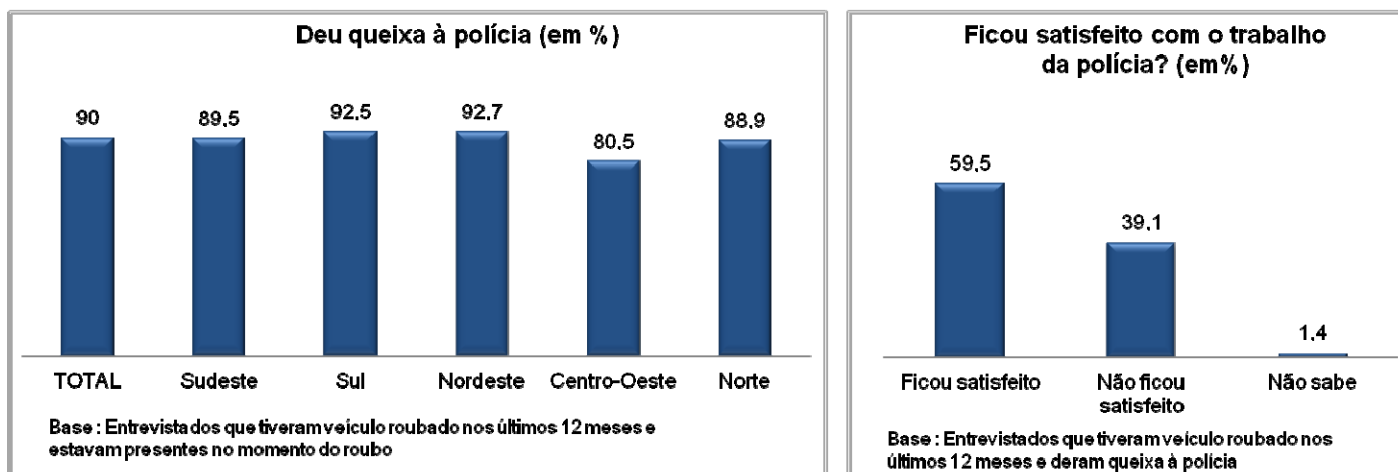
⁸ Esclarece-se que a pergunta se referia a roubo sofrido pelo próprio entrevistado ou alguém de sua casa.

menções mais freqüentes referem-se a traumas psicológicos, sensação de insegurança e prejuízos financeiros.

7.2.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Observa-se alta taxa de notificação desse tipo de crime. Entre os que sofreram pessoalmente roubo de veículos nos 12 meses anteriores à coleta de dados, 90% deram queixa à polícia, principalmente para a Militar (56,1%) e a Civil (31,4%).

Gráfico 14 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



A subnotificação para esse tipo de crime é de 10,1%. Estratificando-se os dados, são poucos os segmentos que fornecem número de casos suficientes para leitura segura. Entre os que têm nível médio de escolaridade, a subnotificação vai a 18,9%.

Sobre os motivos que levam as vítimas a reportarem o crime à polícia, a citação mais comum refere-se à esperança de recuperar o veículo roubado (59,5%), mas diferente do que ocorre nas razões apresentadas para a notificação de furto, surge, de maneira expressiva, menções à vontade de ver o culpado capturado e punido (34,9%).

Entre os que deram queixa na polícia, 59,5% ficaram satisfeitos com a atuação da instituição e 39,1%, por outro lado, a reprovaram. Nesse caso, a satisfação é maior entre homens (69,9%) do que entre mulheres (44,7%).

Os principais motivos apontados pelos que ficaram satisfeitos são o fato da polícia ter recuperado o bem (24%), ter demonstrado boa vontade (22,4%), ter atendido a

ocorrência de maneira cordial e gentil (21,4%) e a rapidez e eficiência na solução do caso (15,2%). As demais menções não chegam a 10% das lembranças.

Mesmo assim, dos que reportaram o crime, apenas em 21,3% dos casos os assaltantes foram identificados pela polícia. No Sudeste, essa taxa corresponde a 26,1%. Nas demais regiões, não há base suficiente para leitura segura. Sobre os motivos de subnotificação, como o percentual dos que deixaram de dar queixa sobre o crime é muito baixo, não há número suficiente para análise estatística.

7.2.3 Tabelas

Tabela 27 – Roubo de veículo em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		POSSE DE CARRO									
					POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			35860	100	35860	100	1503	4,2	344	1	1159	3,2	34358	95,8
SUDESTE	TOTAL		20088	100	20088	100	1055	5,3	220	1,1	835	4,2	19034	94,7
		ES	624	100	624	100	20	3,2	2	0,4	18	2,8	604	96,8
		MG	3684	100	3684	100	84	2,3	18	0,5	65	1,8	3600	97,7
		RJ	3412	100	3412	100	252	7,4	57	1,7	195	5,7	3161	92,6
		SP	12369	100	12369	100	699	5,7	143	1,2	557	4,5	11669	94,3
SUL	TOTAL		6736	100	6736	100	188	2,8	42	0,6	146	2,2	6548	97,2
		PR	2628	100	2628	100	58	2,2	8	0,3	50	1,9	2570	97,8
		RS	2508	100	2508	100	113	4,5	31	1,2	82	3,3	2395	95,5
		SC	1600	100	1600	100	17	1	3	0,2	14	0,9	1583	99
NORDESTE	TOTAL		4584	100	4584	100	176	3,8	51	1,1	125	2,7	4408	96,2
		AL	244	100	244	100	10	3,9	4	1,6	6	2,3	235	96,1
		BA	1123	100	1123	100	44	3,9	11	1	32	2,9	1080	96,1
		CE	749	100	749	100	32	4,3	10	1,4	22	2,9	717	95,7
		MA	349	100	349	100	2	0,7	1	0,4	1	0,3	347	99,3
		PB	332	100	332	100	4	1,2	0	0	4	1,2	328	98,8
		PE	991	100	991	100	67	6,7	20	2	47	4,7	924	93,3
		PI	215	100	215	100	2	0,9	1	0,4	1	0,5	213	99,1
		RN	382	100	382	100	13	3,4	2	0,5	11	3	369	96,6
	SE	197	100	197	100	3	1,3	1	0,5	2	0,8	195	98,7	
CENTRO OESTE	TOTAL		3084	100	3084	100	53	1,7	17	0,6	36	1,2	3031	98,3
		DF	896	100	896	100	19	2,1	7	0,8	12	1,3	877	97,9
		GO	1278	100	1278	100	21	1,6	7	0,6	14	1,1	1258	98,4
		MS	450	100	450	100	5	1,2	1	0,1	5	1,1	445	98,8
	MT	459	100	459	100	9	1,9	3	0,5	6	1,3	451	98,1	
NORTE	TOTAL		1369	100	1369	100	31	2,3	15	1,1	16	1,2	1338	97,7
		AC	75	100	75	100	1	1,2	0	0,6	0	0,6	74	98,8
		AM	325	100	325	100	5	1,6	3	0,8	3	0,8	319	98,4
		AP	94	100	94	100	4	4,6	0	0,5	4	4,1	90	95,4
		PA	481	100	481	100	18	3,8	11	2,2	7	1,5	463	96,2
		RO	186	100	186	100	0	0,2	0	0	0	0,2	186	99,8
		RR	56	100	56	100	2	3	0	0,8	1	2,2	54	97
		TO	151	100	151	100	0	0	0	0	0	0	151	100

Base : possuidores de veículos

Tabela 28 – Roubo de veículo em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		POSSE DE CARRO									
			POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	3247	100	3247	100	300	9,2	55	1,7	245	7,6	2946	90,8
Rio de Janeiro	1505	100	1505	100	122	8,1	18	1,2	103	6,9	1383	91,9
Belo Horizonte	698	100	698	100	32	4,6	7	1,1	25	3,5	666	95,4
Porto Alegre	442	100	442	100	44	9,9	9	2	35	7,9	399	90,1
Curitiba	683	100	683	100	34	5	6	0,9	28	4,2	649	95
Salvador	402	100	402	100	19	4,8	4	1	16	3,9	383	95,2
Recife	332	100	332	100	22	6,5	8	2,6	13	4	310	93,5
Fortaleza	440	100	440	100	21	4,8	5	1,1	16	3,6	419	95,2
Belém	180	100	180	100	8	4,6	5	2,8	3	1,8	172	95,4
Vitória	91	100	91	100	4	4,8	1	0,8	4	4	87	95,2
Goiânia	430	100	430	100	15	3,5	5	1,2	10	2,4	415	96,5
Brasília	896	100	896	100	19	2,1	7	0,8	12	1,3	877	97,9
Florianópolis	148	100	148	100	4	2,7	1	0,4	3	2,3	144	97,3
Campo Grande	210	100	210	100	4	1,9	0	0	4	1,9	206	98,1
Cuiabá	158	100	158	100	4	2,4	1	0,3	3	2,1	154	97,6
Teresina	161	100	161	100	1	0,4	0	0	1	0,4	160	99,6
São Luís	152	100	152	100	2	1,2	1	0,6	1	0,6	151	98,8
João Pessoa	151	100	151	100	1	0,4	0	0	1	0,4	151	99,6
Aracaju	126	100	126	100	2	1,5	1	0,8	1	0,8	125	98,5
Natal	191	100	191	100	11	5,5	2	0,9	9	4,6	180	94,5
Rio Branco	61	100	61	100	1	1,4	0	0,7	0	0,7	60	98,6
Manaus	302	100	302	100	5	1,8	3	0,9	3	0,9	297	98,2
Macapá	76	100	76	100	4	5,2	0	0,7	3	4,6	72	94,8
Maceió	145	100	145	100	9	5,9	3	2,4	5	3,5	137	94,1
Porto Velho	102	100	102	100	0	0,4	0	0	0	0,4	102	99,6
Boa Vista	56	100	56	100	2	3	0	0,8	1	2,2	54	97
Palmas	62	100	62	100	0	0	0	0	0	0	62	100

Base : possuidores de veículos

Tabela 29 – Roubo de veículo em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		POSSE DE CARRO									
				POSSUI/ POSSUIU CARRO		Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		35860	100	35860	100	1503	4,2	344	1	1159	3,2	34358	95,8
SEXO	Masculino	18467	100	18467	100	864	4,7	183	1	681	3,7	17603	95,3
	Feminino	17393	100	17393	100	639	3,7	161	0,9	477	2,7	16754	96,3
COR	Branca	20817	100	20817	100	975	4,7	207	1	768	3,7	19842	95,3
	Preta	2546	100	2546	100	101	4	31	1,2	70	2,7	2445	96
	Parda	10201	100	10201	100	333	3,3	79	0,8	254	2,5	9868	96,7
	Não respondeu/ Recusa	33	100	33	100	4	12,1	4	11,3	0	0,8	29	87,9
	Outra Cor	2263	100	2263	100	90	4	24	1,1	66	2,9	2173	96
ESCOLARIDADE	Sem instrução	510	100	510	100	8	1,6	2	0,3	6	1,2	502	98,4
	Fundamental	10455	100	10455	100	337	3,2	90	0,9	247	2,4	10118	96,8
	Médio	15022	100	15022	100	540	3,6	133	0,9	408	2,7	14482	96,4
	Superior	9859	100	9859	100	617	6,3	120	1,2	497	5	9243	93,7
	Não respondeu/ Recusa	8	100	8	100	1	10	0	0	1	10	7	90
	Não sabe/ Não lembra	6	100	6	100	0	0	0	0	0	0	6	100
IDADE	16 a 24 anos	6782	100	6782	100	204	3	78	1,2	126	1,9	6578	97
	25 a 34 anos	8436	100	8436	100	317	3,8	79	0,9	238	2,8	8118	96,2
	35 a 44 anos	7386	100	7386	100	299	4	58	0,8	241	3,3	7087	96
	45 a 59 anos	8750	100	8750	100	419	4,8	96	1,1	323	3,7	8331	95,2
	60 anos ou mais	4507	100	4507	100	264	5,9	33	0,7	231	5,1	4243	94,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	1783	100	1783	100	50	2,8	9	0,5	41	2,3	1733	97,2
	Mais de 1 até 2 salários	6659	100	6659	100	174	2,6	44	0,7	130	1,9	6485	97,4
	Mais de 2 até 3 salários	7781	100	7781	100	250	3,2	70	0,9	181	2,3	7531	96,8
	Mais de 3 até 5 salários	8777	100	8777	100	354	4	73	0,8	280	3,2	8423	96
	Mais de 5 até 10 salários	5113	100	5113	100	274	5,4	79	1,6	194	3,8	4839	94,6
	Mais de 10 salários	2804	100	2804	100	235	8,4	36	1,3	199	7,1	2570	91,6
	Não respondeu/ Recusa	1693	100	1693	100	103	6,1	18	1	86	5,1	1590	93,9
	Não sabe/ Não lembra	1250	100	1250	100	63	5,1	16	1,2	48	3,8	1186	94,9

Base : possuidores de veículos

Tabela 30 – Roubo de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

		Teve veículo roubado		No momento em que o carro, caminhão ou caminhonete foi roubado o(a) Sr(a) estava presente?				O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		344	100	239	69,4	105	30,6	215	90	24	10	128	59,5	84	39,1	3	1,4
SUDESTE	TOTAL	220	100	160	72,6	60	27,4	143	89,5	17	10,5	91	63,9	49	34	3	2,1
	ES	2	100	1	55,3	1	44,7	1	100	0	0	1	43,4	0	0	1	56,6
	MG	18	100	11	59,3	8	40,7	9	82,1	2	17,9	6	68,8	3	31,2	0	0
	RJ	57	100	37	65,7	19	34,3	37	100	0	0	22	59,5	15	40,5	0	0
	SP	143	100	110	77,4	32	22,6	95	86,5	15	13,5	62	65,4	31	32,2	2	2,4
SUL	TOTAL	42	100	32	76,3	10	23,7	30	92,5	2	7,5	16	52,4	14	47,6	0	0
	PR	8	100	8	100	0	0	7	88	1	12	4	55,7	3	44,3	0	0
	RS	31	100	23	72,6	9	27,4	21	93,7	1	6,3	11	51,4	10	48,6	0	0
	SC	3	100	1	46,8	1	53,2	1	100	0	0	1	50,3	1	49,7	0	0
NORDESTE	TOTAL	51	100	30	58,3	21	41,7	27	92,7	2	7,3	12	44,2	15	55,8	0	0
	AL	4	100	2	39	2	61	2	100	0	0	0	0	2	100	0	0
	BA	11	100	6	50,4	6	49,6	5	86	1	14	0	7,4	5	92,6	0	0
	CE	10	100	7	68,6	3	31,4	7	100	0	0	5	64,5	2	35,5	0	0
	MA	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
	PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	PE	20	100	11	54,9	9	45,1	10	87,6	1	12,4	5	55	4	45	0	0
	PI	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
	RN	2	100	1	56	1	44	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
	SE	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL	17	100	8	44,9	9	55,1	6	80,5	1	19,5	4	57,3	3	42,7	0	0
	DF	7	100	1	21,7	5	78,3	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
	GO	7	100	4	51,5	3	48,5	4	100	0	0	2	45,7	2	54,3	0	0
	MS	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	MT	3	100	3	100	0	0	3	100	0	0	2	73,9	1	26,1	0	0
NORTE	TOTAL	15	100	10	68,3	5	31,7	9	88,9	1	11,1	5	60,5	4	39,5	0	0
	AC	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0
	AM	3	100	1	42	2	58	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
	AP	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
	PA	11	100	8	70,7	3	29,3	8	100	0	0	5	65,7	3	34,3	0	0
	RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	RR	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
	TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 31 – Roubo de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve veículo roubado		No momento em que o carro, caminhão ou caminhonete foi roubado o(a) Sr(a) estava presente?				O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	55	100	43	78,7	12	21,3	40	93,1	3	6,9	28	69,2	12	30,8	0	0
Rio de Janeiro	18	100	14	78,4	4	21,6	14	100	0	0	10	72,6	4	27,4	0	0
Belo Horizonte	7	100	6	74,4	2	25,6	6	100	0	0	3	49,5	3	50,5	0	0
Porto Alegre	9	100	8	89,2	1	10,8	6	81,8	1	18,2	4	62,5	2	37,5	0	0
Curitiba	6	100	6	100	0	0	6	100	0	0	4	68,5	2	31,5	0	0
Salvador	4	100	1	32,1	3	67,9	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
Recife	8	100	7	83,1	1	16,9	6	80,7	1	19,3	3	49,2	3	50,8	0	0
Fortaleza	5	100	4	74,8	1	25,2	4	100	0	0	2	49,3	2	50,7	0	0
Belém	5	100	3	50,2	3	49,8	3	100	0	0	3	100	0	0	0	0
Vitória	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Goiânia	5	100	3	55,5	2	44,5	3	100	0	0	2	59,4	1	40,6	0	0
Brasília	7	100	1	21,7	5	78,3	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Campo Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cuiabá	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Teresina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
João Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aracaju	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Natal	2	100	1	56	1	44	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Rio Branco	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0
Manaus	3	100	1	42	2	58	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Macapá	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
Maceió	3	100	2	44,4	2	55,6	2	100	0	0	0	0	2	100	0	0
Porto Velho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	0	100	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
Palmas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 32 – Roubo de veículo – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve veículo roubado		No momento em que o carro, caminhão ou caminhonete foi roubado o(a) Sr(a) estava presente?				O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		344	100	239	69,4	105	30,6	215	90	24	10	128	59,5	84	39,1	3	1,4
SEXO	Masculino	183	100	142	77,6	41	22,4	126	88,7	16	11,3	88	69,9	37	29,5	1	0,6
	Feminino	161	100	97	60,1	64	39,9	89	91,8	8	8,2	40	44,7	47	52,7	2	2,6
COR	Branca	207	100	140	68	66	32	125	88,8	16	11,2	83	66,5	40	31,7	2	1,8
	Preta	31	100	21	67,8	10	32,2	20	96,2	1	3,8	14	70,2	6	29,8	0	0
	Parda	79	100	59	74,5	20	25,5	53	90,7	5	9,3	21	39,9	31	58,8	1	1,3
	Não respondeu/ Recusa	4	100	4	100	0	0	4	100	0	0	0	0	4	100	0	0
	Outra Cor	24	100	15	62,1	9	37,9	13	86,9	2	13,1	10	73,6	3	26,4	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	2	100	1	32,8	1	67,2	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
	Fundamental	90	100	70	77,5	20	22,5	68	97,3	2	2,7	42	61,4	26	38,6	0	0
	Médio	133	100	93	69,8	40	30,2	75	81,1	17	18,9	44	58,9	29	38	2	3
	Superior	120	100	76	63,4	44	36,6	71	93,9	5	6,1	41	57,8	29	41,2	1	1
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	16 a 24 anos	78	100	47	60,3	31	39,7	35	74,4	12	25,6	25	70,8	10	29,2	0	0
	25 a 34 anos	79	100	56	70,9	23	29,1	53	94,9	3	5,1	26	48	27	50,6	1	1,3
	35 a 44 anos	58	100	44	77,1	13	22,9	39	87,4	6	12,6	19	49,6	17	44,5	2	5,9
	45 a 59 anos	96	100	68	70,4	28	29,6	64	94,8	4	5,2	39	61,3	25	38,7	0	0
	60 anos ou mais	33	100	24	71	10	29	24	100	0	0	19	79,5	5	20,5	0	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	9	100	5	60,7	3	39,3	5	100	0	0	3	62,2	2	37,8	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	44	100	35	79,5	9	20,5	32	90,7	3	9,3	19	60,3	10	32,5	2	7,1
	Mais de 2 até 3 salários	70	100	42	60,8	27	39,2	40	95,5	2	4,5	13	32,8	27	67,2	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	73	100	52	71,5	21	28,5	47	90,5	5	9,5	29	62,1	18	37,9	0	0
	Mais de 5 até 10 salários	79	100	50	63,2	29	36,8	49	98	1	2	34	69,2	14	29,3	1	1,5
	Mais de 10 salários	36	100	26	74	9	26	24	89,4	3	10,6	12	52,7	11	47,3	0	0
	Não respondeu/ Recusa	18	100	14	77,9	4	22,1	14	100	0	0	13	92,8	1	7,2	0	0
	Não sabe/ Não lembra	16	100	13	85,8	2	14,2	3	24,8	10	75,2	3	100	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.3 Furto de motos, motocicletas e lambretas

7.3.1 Taxa de vitimização

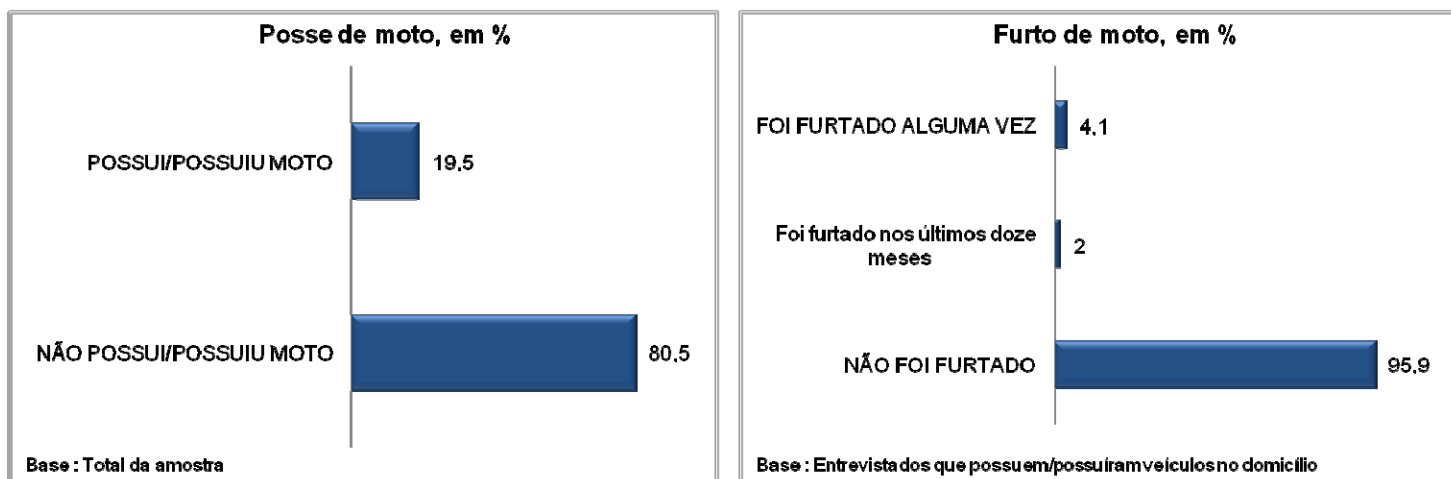
Com base no total da amostra, 19,5% dos entrevistados dizem ter possuído motocicleta ou lambreta no domicílio nos 12 meses que antecederam a pesquisa. A taxa dos que não têm é de 80,5%.

A posse é mais freqüente entre os habitantes das regiões Norte (24,1%) e Centro-Oeste (27,2%). No Nordeste, esse índice é de 21,4%, no Sul chega a 19,1% mas no Sudeste fica abaixo da média (17%). Há posse expressiva desses veículos entre os moradores dos estados de Tocantins (44,7%), Rondônia (41,2%), Roraima (38,6%), Mato Grosso (37,8%), Acre (34,3%), Mato Grosso do Sul (33,1%), Piauí (30,5%), Goiás (29,7%), Rio Grande do Norte (26,4%), Maranhão (26,3%) e Ceará (25,7%).

Das capitais destaca-se a posse de motocicletas entre os que vivem em Goiânia (30,1%), Campo Grande (28,7%), Cuiabá (26%) e Teresina (25%). Estratificando-se os dados por variáveis demográficas e socioeconômicas, percebem-se taxas mais significativas entre os jovens (24% tanto entre os que têm até 24 anos quanto entre os que têm de 25 a 34) e entre os que pertencem à Classe B (23,4%).

Quanto ao furto desse tipo de veículo, a taxa dos que têm ou tiveram moto e dizem ter vivido isso em algum momento da vida é de 4,1%. Ao se limitar a pergunta aos 12 meses anteriores à pesquisa, chega-se a um índice de vitimização de 2,0% no período correspondente.

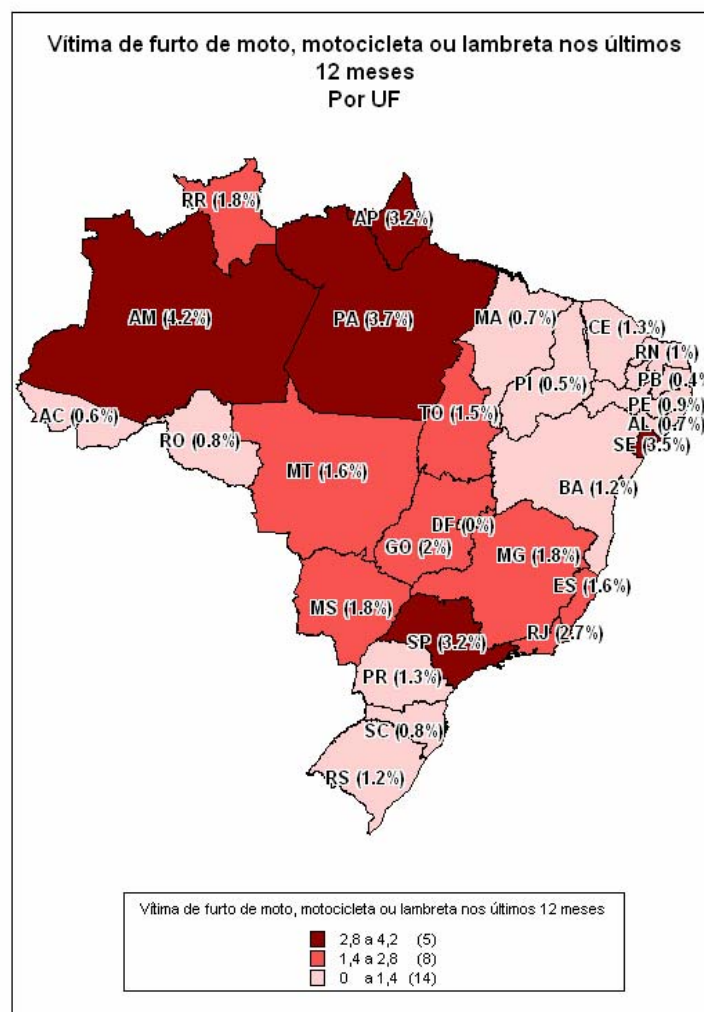
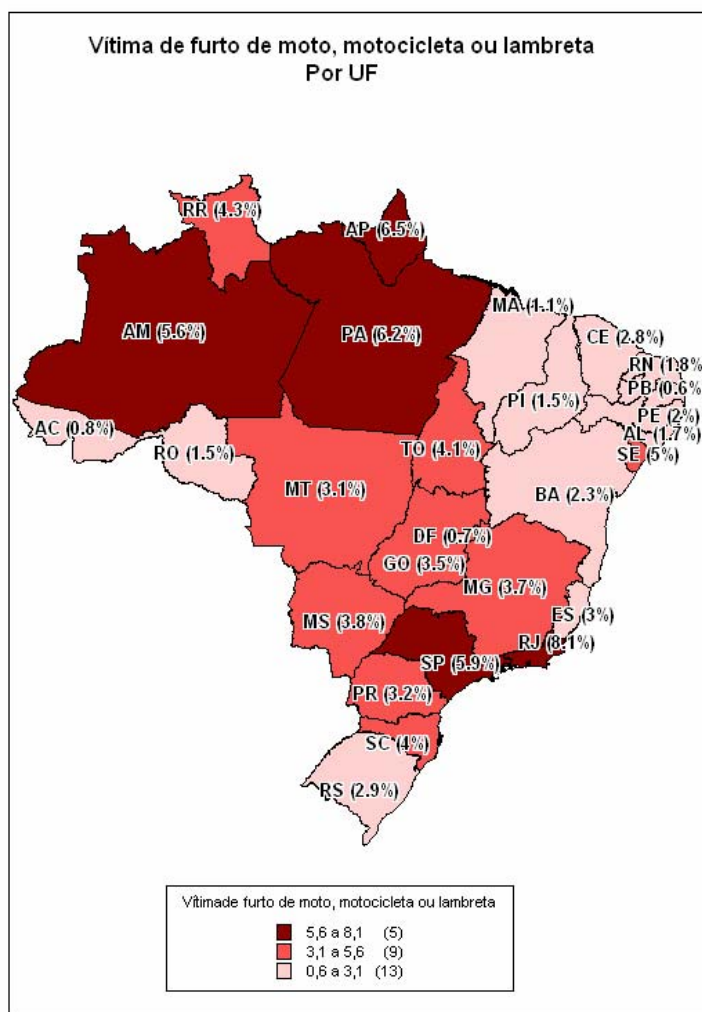
Gráfico 15 – Posse e furto de moto, motocicleta ou lambreta, em %



Como era de se esperar, a ocorrência de vítimas é maior nos estados e regiões onde a posse de motos é mais expressiva. No espaço de tempo de um ano antes do campo, por exemplo, na Região Norte, o índice de vitimização chega a 2,7%. Em estados como Amapá e Pará, ele vai a 4,2% e 3,7% respectivamente.

Vale a observação dos resultados em lugares onde a posse é menor. No Sudeste, por exemplo, a posse de motos fica abaixo da média, mas o índice de vitimização fica um pouco acima do total da amostra, especialmente no Estado de São Paulo (3,2%) e na cidade de Belo Horizonte (4,8%).

Mapa 3 – Vítimas de furto moto, motocicleta ou lambreta por UF



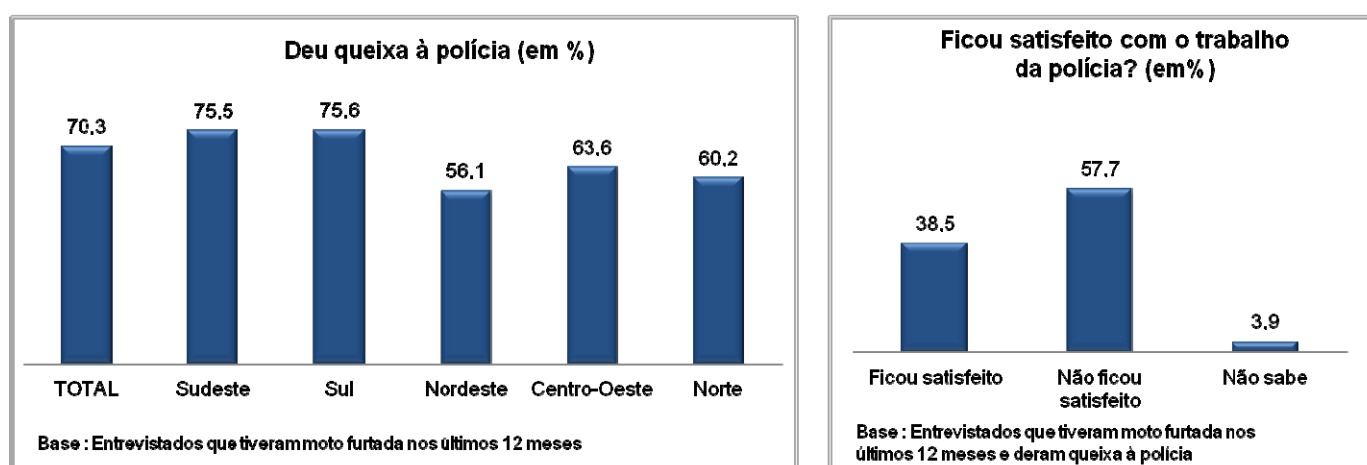
Com esse cálculo sobre base possuidores de motocicleta nos 12 meses anteriores à pesquisa, não é possível fazer uma leitura estatística segura por segmentos devido ao número reduzido de casos.

Entre os que foram vítimas nos 12 meses anteriores ao estudo, quase a totalidade (92,7%) teve a moto furtada por apenas uma vez nesse período, sendo que em 23,1% dos casos, o episódio aconteceu na rua onde o entrevistado mora e em 15,7% no bairro de sua residência. Quanto ao furto de motos, há maior ocorrência de casos em outros bairros ou no centro da cidade onde mora a vítima do que havia em relação a roubo e furto de carros.

7.3.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Dos que tiveram a moto furtada nos 12 meses anteriores ao levantamento, 70,3% deram queixa do crime à polícia, na maior parte dos casos à Polícia Militar (48,1%) e em 18,6% dos episódios à Polícia Civil. A subnotificação para esse tipo de crime com base no universo de vítimas é de 29,3%. Em função do número reduzido de casos, não há como desenvolver leitura segura da grande maioria dos dados segmentados.

Gráfico 16 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



Entre os que notificaram o crime, o motivo mais freqüente apontado como justificativa da atitude é a esperança de recuperar o bem furtado (68,6%). Afirmações pouco específicas como o fato de ter dado queixa apenas para registrar a ocorrência (22,9%) e o fato de achar que a notificação é um direito do cidadão (21%) também alcançam, nesse caso, elevadas taxas de menção.

Querer o culpado punido é a razão apontada por 14,8%. A necessidade do boletim de ocorrência para solicitar novos documentos foi citada por 9,8% e o fato de não conseguir resolver o problema por meios próprios é o motivo de 8,7%. O argumento de que precisava do boletim para acionar o seguro é lembrado por 5,6%.

Entre os que deram queixa sobre o furto da moto, 38,5% ficaram satisfeitos com o desempenho da polícia no caso. Outros 57,7% se dizem insatisfeitos.

Para os satisfeitos, questionou-se o motivo dessa avaliação. As razões mais freqüentes apontadas por esse segmento têm maior correlação com o atendimento por parte da polícia – cordial, gentil (21,7%) e atenciosa (17,6%) – do que propriamente com a eficiência da instituição – 16,8% afirmam que os policiais recuperaram a moto e 11% que a

polícia foi rápida em resolver o caso. Sobre a base dos que deram queixa, o índice dos que tiveram o ladrão identificado foi de 21,5%.

Entre os que não deram queixa, a principal razão apontada para não fazê-lo foi o fato de terem recuperado a moto antes (23,8%), por considerar o bem ou a perda irrelevante ou pouco importante (20%). A falta de esperança no trabalho da polícia totaliza, nesse caso, 18,8%. A afirmação de que resolveram sozinhos o caso chega a 15,3%. Os outros motivos citados não chegam a 15% de lembrança. Entre os que integram esse estrato dos que não buscaram a polícia, quase a totalidade (95,2%) não procurou nenhum outro tipo de órgão ou instituição.

7.3.3 Tabelas

Tabela 33 – Furto de moto em N.A. ponderado e % (região e UF)

		TOTAL		POSSE DE MOTO												
				POSSUI/POSSUIU MOTO		Foi furtada alguma vez		Foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada		Não respondeu/ Recusa		
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	
			15230	100	15230	100	622	4,1	304	2	319	2,1	14602	95,9	5	0
SUDESTE	TOTAL		6580	100	6580	100	366	5,6	180	2,7	185	2,8	6214	94,4	0	0
		ES	261	100	261	100	8	3	4	1,6	4	1,4	253	97	0	0
		MG	1580	100	1580	100	58	3,7	29	1,8	29	1,9	1522	96,3	0	0
		RJ	907	100	907	100	73	8,1	24	2,7	49	5,4	834	91,9	0	0
		SP	3831	100	3831	100	226	5,9	123	3,2	103	2,7	3604	94,1	0	0
SUL	TOTAL		2097	100	2097	100	69	3,3	23	1,1	46	2,2	2027	96,7	0	0
		PR	893	100	893	100	28	3,2	11	1,3	17	1,9	865	96,8	0	0
		RS	652	100	652	100	19	2,9	8	1,2	11	1,7	633	97,1	0	0
NORDESTE		SC	551	100	551	100	22	4	4	0,8	18	3,2	530	96	0	0
	TOTAL		3628	100	3628	100	75	2,1	38	1	37	1	3553	97,9	0	0
		AL	140	100	140	100	2	1,7	1	0,7	1	1	138	98,3	0	0
		BA	755	100	755	100	17	2,3	9	1,2	8	1,1	737	97,7	0	0
		CE	781	100	781	100	22	2,8	10	1,3	12	1,5	760	97,2	0	0
		MA	423	100	423	100	5	1,1	3	0,7	2	0,4	418	98,9	0	0
		PB	240	100	240	100	1	0,6	1	0,4	0	0,2	239	99,4	0	0
		PE	689	100	689	100	14	2	6	0,9	8	1,1	675	98	0	0
		PI	227	100	227	100	3	1,5	1	0,5	2	1	224	98,5	0	0
		RN	254	100	254	100	4	1,8	2	1	2	0,8	250	98,2	0	0
SE	118	100	118	100	6	5	4	3,5	2	1,4	112	95	0	0		
CENTRO OESTE	TOTAL		1623	100	1623	100	51	3,2	27	1,7	24	1,5	1572	96,8	0	0
		DF	156	100	156	100	1	0,7	0	0	1	0,7	155	99,3	0	0
		GO	769	100	769	100	27	3,5	15	2	11	1,5	742	96,5	0	0
		MS	312	100	312	100	12	3,8	6	1,8	6	1,9	300	96,2	0	0
		MT	386	100	386	100	12	3,1	6	1,6	6	1,4	374	96,9	0	0
NORTE	TOTAL		1302	100	1302	100	61	4,7	35	2,7	26	2	1236	94,9	5	0,4
		AC	83	100	83	100	1	0,8	1	0,6	0	0,2	82	99,2	0	0
		AM	179	100	179	100	10	5,6	8	4,2	3	1,4	165	91,9	4	2,5
		AP	71	100	71	100	5	6,5	2	3,2	2	3,3	67	93,5	0	0
		PA	533	100	533	100	33	6,2	20	3,7	13	2,5	500	93,7	1	0,1
		RO	213	100	213	100	3	1,5	2	0,8	1	0,7	210	98,5	0	0
		RR	61	100	61	100	3	4,3	1	1,8	2	2,5	59	95,7	0	0
		TO	161	100	161	100	7	4,1	2	1,5	4	2,7	155	95,9	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 34 – Furto de moto em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		POSSE DE MOTO											
			POSSUI/ POSSUIU MOTO		Foi furtada alguma vez		Foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	637	100	637	100	53	8,3	23	3,6	30	4,7	584	91,7	0	0
Rio de Janeiro	263	100	263	100	31	11,9	5	1,9	26	10,1	231	88,1	0	0
Belo Horizonte	185	100	185	100	11	5,7	9	4,8	2	0,9	175	94,3	0	0
Porto Alegre	65	100	65	100	4	6,8	4	6,8	0	0	61	93,2	0	0
Curitiba	162	100	162	100	4	2,2	2	1,3	1	0,8	159	97,8	0	0
Salvador	124	100	124	100	0	0	0	0	0	0	124	100	0	0
Recife	117	100	117	100	2	2,1	0	0	2	2,1	114	97,9	0	0
Fortaleza	252	100	252	100	10	3,8	5	1,8	5	2,1	242	96,2	0	0
Belém	93	100	93	100	7	7,6	2	2,6	5	5	86	92,4	0	0
Vitória	19	100	19	100	0	0	0	0	0	0	19	100	0	0
Goiânia	223	100	223	100	8	3,8	3	1,5	5	2,3	214	96,2	0	0
Brasília	156	100	156	100	1	0,7	0	0	1	0,7	155	99,3	0	0
Florianópolis	43	100	43	100	4	10,1	2	3,7	3	6,5	39	89,9	0	0
Campo Grande	127	100	127	100	6	4,4	3	2	3	2,4	122	95,6	0	0
Cuiabá	80	100	80	100	4	4,5	2	2,6	2	1,9	77	95,5	0	0
Teresina	109	100	109	100	2	1,7	1	0,6	1	1,1	108	98,3	0	0
São Luís	51	100	51	100	1	2	0	0	1	2	50	98	0	0
João Pessoa	72	100	72	100	0	0	0	0	0	0	72	100	0	0
Aracaju	48	100	48	100	4	9,2	4	7,5	1	1,7	43	90,8	0	0
Natal	71	100	71	100	2	2,3	2	2,3	0	0	69	97,7	0	0
Rio Branco	57	100	57	100	1	0,9	1	0,9	0	0	57	99,1	0	0
Manaus	81	100	81	100	4	5,3	4	5,3	0	0	73	90	4	4,7
Macapá	55	100	55	100	4	7,2	2	3,9	2	3,3	51	92,8	0	0
Maceió	50	100	50	100	0	0	0	0	0	0	50	100	0	0
Porto Velho	84	100	84	100	0	0,5	0	0,5	0	0	83	99,5	0	0
Boa Vista	61	100	61	100	3	4,3	1	1,8	2	2,5	59	95,7	0	0
Palmas	56	100	56	100	3	5,6	2	3,5	1	2,1	53	94,4	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 35 – Furto de moto em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		POSSE DE MOTO											
				POSSUI/POSSUIU MOTO		Foi furtada alguma vez		Foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada nos últimos doze meses		Não foi furtada		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		15230	100	15230	100	622	4,1	304	2	319	2,1	14602	95,9	5	0
SEXO	Masculino	8318	100	8318	100	363	4,4	165	2	198	2,4	7953	95,6	2	0
	Feminino	6911	100	6911	100	259	3,7	139	2	120	1,7	6649	96,2	3	0
COR	Branca	6995	100	6995	100	261	3,7	121	1,7	140	2	6734	96,3	0	0
	Preta	1349	100	1349	100	47	3,4	17	1,3	29	2,2	1303	96,6	0	0
	Parda	5499	100	5499	100	265	4,8	136	2,5	129	2,3	5231	95,1	3	0,1
	Não respondeu/ Recusa	9	100	9	100	0	0	0	0	0	0	9	100	0	0
	Outra Cor	1378	100	1378	100	50	3,6	30	2,2	20	1,5	1325	96,2	2	0,1
ESCOLARIDADE	Sem instrução	355	100	355	100	10	2,7	4	1,1	6	1,6	345	97,3	0	0
	Fundamental	4950	100	4950	100	178	3,6	90	1,8	89	1,8	4772	96,4	0	0
	Médio	7311	100	7311	100	309	4,2	151	2,1	158	2,2	6998	95,7	4	0,1
	Superior	2604	100	2604	100	124	4,8	59	2,3	65	2,5	2479	95,2	0	0
	Não respondeu/ Recusa	4	100	4	100	1	24	0	0	1	24	3	76	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	5	100	5	100	0	0	0	0	0	0	5	100	0	0
	16 a 24 anos	3990	100	3990	100	158	4	91	2,3	67	1,7	3830	96	2	0
	25 a 34 anos	4435	100	4435	100	182	4,1	84	1,9	98	2,2	4250	95,8	3	0,1
	35 a 44 anos	3066	100	3066	100	121	4	54	1,8	67	2,2	2945	96	0	0
	45 a 59 anos	2826	100	2826	100	125	4,4	58	2	67	2,4	2701	95,6	0	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	913	100	913	100	36	3,9	17	1,8	19	2,1	877	96	0	0
	Até 1 salário mínimo	1470	100	1470	100	42	2,9	23	1,5	19	1,3	1428	97,1	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	4062	100	4062	100	134	3,3	70	1,7	64	1,6	3925	96,6	3	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	3608	100	3608	100	152	4,2	61	1,7	91	2,5	3454	95,7	2	0,1
	Mais de 3 até 5 salários	3328	100	3328	100	158	4,8	76	2,3	83	2,5	3170	95,2	0	0
	Mais de 5 até 10 salários	1371	100	1371	100	49	3,6	19	1,4	30	2,2	1322	96,4	0	0
	Mais de 10 salários	515	100	515	100	26	5	15	2,9	11	2,2	490	95	0	0
	Não respondeu/ Recusa	422	100	422	100	29	6,8	20	4,7	9	2,1	393	93,2	0	0
	Não sabe/ Não lembra	452	100	452	100	32	7,1	21	4,6	11	2,5	420	92,9	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 36 – Furto de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Teve moto furtada		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			304	100	213	70,3	89	29,3	1	0,4	82	38,4	123	57,7	8	3,8
SUDESTE	TOTAL		180	100	136	75,5	43	24,1	1	0,4	53	39,2	77	56,3	6	4,4
		ES	4	100	2	54,5	2	45,5	0	0	1	43,1	1	56,9	0	0
		MG	29	100	19	65	10	35	0	0	12	65,2	7	34,8	0	0
		RJ	24	100	8	34,1	16	65,9	0	0	3	35,2	5	64,8	0	0
		SP	123	100	107	86,9	16	12,6	1	0,5	37	34,9	63	59,4	6	5,7
SUL	TOTAL		23	100	18	75,6	6	24,4	0	0	6	33,9	11	61,1	1	5
		PR	11	100	9	83,8	2	16,2	0	0	4	39,8	6	60,2	0	0
		RS	8	100	6	76,4	2	23,6	0	0	1	10	4	75,2	1	14,8
		SC	4	100	2	52,6	2	47,4	0	0	2	72,5	1	27,5	0	0
NORDESTE	TOTAL		38	100	21	56,1	16	42	1	1,9	8	37,2	13	62,8	0	0
		AL	1	100	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
		BA	9	100	4	38,3	6	61,7	0	0	2	53,7	2	46,3	0	0
		CE	10	100	4	42,4	6	57,6	0	0	1	30,6	3	69,4	0	0
		MA	3	100	2	62,8	1	37,2	0	0	1	34	1	66	0	0
		PB	1	100	1	100	0	0	0	0	0	39,4	1	60,6	0	0
		PE	6	100	6	88,4	0	0	1	11,6	3	52,2	3	47,8	0	0
		PI	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		RN	2	100	2	68,5	1	31,5	0	0	0	0	2	100	0	0
		SE	4	100	3	62,5	2	37,5	0	0	1	32,6	2	67,4	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		27	100	17	63,6	10	36,4	0	0	9	50,3	9	49,7	0	0
		DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		GO	15	100	9	56,9	7	43,1	0	0	4	51,9	4	48,1	0	0
		MS	6	100	4	71,7	2	28,3	0	0	3	79,1	1	20,9	0	0
		MT	6	100	5	72,5	2	27,5	0	0	1	21,7	4	78,3	0	0
NORTE	TOTAL		35	100	21	60,2	14	39,8	0	0	6	28,7	14	65,3	1	6
		AC	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		AM	8	100	5	63,4	3	36,6	0	0	1	25,8	4	74,2	0	0
		AP	2	100	2	81,2	0	18,8	0	0	1	45,2	1	54,8	0	0
		PA	20	100	11	54	9	46	0	0	2	19,1	7	68,8	1	12
		RO	2	100	1	74,8	0	25,2	0	0	0	35	1	65	0	0
		RR	1	100	1	100	0	0	0	0	0	25,8	1	74,2	0	0
		TO	2	100	2	63,2	1	36,8	0	0	1	80,3	0	19,7	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 37 – Furto de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve moto furtada		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	23	100	20	87	3	13	0	0	7	36	13	64	0	0
Rio de Janeiro	5	100	3	60,2	2	39,8	0	0	0	0	3	100	0	0
Belo Horizonte	9	100	5	56,6	4	43,4	0	0	4	71,9	1	28,1	0	0
Porto Alegre	4	100	4	100	0	0	0	0	0	0	4	80	1	20
Curitiba	2	100	2	100	0	0	0	0	0	0	2	100	0	0
Salvador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fortaleza	5	100	3	63,7	2	36,3	0	0	0	0	3	100	0	0
Belém	2	100	2	100	0	0	0	0	0	0	1	47,5	1	52,5
Vitória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiânia	3	100	2	66,7	1	33,3	0	0	2	100	0	0	0	0
Brasília	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	2	100	1	38,9	1	61,1	0	0	0	0	1	100	0	0
Campo Grande	3	100	3	100	0	0	0	0	3	100	0	0	0	0
Cuiabá	2	100	1	45,4	1	54,6	0	0	0	0	1	100	0	0
Teresina	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aracaju	4	100	3	73	1	27	0	0	1	32,6	2	67,4	0	0
Natal	2	100	1	53,2	1	46,8	0	0	0	0	1	100	0	0
Rio Branco	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Manaus	4	100	3	60,3	2	39,7	0	0	0	0	3	100	0	0
Macapá	2	100	2	79,6	0	20,4	0	0	1	50	1	50	0	0
Maceió	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Velho	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	1	100	1	100	0	0	0	0	0	25,8	1	74,2	0	0
Palmas	2	100	1	55,3	1	44,7	0	0	1	72,6	0	27,4	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 38 – Furto de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve moto furtada		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		304	100	213	70,3	89	29,3	1	0,4	82	38,4	123	57,7	8	3,8
SEXO	Masculino	165	100	110	66,9	54	32,6	1	0,4	41	36,8	68	61,8	2	1,5
	Feminino	139	100	103	74,2	35	25,3	1	0,5	42	40,3	55	53,4	7	6,4
COR	Branca	121	100	92	75,9	28	23,6	1	0,5	30	32,8	59	64,5	3	2,8
	Preta	17	100	12	68,5	5	31,5	0	0	6	53	6	47	0	0
	Parda	136	100	93	68,5	42	31	1	0,5	35	37,7	52	56,2	6	6,1
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	30	100	17	56,8	13	43,2	0	0	11	63,1	6	36,9	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	4	100	2	58,1	2	41,9	0	0	1	51,1	0	10,9	1	38
	Fundamental	90	100	58	64,6	32	35,4	0	0	22	37,2	35	60,6	1	2,2
	Médio	151	100	105	69,4	45	29,7	1	0,9	40	38,6	63	59,8	2	1,6
	Superior	59	100	49	81,7	11	18,3	0	0	19	39,1	25	51,8	4	9,1
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	16 a 24 anos	91	100	64	70,1	27	29,2	1	0,7	25	38,5	35	54,6	4	6,9
	25 a 34 anos	84	100	62	73,6	22	26,4	0	0	14	22,1	48	77,9	0	0
	35 a 44 anos	54	100	37	68,1	16	30,5	1	1,3	13	36,1	24	63,9	0	0
	45 a 59 anos	58	100	40	70	17	30	0	0	25	61,3	13	31,5	3	7,2
	60 anos ou mais	17	100	10	62	6	38	0	0	6	54,6	4	37	1	8,4
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	23	100	11	49,4	11	47,4	1	3,2	6	56,4	5	43,6	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	70	100	50	70,9	20	29,1	0	0	21	42,3	27	55,2	1	2,6
	Mais de 2 até 3 salários	61	100	41	68	19	32	0	0	14	33,9	27	66,1	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	76	100	57	75	18	24,1	1	0,8	22	38,2	34	60,3	1	1,6
	Mais de 5 até 10 salários	19	100	12	63,6	7	36,4	0	0	6	47	6	53	0	0
	Mais de 10 salários	15	100	12	80,2	3	19,8	0	0	4	36,7	1	12,1	6	51,2
	Não respondeu/ Recusa	20	100	17	84,1	3	15,9	0	0	6	34,9	11	65,1	0	0
	Não sabe/ Não lembra	21	100	14	66	7	34	0	0	3	23,2	11	76,8	0	0

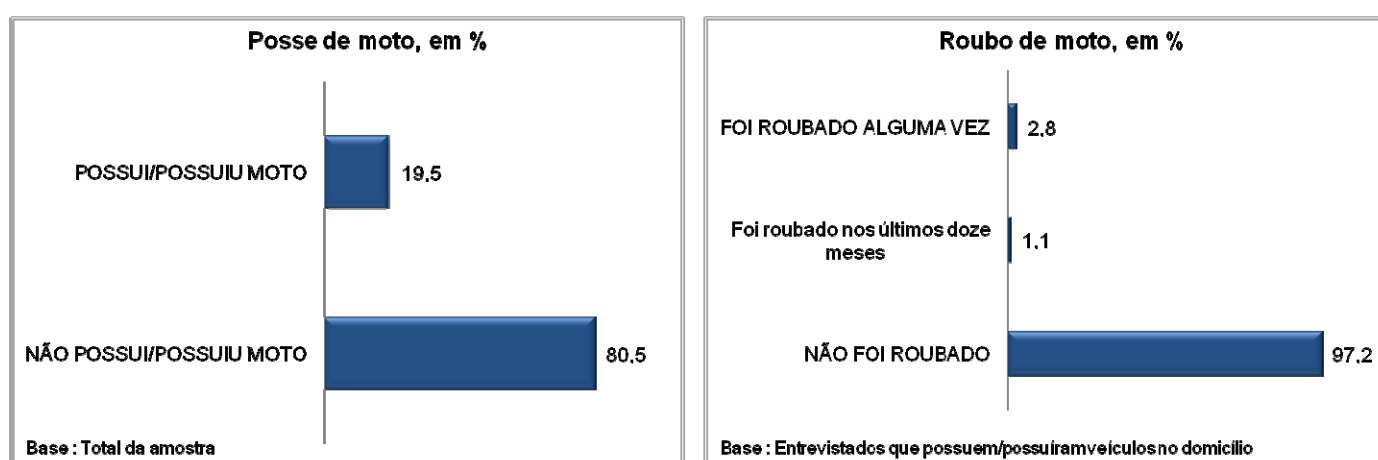
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.4 Roubo de motos, motocicletas e lambretas

7.4.1 Taxa de vitimização

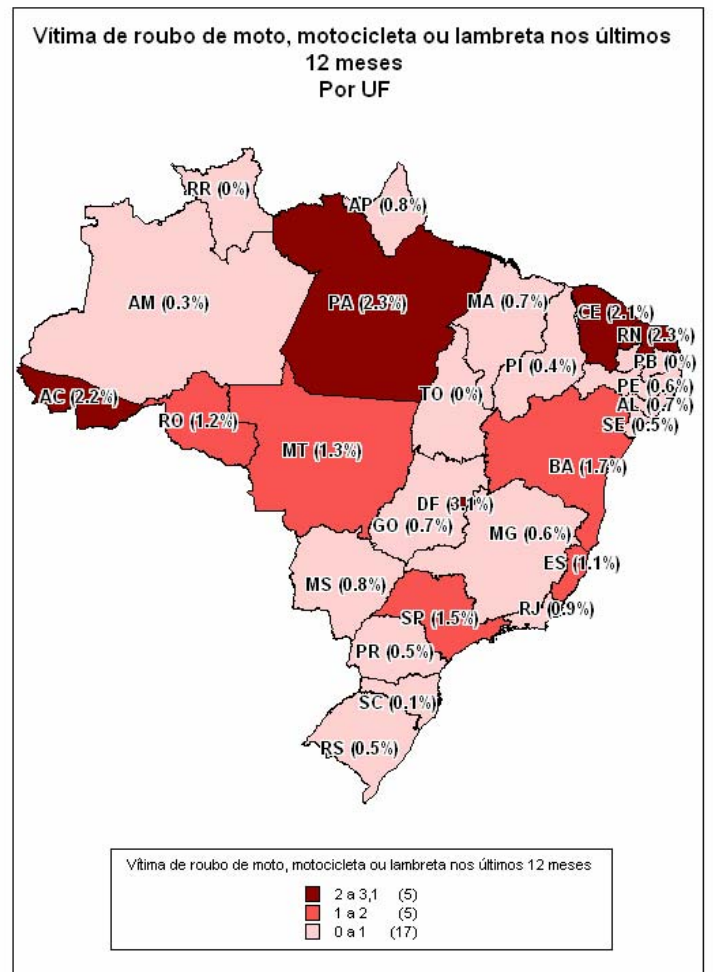
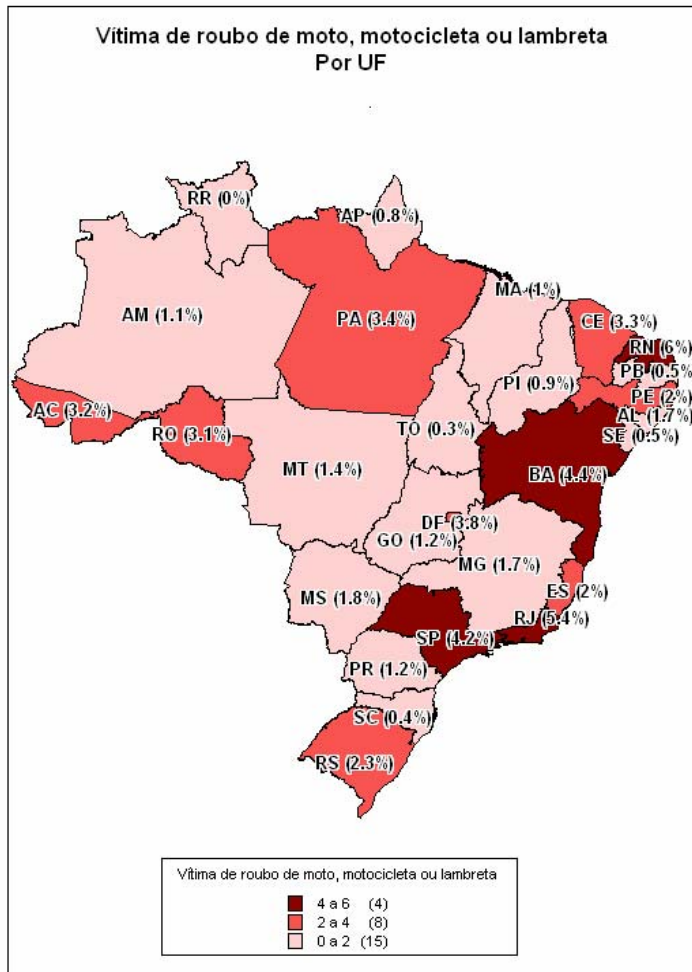
Dentre os entrevistados que afirmaram ter possuído moto, motocicleta ou lambreta no domicílio no ano anterior à realização da pesquisa, 2,8% declararam ter sofrido roubo (com emprego de ameaça ou violência) desse tipo de bem em algum momento da vida. Para 1% a incidência desse crime ocorreu no ano anterior à pesquisa.

Gráfico 17 – Posse e roubo de moto, em %



No estado de São Paulo, onde a posse desses itens fica abaixo da média da população, esses índices correspondem a 4,2% e 1,5%, respectivamente. Chama a atenção as taxas de vitimização para esse tipo de crime nos estados do Rio Grande do Norte (6% e 2,3%, respectivamente) e Rondônia (3,1% e 1,2%).

Mapa 4 – Vítimas de roubo moto, motocicleta ou lambreta por UF



Dos que tiveram a moto roubada no ano anterior à pesquisa, apesar da grande maioria (88,2%) afirmar que teve a experiência por uma única vez no período, há uma taxa relevante dos que afirmam ter sofrido o crime com maior frequência – 5,6% dizem que ele ocorreu por duas vezes, 3,1% por três vezes e 3,1% por quatro vezes.

Diferente dos outros tipos de veículos, onde havia peso maior da rua onde o entrevistado mora como local do crime, em relação ao roubo de motos, o bairro da vítima aparece com mais força – a área foi citada por 26,9% dos que tiveram a moto roubada no período contemplado no estudo. A rua onde mora a vítima aparece em seguida com 22,5% e o centro da cidade vem com 14,7%.

Do total de ocorrência dos 12 meses anteriores à pesquisa, em 64,6% dos casos o entrevistado estava presente no momento do crime.⁹ Dentre estes, 66,4% são homens e 33,6% são mulheres, ou seja, os homens são mais vitimados nesse tipo de roubo..

Dos que viveram pessoalmente esse crime, 23,3% revelam ter sofrido algum tipo de agressão física ou violência durante a ocorrência. Relatam o uso de arma de fogo por parte dos criminosos 79,1%, de facas 3,7% e de paus ou madeiras 1,9%. Em 4,3% dos casos, a vítima sofreu algum ferimento e em 3,1% teve atendimento médico e hospitalar. Quase todas as variáveis de cruzamento não fornecem número de casos suficiente para cálculo estatístico.

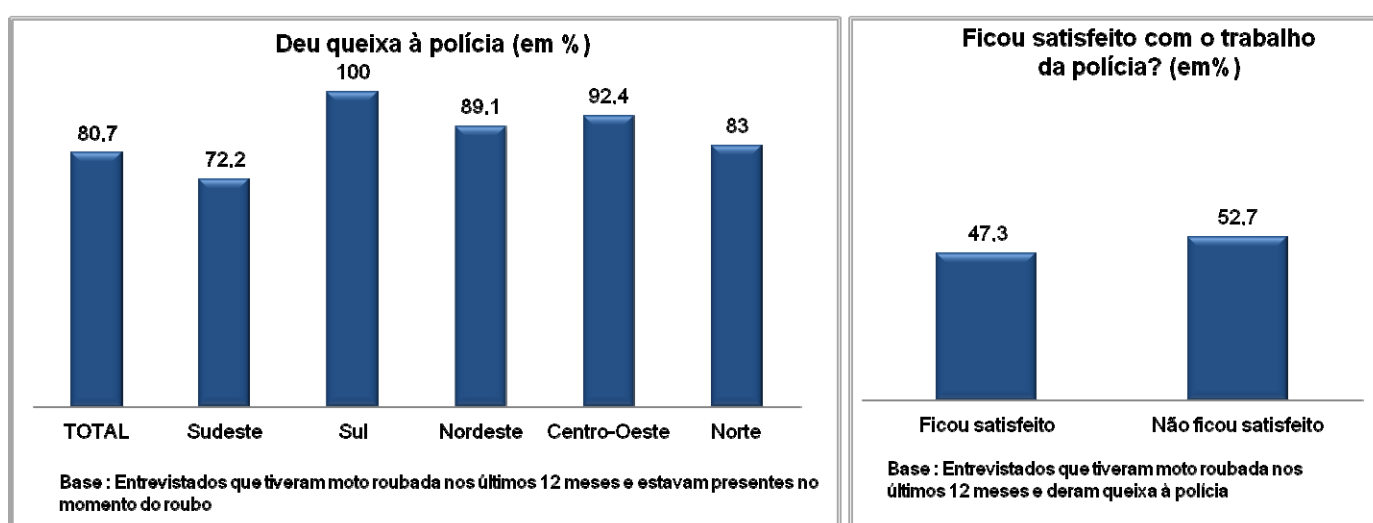
Entre as vítimas do roubo de motos, no período de 12 meses anteriores à pesquisa, e que estavam presentes no momento do crime, a maioria (65,5%) afirma que o fato atrapalhou a rotina de suas vidas, especialmente porque o bem era importante para o seu dia-a-dia (47,5%) e pelo prejuízo financeiro (22,8%). O aspecto psicológico também é citado, mas sua frequência não é tão expressiva quanto nos roubos de carros ou caminhões – 15,6% ficaram com medo de sair de casa e 15,1% citam a insegurança que o episódio gera.

⁹ Esclarece-se que a pergunta se referia a roubo sofrido pelo próprio entrevistado ou por alguém de sua casa.

7.4.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Com base no universo dos que sofreram roubo de motocicletas ou lambretas nos 12 meses que antecederam a coleta dos dados sobre vitimização, 80,7% das vítimas deram queixa do crime à polícia, 48,5% à militar e 28,8% à civil. A subnotificação para esse tipo de crime é de 19,3%. O número de casos é insuficiente para estratificação das variáveis de cruzamento e leitura segmentada dos resultados.

Gráfico 18 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



O motivo mais apontado pelas vítimas para notificar a polícia é a tentativa de recuperar o bem (71,4%), seguido de longe pelo direito de relatar ocorrência (17,6%) e pela esperança de ver o culpado punido (14,7%). As demais menções não alcançam 10% do total, cada.

Dos que notificaram os órgãos oficiais, 47,3% ficaram satisfeitos, mas 52,7% afirmam o contrário. Dentre os motivos para a satisfação, 23% afirmam que a polícia recuperou o bem subtraído e 13,3% apontam o atendimento cordial e gentil da polícia.

Dentre os motivos de insatisfação, 26% dizem que a polícia não se mostrou interessada, 20,1% que a polícia não conseguiu recuperar a moto, 13,1% afirmam que o atendimento foi lento e 10,2% reclamam por terem sido “mal tratados” por policiais.

Com base no universo de vítimas do período de um ano, em 25,9% dos casos que foram notificados, os criminosos foram identificados pela polícia. Na grande maioria deles, porém (71,9%), isso não aconteceu. Outros 2,2% não souberam informar se a polícia conseguiu ou não esclarecer o caso.

Sobre as razões que levaram 19,3% das vítimas deixarem de notificar o roubo aos órgãos competentes, o número de casos é insuficiente para cálculos estatísticos e análise segura.

7.4.3 Tabelas

Tabela 39 – Roubo de moto em N.A. ponderado e % (região e UF)

		TOTAL		POSSE DE MOTO											
				POSSUI/POSSUIU MOTO		Foi roubada alguma vez		Foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		15230	100	15230	100	425	2,8	166	1,1	258	1,7	14803	97,2	2	0
SUDESTE	TOTAL	6580	100	6580	100	242	3,7	78	1,2	164	2,5	6338	96,3	0	0
	ES	261	100	261	100	5	2	3	1,1	2	0,9	256	98	0	0
	MG	1580	100	1580	100	26	1,7	10	0,6	16	1	1554	98,3	0	0
	RJ	907	100	907	100	49	5,4	8	0,9	41	4,5	858	94,6	0	0
	SP	3831	100	3831	100	161	4,2	57	1,5	104	2,7	3669	95,8	0	0
SUL	TOTAL	2097	100	2097	100	27	1,3	8	0,4	19	0,9	2069	98,7	0	0
	PR	893	100	893	100	10	1,2	5	0,5	6	0,6	883	98,8	0	0
	RS	652	100	652	100	15	2,3	3	0,5	12	1,8	637	97,7	0	0
	SC	551	100	551	100	2	0,4	1	0,1	2	0,3	549	99,6	0	0
NORDESTE	TOTAL	3628	100	3628	100	99	2,7	45	1,2	54	1,5	3529	97,3	0	0
	AL	140	100	140	100	2	1,7	1	0,7	1	0,9	138	98,3	0	0
	BA	755	100	755	100	33	4,4	13	1,7	21	2,7	721	95,6	0	0
	CE	781	100	781	100	26	3,3	16	2,1	10	1,2	755	96,7	0	0
	MA	423	100	423	100	4	1	3	0,7	1	0,3	418	99	0	0
	PB	240	100	240	100	1	0,5	0	0	1	0,5	239	99,5	0	0
	PE	689	100	689	100	14	2	4	0,6	9	1,4	675	98	0	0
	PI	227	100	227	100	2	0,9	1	0,4	1	0,5	225	99,1	0	0
	RN	254	100	254	100	15	6	6	2,3	9	3,7	239	94	0	0
	SE	118	100	118	100	1	0,5	1	0,5	0	0	117	99,5	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL	1623	100	1623	100	26	1,6	18	1,1	9	0,5	1596	98,4	0	0
	DF	156	100	156	100	6	3,8	5	3,1	1	0,7	150	96,2	0	0
	GO	769	100	769	100	9	1,2	5	0,7	4	0,5	760	98,8	0	0
	MS	312	100	312	100	6	1,8	3	0,8	3	1	306	98,2	0	0
	MT	386	100	386	100	6	1,4	5	1,3	1	0,2	380	98,6	0	0
NORTE	TOTAL	1302	100	1302	100	30	2,3	17	1,3	13	1	1270	97,5	2	0,2
	AC	83	100	83	100	3	3,2	2	2,2	1	1,1	80	96,8	0	0
	AM	179	100	179	100	2	1,1	0	0,3	2	0,9	175	97,6	2	1,3
	AP	71	100	71	100	1	0,8	1	0,8	0	0	71	99,2	0	0
	PA	533	100	533	100	18	3,4	12	2,3	6	1,1	515	96,6	0	0
	RO	213	100	213	100	7	3,1	3	1,2	4	1,9	207	96,9	0	0
	RR	61	100	61	100	0	0	0	0	0	0	61	100	0	0
	TO	161	100	161	100	0	0,3	0	0	0	0,3	161	99,7	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 40 – Roubo de moto em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		POSSE DE MOTO											
			POSSUI/ POSSUIU MOTO		Foi roubada alguma vez		Foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	637	100	637	100	51	8	26	4,1	25	3,9	586	92	0	0
Rio de Janeiro	263	100	263	100	18	7	6	2,5	12	4,5	244	93	0	0
Belo Horizonte	185	100	185	100	6	3,1	3	1,5	3	1,6	180	96,9	0	0
Porto Alegre	65	100	65	100	3	4,9	1	2,3	2	2,6	62	95,1	0	0
Curitiba	162	100	162	100	5	2,9	2	1,3	2	1,5	158	97,1	0	0
Salvador	124	100	124	100	5	3,9	2	1,3	3	2,6	119	96,1	0	0
Recife	117	100	117	100	3	2,3	0	0	3	2,3	114	97,7	0	0
Fortaleza	252	100	252	100	12	4,7	8	3,3	3	1,4	240	95,3	0	0
Belém	93	100	93	100	6	6,3	3	3,6	3	2,7	87	93,7	0	0
Vitória	19	100	19	100	0	0	0	0	0	0	19	100	0	0
Goiânia	223	100	223	100	6	2,6	3	1,3	3	1,3	217	97,4	0	0
Brasília	156	100	156	100	6	3,8	5	3,1	1	0,7	150	96,2	0	0
Florianópolis	43	100	43	100	1	2,9	1	1,4	1	1,4	42	97,1	0	0
Campo Grande	127	100	127	100	3	2,4	2	1,8	1	0,6	124	97,6	0	0
Cuiabá	80	100	80	100	1	0,9	0	0	1	0,9	80	99,1	0	0
Teresina	109	100	109	100	0	0	0	0	0	0	109	100	0	0
São Luís	51	100	51	100	0	0	0	0	0	0	51	100	0	0
João Pessoa	72	100	72	100	0	0	0	0	0	0	72	100	0	0
Aracaju	48	100	48	100	0	0	0	0	0	0	48	100	0	0
Natal	71	100	71	100	3	3,7	1	1,2	2	2,5	68	96,3	0	0
Rio Branco	57	100	57	100	2	4,3	2	2,8	1	1,5	55	95,7	0	0
Manaus	81	100	81	100	1	1,6	0	0	1	1,6	78	96	2	2,4
Macapá	55	100	55	100	1	1	1	1	0	0	54	99	0	0
Maceió	50	100	50	100	1	2,1	1	2,1	0	0	49	97,9	0	0
Porto Velho	84	100	84	100	2	2	1	1,3	1	0,7	82	98	0	0
Boa Vista	61	100	61	100	0	0	0	0	0	0	61	100	0	0
Palmas	56	100	56	100	0	0,8	0	0	0	0,8	56	99,2	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 41 – Roubo de moto em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		POSSE DE MOTO											
				POSSUI/POSSUIU MOTO		Foi roubada alguma vez		Foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada nos últimos doze meses		Não foi roubada		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		15230	100	15230	100	425	2,8	166	1,1	258	1,7	14803	97,2	2	0
SEXO	Masculino	8318	100	8318	100	236	2,8	85	1	151	1,8	8083	97,2	0	0
	Feminino	6911	100	6911	100	189	2,7	81	1,2	108	1,6	6720	97,2	2	0
COR	Branca	6995	100	6995	100	187	2,7	77	1,1	110	1,6	6808	97,3	0	0
	Preta	1349	100	1349	100	25	1,8	14	1	10	0,8	1325	98,2	0	0
	Parda	5499	100	5499	100	179	3,3	55	1	124	2,3	5320	96,7	0	0
	Não respondeu/ Recusa	9	100	9	100	0	0	0	0	0	0	9	100	0	0
	Outra Cor	1378	100	1378	100	35	2,5	21	1,5	14	1	1341	97,4	2	0,1
ESCOLARIDADE	Sem instrução	355	100	355	100	13	3,8	10	3	3	0,8	342	96,2	0	0
	Fundamental	4950	100	4950	100	118	2,4	38	0,8	79	1,6	4833	97,6	0	0
	Médio	7311	100	7311	100	231	3,2	90	1,2	140	1,9	7078	96,8	2	0
	Superior	2604	100	2604	100	61	2,4	27	1	34	1,3	2543	97,6	0	0
	Não respondeu/ Recusa	4	100	4	100	0	0	0	0	0	0	4	100	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	5	100	5	100	1	27,4	0	0	1	27,4	3	72,6	0	0
	16 a 24 anos	3990	100	3990	100	60	1,5	38	0,9	23	0,6	3927	98,4	2	0
	25 a 34 anos	4435	100	4435	100	145	3,3	58	1,3	87	2	4289	96,7	0	0
	35 a 44 anos	3066	100	3066	100	96	3,1	27	0,9	69	2,3	2970	96,9	0	0
	45 a 59 anos	2826	100	2826	100	103	3,7	38	1,3	65	2,3	2723	96,3	0	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	913	100	913	100	20	2,2	6	0,7	14	1,5	893	97,8	0	0
	Até 1 salário mínimo	1470	100	1470	100	31	2,1	12	0,8	19	1,3	1439	97,9	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	4062	100	4062	100	121	3	47	1,2	74	1,8	3941	97	0	0
	Mais de 2 até 3 salários	3608	100	3608	100	111	3,1	40	1,1	71	2	3496	96,9	2	0,1
	Mais de 3 até 5 salários	3328	100	3328	100	74	2,2	43	1,3	30	0,9	3254	97,8	0	0
	Mais de 5 até 10 salários	1371	100	1371	100	46	3,4	12	0,9	35	2,5	1325	96,6	0	0
	Mais de 10 salários	515	100	515	100	14	2,7	3	0,6	11	2,1	501	97,3	0	0
	Não respondeu/ Recusa	422	100	422	100	16	3,8	6	1,4	10	2,5	405	96,2	0	0
	Não sabe/ Não lembra	452	100	452	100	11	2,5	2	0,5	9	2	441	97,5	0	0

Base : possuidores de moto

Tabela 42 – Roubo de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Teve moto roubada		No momento em que a moto, motocicleta ou lambreta foi roubada o(a) Sr(a) estava presente?				O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
					Sim		Não		Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			166	100	107	64,6	59	35,4	87	80,7	21	19,3	41	47,3	46	52,7
SUDESTE	TOTAL		78	100	55	71,1	23	28,9	40	72,2	15	27,8	23	58	17	42
		ES	3	100	2	53,1	1	46,9	2	100	0	0	0	0	2	100
		MG	10	100	8	78,7	2	21,3	5	66,3	3	33,7	2	35,3	3	64,7
		RJ	8	100	8	94,3	0	5,7	8	100	0	0	1	15,9	6	84,1
		SP	57	100	38	67,4	19	32,6	26	66,7	13	33,3	20	78,7	5	21,3
SUL	TOTAL		8	100	4	51,6	4	48,4	4	100	0	0	1	14,2	4	85,8
		PR	5	100	4	79,5	1	20,5	4	100	0	0	0	0	4	100
		RS	3	100	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		SC	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0
NORDESTE	TOTAL		45	100	24	54,3	20	45,7	22	89,1	3	10,9	5	23	17	77
		AL	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100
		BA	13	100	4	35,6	8	64,4	4	100	0	0	1	29	3	71
		CE	16	100	11	68,2	5	31,8	9	76,3	3	23,7	1	13,1	7	86,9
		MA	3	100	1	31,8	2	68,2	1	100	0	0	0	0	1	100
		PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PE	4	100	4	84,8	1	15,2	4	100	0	0	0	0	4	100
		PI	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		RN	6	100	2	39	4	61	2	100	0	0	2	83,4	0	16,6
		SE	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		18	100	14	77,3	4	22,7	13	92,4	1	7,6	10	74,8	3	25,2
		DF	5	100	5	100	0	0	5	100	0	0	5	100	0	0
		GO	5	100	4	72,5	2	27,5	4	100	0	0	2	50,8	2	49,2
		MS	3	100	3	100	0	0	2	84,9	0	15,1	2	100	0	0
		MT	5	100	2	47,8	3	52,2	2	72,1	1	27,9	0	25,7	1	74,3
NORTE	TOTAL		17	100	10	55,6	8	44,4	8	83	2	17	3	34,1	5	65,9
		AC	2	100	2	100	0	0	1	71,8	1	28,2	0	15,1	1	84,9
		AM	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		AP	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100
		PA	12	100	6	48,6	6	51,4	5	80,5	1	19,5	2	35,5	3	64,5
		RO	3	100	2	58,3	1	41,7	2	100	0	0	1	58,2	1	41,8
		RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 43 – Roubo de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve moto roubada		No momento em que a moto, motocicleta ou lambreta foi roubada o(a) Sr(a) estava presente?						O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
			Sim		Não				Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	26	100	26	100	0	0	14	52,2	12	47,8	14	100	0	0	0	0
Rio de Janeiro	6	100	6	100	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0	6	100
Belo Horizonte	3	100	3	100	0	0	2	55,1	1	44,9	0	0	0	0	2	100
Porto Alegre	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curitiba	2	100	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	2	100
Salvador	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fortaleza	8	100	7	80,4	2	19,6	5	75,6	2	24,4	0	0	0	0	5	100
Belém	3	100	1	34,1	2	65,9	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Vitória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiânia	3	100	1	47,3	2	52,7	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Brasília	5	100	5	100	0	0	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0
Florianópolis	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
Campo Grande	2	100	2	100	0	0	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0
Cuiabá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teresina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aracaju	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natal	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
Rio Branco	2	100	2	100	0	0	1	68,4	1	31,6	0	0	0	0	1	100
Manaus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Macapá	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Maceió	1	100	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Porto Velho	1	100	1	55,9	0	44,1	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 44 – Roubo de moto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve moto roubada		No momento em que a moto, motocicleta ou lambreta foi roubada o(a) Sr(a) estava presente?				O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?				De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
				Sim		Não		Sim		Não		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		166	100	107	64,6	59	35,4	87	80,7	21	19,3	41	47,3	46	52,7
SEXO	Masculino	85	100	71	83,7	14	16,3	56	78,6	15	21,4	26	46,8	30	53,2
	Feminino	81	100	36	44,7	45	55,3	31	84,8	6	15,2	15	48,4	16	51,6
COR	Branca	77	100	46	60	31	40	35	75,4	11	24,6	21	60,4	14	39,6
	Preta	14	100	9	62,8	5	37,2	8	85,7	1	14,3	2	28,7	5	71,3
	Parda	55	100	39	71,5	16	28,5	35	88,9	4	11,1	10	29,2	25	70,8
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	21	100	13	64,7	7	35,3	10	71,6	4	28,4	8	80,8	2	19,2
ESCOLARIDADE	Sem instrução	10	100	7	66,4	4	33,6	2	24,7	5	75,3	1	39,9	1	60,1
	Fundamental	38	100	27	69,4	12	30,6	21	77,2	6	22,8	9	44,7	11	55,3
	Médio	90	100	55	60,5	36	39,5	48	88	7	12	21	43,7	27	56,3
	Superior	27	100	19	71,3	8	28,7	16	85	3	15	10	62,3	6	37,7
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	16 a 24 anos	38	100	24	65	13	35	18	74,6	6	25,4	1	5,9	17	94,1
	25 a 34 anos	58	100	34	58,5	24	41,5	31	91,2	3	8,8	17	55,2	14	44,8
	35 a 44 anos	27	100	17	64,6	9	35,4	15	84,6	3	15,4	6	40,1	9	59,9
	45 a 59 anos	38	100	28	73,7	10	26,3	20	72,7	8	27,3	15	72,8	6	27,2
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	6	100	4	64,5	2	35,5	3	67,4	1	32,6	2	85,7	0	14,3
	Até 1 salário mínimo	12	100	7	54	6	46	4	61,5	3	38,5	0	9,5	4	90,5
	Mais de 1 até 2 salários	47	100	33	71,3	13	28,7	25	74,1	9	25,9	6	23,7	19	76,3
	Mais de 2 até 3 salários	40	100	30	74,6	10	25,4	28	92,4	2	7,6	18	64,4	10	35,6
	Mais de 3 até 5 salários	43	100	24	54,2	20	45,8	20	85,4	3	14,6	9	45,1	11	54,9
	Mais de 5 até 10 salários	12	100	7	58	5	42	3	45,1	4	54,9	1	29,6	2	70,4
	Mais de 10 salários	3	100	2	55,7	1	44,3	2	100	0	0	2	100	0	0
	Não respondeu/ Recusa	6	100	5	86,7	1	13,3	5	100	0	0	5	100	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0

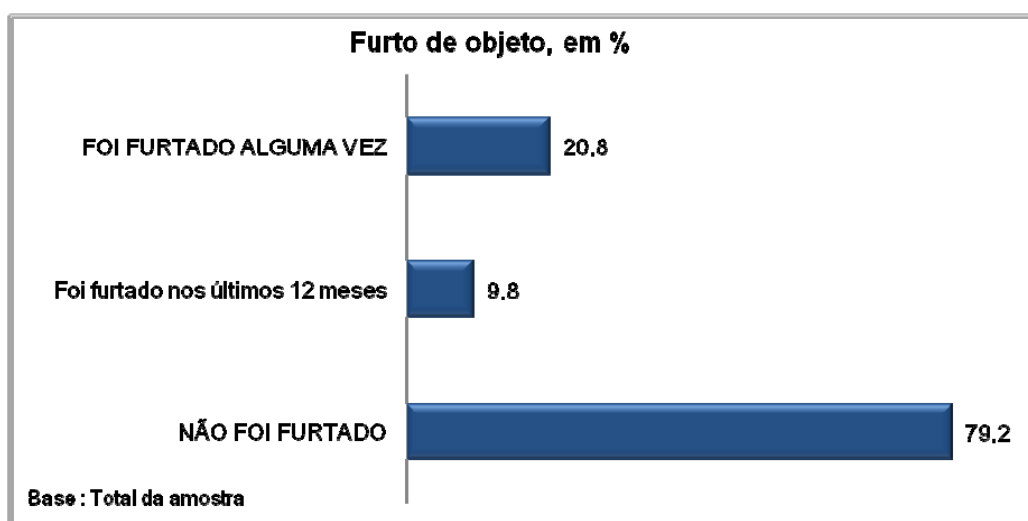
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.5. Furto de objetos

7.5.1 Taxa de vitimização

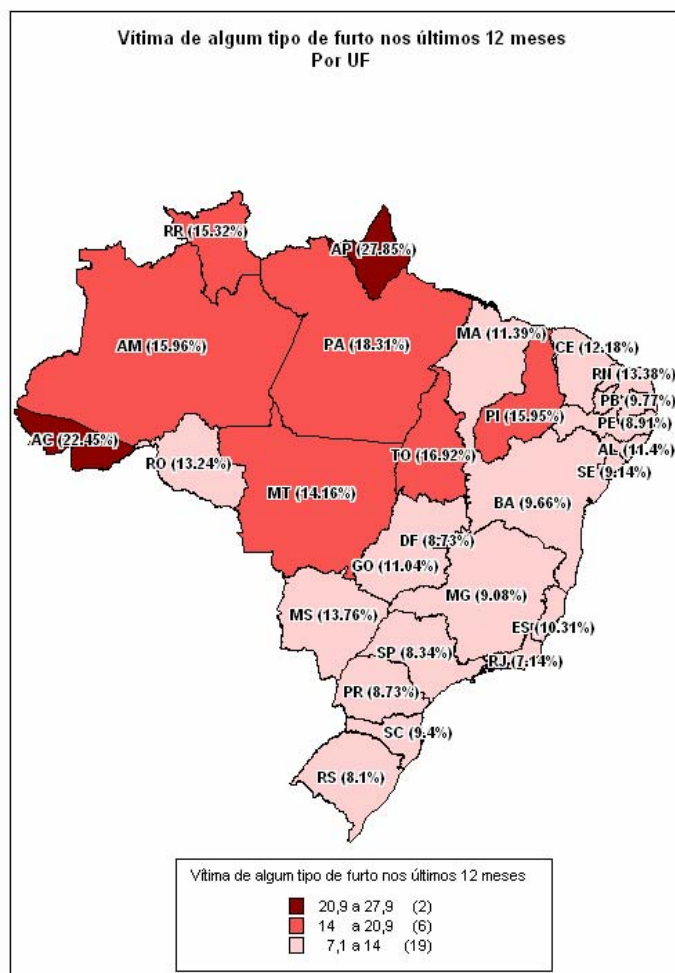
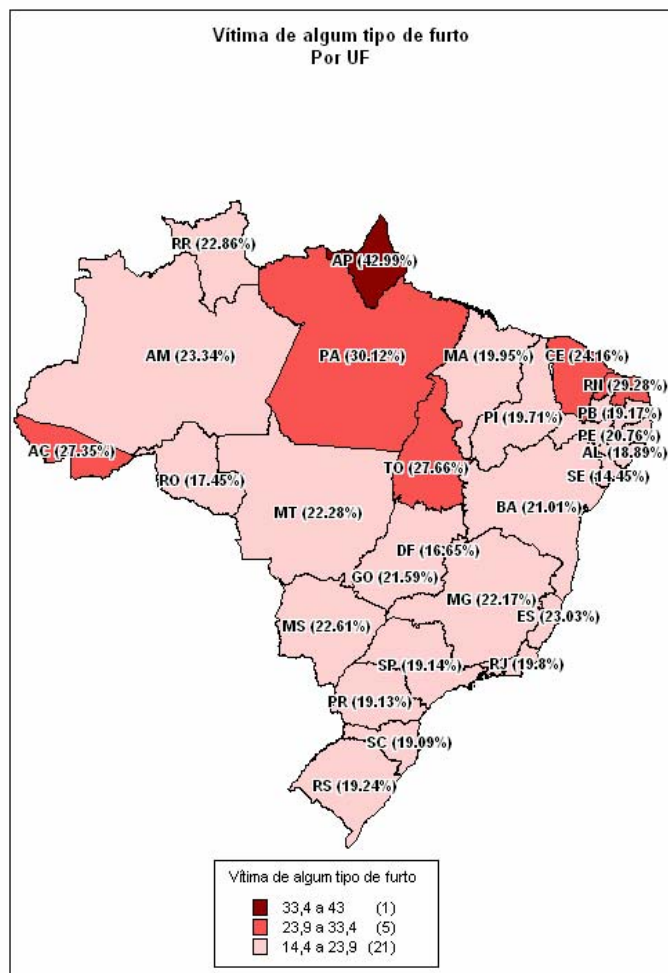
Com base no total da amostra, quando o assunto é furto de objetos ou bens de um modo geral, a taxa dos que dizem já ter sofrido esse tipo de crime alguma vez na vida chega a 20,8%. Quando a pergunta é remetida apenas aos 12 meses anteriores à coleta de dados, a vitimização é de 9,8%. Na região Norte, esses índices correspondem a 27,5% e 17,8%, respectivamente. No Nordeste, elas são de 21,3% e 10,7%, no Centro-Oeste correspondem a 20,7% e 11,5%, no Sudeste a 20% e 8,3% e no Sul a 19,2% e 8,6%, respectivamente.

Gráfico 19 - Furto de objeto, em %



Considerando a incidência no ano anterior à realização do estudo, percebe-se maior concentração de vítimas entre os habitantes do Amapá (27,8%), do Acre (22,4%), Pará (18,3%), Tocantins (16,9%) e do Piauí (16%). Das capitais, destacam-se as ocorrências em Teresina (19,6%), em Belém (18,7%) e Cuiabá (15,6%).

Mapa 5 – Vítimas de furto de algum objeto por UF



Ao se cruzar os resultados por variáveis demográficas e socioeconômicas, observa-se que nos 12 meses anteriores à pesquisa foram vítimas de furto principalmente os mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos (12,1%), os mais escolarizados (12,1%) e os que integram a Classe A do critério Brasil de segmentação econômica (13,2%).

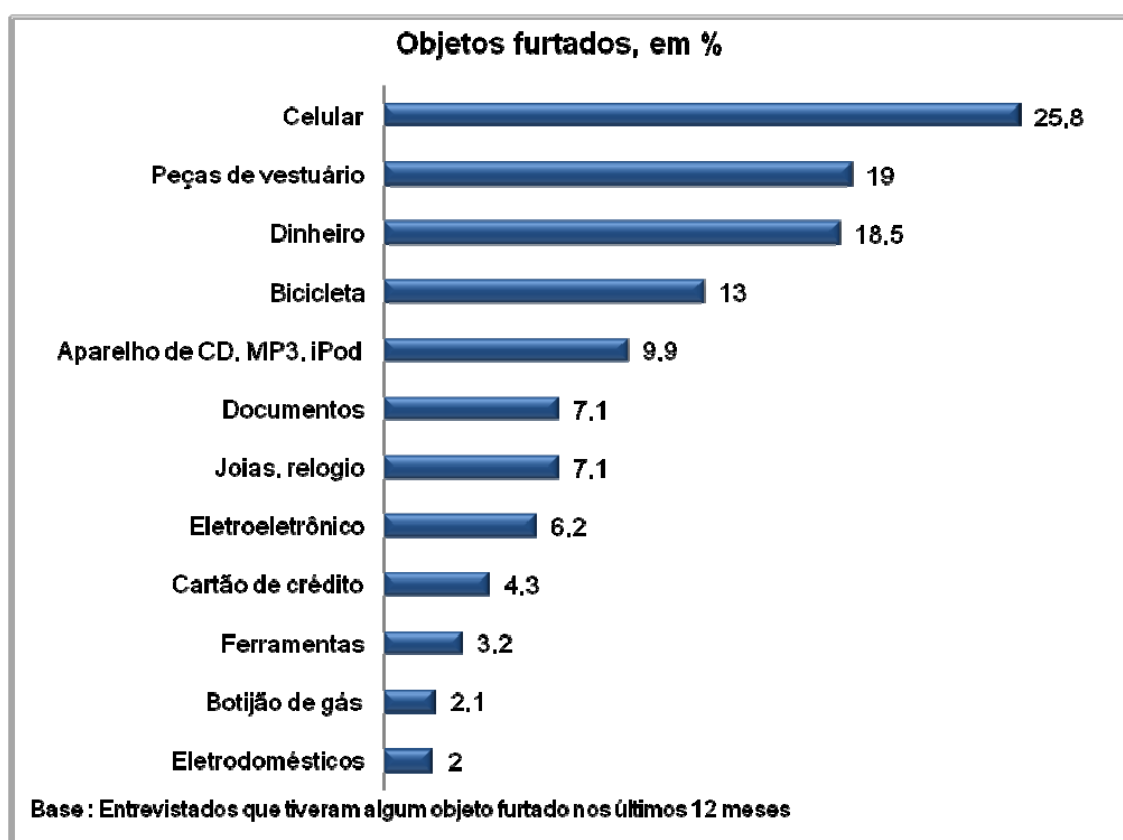
Quanto à frequência com que foram furtados, a maioria das vítimas (73,9%) sofreu o crime por apenas uma vez nos 12 meses anteriores à coleta de dados da pesquisa. Outros 13,9% viveram a experiência por duas vezes, 6,1% por três vezes, 2% por quatro vezes e 3,5% por cinco vezes ou mais. A média é duas vezes.

Na região Norte verificam-se os percentuais mais elevados de frequência igual ou maior a duas vezes. A média na região chega a 2,4. No Distrito Federal, esse número

corresponde a 3,6, no Mato Grosso do Sul a 3,4 e no Amazonas a 3,2. Nas capitais, chamam a atenção as médias das cidades de Campo Grande (5,6), Brasília (3,6), Belém (3,3) e Recife (2,9).

Sobre o objeto furtado, 25,8% revelam ter perdido no furto o celular ou bip. Peças de vestuário, como roupas ou calçados totalizam 19%. Dinheiro é a resposta de 18,5%. Bicicleta é citada por 13%. Aparelhos de CD, mp3 players ou ipods alcançam 9,9%. Também aparecem documentos (7,1%), jóias, relógios (7,1%) e eletroeletrônicos (6,2%). As outras menções não chegam a 5%, cada.

Gráfico 20 – Objetos furtados, em %



O furto de celulares é mais comum entre vítimas do Nordeste (30,2%) e Norte (29%) do país. Já, a perda de peças de vestuário é mais comum entre os que moram no Sul (25,2%). O furto desse item supera até o de celulares na região. No Sudeste, o destaque é para o furto de dinheiro (20,3%), que é maior do que o furto de roupas e calçados.

Por estado, destacam-se os furtos de celular no Piauí (38,3%) e na Bahia (32,9%). O de roupas e calçados no Rio Grande do Sul (28%) e Santa Catarina (26,5%) e o de dinheiro em São Paulo (21,3%).

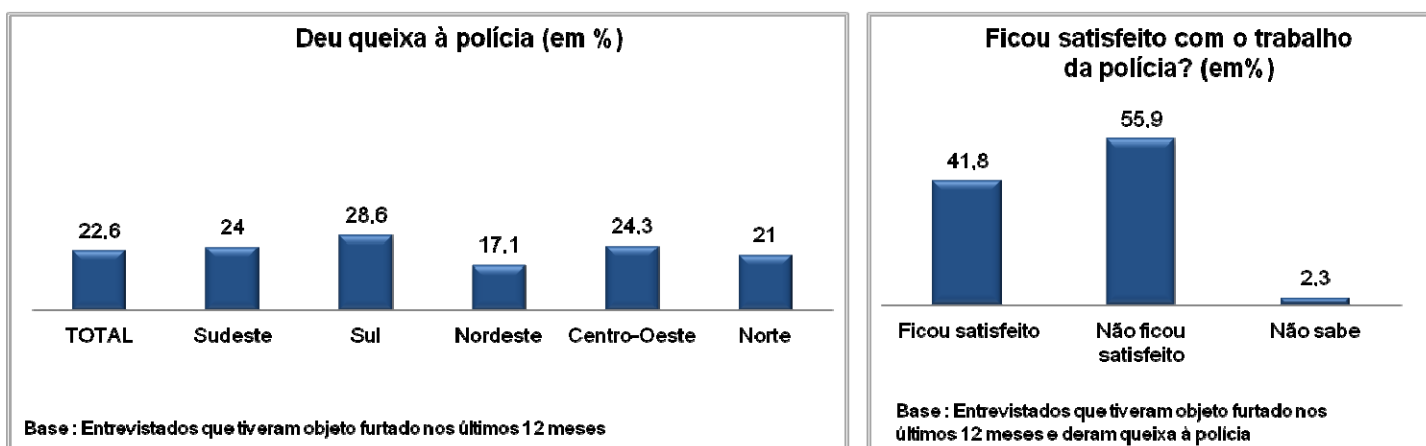
As vítimas de furto de celulares encontram-se principalmente entre os mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos (32,3%). Por outro lado, entre os mais velhos, com idade igual ou maior do que 60 anos, a ocorrência de furto de dinheiro supera qualquer outro item.

Entre os que sofreram esse tipo de crime no período estudado, a maioria (53,9%) percebe ter sido furtado quando está em sua própria casa. Em 12,6% dos casos, a vítima se dá conta do ocorrido quando se encontra no local de trabalho e em 11,1% dentro de locais públicos como bancos, escolas, shoppings e restaurantes. Há os que percebem quando estão andando na rua (6,3%), na casa de algum parente ou amigo (5,1%) ou em locais públicos externos como praças, parques ou jardins (também 5,1%). Outros lugares mencionados não alcançam, isoladamente, esses percentuais.

7.5.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Dos que tiveram objetos furtados no ano anterior à pesquisa, apenas 22,6% prestaram queixa à polícia, sendo a maior parte dos casos à militar (12%) e à civil (9,9%). A subnotificação para esse tipo de crime no período correspondente a 77% .

Gráfico 21 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



Por região do país, a notificação é maior no Sul (28,6%) e menor no Nordeste (17,1%). Por unidades da federação, percebem-se altas taxas de comunicação dos crimes à polícia entre as vítimas do Distrito Federal (36,7%), Minas Gerais (31,5%), Paraná (31,5%) e Tocantins (35,5%).

Pelas variáveis socioeconômicas e demográficas, a notificação é destaque entre os mais escolarizados (28,9%), mais ricos (27,9% entre os que compõem as classes A e B) e entre os que têm de 35 a 44 anos (27,8%).

A subnotificação é mais comum entre as vítimas que vivem no estado do Rio de Janeiro (84,6%), Sergipe (86,3%), Paraíba (84,6%) e Amapá (84,9%). Por dados sociodemográficos, deixam de avisar a polícia especialmente os mais jovens (82,6%), os menos escolarizados (81,4%) e os que integram as classes D e E (81,7%).

Os principais motivos apontados pelas vítimas para decidirem notificar a polícia sobre o furto são a esperança em reaver o bem (39,7%), o simples fato de conseguir um registro de ocorrência (21,6%), a idéia de que a notificação é um direito de quem sofre o crime (19,5%), a vontade de ver o culpado punido (18,5%), a necessidade do boletim de ocorrência para tirar novos documentos (17,4%), a tentativa de evitar que o fato ocorra novamente (14,3%) e por se sentirem ameaçados de alguma forma (13%). Outras menções não chegam 5% do total, cada.

Entre as vítimas que procuraram a polícia para registrar a ocorrência, a maioria (55,9%) ficou insatisfeita com o atendimento. Aprovaram o serviço 41,8%. O grau de satisfação é maior no Sudeste (46,6%) e Sul (45,1%) do país e menor no Norte (33,7%) e Centro-Oeste (32,7%).

Os motivos mais frequentes para a insatisfação das vítimas que deram queixa são o fato da polícia não ter se mostrado interessada (28,3%), não ter recuperado o bem (21,9%), a falta de identificação dos culpados (13,2%) e a lentidão da polícia no tratamento do caso (10,7%) e no atendimento (6,4%).

Quanto à satisfação, as razões mais comuns no atendimento aos episódios de furto são a cordialidade dos policiais (18,8%), a boa vontade e atenção da polícia (16,6%) e a eficiência policial (10,1%). Entretanto, na grande maioria dos casos reportados às forças policiais (81%), os ladrões não foram identificados.

Entre os que não reportaram o crime às autoridades, os motivos mais citados para tal atitude são a crença na impossibilidade da polícia fazer algo já que não existiam provas ou testemunhas (28%), a idéia de que o fato não foi importante (20,9%), pela insignificância do bem (19,3%), por achar que o episódio foi irrelevante (13,4%), porque a vítima conhecia os autores do crime (11,5%) e pela falta de confiança na polícia (10,5%).

As demais menções não alcançam 10% do total, cada. Nesse universo dos que não notificaram o crime, quase a totalidade (96,3%) também não procurou nenhum outro órgão ou instituição para dar queixa do ocorrido.

7.5.3 Tabelas

Tabela 45 – Furto de objetos em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		FURTO DE OBJETO									
					Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado		Não respondeu/ Recusa	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	16190	20,8	7615	9,8	8575	11	61812	79,2	6	0
SUDESTE	TOTAL		38717	100	7751	20	3211	8,3	4540	11,7	30962	80	4	0
		ES	1437	100	331	23	148	10,3	183	12,7	1106	77	0	0
		MG	7516	100	1666	22,2	682	9,1	984	13,1	5849	77,8	0	0
		RJ	8550	100	1693	19,8	610	7,1	1083	12,7	6857	80,2	0	0
		SP	21214	100	4061	19,1	1770	8,3	2291	10,8	17150	80,8	4	0
SUL	TOTAL		10949	100	2098	19,2	944	8,6	1155	10,5	8850	80,8	0	0
		PR	4096	100	784	19,1	358	8,7	426	10,4	3313	80,9	0	0
		RS	4473	100	861	19,2	362	8,1	498	11,1	3613	80,8	0	0
		SC	2379	100	454	19,1	224	9,4	230	9,7	1925	80,9	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	3623	21,3	1817	10,7	1806	10,6	13357	78,7	0	0
		AL	998	100	189	18,9	114	11,4	75	7,5	809	81,1	0	0
		BA	4460	100	937	21	431	9,7	506	11,3	3523	79	0	0
		CE	3040	100	734	24,2	370	12,2	364	12	2305	75,8	0	0
		MA	1605	100	320	20	183	11,4	137	8,6	1285	80	0	0
		PB	1080	100	207	19,2	106	9,8	102	9,4	873	80,8	0	0
		PE	3426	100	711	20,8	305	8,9	406	11,8	2715	79,2	0	0
		PI	746	100	147	19,7	119	16	28	3,8	599	80,3	0	0
		RN	964	100	282	29,3	129	13,4	153	15,9	682	70,7	0	0
CENTRO OESTE		SE	662	100	96	14,4	61	9,1	35	5,3	566	85,6	0	0
	TOTAL		5960	100	1234	20,7	683	11,5	551	9,2	4726	79,3	0	0
		DF	1412	100	235	16,7	123	8,7	112	7,9	1177	83,3	0	0
		GO	2585	100	558	21,6	285	11	273	10,6	2027	78,4	0	0
		MS	943	100	213	22,6	130	13,8	84	8,9	730	77,4	0	0
NORTE		MT	1020	100	227	22,3	144	14,2	83	8,1	793	77,7	0	0
	TOTAL		5401	100	1483	27,5	960	17,8	523	9,7	3916	72,5	2	0
		AC	242	100	66	27,4	54	22,4	12	4,9	176	72,6	0	0
		AM	1312	100	306	23,3	209	16	97	7,4	1003	76,5	2	0,2
		AP	295	100	127	43	82	27,8	45	15,1	168	57	0	0
		PA	2516	100	758	30,1	461	18,3	297	11,8	1758	69,9	0	0
		RO	518	100	90	17,4	69	13,2	22	4,2	427	82,6	0	0
		RR	158	100	36	22,9	24	15,3	12	7,5	122	77,1	0	0
		TO	360	100	100	27,7	61	16,9	39	10,7	261	72,3	0	0

Tabela 46 – Furto de objetos em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		FURTO DE OBJETO									
			Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	1239	19,5	597	9,4	642	10,1	5101	80,4	4	0,1
Rio de Janeiro	3606	100	662	18,4	264	7,3	397	11	2944	81,6	0	0
Belo Horizonte	1355	100	301	22,2	131	9,7	170	12,6	1053	77,8	0	0
Porto Alegre	804	100	205	25,5	95	11,8	110	13,7	599	74,5	0	0
Curitiba	996	100	234	23,4	121	12,1	113	11,3	763	76,6	0	0
Salvador	1526	100	324	21,2	150	9,8	174	11,4	1202	78,8	0	0
Recife	876	100	189	21,6	95	10,8	94	10,8	688	78,4	0	0
Fortaleza	1396	100	348	24,9	185	13,3	163	11,7	1047	75,1	0	0
Belém	787	100	240	30,5	147	18,7	94	11,9	547	69,5	0	0
Vitória	186	100	47	25,1	21	11,1	26	14	139	74,9	0	0
Goiânia	740	100	167	22,6	77	10,4	90	12,2	572	77,4	0	0
Brasília	1412	100	235	16,7	123	8,7	112	7,9	1177	83,3	0	0
Florianópolis	231	100	55	23,8	28	12	27	11,8	176	76,2	0	0
Campo Grande	443	100	91	20,4	58	13,2	32	7,2	352	79,6	0	0
Cuiabá	309	100	68	21,9	48	15,6	19	6,3	241	78,1	0	0
Teresina	438	100	97	22,2	86	19,5	12	2,7	340	77,8	0	0
São Luís	545	100	133	24,4	77	14,1	56	10,3	412	75,6	0	0
João Pessoa	411	100	73	17,7	36	8,7	37	9,1	338	82,3	0	0
Aracaju	326	100	47	14,4	30	9,3	16	5	279	85,6	0	0
Natal	458	100	137	30	62	13,4	76	16,5	321	70	0	0
Rio Branco	176	100	51	29	41	23,2	10	5,8	125	71	0	0
Manaus	1023	100	237	23,2	166	16,2	71	6,9	784	76,7	2	0,2
Macapá	217	100	94	43,2	60	27,8	34	15,4	123	56,8	0	0
Maceió	531	100	99	18,6	64	12,1	35	6,5	432	81,4	0	0
Porto Velho	223	100	46	20,7	38	17,2	8	3,5	177	79,3	0	0
Boa Vista	158	100	36	22,9	24	15,3	12	7,5	122	77,1	0	0
Palmas	126	100	28	22	16	12,9	11	9,1	99	78	0	0

Tabela 47 – Furto de objetos em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		FURTO DE OBJETO									
				Foi furtado alguma vez		Foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado nos últimos doze meses		Não foi furtado		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	16190	20,8	7615	9,8	8575	11	61812	79,2	6	0
SEXO	Masculino	37186	100	8183	22	3643	9,8	4540	12,2	28996	78	6	0
	Feminino	40822	100	8006	19,6	3971	9,7	4035	9,9	32816	80,4	0	0
COR	Branca	36143	100	7403	20,5	3167	8,8	4236	11,7	28736	79,5	4	0
	Preta	8356	100	1728	20,7	855	10,2	873	10,5	6628	79,3	0	0
	Parda	26375	100	5500	20,9	2847	10,8	2652	10,1	20873	79,1	2	0
	Não respondeu/ Recusa	88	100	8	9,6	6	7	2	2,6	80	90,4	0	0
	Outra Cor	7047	100	1550	22	739	10,5	811	11,5	5495	78	1	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	569	16,6	229	6,7	341	9,9	2866	83,4	0	0
	Fundamental	29562	100	5501	18,6	2538	8,6	2963	10	24060	81,4	2	0
	Médio	31675	100	6524	20,6	3235	10,2	3289	10,4	25150	79,4	1	0
	Superior	13289	100	3590	27	1611	12,1	1979	14,9	9695	73	4	0
	Não respondeu/ Recusa	22	100	1	4,9	1	4,9	0	0	21	95,1	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	4	18,1	1	3,1	4	15	20	81,9	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	3396	20,4	2014	12,1	1383	8,3	13216	79,5	2	0
	25 a 34 anos	18454	100	3897	21,1	1967	10,7	1930	10,5	14556	78,9	0	0
	35 a 44 anos	15059	100	3241	21,5	1527	10,1	1714	11,4	11818	78,5	0	0
	45 a 59 anos	16897	100	3585	21,2	1406	8,3	2179	12,9	13308	78,8	4	0
	60 anos ou mais	10984	100	2071	18,9	701	6,4	1369	12,5	8913	81,1	0	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	2470	18,3	1256	9,3	1214	9	11041	81,7	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	4312	19,3	2096	9,4	2216	9,9	18038	80,7	4	0
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	3216	21	1527	10	1689	11	12121	79	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	2942	22,9	1356	10,6	1586	12,4	9891	77,1	2	0
	Mais de 5 até 10	6066	100	1440	23,7	618	10,2	822	13,6	4626	76,3	0	0
	Mais de 10 salários	3001	100	886	29,5	377	12,6	509	17	2115	70,5	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	460	16,9	209	7,7	252	9,3	2259	83,1	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	464	21,3	177	8,1	288	13,2	1720	78,7	0	0

Tabela 48 – Furto de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Teve objeto furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			7615	100	1720	22,6	5861	77	33	0,4	720	41,8	961	55,9	39	2,3
SUDESTE	TOTAL		3211	100	772	24	2426	75,5	13	0,4	359	46,6	390	50,5	22	2,9
		ES	148	100	32	21,7	116	78,3	0	0	16	51,1	16	48,9	0	0
		MG	682	100	215	31,5	463	67,9	4	0,7	95	44,1	118	54,8	2	1,1
		RJ	610	100	91	15	516	84,6	3	0,4	51	56	38	42,1	2	1,8
		SP	1770	100	434	24,5	1330	75,2	6	0,3	197	45,4	218	50,3	18	4,3
SUL	TOTAL		944	100	270	28,6	673	71,3	1	0,2	122	45,1	143	52,9	5	2
		PR	358	100	113	31,5	244	68,4	0	0,1	50	44,1	62	54,7	1	1,2
		RS	362	100	95	26,3	267	73,7	0	0	47	49,6	44	46,7	4	3,8
		SC	224	100	62	27,6	161	72	1	0,5	25	39,8	37	59,3	1	0,9
NORDESTE	TOTAL		1817	100	310	17,1	1501	82,6	6	0,3	116	37,5	188	60,7	6	1,8
		AL	114	100	20	17,5	94	82,3	0	0,2	4	18,1	16	81,9	0	0
		BA	431	100	72	16,7	357	82,8	2	0,5	30	42,3	40	55,5	2	2,2
		CE	370	100	62	16,9	308	83,1	0	0	24	38,6	36	57,4	3	4
		MA	183	100	35	19	148	80,9	0	0,1	9	26	26	74	0	0
		PB	106	100	16	14,9	89	84,6	1	0,6	10	64,9	6	35,1	0	0
		PE	305	100	53	17,4	250	81,8	2	0,8	27	50,2	25	46,9	2	2,9
		PI	119	100	22	18,4	97	81,4	0	0,1	1	3	21	97	0	0
		RN	129	100	22	17,4	107	82,6	0	0	7	31,2	15	68,8	0	0
CENTRO OESTE		SE	61	100	8	13,7	52	86,3	0	0	5	56,9	4	43,1	0	0
	TOTAL		683	100	166	24,3	512	74,9	5	0,8	54	32,7	108	65,2	4	2,1
		DF	123	100	45	36,7	75	61	3	2,3	16	36	29	64	0	0
		GO	285	100	53	18,4	233	81,6	0	0	17	32	36	68	0	0
		MS	130	100	35	27,3	92	70,8	2	1,9	13	35,7	22	62,9	1	1,4
NORTE		MT	144	100	33	22,6	112	77,4	0	0	8	25,9	21	64,8	3	9,4
	TOTAL		960	100	202	21	751	78,2	8	0,8	68	33,7	132	65,5	2	0,8
		AC	54	100	11	20,5	43	79,5	0	0	3	29,6	8	70,4	0	0
		AM	209	100	47	22,3	159	76	4	1,7	12	25,8	35	74,2	0	0
		AP	82	100	12	14	70	84,9	1	1	3	29,7	8	70,3	0	0
		PA	461	100	82	17,8	375	81,5	3	0,6	30	36,7	52	63,3	0	0
		RO	69	100	20	29,4	48	70,6	0	0	8	41,9	12	58,1	0	0
		RR	24	100	9	35,3	16	64,7	0	0	4	41	5	59	0	0
		TO	61	100	22	35,5	39	64	0	0,5	7	33	13	59,3	2	7,7

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 49 – Furto de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve objeto furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/ Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	597	100	150	25,2	443	74,1	4	0,7	72	48	74	49,3	4	2,7
Rio de Janeiro	264	100	33	12,4	229	86,5	3	1	25	75,7	8	24,3	0	0
Belo Horizonte	131	100	36	27,6	95	72,4	0	0	20	55,3	15	41,2	1	3,5
Porto Alegre	95	100	23	23,8	73	76,2	0	0	14	61,4	8	34,7	1	3,9
Curitiba	121	100	36	29,8	85	70,2	0	0	18	49,2	18	50,8	0	0
Salvador	150	100	27	17,7	123	82,3	0	0	13	47,2	14	52,8	0	0
Recife	95	100	19	20	74	78,5	1	1,5	10	55	7	37	2	8
Fortaleza	185	100	40	21,6	145	78,4	0	0	15	37	23	58,5	2	4,5
Belém	147	100	24	16,6	120	81,8	2	1,6	12	47,9	13	52,1	0	0
Vitória	21	100	3	16,9	17	83,1	0	0	3	78,5	1	21,5	0	0
Goiânia	77	100	14	18,3	63	81,7	0	0	6	40,6	8	59,4	0	0
Brasília	123	100	45	36,7	75	61	3	2,3	16	36	29	64	0	0
Florianópolis	28	100	7	23,6	21	76,4	0	0	3	41,2	4	58,8	0	0
Campo Grande	58	100	15	26	41	69,8	2	4,2	4	27,4	11	72,6	0	0
Cuiabá	48	100	10	20,5	38	79,5	0	0	3	30	5	54,6	2	15,4
Teresina	86	100	16	18,1	70	81,9	0	0	1	4,3	15	95,7	0	0
São Luís	77	100	13	16,6	64	83,4	0	0	4	30,2	9	69,8	0	0
João Pessoa	36	100	6	16,2	30	83,8	0	0	5	81	1	19	0	0
Aracaju	30	100	5	15,5	26	84,5	0	0	4	85,6	1	14,4	0	0
Natal	62	100	11	18,2	50	81,8	0	0	3	25,7	8	74,3	0	0
Rio Branco	41	100	9	21,8	32	78,2	0	0	3	29,6	6	70,4	0	0
Manaus	166	100	32	19,1	133	80,1	1	0,8	8	25,4	24	74,6	0	0
Macapá	60	100	7	12,3	52	86,3	1	1,4	2	30,5	5	69,5	0	0
Maceió	64	100	13	19,5	52	80,5	0	0	3	25,8	9	74,2	0	0
Porto Velho	38	100	12	32,4	26	67,6	0	0	3	22,1	10	77,9	0	0
Boa Vista	24	100	9	35,3	16	64,7	0	0	4	41	5	59	0	0
Palmas	16	100	5	31,9	11	66,3	0	1,8	3	50,3	3	49,7	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 50 – Furto de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve objeto furtado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		7615	100	1720	22,6	5861	77	33	0,4	720	41,8	961	55,9	39	2,3
SEXO	Masculino	3643	100	806	22,1	2818	77,4	19	0,5	325	40,4	453	56,3	27	3,4
	Feminino	3971	100	914	23	3043	76,6	14	0,4	394	43,1	508	55,6	12	1,3
COR	Branca	3167	100	841	26,6	2314	73,1	11	0,4	387	46	434	51,6	20	2,4
	Preta	855	100	153	17,9	696	81,4	6	0,7	61	39,8	92	60,2	0	0
	Parda	2847	100	592	20,8	2241	78,7	14	0,5	220	37,2	356	60,1	16	2,7
	Não respondeu/ Recusa	6	100	1	22,8	5	77,2	0	0	1	100	0	0	0	0
	Outra Cor	739	100	131	17,7	606	82	2	0,2	50	37,9	79	59,9	3	2,3
ESCOLARIDADE	Sem instrução	229	100	44	19,2	182	79,7	2	1	21	47,6	22	51,1	1	1,3
	Fundamental	2538	100	465	18,3	2067	81,4	6	0,2	219	47,1	241	51,9	5	1
	Médio	3235	100	744	23	2477	76,6	13	0,4	279	37,4	440	59,1	26	3,5
	Superior	1611	100	466	28,9	1134	70,4	12	0,7	201	43,1	258	55,3	7	1,6
	Não respondeu/ Recusa	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	16 a 24 anos	2014	100	336	16,7	1664	82,6	14	0,7	121	36,1	212	63	3	0,8
	25 a 34 anos	1967	100	451	22,9	1512	76,9	4	0,2	155	34,4	278	61,7	18	3,9
	35 a 44 anos	1527	100	424	27,8	1098	71,9	5	0,3	179	42,3	230	54,3	14	3,4
	45 a 59 anos	1406	100	331	23,5	1065	75,8	10	0,7	156	47	175	53	0	0
	60 anos ou mais	701	100	179	25,5	522	74,4	1	0,1	108	60,6	67	37,3	4	2,2
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	1256	100	231	18,4	1021	81,3	4	0,3	83	36	148	63,9	0	0,1
	Mais de 1 até 2 salários	2096	100	417	19,9	1676	80	3	0,1	158	37,8	252	60,4	7	1,8
	Mais de 2 até 3 salários	1527	100	328	21,5	1194	78,2	5	0,3	150	45,8	162	49,4	16	4,7
	Mais de 3 até 5 salários	1356	100	342	25,2	1002	73,9	13	0,9	150	43,9	186	54,4	6	1,7
	Mais de 5 até 10 salários	618	100	200	32,4	414	67,1	3	0,5	83	41,5	116	58	1	0,5
	Mais de 10 salários mínimos	377	100	95	25,2	282	74,8	0	0	52	55	36	38,1	7	7
	Não respondeu/ Recusa	209	100	67	32	137	65,9	4	2,1	24	36,6	41	61	2	2,4
	Não sabe/ Não lembra	177	100	40	22,8	135	76,4	1	0,8	19	46,3	21	52,1	1	1,6

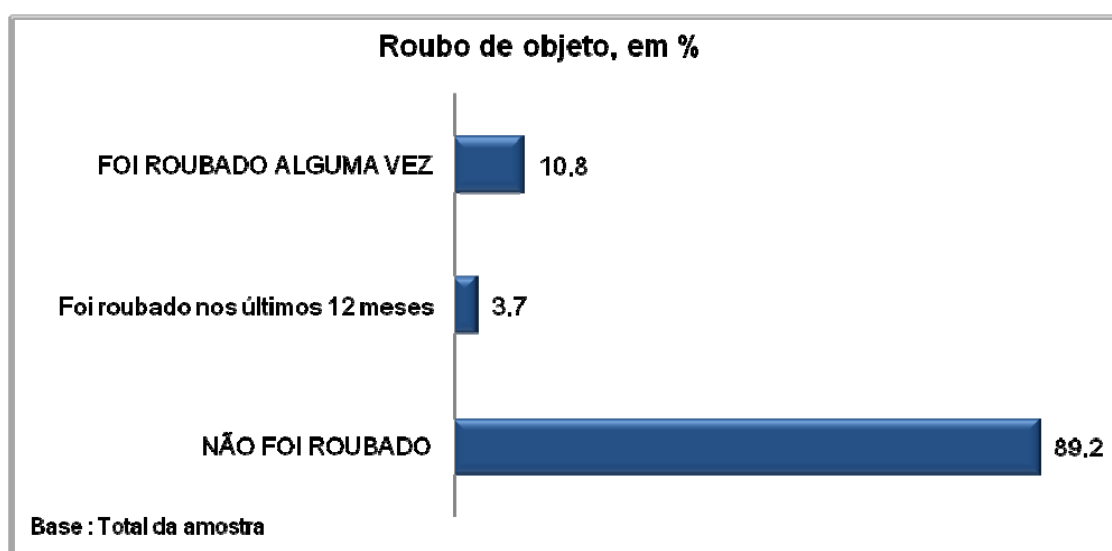
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.6 Roubo de objetos

7.6.1 Taxa de vitimização

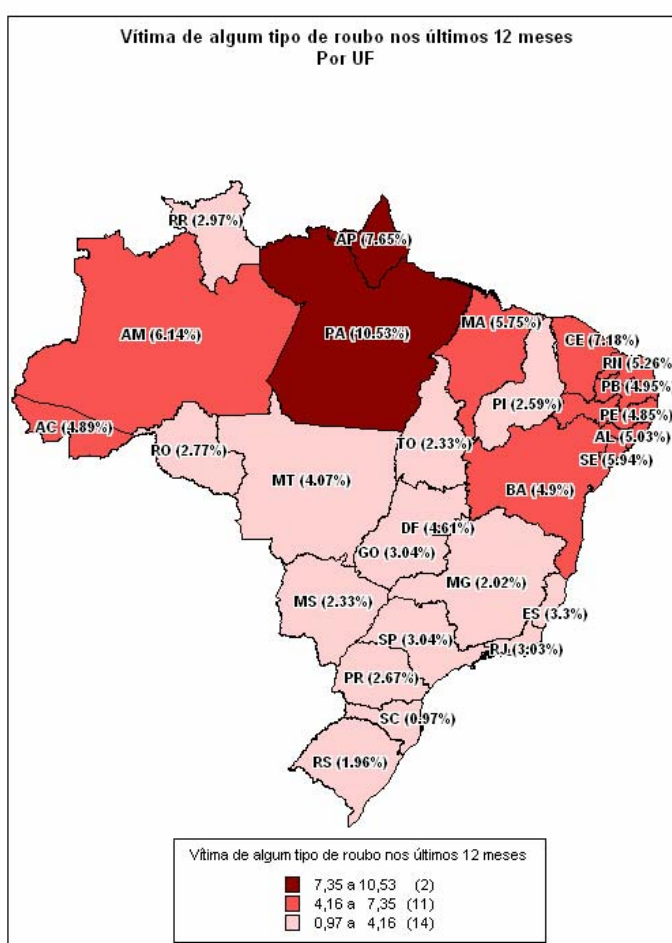
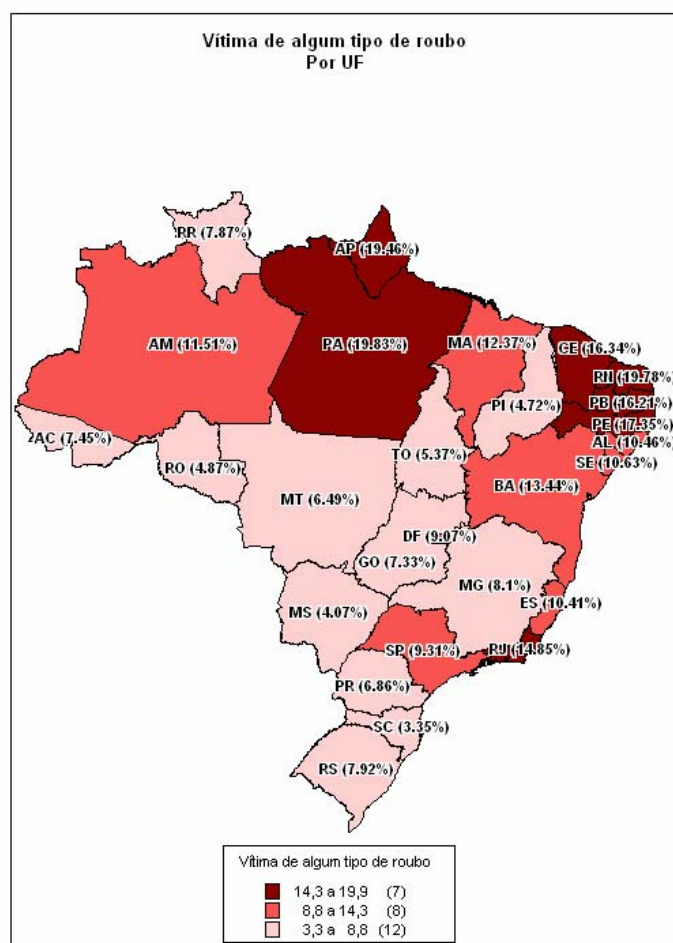
Do total de entrevistados na pesquisa nacional de vitimização, 10,8% já tiveram um objeto ou bem roubados alguma vez na vida, mediante uso de violência ou ameaça. Limitando-se o período aos 12 meses que antecederam o estudo, a taxa de vitimização para esse tipo de crime corresponde a 3,7% sobre o total da amostra.

Gráfico 22 – Roubo de objeto, em %



Considerando-se a incidência no ano anterior às entrevistas, observa-se maior vitimização por roubo de objetos entre os habitantes do Norte (7,5%) e Nordeste (5,4%). No Sudeste, essa taxa é de 2,9%, no Sul corresponde a 2% e no Centro-Oeste, ela é de 3,5%. Por estado, as maiores taxas são verificadas entre os que vivem no Pará (10,5%), Amapá (7,7%) e Ceará (7,2%).

Mapa 6 – Vítimas de roubo de algum objeto por UF



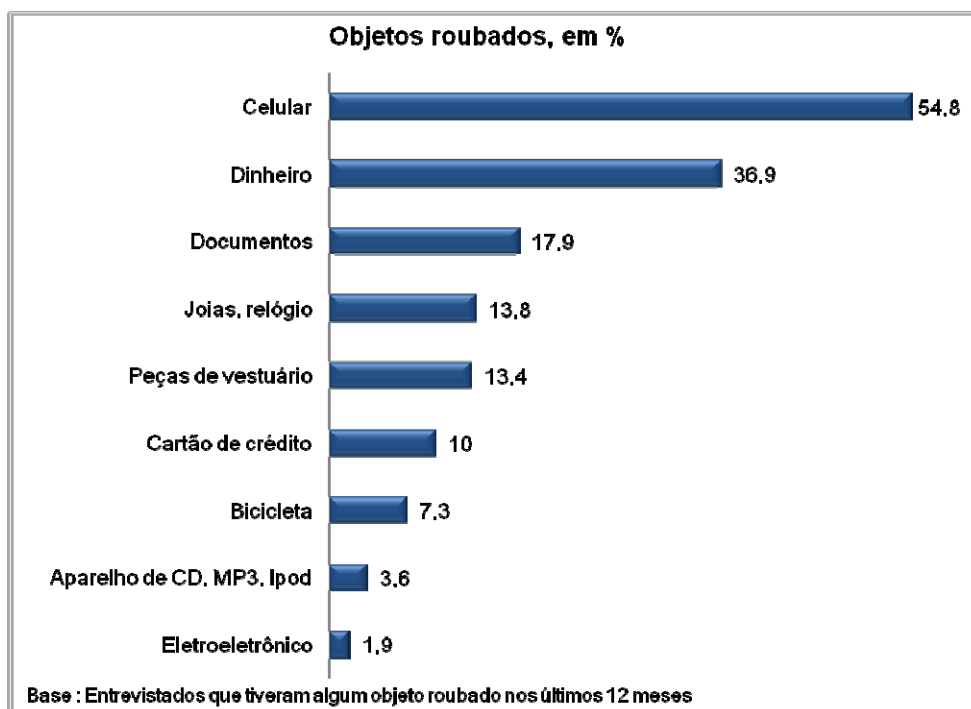
Entre as capitais, as populações que mais sofreram esse tipo de crime foram as de Belém (15,2%) e de Fortaleza (10,6%). Quanto as variáveis socioeconômicas e demográficas, o roubo de objetos e bens mediante violência ou ameaça, nos 12 meses anteriores à pesquisa, vai a 6,2% entre os mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos.

A maioria das vítimas desse tipo de crime (80,6%) afirma ter sido roubada apenas uma vez nos 12 meses que antecederam a realização da pesquisa. Outros 13,1% dizem que o fato aconteceu duas vezes e 3,9% três vezes. A média da frequência é 1,3.

Não se observa número de casos suficiente para uma leitura segmentada desses dados, por estados e capitais.

Os objetos mais roubados, a exemplo dos casos de furtos, são os celulares (54,8%). Nesse tipo de crime, dinheiro vem em segundo lugar com 36,9% das menções. Documentos aparecem em seguida com 17,9%. Jóias e relógios totalizam 13,8% e roupas e calçados, que nos furtos figuravam na segunda colocação, nos episódios de roubo ficam com 13,4%.

Gráfico 23 – Objetos roubados, em %



Considerando-se os casos dos 12 meses anteriores à pesquisa, as vítimas de roubo de celulares são mais freqüentes entre os que vivem no Nordeste (65,8%), enquanto o assalto por dinheiro é mais nítido no Sul (49,9%). Roubo de documentos aparece mais entre os habitantes do Centro-Oeste (23,9%).

O roubo de celular também é mais expressivo entre jovens (69%), integrantes da Classe A (66,1%), entrevistados com nível médio ou superior de escolaridade (59,2% em ambos os estratos) e entre as mulheres (58,3%). Tiveram dinheiro roubado especialmente os mais velhos (49,6%).

Sobre onde estavam quando o crime aconteceu, metade (49,5%) andava na rua. Menções a outros lugares pulverizam-se entre locais públicos externos como praças e parques (12,3%), a própria casa do entrevistado (11,6%), meios de transportes (7,9%), o local de trabalho (7,8%) e locais públicos internos como shoppings ou agências bancárias (6,4%). Outros lugares não alcançam 2% das citações, cada.

Sobre a ocorrência de agressão física, apesar de a maioria (82,9%) afirmar que nada ocorreu, 16,3% dizem ter sofrido algum tipo de violência no momento do crime. Em 56,8% dos casos, os agressores usaram armas de fogo para praticar o roubo e em 14,9% uma faca. Do total de vítimas, 6,9% sofreram algum ferimento e 3% tiveram atendimento hospitalar em função do episódio.

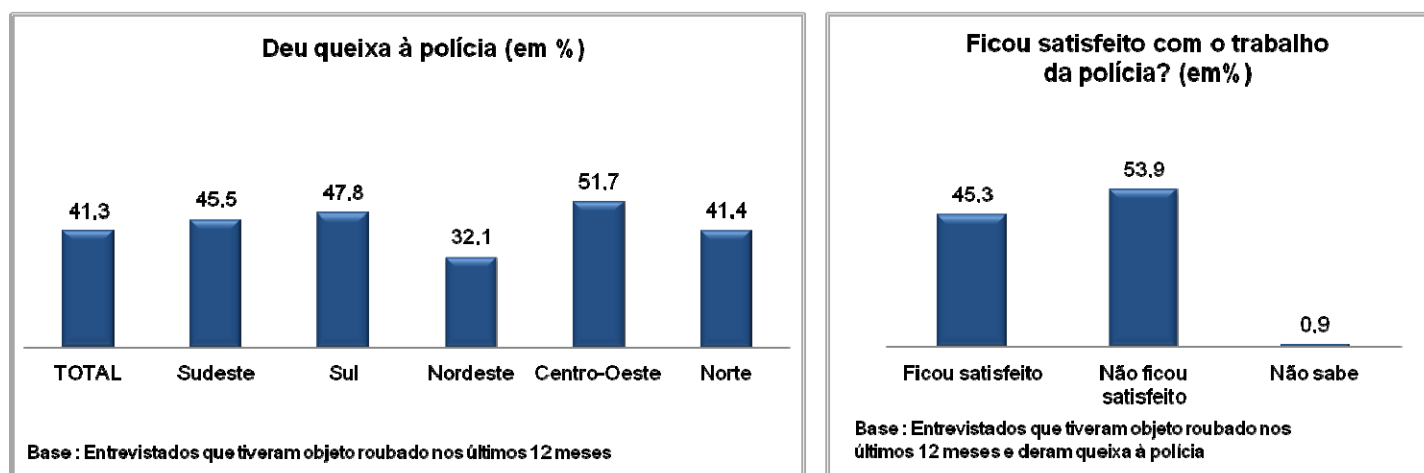
Para metade dos que foram vítimas de roubo de algum objeto no período (48,4%), a experiência atrapalhou sua rotina de vida. Segundo as declarações da outra metade (50,8%) nada mudou no dia-a-dia. Entre os que admitem alguma mudança de rotina, reflexos psicológicos como medo de um modo geral (34,9%), temor de sair de casa (32,4%), prejuízo financeiro (19,7%) e a insegurança gerada pelo episódio (18,6%) são os mais citados.

7.6.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Com base no total de vítimas dos 12 meses anteriores à pesquisa, 41,3% reportaram o roubo à polícia, 22,3% à militar e 18,1% à civil. A subnotificação para roubo de objetos ou bens totaliza 57,9%. A taxa de notificação é maior no Centro-Oeste (51,7%) e a de subnotificação chega a 67,5% no Nordeste.

Gráfico 24 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em

%



Registraram o caso principalmente moradores do Mato Grosso (57,2%) e de Minas Gerais (59,4%). Deixaram de fazê-lo especialmente as vítimas de Paraíba (81,6%) e Bahia (71%).

Quanto às variáveis socioeconômicas e demográficas, as maiores taxas de notificação para esse tipo de crime estão entre os que integram a classe A (52,7%), os mais escolarizados (50%) e os que têm entre 25 e 34 anos (também 50%).

Em relação à subnotificação, os índices mais expressivos encontram-se entre os mais jovens (67,7%), os que integram as classes D e E (66, 5%) e os menos escolarizados (62,9% entre os que estudaram até o nível fundamental e 71% entre os que não têm instrução).

A esperança em recuperar o bem roubado (34,6%) é o principal motivo apontado para o registro da ocorrência, seguido pela necessidade do boletim para a emissão de novos documentos (26,3%). Em seguida, 24,1% afirmam que o fizeram apenas para ter o registro do fato e 20% por achar que tem o direito de fazê-lo. O desejo de ver o assaltante preso motivou 21,2% das vítimas.

Entre os que deram queixa à polícia, a maioria (53,9%) ficou insatisfeita com o desempenho da instituição ao lidar com o caso. Ficaram satisfeitos 45,3%. A aprovação chega a 52,2% no Sudeste e a reprovação vai a 63,8% no Norte.

As principais razões de insatisfação referem-se à ineficácia da polícia que não recuperou o bem (14,4%), não achou o assaltante (11,3%) e foi lenta tanto na solução do caso (10,3%) quanto no atendimento da ocorrência (9,8%).

Os motivos de satisfação concentram-se mais na cordialidade, gentileza (20,3%) e na atenção dos policiais (20,2%) ao atenderem a ocorrência. Um bom dado que ilustra a reprovação das vítimas é o fato de que apenas em 15,4% dos casos, os assaltantes foram identificados pela polícia.

Quanto aos motivos que levaram vítimas a deixarem de registrar a ocorrência estão a idéia de que a polícia nada poderia fazer já que não existiam testemunhas ou provas (24,7%), porque o entrevistado não julgou importante a notificação (22%), a falta de confiança na polícia (15,5%) e a insignificância do bem roubado (15%). Da mesma forma que não deu queixa à polícia, quase a totalidade desse segmento (96,8%) também não informou nenhum outro órgão ou instituição sobre o ocorrido.

7.6.3 Tabelas

Tabela 51 – Roubo de objetos em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		ROUBO DE OBJETO									
					Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado		Não respondeu/ Recusa	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	8387	10,8	2847	3,6	5539	7,1	69616	89,2	5	0
SUDESTE	TOTAL		38717	100	4002	10,3	1104	2,9	2899	7,5	34711	89,7	4	0
		ES	1437	100	150	10,4	47	3,3	102	7,1	1288	89,6	0	0
		MG	7516	100	609	8,1	152	2	457	6,1	6907	91,9	0	0
		RJ	8550	100	1270	14,9	259	3	1011	11,8	7281	85,1	0	0
		SP	21214	100	1974	9,3	645	3	1329	6,3	19236	90,7	4	0
SUL	TOTAL		10949	100	715	6,5	220	2	495	4,5	10234	93,5	0	0
		PR	4096	100	281	6,9	110	2,7	172	4,2	3815	93,1	0	0
		RS	4473	100	354	7,9	88	2	267	6	4119	92,1	0	0
		SC	2379	100	80	3,4	23	1	57	2,4	2299	96,6	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	2465	14,5	909	5,4	1556	9,2	14516	85,5	0	0
		AL	998	100	104	10,5	50	5	54	5,4	894	89,5	0	0
		BA	4460	100	599	13,4	219	4,9	381	8,5	3861	86,6	0	0
		CE	3040	100	497	16,3	218	7,2	279	9,2	2543	83,7	0	0
		MA	1605	100	199	12,4	92	5,8	106	6,6	1407	87,6	0	0
		PB	1080	100	175	16,2	53	5	122	11,3	905	83,8	0	0
		PE	3426	100	594	17,3	166	4,9	428	12,5	2832	82,7	0	0
		PI	746	100	35	4,7	19	2,6	16	2,1	711	95,3	0	0
		RN	964	100	191	19,8	51	5,3	140	14,5	773	80,2	0	0
	SE	662	100	70	10,6	39	5,9	31	4,7	592	89,4	0	0	
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	422	7,1	207	3,5	215	3,6	5538	92,9	0	0
		DF	1412	100	128	9,1	65	4,6	63	4,5	1284	90,9	0	0
		GO	2585	100	190	7,3	79	3	111	4,3	2395	92,7	0	0
		MS	943	100	38	4,1	22	2,3	16	1,7	905	95,9	0	0
		MT	1020	100	66	6,5	42	4,1	25	2,4	954	93,5	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	782	14,5	407	7,5	375	6,9	4617	85,5	2	0
		AC	242	100	18	7,4	12	4,9	6	2,6	224	92,6	0	0
		AM	1312	100	151	11,5	81	6,1	70	5,4	1159	88,4	2	0,1
		AP	295	100	57	19,5	23	7,6	35	11,8	238	80,5	0	0
		PA	2516	100	499	19,8	265	10,5	234	9,3	2017	80,2	0	0
		RO	518	100	25	4,9	14	2,8	11	2,1	492	95,1	0	0
		RR	158	100	12	7,9	5	3	8	4,9	146	92,1	0	0
		TO	360	100	19	5,4	8	2,3	11	3	341	94,6	0	0

Tabela 52 – Roubo de objetos em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		ROUBO DE OBJETO									
			Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	836	13,2	359	5,7	478	7,5	5504	86,8	4	0,1
Rio de Janeiro	3606	100	486	13,5	121	3,4	365	10,1	3119	86,5	0	0
Belo Horizonte	1355	100	180	13,3	51	3,8	129	9,5	1174	86,7	0	0
Porto Alegre	804	100	114	14,2	32	4	82	10,1	690	85,8	0	0
Curitiba	996	100	123	12,3	51	5,1	72	7,2	873	87,7	0	0
Salvador	1526	100	234	15,4	94	6,1	141	9,2	1292	84,6	0	0
Recife	876	100	184	21	50	5,7	134	15,3	692	79	0	0
Fortaleza	1396	100	316	22,7	148	10,6	168	12	1079	77,3	0	0
Belém	787	100	235	29,9	120	15,2	116	14,7	552	70,1	0	0
Vitória	186	100	26	14,2	9	4,9	17	9,3	159	85,8	0	0
Goiânia	740	100	74	10	26	3,5	48	6,5	666	90	0	0
Brasília	1412	100	128	9,1	65	4,6	63	4,5	1284	90,9	0	0
Florianópolis	231	100	18	7,7	7	2,9	11	4,8	213	92,3	0	0
Campo Grande	443	100	22	4,9	15	3,4	7	1,5	421	95,1	0	0
Cuiabá	309	100	25	8,2	16	5,3	9	3	283	91,8	0	0
Teresina	438	100	26	5,9	14	3,2	12	2,7	412	94,1	0	0
São Luís	545	100	109	20,1	53	9,8	56	10,3	436	79,9	0	0
João Pessoa	411	100	79	19,3	28	6,8	52	12,5	332	80,7	0	0
Aracaju	326	100	35	10,7	17	5,2	18	5,5	291	89,3	0	0
Natal	458	100	95	20,8	25	5,5	70	15,3	363	79,2	0	0
Rio Branco	176	100	15	8,8	10	5,6	6	3,1	160	91,2	0	0
Manaus	1023	100	130	12,7	76	7,4	55	5,3	891	87,1	2	0,2
Macapá	217	100	44	20,1	18	8,2	26	11,9	174	79,9	0	0
Maceió	531	100	73	13,7	39	7,3	34	6,3	459	86,3	0	0
Porto Velho	223	100	17	7,7	11	5,1	6	2,6	206	92,3	0	0
Boa Vista	158	100	12	7,9	5	3	8	4,9	146	92,1	0	0
Palmas	126	100	6	5,1	2	1,9	4	3,2	120	94,9	0	0

Tabela 53 – Roubo de objetos em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		ROUBO DE OBJETO									
				Foi roubado alguma vez		Foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado nos últimos doze meses		Não foi roubado		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	8387	10,8	2847	3,6	5539	7,1	69616	89,2	5	0
SEXO	Masculino	37186	100	4723	12,7	1399	3,8	3324	8,9	32457	87,3	5	0
	Feminino	40822	100	3663	9	1448	3,5	2215	5,4	37159	91	0	0
COR	Branca	36143	100	3747	10,4	1169	3,2	2578	7,1	32392	89,6	4	0
	Preta	8356	100	806	9,6	254	3	552	6,6	7550	90,4	0	0
	Parda	26375	100	2961	11,2	1083	4,1	1878	7,1	23412	88,8	2	0
	Não respondeu/ Recusa	88	100	7	8,4	6	6,9	1	1,5	81	91,6	0	0
	Outra Cor	7047	100	865	12,3	335	4,7	531	7,5	6181	87,7	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	220	6,4	59	1,7	161	4,7	3215	93,6	0	0
	Fundamental	29562	100	2493	8,4	764	2,6	1729	5,8	27068	91,6	2	0
	Médio	31675	100	3661	11,6	1439	4,5	2222	7	28014	88,4	0	0
	Superior	13289	100	2012	15,1	584	4,4	1427	10,7	11273	84,8	4	0
	Não respondeu/ Recusa	22	100	0	0	0	0	0	0	22	100	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	24	100	1	5,3	1	5,3	0	0	23	94,7	0	0
	16 a 24 anos	16614	100	1999	12	1024	6,2	975	5,9	14614	88	2	0
	25 a 34 anos	18454	100	2126	11,5	730	4	1396	7,6	16329	88,5	0	0
	35 a 44 anos	15059	100	1628	10,8	498	3,3	1131	7,5	13430	89,2	0	0
	45 a 59 anos	16897	100	1730	10,2	414	2,4	1316	7,8	15163	89,7	4	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	10984	100	904	8,2	182	1,7	721	6,6	10080	91,8	0	0
	Até 1 salário mínimo	13512	100	1152	8,5	456	3,4	696	5,2	12359	91,5	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	2218	9,9	797	3,6	1421	6,4	20132	90,1	4	0
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	1586	10,3	556	3,6	1030	6,7	13751	89,7	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	1568	12,2	505	3,9	1063	8,3	11265	87,8	2	0
	Mais de 5 até 10	6066	100	796	13,1	217	3,6	579	9,5	5269	86,9	0	0
	Mais de 10 salários	3001	100	476	15,9	99	3,3	378	12,6	2524	84,1	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	306	11,3	125	4,6	181	6,7	2413	88,7	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	284	13	92	4,2	192	8,8	1901	87	0	0

Tabela 54 – Roubo de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Teve objeto roubado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido na delegacia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim		Não		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			2847	100	1175	41,3	1649	57,9	24	0,8	532	45,3	633	53,9	10	0,9
SUDESTE	TOTAL		1104	100	502	45,5	587	53,1	15	1,4	262	52,2	234	46,7	5	1,1
		ES	47	100	17	34,9	31	65,1	0	0	7	39,4	9	56	1	4,6
		MG	152	100	90	59,4	62	40,6	0	0	50	55,8	40	44,2	0	0
		RJ	259	100	88	34	162	62,5	9	3,5	48	54,2	39	43,8	2	2,1
		SP	645	100	307	47,6	332	51,5	6	1	157	51,3	147	47,8	3	0,9
SUL	TOTAL		220	100	105	47,8	114	51,9	1	0,2	40	38,4	65	61,6	0	0
		PR	110	100	45	41	65	59	0	0	17	38,5	28	61,5	0	0
		RS	88	100	50	57,1	37	42,3	1	0,6	19	37,4	31	62,6	0	0
		SC	23	100	10	45,1	13	54,9	0	0	4	42,2	6	57,8	0	0
NORDESTE	TOTAL		909	100	292	32,1	614	67,5	3	0,4	123	42,3	166	56,9	2	0,8
		AL	50	100	20	39,1	31	60,9	0	0	8	41,2	12	58,8	0	0
		BA	219	100	61	28,1	155	71	2	0,9	32	52	28	45,9	1	2,1
		CE	218	100	71	32,6	147	67,4	0	0	26	36,7	44	61,8	1	1,4
		MA	92	100	31	33,4	61	66,6	0	0	13	43,3	18	56,7	0	0
		PB	53	100	10	18,4	44	81,6	0	0	5	54	5	46	0	0
		PE	166	100	53	31,9	113	67,7	1	0,4	23	43,4	30	56,6	0	0
		PI	19	100	11	54,5	9	45,5	0	0	4	38,3	6	61,7	0	0
		RN	51	100	20	39,3	31	60,7	0	0	8	42,5	11	57,5	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		207	100	107	51,7	100	48,3	0	0	46	42,7	60	55,9	1	1,4
		DF	65	100	35	54,3	30	45,7	0	0	16	45,5	19	54,5	0	0
		GO	79	100	34	43,7	44	56,3	0	0	13	38,9	19	56,8	1	4,3
		MS	22	100	14	61,5	8	38,5	0	0	7	48,1	7	51,9	0	0
		MT	42	100	24	57,2	18	42,8	0	0	10	40,9	14	59,1	0	0
NORTE	TOTAL		407	100	169	41,4	234	57,5	4	1,1	60	35,6	108	63,8	1	0,6
		AC	12	100	5	41,9	7	58,1	0	0	2	48,4	3	51,6	0	0
		AM	81	100	31	38,9	46	57,2	3	4	11	35,5	20	64,5	0	0
		AP	23	100	10	44,9	12	55,1	0	0	4	35,1	7	64,9	0	0
		PA	265	100	106	40	158	59,6	1	0,5	38	35,5	68	63,9	1	0,6
		RO	14	100	8	57,3	6	42,7	0	0	3	39	5	61	0	0
		RR	5	100	3	65,6	2	34,4	0	0	1	34,9	2	65,1	0	0
		TO	8	100	5	60,8	3	39,2	0	0	1	23,1	4	69,2	0	7,8

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 55 – Roubo de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Teve objeto roubado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido na delegacia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim		Não		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	359	100	149	41,5	206	57,6	4	1	90	60,5	59	39,5	0	0
Rio de Janeiro	121	100	33	26,9	82	67,7	7	5,4	22	67,7	10	32,3	0	0
Belo Horizonte	51	100	23	44,6	29	55,4	0	0	14	62,4	9	37,6	0	0
Porto Alegre	32	100	17	52,7	15	47,3	0	0	6	37,2	11	62,8	0	0
Curitiba	51	100	16	31,2	35	68,8	0	0	4	28,1	11	71,9	0	0
Salvador	94	100	22	23,4	70	74,4	2	2,2	13	57,9	8	36,1	1	5,9
Recife	50	100	15	30,7	35	69,3	0	0	3	18,2	13	81,8	0	0
Fortaleza	148	100	43	28,7	106	71,3	0	0	15	35,5	27	64,5	0	0
Belém	120	100	56	46,7	62	52,2	1	1,1	21	37,3	35	62,7	0	0
Vitória	9	100	3	31,2	6	68,8	0	0	1	44,9	2	55,1	0	0
Goiânia	26	100	8	31,8	18	68,2	0	0	2	26,5	6	73,5	0	0
Brasília	65	100	35	54,3	30	45,7	0	0	16	45,5	19	54,5	0	0
Florianópolis	7	100	1	21,4	5	78,6	0	0	0	0	1	100	0	0
Campo Grande	15	100	10	63,9	5	36,1	0	0	5	48,2	5	51,8	0	0
Cuiabá	16	100	7	40,2	10	59,8	0	0	3	41,9	4	58,1	0	0
Teresina	14	100	8	55,4	6	44,6	0	0	3	39,9	5	60,1	0	0
São Luís	53	100	16	29,9	37	70,1	0	0	6	39,1	10	60,9	0	0
João Pessoa	28	100	3	9,8	25	90,2	0	0	2	59,1	1	40,9	0	0
Aracaju	17	100	8	48,5	9	51,5	0	0	1	12,4	7	87,6	0	0
Natal	25	100	10	41,1	15	58,9	0	0	6	53	5	47	0	0
Rio Branco	10	100	5	46,8	5	53,2	0	0	2	51,9	2	48,1	0	0
Manaus	76	100	29	39	43	56,8	3	4,2	11	37,7	18	62,3	0	0
Macapá	18	100	8	42,8	10	57,2	0	0	3	38,6	5	61,4	0	0
Maceió	39	100	17	42,5	22	57,5	0	0	6	34,5	11	65,5	0	0
Porto Velho	11	100	8	67,9	4	32,1	0	0	3	35,3	5	64,7	0	0
Boa Vista	5	100	3	65,6	2	34,4	0	0	1	34,9	2	65,1	0	0
Palmas	2	100	2	75,2	1	24,8	0	0	1	32,1	1	46,1	0	21,8
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura														

Tabela 56 – Roubo de objeto – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Teve objeto roubado		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido na delegacia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim		Não		Não sabe/ Não lembra/ Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		2847	100	1175	41,3	1649	57,9	24	0,8	532	45,3	633	53,9	10	0,9
SEXO	Masculino	1399	100	572	40,9	814	58,2	12	0,9	231	40,3	339	59,2	3	0,5
	Feminino	1448	100	602	41,6	835	57,6	11	0,8	301	49,9	294	48,8	7	1,2
COR	Branca	1169	100	529	45,3	629	53,9	10	0,9	242	45,7	284	53,6	4	0,7
	Preta	254	100	97	38	158	62	0	0	55	57,2	41	42,8	0	0
	Parda	1083	100	440	40,7	635	58,7	8	0,7	194	44	242	55	4	1
	Não respondeu/ Recusa	6	100	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	335	100	108	32,4	220	65,8	6	1,8	41	37,6	66	60,7	2	1,7
ESCOLARIDADE	Sem instrução	59	100	15	25,9	42	71	2	3,1	6	39,9	9	60,1	0	0
	Fundamental	764	100	282	36,9	480	62,9	2	0,2	148	52,7	129	45,9	4	1,4
	Médio	1439	100	584	40,6	839	58,3	16	1,1	248	42,5	332	56,8	4	0,7
	Superior	584	100	292	50	288	49,3	4	0,7	129	44,2	161	55,1	2	0,7
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	1	100	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
IDADE	16 a 24 anos	1024	100	327	32	693	67,7	3	0,3	115	35,2	208	63,6	4	1,1
	25 a 34 anos	730	100	364	50	352	48,3	13	1,7	162	44,4	202	55,6	0	0
	35 a 44 anos	498	100	222	44,6	273	54,8	3	0,6	113	51,1	105	47,2	4	1,7
	45 a 59 anos	414	100	189	45,7	221	53,3	4	0,9	102	54	86	45,3	1	0,7
	60 anos ou mais	182	100	72	39,3	110	60,3	1	0,4	39	54,2	32	44	1	1,8
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	456	100	150	32,9	301	66	5	1,1	65	43,2	84	56	1	0,9
	Mais de 1 até 2 salários	797	100	321	40,3	471	59,1	5	0,6	155	48,3	164	51	2	0,7
	Mais de 2 até 3 salários	556	100	225	40,4	329	59,1	3	0,5	103	45,7	121	53,8	1	0,5
	Mais de 3 até 5 salários	505	100	244	48,4	253	50,1	8	1,5	101	41,4	140	57,2	3	1,4
	Mais de 5 até 10 salários	217	100	121	55,6	97	44,4	0	0	53	43,9	66	54,6	2	1,5
	Mais de 10 salários mínimos	99	100	31	31,5	64	65,2	3	3,3	12	37,5	19	62,5	0	0
	Não respondeu/ Recusa	125	100	48	38,1	77	61,9	0	0	27	57,4	20	42,6	0	0
	Não sabe/ Não lembra	92	100	35	37,8	57	62,2	0	0	16	45	19	53,8	0	1,1

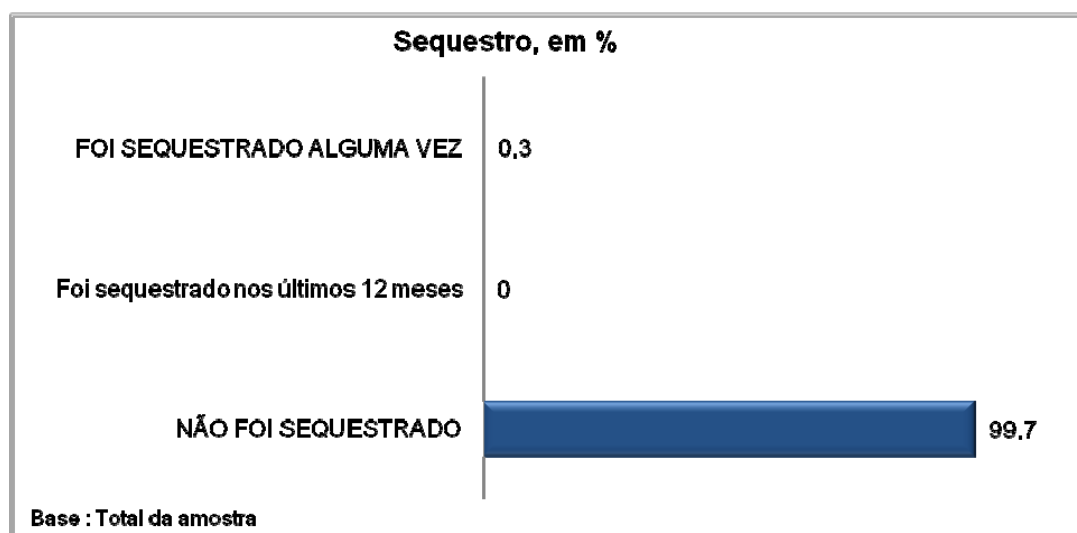
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.7 Sequestro

7.7.1 Taxa de vitimização

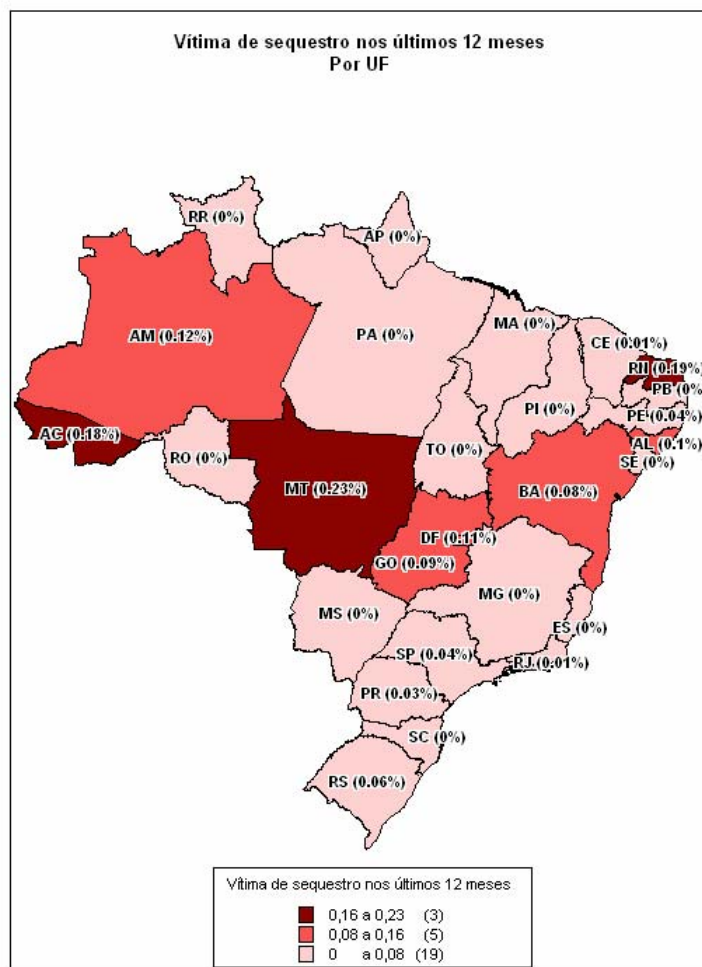
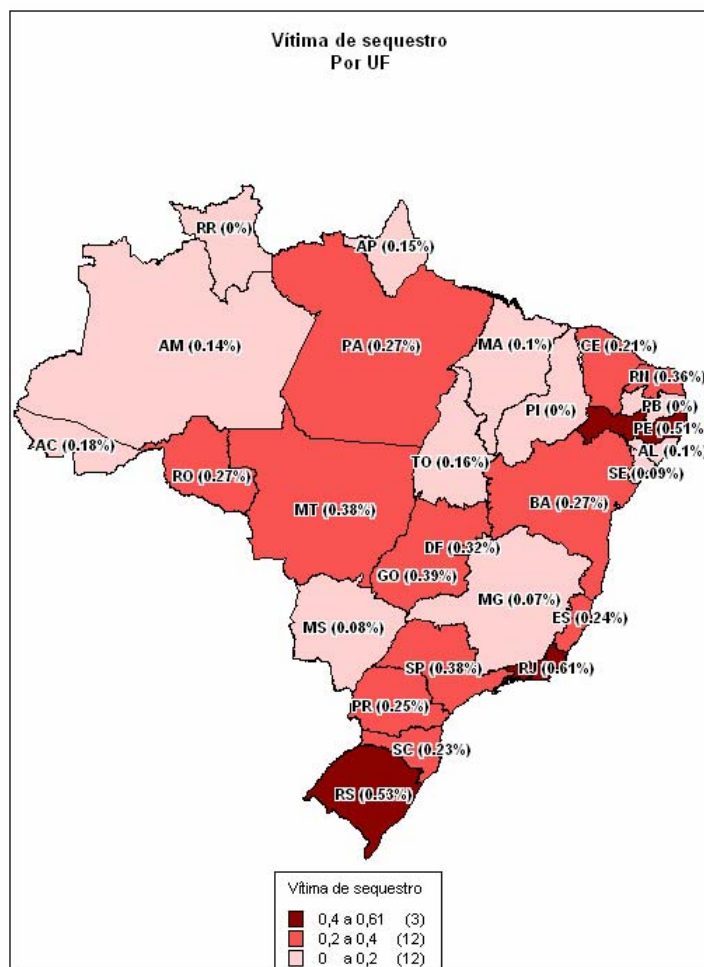
Com base no total da amostra, 0,3% dos entrevistados revelam ter sido seqüestrados em algum momento da vida. Ao se remeter a pergunta ao ano que antecede a pesquisa, a taxa de vitimização para seqüestro fica igual a zero no período, já que os dados são apresentados com uma única casa decimal. Em números absolutos, entre as 78008 entrevistas feitas pelo Datafolha, foram identificadas 30 vítimas de seqüestro no período dos 12 meses anteriores ao estudo.

Gráfico 25 – Seqüestro, em %



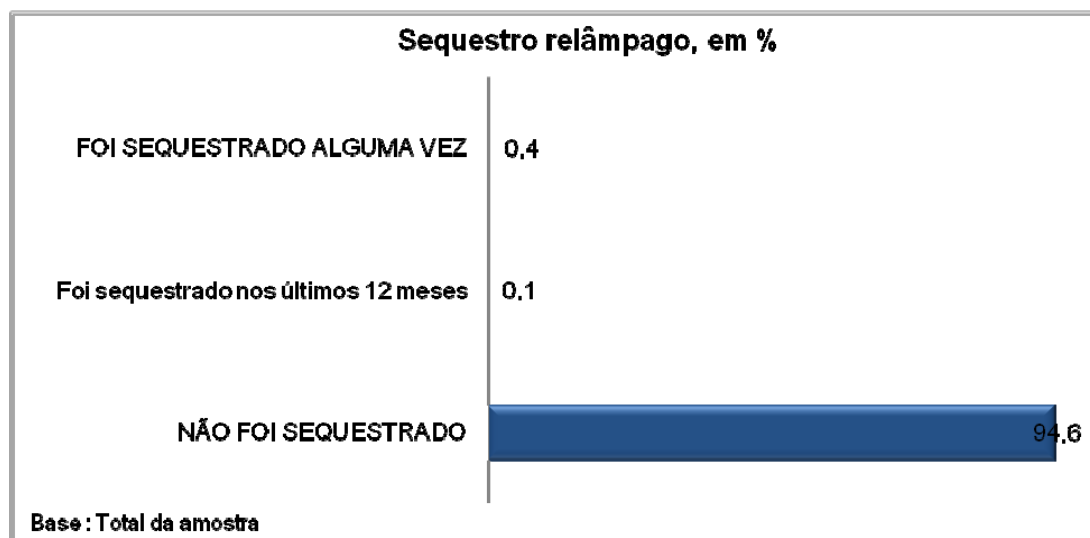
Como o número de casos é insuficiente para leitura segura, a análise dos resultados exige cautela. No estado do Rio de Janeiro verifica-se proporcionalmente, o maior índice de entrevistados seqüestrados em algum momento de suas vidas (0,6%). Entre os que compõem a classe A segundo o critério Brasil de segmentação econômica, essa taxa corresponde a 0,7%.

Mapa 7 – Vítimas de sequestro por UF



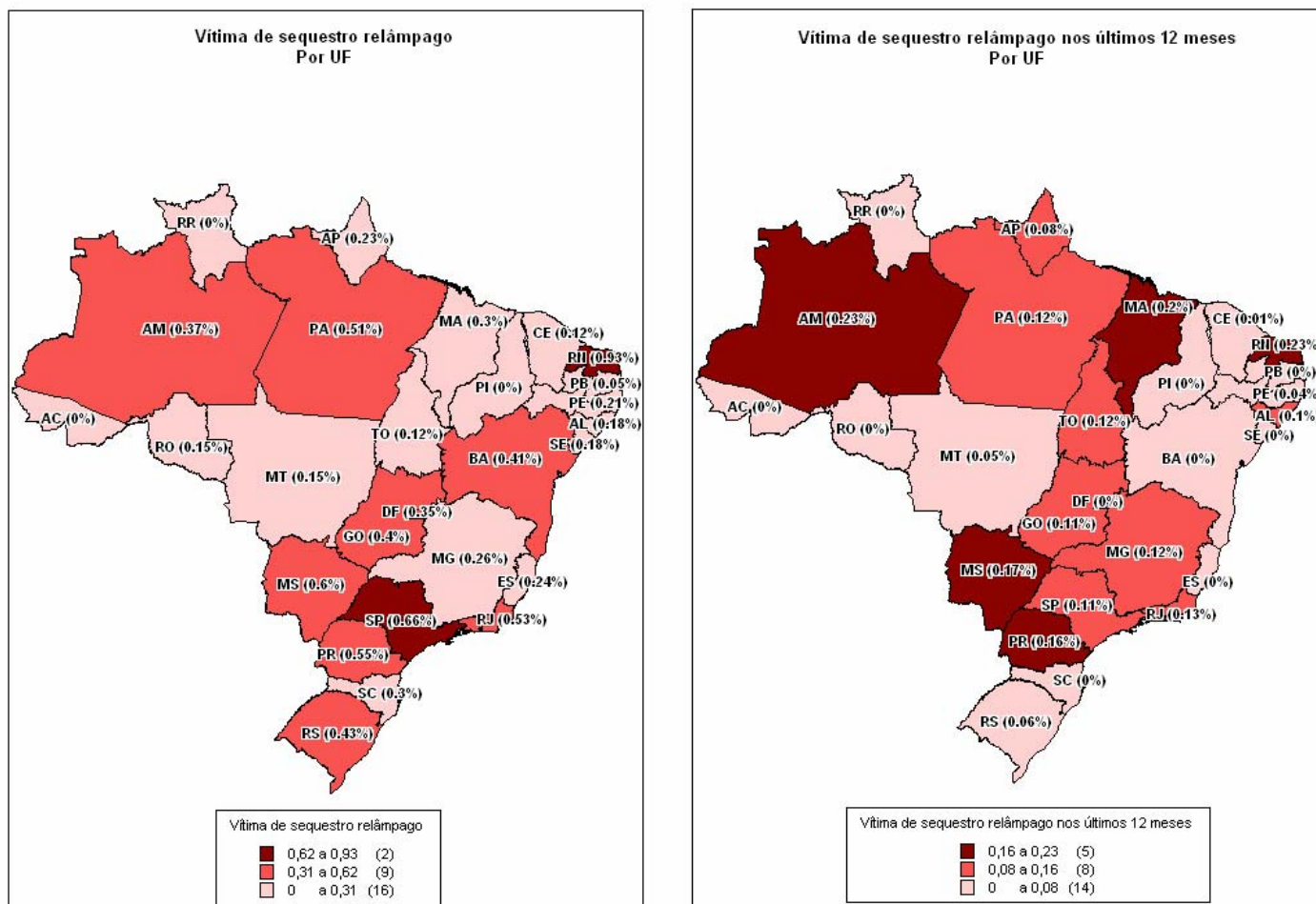
Quando a pergunta se refere a seqüestro relâmpago, a vitimização é ligeiramente maior – chega a 0,3% os que afirmam algum dia ter vivido a experiência e 0,1% que sofreram o crime no ano anterior ao estudo. No Sul e Sudeste, esses índices correspondem a 0,4% e 0,1%, respectivamente.

Gráfico 26 – Seqüestro relâmpago, em %



Na Classe A, 1,1% de seus integrantes sofreu seqüestro relâmpago alguma vez na vida, dentre os quais 0,2% nos 12 meses anteriores à pesquisa. Entre os mais escolarizados, essas taxas correspondem a 1% e 0,2%, respectivamente.

Mapa 8 – Vítimas de sequestro relâmpago por UF



Das vítimas de seqüestro (relâmpago ou não), quase a totalidade (93,2%) passou pelo drama apenas uma vez no ano anterior. Outros 2,7% sofreram o crime por duas vezes e 2,6% por três vezes. As bases são insuficientes para leitura segmentada.

Quanto ao local onde a vítima estava ao ser seqüestrada, 32,1% andavam pela rua, 18,2% estavam em casa, 17,6% em meios de transporte públicos e 11,9% em locais públicos internos como shoppings e agências bancárias. Outros locais não passam de 5%, cada.

Ainda com base nas vítimas do crime no ano anterior à entrevista, 19,8% revelam ter sofrido algum tipo de agressão física no episódio. Em 75,2% dos casos, os seqüestradores portavam armas de fogo e em 6,4% eles tinham facas. E 20,4% revelam ter sofrido algum ferimento no episódio.

Do total de vítimas do período, 24,3% necessitaram de atendimento médico ou hospitalar e 17,6% de acompanhamento psicológico. A maioria dos que sofreram seqüestro (72%) diz que o fato atrapalhou sua rotina. Os reflexos psicológicos, como ter medo de sair de casa (53,7%), temor de um modo geral (44,8%), evitar determinados lugares (38,1%) são as consequências mais frequentes em função do crime sofrido.

7.7.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Dos que sofreram seqüestros, relâmpago ou não, nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa nacional de vitimização, a maioria (63,5%) relatou o crime à polícia. A subnotificação, nesse caso, totaliza 35%.

No Sudeste, única região que em função do número de casos, consegue-se observar ao menos uma tendência, 69,2% das vítimas informaram a polícia sobre o ocorrido.

Entre as vítimas que deram queixa, os principais motivos para fazê-lo foram a esperança de ver os seqüestradores capturados e punidos (39,9%), a idéia de que com isso evitariam que o crime ocorresse novamente (39,4%), a sensação de que estariam protegidas (38,3%) e a vontade de recuperar o bem perdido (34,6%).

Sobre o grau de satisfação com o desempenho da polícia no episódio, 55,6% reprovam a atuação e 44,4% aprovam. Não há número de casos suficientes para análises segmentadas desses dados.

Entre as razões de insatisfação estão a ineficiência e lentidão da polícia para resolver o caso (24,6%), o desinteresse e a falta de atenção (21,9%) e o fato de não prenderem os culpados (18,1%).

Quanto aos motivos de satisfação, a boa vontade da polícia é citada por 24,6%, o atendimento cordial e gentil por 14,5% e a rapidez para chegar no local do crime por 12,9%. Mas, entre os que deram queixa, em apenas 18,2% dos casos, os seqüestradores foram identificados pela polícia.

Entre os que não deram queixa, o principal motivo para que não o fizessem é genérico – 33,9% simplesmente não quiseram notificar a polícia ou não acharam isso importante. Bem atrás, aparece o medo de vingança (14,2%). Em seguida, vem a constatação de que a polícia nada poderia fazer porque não havia provas ou testemunhas (13,3%). Já 11,6% dizem que não o fizeram para evitar constrangimentos.

7.7.3 Tabelas

Tabela 57 – Sequestro em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		SEQUESTRO									
					Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	254	0,3	30	0	224	0,3	77751	99,7	4	0
SUDESTE	TOTAL		38717	100	141	0,4	10	0	131	0,3	38573	99,6	4	0
		ES	1437	100	3	0,2	0	0	3	0,2	1434	99,8	0	0
		MG	7516	100	5	0,1	0	0	5	0,1	7510	99,9	0	0
		RJ	8550	100	52	0,6	0	0	51	0,6	8498	99,4	0	0
		SP	21214	100	80	0,4	9	0	70	0,3	21131	99,6	4	0
SUL	TOTAL		10949	100	40	0,4	4	0	36	0,3	10909	99,6	0	0
		PR	4096	100	10	0,3	1	0	9	0,2	4086	99,7	0	0
		RS	4473	100	24	0,5	3	0,1	21	0,5	4450	99,5	0	0
		SC	2379	100	6	0,2	0	0	6	0,2	2374	99,8	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	43	0,3	8	0	35	0,2	16938	99,7	0	0
		AL	998	100	1	0,1	1	0,1	0	0	997	99,9	0	0
		BA	4460	100	12	0,3	4	0,1	9	0,2	4448	99,7	0	0
		CE	3040	100	6	0,2	0	0	6	0,2	3033	99,8	0	0
		MA	1605	100	2	0,1	0	0	2	0,1	1604	99,9	0	0
		PB	1080	100	0	0	0	0	0	0	1080	100	0	0
		PE	3426	100	18	0,5	1	0	16	0,5	3408	99,5	0	0
		PI	746	100	0	0	0	0	0	0	746	100	0	0
		RN	964	100	3	0,4	2	0,2	2	0,2	961	99,6	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	19	0,3	6	0,1	13	0,2	5941	99,7	0	0
		DF	1412	100	5	0,3	1	0,1	3	0,2	1408	99,7	0	0
		GO	2585	100	10	0,4	2	0,1	8	0,3	2575	99,6	0	0
		MS	943	100	1	0,1	0	0	1	0,1	943	99,9	0	0
		MT	1020	100	4	0,4	2	0,2	2	0,2	1016	99,6	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	12	0,2	2	0	10	0,2	5390	99,8	0	0
		AC	242	100	0	0,2	0	0,2	0	0	242	99,8	0	0
		AM	1312	100	2	0,1	2	0,1	0	0	1310	99,9	0	0
		AP	295	100	0	0,1	0	0	0	0,1	295	99,9	0	0
		PA	2516	100	7	0,3	0	0	7	0,3	2509	99,7	0	0
		RO	518	100	1	0,3	0	0	1	0,3	516	99,7	0	0
		RR	158	100	0	0	0	0	0	0	158	100	0	0
		TO	360	100	1	0,2	0	0	1	0,2	360	99,8	0	0

Tabela 58 – Sequestro em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		SEQUESTRO									
			Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	13	0,2	0	0	13	0,2	6327	99,7	4	0,1
Rio de Janeiro	3606	100	12	0,3	0	0	12	0,3	3594	99,7	0	0
Belo Horizonte	1355	100	1	0,1	0	0	1	0,1	1353	99,9	0	0
Porto Alegre	804	100	2	0,2	0	0	2	0,2	802	99,8	0	0
Curitiba	996	100	6	0,6	1	0,1	4	0,4	991	99,4	0	0
Salvador	1526	100	5	0,4	2	0,1	4	0,2	1520	99,6	0	0
Recife	876	100	4	0,5	1	0,2	3	0,3	872	99,5	0	0
Fortaleza	1396	100	5	0,4	0	0	5	0,4	1390	99,6	0	0
Belém	787	100	1	0,2	0	0	1	0,2	786	99,8	0	0
Vitória	186	100	0	0	0	0	0	0	186	100	0	0
Goiânia	740	100	6	0,8	2	0,2	4	0,6	734	99,2	0	0
Brasília	1412	100	5	0,3	1	0,1	3	0,2	1408	99,7	0	0
Florianópolis	231	100	1	0,3	0	0	1	0,3	230	99,7	0	0
Campo Grande	443	100	1	0,2	0	0	1	0,2	442	99,8	0	0
Cuiabá	309	100	1	0,3	0	0	1	0,3	308	99,7	0	0
Teresina	438	100	0	0	0	0	0	0	438	100	0	0
São Luís	545	100	0	0	0	0	0	0	545	100	0	0
João Pessoa	411	100	0	0	0	0	0	0	411	100	0	0
Aracaju	326	100	0	0	0	0	0	0	326	100	0	0
Natal	458	100	2	0,4	1	0,2	1	0,2	457	99,6	0	0
Rio Branco	176	100	0	0,2	0	0,2	0	0	175	99,8	0	0
Manaus	1023	100	2	0,2	2	0,2	0	0	1021	99,8	0	0
Macapá	217	100	0	0,2	0	0	0	0,2	217	99,8	0	0
Maceió	531	100	1	0,2	1	0,2	0	0	530	99,8	0	0
Porto Velho	223	100	1	0,4	0	0	1	0,4	222	99,6	0	0
Boa Vista	158	100	0	0	0	0	0	0	158	100	0	0
Palmas	126	100	0	0,1	0	0	0	0,1	126	99,9	0	0

Tabela 59 – Sequestro em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		SEQUESTRO									
				Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	254	0,3	30	0	224	0,3	77751	99,7	4	0
SEXO	Masculino	37186	100	130	0,3	12	0	118	0,3	37052	99,6	4	0
	Feminino	40822	100	124	0,3	18	0	105	0,3	40699	99,7	0	0
COR	Branca	36143	100	141	0,4	15	0	126	0,3	35998	99,6	4	0
	Preta	8356	100	22	0,3	3	0	19	0,2	8334	99,7	0	0
	Parda	26375	100	64	0,2	7	0	57	0,2	26311	99,8	0	0
	Não respondeu/ Recusa	88	100	0	0	0	0	0	0	88	100	0	0
	Outra Cor	7047	100	27	0,4	5	0,1	22	0,3	7020	99,6	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	3	0,1	0	0	3	0,1	3432	99,9	0	0
	Fundamental	29562	100	104	0,4	10	0	94	0,3	29458	99,6	0	0
	Médio	31675	100	81	0,3	7	0	74	0,2	31594	99,7	0	0
	Superior	13289	100	66	0,5	14	0,1	53	0,4	13219	99,5	4	0
	Não respondeu/ Recusa	22	100	0	0	0	0	0	0	22	100	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	24	100	0	0	0	0	0	0	24	100	0	0
	16 a 24 anos	16614	100	46	0,3	7	0	38	0,2	16569	99,7	0	0
	25 a 34 anos	18454	100	63	0,3	9	0	54	0,3	18391	99,7	0	0
	35 a 44 anos	15059	100	66	0,4	9	0,1	57	0,4	14993	99,6	0	0
	45 a 59 anos	16897	100	42	0,2	2	0	40	0,2	16851	99,7	4	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	10984	100	37	0,3	3	0	35	0,3	10947	99,7	0	0
	Até 1 salário mínimo	13512	100	33	0,2	0	0	33	0,2	13479	99,8	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	50	0,2	6	0	44	0,2	22300	99,8	4	0
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	52	0,3	4	0	48	0,3	15285	99,7	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	53	0,4	10	0,1	43	0,3	12782	99,6	0	0
	Mais de 5 até 10	6066	100	29	0,5	6	0,1	22	0,4	6037	99,5	0	0
	Mais de 10 salários	3001	100	23	0,8	3	0,1	20	0,7	2977	99,2	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	12	0,5	0	0	12	0,5	2707	99,5	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	2	0,1	0	0	2	0,1	2183	99,9	0	0

Tabela 60 – Sequestro relâmpago em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		SEQUESTRO RELÂMPAGO									
					Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	345	0,4	74	0,1	271	0,3	77659	99,6	4	0
SUDESTE	TOTAL		38717	100	208	0,5	45	0,1	163	0,4	38506	99,5	4	0
		ES	1437	100	3	0,2	0	0	3	0,2	1434	99,8	0	0
		MG	7516	100	19	0,3	9	0,1	11	0,1	7496	99,7	0	0
		RJ	8550	100	45	0,5	12	0,1	34	0,4	8505	99,5	0	0
		SP	21214	100	140	0,7	24	0,1	115	0,5	21071	99,3	4	0
SUL	TOTAL		10949	100	49	0,4	9	0,1	40	0,4	10900	99,6	0	0
		PR	4096	100	23	0,6	6	0,2	16	0,4	4074	99,4	0	0
		RS	4473	100	19	0,4	3	0,1	17	0,4	4454	99,6	0	0
		SC	2379	100	7	0,3	0	0	7	0,3	2372	99,7	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	47	0,3	8	0	38	0,2	16934	99,7	0	0
		AL	998	100	2	0,2	1	0,1	1	0,1	996	99,8	0	0
		BA	4460	100	18	0,4	0	0	18	0,4	4442	99,6	0	0
		CE	3040	100	4	0,1	0	0	3	0,1	3036	99,9	0	0
		MA	1605	100	5	0,3	3	0,2	2	0,1	1600	99,7	0	0
		PB	1080	100	1	0,1	0	0	1	0,1	1080	99,9	0	0
		PE	3426	100	7	0,2	1	0	6	0,2	3418	99,8	0	0
		PI	746	100	0	0	0	0	0	0	746	100	0	0
		RN	964	100	9	0,9	2	0,2	7	0,7	955	99,1	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	23	0,4	5	0,1	18	0,3	5938	99,6	0	0
		DF	1412	100	5	0,3	0	0	5	0,3	1407	99,7	0	0
		GO	2585	100	10	0,4	3	0,1	8	0,3	2575	99,6	0	0
		MS	943	100	6	0,6	2	0,2	4	0,4	938	99,4	0	0
		MT	1020	100	2	0,2	0	0	1	0,1	1018	99,8	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	20	0,4	7	0,1	13	0,2	5382	99,6	0	0
		AC	242	100	0	0	0	0	0	0	242	100	0	0
		AM	1312	100	5	0,4	3	0,2	2	0,1	1307	99,6	0	0
		AP	295	100	1	0,2	0	0,1	0	0,1	295	99,8	0	0
		PA	2516	100	13	0,5	3	0,1	10	0,4	2503	99,5	0	0
		RO	518	100	1	0,2	0	0	1	0,2	517	99,8	0	0
		RR	158	100	0	0	0	0	0	0	158	100	0	0
		TO	360	100	0	0,1	0	0,1	0	0	360	99,9	0	0

Tabela 61 – Sequestro relâmpago em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		SEQUESTRO RELÂMPAGO									
			Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	63	1	7	0,1	56	0,9	6278	99	4	0,1
Rio de Janeiro	3606	100	18	0,5	3	0,1	16	0,4	3587	99,5	0	0
Belo Horizonte	1355	100	8	0,6	6	0,4	2	0,2	1347	99,4	0	0
Porto Alegre	804	100	4	0,5	0	0	4	0,5	800	99,5	0	0
Curitiba	996	100	16	1,6	2	0,2	14	1,4	980	98,4	0	0
Salvador	1526	100	6	0,4	0	0	6	0,4	1520	99,6	0	0
Recife	876	100	3	0,3	1	0,2	1	0,1	874	99,7	0	0
Fortaleza	1396	100	2	0,1	0	0	2	0,1	1394	99,9	0	0
Belém	787	100	5	0,6	1	0,1	4	0,5	783	99,4	0	0
Vitória	186	100	0	0	0	0	0	0	186	100	0	0
Goiânia	740	100	4	0,6	0	0	4	0,6	735	99,4	0	0
Brasília	1412	100	5	0,3	0	0	5	0,3	1407	99,7	0	0
Florianópolis	231	100	0	0	0	0	0	0	231	100	0	0
Campo Grande	443	100	1	0,3	0	0	1	0,3	441	99,7	0	0
Cuiabá	309	100	0	0	0	0	0	0	309	100	0	0
Teresina	438	100	0	0	0	0	0	0	438	100	0	0
São Luís	545	100	0	0	0	0	0	0	545	100	0	0
João Pessoa	411	100	0	0	0	0	0	0	411	100	0	0
Aracaju	326	100	0	0	0	0	0	0	326	100	0	0
Natal	458	100	3	0,6	1	0,2	2	0,4	456	99,4	0	0
Rio Branco	176	100	0	0	0	0	0	0	176	100	0	0
Manaus	1023	100	4	0,4	3	0,3	1	0,1	1018	99,6	0	0
Macapá	217	100	0	0,2	0	0	0	0,2	217	99,8	0	0
Maceió	531	100	2	0,3	1	0,2	1	0,2	530	99,7	0	0
Porto Velho	223	100	1	0,4	0	0	1	0,4	222	99,6	0	0
Boa Vista	158	100	0	0	0	0	0	0	158	100	0	0
Palmas	126	100	0	0	0	0	0	0	126	100	0	0

Tabela 62 – Sequestro relâmpago em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		SEQUESTRO RELÂMPAGO									
				Foi sequestrado alguma vez		Foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado nos últimos doze meses		Não foi sequestrado		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	345	0,4	74	0,1	271	0,3	77659	99,6	4	0
SEXO	Masculino	37186	100	185	0,5	42	0,1	143	0,4	36997	99,5	4	0
	Feminino	40822	100	160	0,4	32	0,1	129	0,3	40662	99,6	0	0
COR	Branca	36143	100	203	0,6	44	0,1	159	0,4	35936	99,4	4	0
	Preta	8356	100	27	0,3	4	0,1	22	0,3	8329	99,7	0	0
	Parda	26375	100	79	0,3	16	0,1	63	0,2	26295	99,7	0	0
	Não respondeu/ Recusa	88	100	1	1,2	0	0	1	1,2	87	98,8	0	0
	Outra Cor	7047	100	35	0,5	9	0,1	27	0,4	7011	99,5	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	10	0,3	0	0	10	0,3	3425	99,7	0	0
	Fundamental	29562	100	90	0,3	29	0,1	61	0,2	29472	99,7	0	0
	Médio	31675	100	112	0,4	23	0,1	89	0,3	31563	99,6	0	0
	Superior	13289	100	133	1	21	0,2	112	0,8	13152	99	4	0
	Não respondeu/ Recusa	22	100	0	0	0	0	0	0	22	100	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	0	0	0	0	0	0	24	100	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	38	0,2	11	0,1	27	0,2	16576	99,8	0	0
	25 a 34 anos	18454	100	71	0,4	29	0,2	42	0,2	18383	99,6	0	0
	35 a 44 anos	15059	100	82	0,5	14	0,1	67	0,4	14977	99,5	0	0
	45 a 59 anos	16897	100	103	0,6	13	0,1	90	0,5	16790	99,4	4	0
	60 anos ou mais	10984	100	52	0,5	7	0,1	45	0,4	10932	99,5	0	0
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	34	0,3	9	0,1	25	0,2	13477	99,7	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	58	0,3	11	0	47	0,2	22292	99,7	4	0
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	43	0,3	13	0,1	29	0,2	15294	99,7	0	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	91	0,7	20	0,2	71	0,6	12744	99,3	0	0
	Mais de 5 até 10	6066	100	52	0,9	7	0,1	45	0,7	6014	99,1	0	0
	Mais de 10 salários	3001	100	44	1,5	4	0,1	39	1,3	2957	98,5	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	11	0,4	2	0,1	9	0,3	2708	99,6	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	13	0,6	7	0,3	6	0,3	2172	99,4	0	0

Tabela 63 – Sequestro – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Sofreu sequestro		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			93	100	59	63,5	33	35	1	1,5	26	44,4	33	55,6
SUDESTE	TOTAL		53	100	37	69,2	16	30,8	0	0	11	29,4	26	70,6
		ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		MG	9	100	7	81,6	2	18,4	0	0	6	87,6	1	12,4
		RJ	12	100	7	56,7	5	43,3	0	0	1	17,8	6	82,2
		SP	32	100	23	70,5	9	29,5	0	0	3	14	19	86
SUL	TOTAL		10	100	7	65,5	4	34,5	0	0	5	73,4	2	26,6
		PR	8	100	4	53,7	4	46,3	0	0	4	100	0	0
		RS	3	100	3	100	0	0	0	0	1	31,6	2	68,4
		SC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	TOTAL		12	100	4	31,7	7	56,1	1	12,1	2	55,3	2	44,7
		AL	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
		BA	4	100	1	19,6	3	80,4	0	0	1	100	0	0
		CE	0	100	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
		MA	3	100	1	27	2	73	0	0	0	0	1	100
		PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PE	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0
		PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		RN	2	100	2	82,2	0	17,8	0	0	1	54,4	1	45,6
		SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		11	100	6	53,4	5	46,6	0	0	5	81,2	1	18,8
		DF	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
		GO	5	100	2	38,4	3	61,6	0	0	2	77,3	0	22,7
		MS	2	100	2	100	0	0	0	0	2	100	0	0
		MT	3	100	2	83	0	17	0	0	2	71,7	1	28,3
NORTE	TOTAL		7	100	6	85,8	1	14,2	0	0	4	60,9	2	39,1
		AC	0	100	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
		AM	3	100	3	100	0	0	0	0	1	47,7	2	52,3
		AP	0	100	0	100	0	0	0	0	0	0	0	100
		PA	3	100	3	80,9	1	19,1	0	0	2	75,2	1	24,8
		RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		TO	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura														

Tabela 64 – Sequestro – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Sofreu sequestro		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	7	100	3	49,3	4	50,7	0	0	0	0	3	100
Rio de Janeiro	3	100	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0
Belo Horizonte	6	100	4	70,6	2	29,4	0	0	4	100	0	0
Porto Alegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curitiba	4	100	1	32,8	2	67,2	0	0	1	100	0	0
Salvador	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0
Recife	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0
Fortaleza	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belém	1	100	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
Vitória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiânia	2	100	2	100	0	0	0	0	2	100	0	0
Brasília	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cuiabá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teresina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aracaju	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natal	1	100	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0
Rio Branco	0	100	0	100	0	0	0	0	0	100	0	0
Manaus	3	100	3	100	0	0	0	0	1	47,7	2	52,3
Macapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maceió	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Porto Velho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 65 – Sequestro – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Sofreu sequestro		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		93	100	59	63,5	33	35	1	1,5	26	44,4	33	55,6
SEXO	Masculino	47	100	31	65,1	16	34,9	0	0	10	34	20	66
	Feminino	46	100	28	61,8	16	35,1	1	3,1	16	55,7	13	44,3
COR	Branca	53	100	37	68,8	15	28,5	1	2,7	16	43,8	21	56,2
	Preta	7	100	4	60,4	3	39,6	0	0	1	27,5	3	72,5
	Parda	21	100	12	58,3	9	41,7	0	0	7	57,8	5	42,2
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	12	100	6	50,9	6	49,1	0	0	2	34,4	4	65,6
ESCOLARIDADE	Sem instrução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fundamental	35	100	23	65,4	12	34,6	0	0	13	56	10	44
	Médio	27	100	16	57,8	11	42,2	0	0	7	44,3	9	55,7
	Superior	31	100	20	66,3	9	29	1	4,7	6	31,3	14	68,7
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	16 a 24 anos	15	100	8	51,8	6	38,7	1	9,5	6	80,3	2	19,7
	25 a 34 anos	37	100	18	50	18	50	0	0	9	47,5	10	52,5
	35 a 44 anos	19	100	19	97,1	1	2,9	0	0	6	32,3	13	67,7
	45 a 59 anos	14	100	9	63,5	5	36,5	0	0	1	15,6	8	84,4
RENDIA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	8	100	5	66,3	3	33,7	0	0	4	73,7	1	26,3
	Até 1 salário mínimo	9	100	6	66,5	3	33,5	0	0	6	96	0	4
	Mais de 1 até 2 salários	16	100	8	52,3	8	47,7	0	0	4	44,4	5	55,6
	Mais de 2 até 3 salários	17	100	14	83,7	3	16,3	0	0	6	40,5	9	59,5
	Mais de 3 até 5 salários	25	100	15	58,5	10	41,5	0	0	7	45,9	8	54,1
	Mais de 5 até 10 salários	10	100	8	78,6	2	21,4	0	0	2	29,4	6	70,6
	Mais de 10 salários mínimos	6	100	2	30,9	3	46,9	1	22,2	2	100	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2	100	2	100	0	0	0	0	0	0	2	100
	Não sabe/ Não lembra	7	100	3	49,3	4	50,7	0	0	0	0	3	100

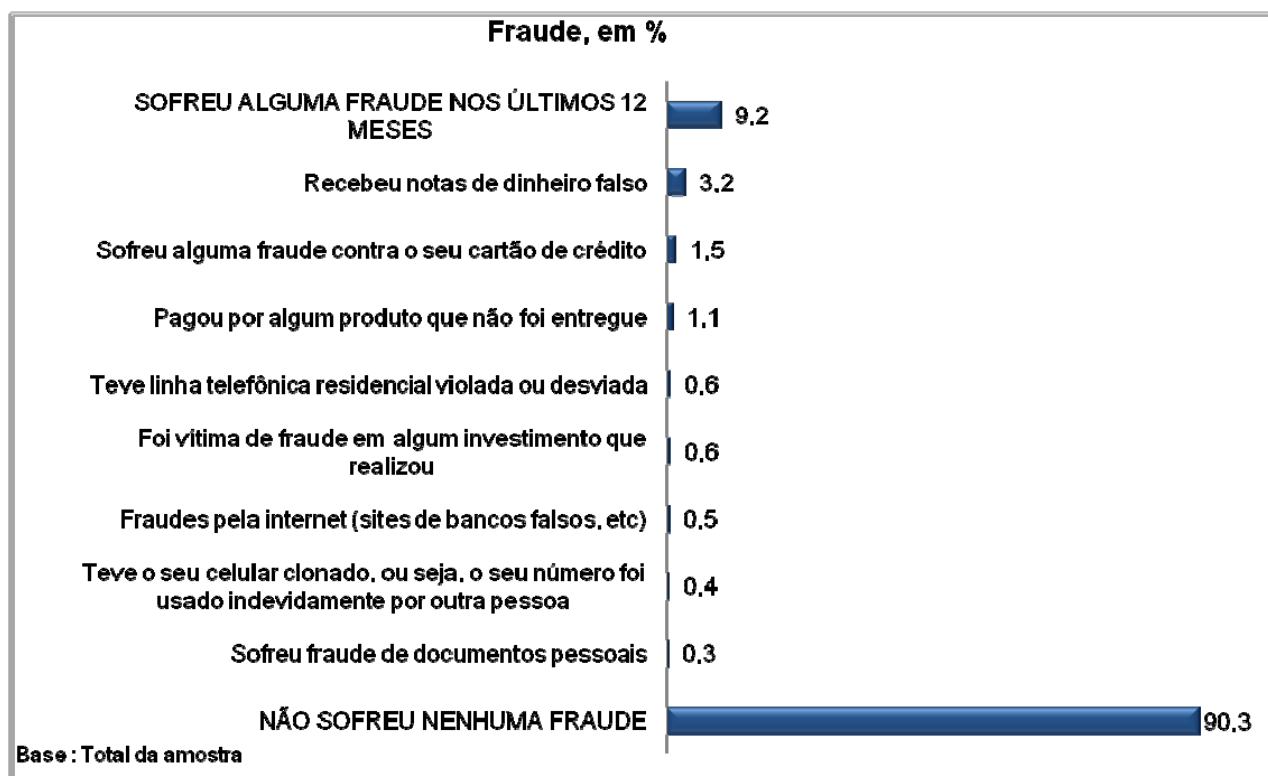
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.8 Fraude ou estelionato

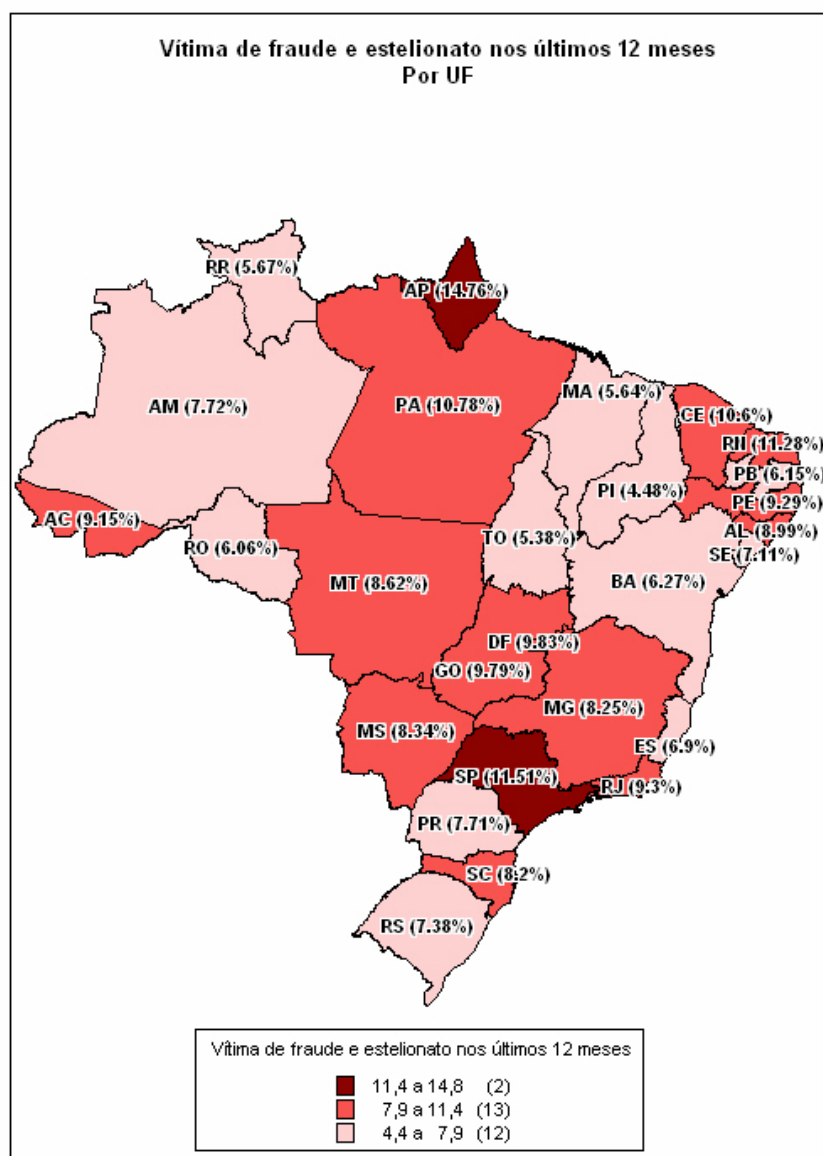
7.8.1 Taxa de vitimização

Com base no total da amostra, 9,2% dos entrevistados sofreram algum tipo de fraude nos 12 meses anteriores ao levantamento de vitimização. As ocorrências, de um modo geral, são mais frequentes entre os moradores dos estados do Amapá (14,8%), São Paulo (11,5%) e Rio Grande do Norte (11,3%). Dentre as capitais, destacam-se os dados de Macapá (15,6%), Belém (15,3%), São Paulo (14,4%) e Porto Alegre (13,9%). Por estratos socioeconômicos e demográficos, vítimas aparecem especialmente entre os mais ricos (16,4%) e mais escolarizados (14,8%).

Gráfico 27 – Fraude, em %



Mapa 9 – Vítimas de fraude por UF



Do total de entrevistados, 1,8% revelam já ter sofrido alguma fraude contra o seu cartão de crédito nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Quando a pergunta se refere à fraude com cheques, esse percentual corresponde a 0,5%.

Receberam notas falsas de dinheiro 3,7% do total da amostra. Pagaram por algum produto, mas não o receberam 1,5%. Já, quanto a fraudes em investimentos financeiros, a taxa de vitimização é de 0,8% e em relação à clonagem de celulares é de 0,6%.

A violação ou desvio de linha telefônica ocorreu para 0,8% dos entrevistados, 0,6% revelam fraude em documentos pessoais e 0,7% sofreram fraude pela internet. Outros tipos de fraude sem especificação totalizam 0,8% no mesmo espaço de tempo.

Fraudes contra cartões de crédito chegam a 2,3% no Centro-Oeste e 2,2% no Sudeste. Por unidades da federação, destacam-se a concentração de vítimas no Distrito Federal (3,9%) e no Rio Grande do Norte (3,2%). Por variáveis socioeconômicas e demográficas, há vitimização desse tipo de crime com frequência mais expressiva entre os que pertencem à classe A segundo o critério Brasil de segmentação econômica (5,6%) e entre os que têm nível superior de escolaridade (4,1%).

Quanto às fraudes com cheques, há taxas mais nítidas entre os que moram nos estados de Santa Catarina (1,1%) e Goiás (1%). Também chamam atenção os dados observados entre os que vivem em Goiânia (1,6%), Porto Alegre (1,4%) e Campo Grande (1,3%). A exemplo dos cartões, também em relação ao cheques os índices de vitimização desse tipo de crime são maiores entre os que têm nível superior de escolaridade (1%) e integram a classe A (1,6%).

A ocorrência de vítimas de falsificação de dinheiro é mais frequente entre os que residem nos estados do Ceará (5,9%), Pará (4,8%) e São Paulo (também 4,8%). Entre as capitais, destacam-se os resultados de Fortaleza (7,1%), Porto Alegre (6,8%) e Belém (6,7%). Entre os mais jovens, esse índice corresponde a 5,1%.

Produtos que foram pagos, não foram entregues especialmente aos entrevistados que vivem no Amapá (5,3%), nas capitais Macapá (6,3%), Vitória (3,3%) e Belém (3,1%). Entre os que compõem a classe A e entre os que têm nível superior de escolaridade, esses índices correspondem a 3,6% e 3,4%, respectivamente.

Fraudes em investimentos chegam a 1,1% entre os que habitam o Norte do país, 0,9% entre os moradores do Sudeste, 0,8 entre os do Sul, 0,7% no Nordeste e 0,5% no Centro-Oeste. Na classe A, essa taxa chega a 1,5%.

A clonagem de celulares vai a 2,3% entre os moradores do Amapá e 1,4% entre os do Mato Grosso do Sul. Das capitais, Macapá tem 2,2% de ocorrências e Natal 1,5%. Nas variáveis socioeconômicas ou demográficas, não há destaque significativo.

A violação ou desvio de linhas telefônicas residenciais é mais expressiva entre os moradores dos estados de São Paulo (1,4%) e Rio de Janeiro (1,3%). Na capital paulista, a vitimização para esse tipo de crime vai a 2,4 %. Na cidade do Rio de Janeiro, corresponde a 1,4%. Por estratos socioeconômicos ou demográficos, não há contrastes importantes.

A falsificação ou fraude de documentos pessoais são mais frequentes entre os que moram no estado do Acre (1,6%), em sua capital Rio Branco (2%), em Porto Alegre (1,3%) e Manaus (1,2%). Na classe A, 1,3% já foram vítimas desse tipo de crime.

As vítimas de fraudes pela internet ocorrem de maneira mais significativa entre os moradores de algumas capitais como Cuiabá (2,5%), Florianópolis (1,7%) e Porto Alegre (1,5%). Entre os mais escolarizados, essa taxa corresponde a 1,8% e entre os que compõem a classe A, ela vai a 2%.

A maioria dos entrevistados (77,7%) afirma ter sido vítima de fraude ou estelionato por uma única vez durante o ano anterior à pesquisa. Outros 11,2% dizem que sofreram o crime por duas vezes, 4,3% por três vezes e 3,8% por quatro vezes. A média resultante é 1,4 vezes em um ano. As maiores médias encontram-se nos estados de Tocantins (2%) e Santa Catarina (1,9%). Em Palmas, aliás, a média de vezes de ocorrência de fraudes no período estudado chega a 2,6.

Sobre o tipo de fraude que ocorreu com o entrevistado na última vez em que ele foi vítima, lideram os casos de recebimento de dinheiro falso, com 3,2% das menções, seguido por fraudes com cartão de crédito (1,5%) e pelo não recebimento de produtos pelos quais efetuou pagamento (1,1%). A violação de linhas telefônicas residenciais e as fraudes em investimentos são citadas por 0,6%, cada. Fraudes pela internet totalizam 0,5%, cheques e celulares clonados são apontados por 0,4%, cada e falsificação de documentos por 0,3%. Outras menções, isoladamente, não alcançam esses percentuais.

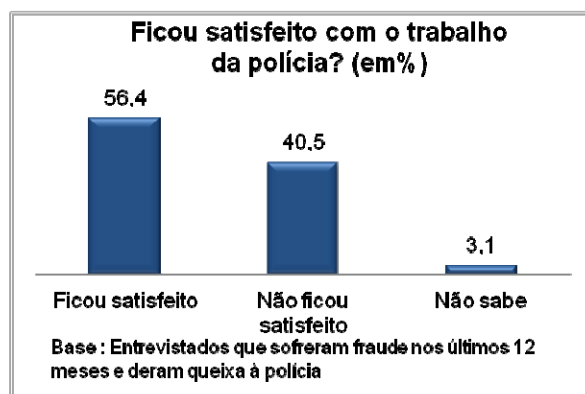
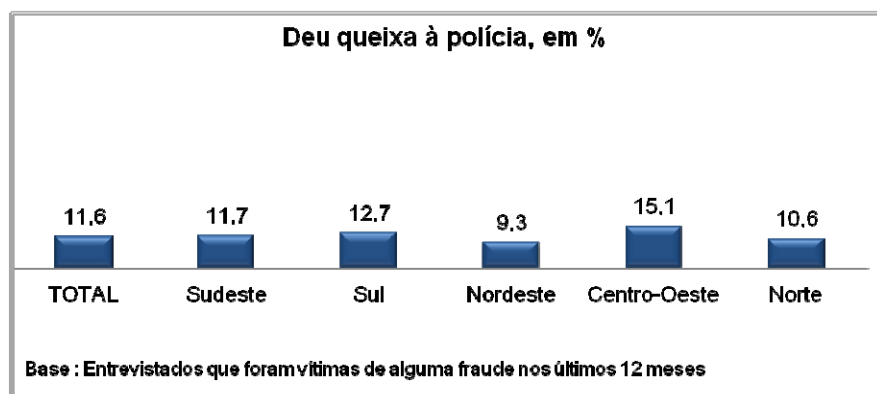
Questionados se essa última fraude aconteceu pela internet, a grande maioria (81,7%) diz que não. Outros 15,5% afirmam que sim. Entre os moradores do Rio Grande do Norte, essa taxa chega a 26,1%, entre os do Amapá, vai a 21,3%. Focalizando-se as capitais, destacam-se os resultados de Natal (30,2%), Cuiabá (29,8%), Vitória (24,1%) e Florianópolis (22,3%). Entre os de nível superior e integrantes da classe A, os índices também ficam acima da média (27,9% e 23,1%, respectivamente).

7.8.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Entre os que foram vítimas de fraude ou estelionato no anterior à pesquisa, 11,6% deram queixa do crime à polícia. A subnotificação para esse tipo de crime chega a 85,7%. Nesses casos, reportaram o episódio à polícia civil 6,9% contra 3,9% que acionaram a polícia militar e 0,2% que procuraram a polícia federal.

Gráfico 28 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em

%



A notificação é maior entre os moradores do Centro-Oeste (15,1%), especialmente os que vivem no Distrito Federal (23%). Também apresentam índices de comunicação à polícia com tendência que supera a média, as vítimas que habitam os estados de Tocantins (20,9%) e Acre (18,9%). Em relação às variáveis demográficas ou socioeconômicas, os entrevistados que compõem a Classe A (19,8%) são os que mais fizeram boletim de ocorrência quanto aos crimes de fraude.

Sobre as razões que levaram as vítimas a procurar a polícia, os motivos são a tentativa de recuperar o bem (27,3%), o simples registro da ocorrência (23,7%), o direito de notificar os órgãos competentes (21,8%), a esperança de que o crime não aconteça de novo (19,8%), desejo de ver o culpado preso (16,1%), a necessidade do boletim para emissão de Novos documentos (13,8%) e a busca por proteção (12,5%). As demais citações não alcançam 10%, cada.

A ideia de reaver o bem é mais expressiva no Sudeste (30,9%), especialmente nos estados de São Paulo (34,8%) e Minas Gerais (34,1%). Também aparece com mais força entre homens (32%) e integrantes das classes econômicas A e B (31,6%).

Dos que procuraram a polícia, 56,4% ficaram satisfeitos com a atuação da instituição, contra 40,5% que a reprovaram. A aprovação é maior no Nordeste (61,8%) e a insatisfação chega a 46,1% no Norte.

Dentre os motivos de satisfação estão principalmente o atendimento cordial e gentil dos policiais (24,4%), a boa vontade e atenção para resolver o caso (23,2%), a rapidez no atendimento (13,5%) e na solução do caso (10,9%).

As razões de reprovação concentram-se no desinteresse da polícia no atendimento à ocorrência (22,3%), na lentidão da apuração (9,8%) e ao fato da vítima não ter recuperado o bem (7,1%).

Do total de vítimas que deram queixa à polícia, a maioria (70,2%) afirma que os fraudadores não foram identificados. A taxa dos que dizem o contrário é de 20%, já que outros 8,4% não souberam informar.

Em relação aos motivos que geram a subnotificação, 30,7% das vítimas que não comunicaram o fato aos órgãos competentes afirmam que conseguiram resolver o caso sem a ajuda da polícia. Já 18,2% dizem que não quiseram fazê-lo por não considerar o assunto importante. Razão parecida é apontada por 15,2% desse segmento para quem o episódio não foi sério o suficiente. Para 14,1% não haviam provas suficientes e para 10,4%, o bem tinha pouco valor. Dizem espontaneamente terem procurado um outro órgão 9,7% do estrato e 6,4% apontam falta de confiança na polícia.

Às vítimas de fraude, questionou-se a busca por outra instituição para se tentar resolver o problema. A maioria (81,5%) não procurou nenhum outro órgão com tal objetivo. Já 15,6% o fez, principalmente no Sudeste (18,5%), especialmente nos estados do Espírito Santo (25,9%) e Rio de Janeiro (24,6%).

Entre os que buscaram outras instituições, sobressaem-se menções aos bancos (23,3%), ao Procon (19,8%), às operadoras de telefonia fixa ou móvel (14,4%), e às administradoras de cartão de crédito (10,4%). Outras menções não passam de aproximadamente 5%, cada.

7.8.3 Tabelas

Tabela 66 – Fraude/estelionato em N.A. ponderado e % (região e UF)

		TOTAL		FRAUDE/ ESTELIONATO							
				SOFREU ALGUMA FRAUDE		NÃO SOFREU NENHUMA FRAUDE		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		NÃO SABE/ NÃO LEMBRA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		78008	100	7209	9,2	70724	90,7	39	0,1	36	0
SUDESTE	TOTAL	38717	100	3956	10,2	34713	89,7	33	0,1	15	0
	ES	1437	100	99	6,9	1338	93,1	0	0	0	0
	MG	7516	100	620	8,3	6895	91,7	1	0	0	0
	RJ	8550	100	796	9,3	7746	90,6	4	0	5	0,1
	SP	21214	100	2441	11,5	18734	88,3	29	0,1	10	0
SUL	TOTAL	10949	100	841	7,7	10104	92,3	0	0	4	0
	PR	4096	100	316	7,7	3778	92,2	0	0	3	0,1
	RS	4473	100	330	7,4	4143	92,6	0	0	0	0
	SC	2379	100	195	8,2	2183	91,8	0	0	1	0
NORDESTE	TOTAL	16981	100	1356	8	15607	91,9	3	0	14	0,1
	AL	998	100	90	9	908	91	0	0	0	0
	BA	4460	100	280	6,3	4179	93,7	1	0	1	0
	CE	3040	100	322	10,6	2710	89,2	0	0	7	0,2
	MA	1605	100	91	5,6	1515	94,4	0	0	0	0
	PB	1080	100	66	6,2	1014	93,8	0	0	0	0
	PE	3426	100	318	9,3	3105	90,6	3	0,1	0	0
	PI	746	100	33	4,5	707	94,8	0	0	5	0,7
	RN	964	100	109	11,3	854	88,6	0	0	1	0,1
	SE	662	100	47	7,1	615	92,9	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL	5960	100	558	9,4	5400	90,6	0	0	2	0
	DF	1412	100	139	9,8	1273	90,2	0	0	0	0
	GO	2585	100	253	9,8	2331	90,2	0	0	1	0
	MS	943	100	79	8,3	864	91,6	0	0	1	0,1
	MT	1020	100	88	8,6	931	91,3	0	0	1	0,1
NORTE	TOTAL	5401	100	498	9,2	4900	90,7	3	0,1	1	0
	AC	242	100	22	9,2	220	90,8	0	0	0	0
	AM	1312	100	101	7,7	1210	92,2	0	0	0	0
	AP	295	100	44	14,8	252	85,2	0	0	0	0
	PA	2516	100	271	10,8	2243	89,1	2	0,1	0	0
	RO	518	100	31	6,1	486	93,8	0	0	0	0,1
	RR	158	100	9	5,7	149	94,3	0	0	0	0
	TO	360	100	19	5,4	340	94,4	1	0,2	0	0

Tabela 67 – Fraude/estelionato em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		FRAUDE/ ESTELIONATO							
			SOFREU ALGUMA FRAUDE		NÃO SOFREU NENHUMA FRAUDE		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		NÃO SABE/ NÃO LEMBRA	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	916	14,4	5404	85,2	24	0,4	0	0
Rio de Janeiro	3606	100	319	8,9	3279	90,9	3	0,1	5	0,1
Belo Horizonte	1355	100	134	9,9	1221	90,1	0	0	0	0
Porto Alegre	804	100	112	13,9	692	86,1	0	0	0	0
Curitiba	996	100	102	10,2	894	89,8	0	0	0	0
Salvador	1526	100	106	7	1420	93	0	0	0	0
Recife	876	100	92	10,5	781	89,1	3	0,3	0	0
Fortaleza	1396	100	170	12,2	1222	87,6	0	0	4	0,3
Belém	787	100	120	15,3	666	84,5	1	0,2	0	0
Vitória	186	100	17	9,3	168	90,7	0	0	0	0
Goiânia	740	100	103	13,9	637	86,1	0	0	0	0
Brasília	1412	100	139	9,8	1273	90,2	0	0	0	0
Florianópolis	231	100	28	12	203	88	0	0	0	0
Campo Grande	443	100	48	10,7	394	89	0	0	1	0,2
Cuiabá	309	100	37	12	272	88	0	0	0	0
Teresina	438	100	22	5,1	410	93,7	0	0	5	1,2
São Luís	545	100	42	7,8	502	92,2	0	0	0	0
João Pessoa	411	100	28	6,7	383	93,3	0	0	0	0
Aracaju	326	100	26	7,9	300	92,1	0	0	0	0
Natal	458	100	58	12,7	400	87,3	0	0	0	0
Rio Branco	176	100	18	10,4	158	89,6	0	0	0	0
Manaus	1023	100	89	8,7	934	91,3	0	0	0	0
Macapá	217	100	34	15,6	183	84,4	0	0	0	0
Maceió	531	100	48	9	483	91	0	0	0	0
Porto Velho	223	100	15	6,8	207	93	0	0	0	0,2
Boa Vista	158	100	9	5,7	149	94,3	0	0	0	0
Palmas	126	100	11	8,4	116	91,6	0	0	0	0

Tabela 68 – Fraude/estelionato em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		FRAUDE/ ESTELIONATO							
				SOFREU ALGUMA FRAUDE		NÃO SOFREU NENHUMA FRAUDE		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		NÃO SABE/ NÃO LEMBRA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	7209	9,2	70724	90,7	39	0,1	36	0
SEXO	Masculino	37186	100	3959	10,6	33181	89,2	27	0,1	18	0
	Feminino	40822	100	3250	8	37542	92	12	0	18	0
COR	Branca	36143	100	3374	9,3	32742	90,6	15	0	12	0
	Preta	8356	100	753	9	7599	90,9	0	0	3	0
	Parda	26375	100	2425	9,2	23915	90,7	15	0,1	20	0,1
	Não respondeu/ Recusa	88	100	5	5,4	83	94,6	0	0	0	0
	Outra Cor	7047	100	652	9,3	6384	90,6	9	0,1	1	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	111	3,2	3321	96,7	1	0	2	0,1
	Fundamental	29562	100	2080	7	27450	92,9	15	0	17	0,1
	Médio	31675	100	3045	9,6	28606	90,3	13	0	11	0
	Superior	13289	100	1971	14,8	11304	85,1	10	0,1	3	0
	Não respondeu/ Recusa	22	100	0	0	22	100	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	2	9	19	79,4	0	0	3	11,6
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	1547	9,3	15054	90,6	7	0	7	0
	25 a 34 anos	18454	100	2069	11,2	16371	88,7	6	0	8	0
	35 a 44 anos	15059	100	1492	9,9	13558	90	4	0	5	0
	45 a 59 anos	16897	100	1536	9,1	15339	90,8	12	0,1	10	0,1
	60 anos ou mais	10984	100	565	5,1	10402	94,7	11	0,1	6	0,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	820	6,1	12681	93,9	3	0	7	0,1
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	1746	7,8	20572	92	23	0,1	12	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	1428	9,3	13903	90,7	2	0	4	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	1507	11,7	11319	88,2	1	0	7	0,1
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	807	13,3	5256	86,6	3	0,1	0	0
	Mais de 10 salários	3001	100	495	16,5	2502	83,4	4	0,1	0	0
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	212	7,8	2499	91,9	2	0,1	5	0,2
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	194	8,9	1990	91,1	0	0	0	0

Tabela 69 – Fraude/estelionato – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Foi vítima de fraude		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			7209	100	833	11,6	6176	85,7	201	2,8	470	56,4	337	40,5	26	3,1
SUDESTE	TOTAL		3956	100	463	11,7	3352	84,7	141	3,6	261	56,5	182	39,2	20	4,3
		ES	99	100	15	15,1	83	83,3	2	1,6	7	49,1	8	50,9	0	0
		MG	620	100	68	11	539	87	12	2	33	47,7	32	47,4	3	4,8
		RJ	796	100	53	6,7	734	92,3	8	1	20	37	32	59,7	2	3,3
		SP	2441	100	326	13,4	1996	81,8	119	4,9	202	61,8	110	33,6	15	4,5
SUL	TOTAL		841	100	106	12,6	731	87	3	0,4	58	54,3	47	44,4	1	1,3
		PR	316	100	33	10,4	282	89,4	0	0,1	16	48,3	17	50,1	1	1,6
		RS	330	100	50	15	280	85	0	0	30	60,4	20	39,6	0	0
		SC	195	100	24	12,2	168	86,4	3	1,5	12	50	11	46,4	1	3,6
NORDESTE	TOTAL		1356	100	127	9,3	1208	89,1	21	1,5	78	61,8	48	37,8	1	0,4
		AL	90	100	7	8,3	81	90,6	1	1,1	4	47,8	4	52,2	0	0
		BA	280	100	24	8,7	249	89,2	6	2,1	14	57,6	10	42,4	0	0
		CE	322	100	27	8,5	294	91,1	1	0,4	15	55,9	12	44,1	0	0
		MA	91	100	10	11,4	73	80,5	7	8,1	4	36,2	7	63,8	0	0
		PB	66	100	7	11	59	89	0	0	6	77,2	2	22,8	0	0
		PE	318	100	29	9,1	285	89,4	5	1,4	24	81,2	5	16,9	1	1,9
		PI	33	100	3	9,6	30	88,6	1	1,8	2	47,3	2	52,7	0	0
		RN	109	100	10	9,2	98	90,4	0	0,5	6	57,6	4	42,4	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		558	100	84	15,1	455	81,6	19	3,3	44	52,8	36	43,1	3	4,1
		DF	139	100	32	23	93	67,1	14	9,9	16	51,2	16	48,8	0	0
		GO	253	100	32	12,8	218	86,2	3	1	15	47,3	15	45,9	2	6,8
		MS	79	100	8	10,3	70	88,4	1	1,2	4	52,7	4	47,3	0	0
		MT	88	100	12	13,6	75	85	1	1,4	9	71,7	2	17,8	1	10,5
NORTE	TOTAL		498	100	53	10,6	428	86	17	3,4	28	53	24	46,1	1	1
		AC	22	100	4	18,9	18	81,1	0	0	2	54,9	1	33	1	12,1
		AM	101	100	11	10,5	77	75,5	14	13,9	7	63	4	37	0	0
		AP	44	100	5	12,4	38	87,6	0	0	3	53,8	2	46,2	0	0
		PA	271	100	25	9,3	244	89,9	2	0,8	11	41,8	15	58,2	0	0
		RO	31	100	1	2,7	31	97,3	0	0	1	100	0	0	0	0
		RR	9	100	2	25,4	6	69,8	0	4,8	1	39,4	1	60,6	0	0
		TO	19	100	4	20,9	15	76,6	0	2,5	4	91,4	0	8,6	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 70 – Fraude/estelionato – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Foi vítima de fraude		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	916	100	96	10,5	734	80,1	86	9,4	48	49,4	43	45,2	5	5,4
Rio de Janeiro	319	100	11	3,4	303	94,8	6	1,8	11	100	0	0	0	0
Belo Horizonte	134	100	13	9,8	119	88,5	2	1,6	5	41,5	8	58,5	0	0
Porto Alegre	112	100	19	17,4	92	82,6	0	0	11	53,9	9	46,1	0	0
Curitiba	102	100	12	12	90	88	0	0	6	46,3	7	53,7	0	0
Salvador	106	100	4	3,8	100	94,4	2	1,8	2	54,1	2	45,9	0	0
Recife	92	100	9	9,6	80	86,6	4	3,8	9	100	0	0	0	0
Fortaleza	170	100	13	7,7	155	91,6	1	0,7	8	64,2	5	35,8	0	0
Belém	120	100	11	9,2	107	89,1	2	1,8	6	54,3	5	45,7	0	0
Vitória	17	100	4	22,4	13	77,6	0	0	2	40,6	2	59,4	0	0
Goiânia	103	100	11	10,5	92	89,5	0	0	4	35,8	6	53,7	1	10,5
Brasília	139	100	32	23	93	67,1	14	9,9	16	51,2	16	48,8	0	0
Florianópolis	28	100	4	16	22	78,2	2	5,8	2	37,5	3	62,5	0	0
Campo Grande	48	100	8	15,8	39	82,2	1	2	4	48,8	4	51,2	0	0
Cuiabá	37	100	7	18,2	30	81,8	0	0	6	84,9	1	15,1	0	0
Teresina	22	100	2	10,7	19	86,6	1	2,6	2	63,8	1	36,2	0	0
São Luís	42	100	6	13,4	29	69,3	7	17,3	3	51,8	3	48,2	0	0
João Pessoa	28	100	4	14,3	24	85,7	0	0	3	72,1	1	27,9	0	0
Aracaju	26	100	5	18,9	21	81,1	0	0	4	80,7	1	19,3	0	0
Natal	58	100	8	14	50	86	0	0	5	64,1	3	35,9	0	0
Rio Branco	18	100	4	19,6	15	80,4	0	0	2	47,3	1	38,6	1	14,1
Manaus	89	100	10	11,1	68	76,1	11	12,8	7	67,8	3	32,2	0	0
Macapá	34	100	5	15,6	29	84,4	0	0	3	52,5	2	47,5	0	0
Maceió	48	100	7	13,9	41	86,1	0	0	3	51	3	49	0	0
Porto Velho	15	100	1	5,6	14	94,4	0	0	1	100	0	0	0	0
Boa Vista	9	100	2	25,4	6	69,8	0	4,8	1	39,4	1	60,6	0	0
Palmas	11	100	3	24,5	8	75,5	0	0	2	86,8	0	13,2	0	0
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura														

Tabela 71 – Fraude/estelionato – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Foi vítima de fraude		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		7209	100	833	11,6	6176	85,7	201	2,8	470	56,4	337	40,5	26	3,1
SEXO	Masculino	3959	100	456	11,5	3378	85,3	125	3,1	267	58,4	178	39,1	11	2,4
	Feminino	3250	100	376	11,6	2797	86,1	76	2,3	203	53,9	159	42,2	15	3,9
COR	Branca	3374	100	432	12,8	2843	84,3	99	2,9	241	55,7	170	39,5	21	4,8
	Preta	753	100	71	9,5	666	88,4	16	2,1	39	54,5	32	45,5	0	0
	Parda	2425	100	279	11,5	2071	85,4	75	3,1	162	58,2	111	39,9	5	1,9
	Não respondeu/ Recusa	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	652	100	51	7,9	590	90,5	11	1,7	28	54,5	23	45,5	0	0
ESCOLARIDADE	Sem instrução	111	100	17	15,5	92	83,3	1	1,1	4	25,8	13	74,2	0	0
	Fundamental	2080	100	212	10,2	1821	87,5	47	2,3	126	59,2	79	37,5	7	3,3
	Médio	3045	100	333	10,9	2622	86,1	90	3	199	59,8	127	38	7	2,2
	Superior	1971	100	270	13,7	1639	83,2	62	3,1	140	52	118	43,7	12	4,3
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2	100	0	22,1	2	77,9	0	0	0	0	0	100	0	0
IDADE	16 a 24 anos	1547	100	121	7,8	1367	88,3	59	3,8	82	67,4	34	27,8	6	4,8
	25 a 34 anos	2069	100	265	12,8	1763	85,2	41	2	149	56,3	111	42	5	1,7
	35 a 44 anos	1492	100	184	12,3	1248	83,6	60	4	89	48,5	89	48,2	6	3,3
	45 a 59 anos	1536	100	179	11,6	1325	86,3	31	2	99	55,1	74	41,6	6	3,3
	60 anos ou mais	565	100	83	14,7	473	83,6	9	1,6	51	61	29	34,6	4	4,4
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RENDIA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	820	100	78	9,6	712	86,8	29	3,6	38	48	41	51,9	0	0,2
	Mais de 1 até 2 salários	1746	100	166	9,5	1538	88,1	42	2,4	88	52,8	68	41,1	10	6
	Mais de 2 até 3 salários	1428	100	175	12,2	1225	85,8	29	2	98	56,3	70	40	6	3,7
	Mais de 3 até 5 salários	1507	100	169	11,2	1301	86,4	36	2,4	104	61,5	62	36,5	3	1,9
	Mais de 5 até 10 salários	807	100	123	15,2	661	82	22	2,8	74	60,5	45	36,2	4	3,3
	Mais de 10 salários mínimos	495	100	83	16,7	387	78,3	25	5	46	56,1	34	41,5	2	2,5
	Não respondeu/ Recusa	212	100	27	12,6	182	85,8	4	1,7	12	46,7	14	53,3	0	0
	Não sabe/ Não lembra	194	100	12	6,2	169	86,7	14	7	9	71,6	3	28,4	0	0

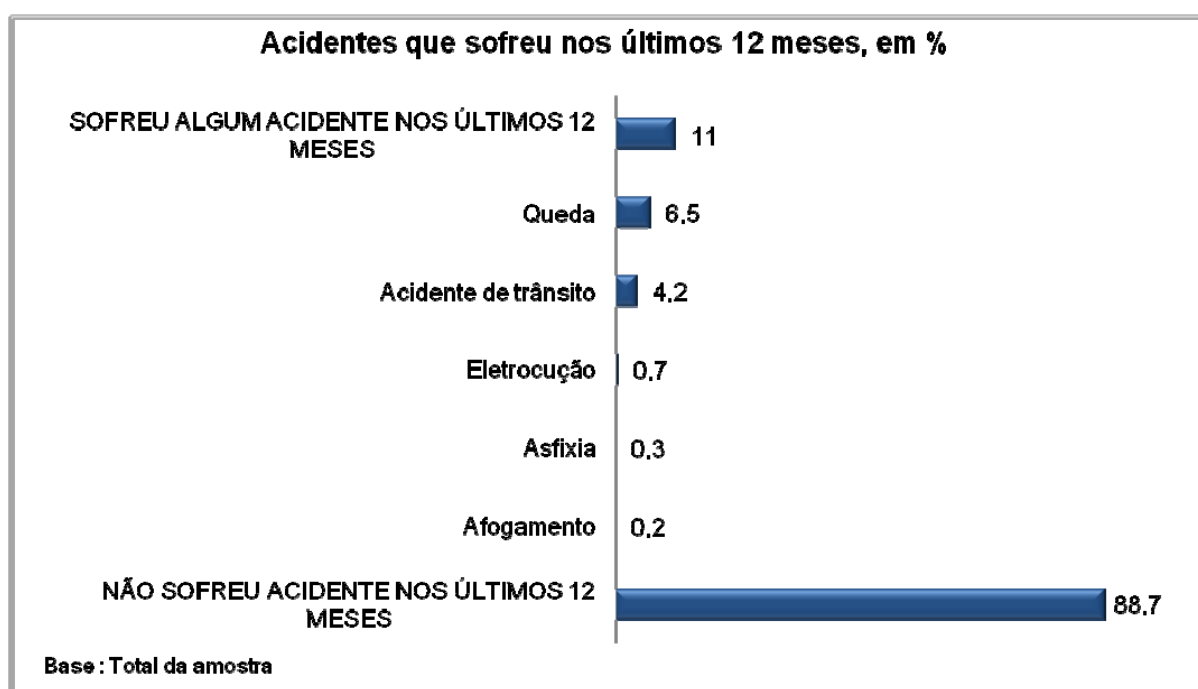
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.9 Acidente de trânsito

7.9.1 Taxa de vitimização

Com base no total da amostra, 4,2% dos entrevistados sofreram algum acidente de trânsito nos 12 meses que antecederam a pesquisa nacional de vitimização. Na região Norte, esse índice chega a 6%, no Centro-Oeste a 5,7%, no Sul a 4,3%, no Nordeste a 4% e no Sudeste corresponde a 3,8%. O acidente de trânsito caracteriza-se como a segunda maior causa de acidentes, seguindo as quedas, referidas por 6,5% dos entrevistados.

Gráfico 29 – Acidentes, em %

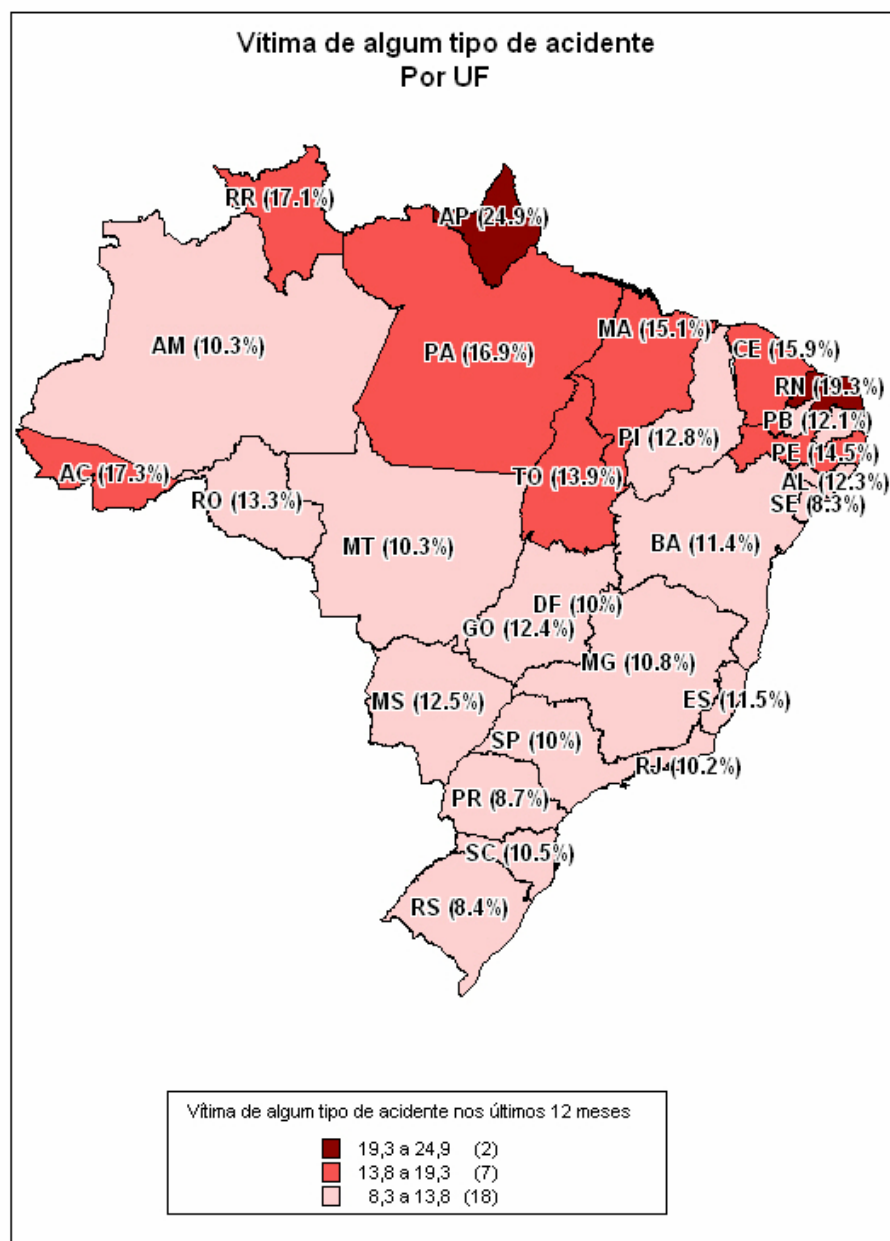


Com exceção do Amazonas, em todos os outros estados da região Norte, as taxas de vitimização em acidentes de trânsito ficam acima da média. No Amapá, o índice chega a 9,2%, em Tocantins vai a 8,7%, em Roraima é de 7,8%, em Rondônia 7%, no Acre 6,8% e no Pará 6,4%. Em Goiás e Mato Grosso do Sul, esses percentuais também são elevados – 6,1% e 6,4%, respectivamente.

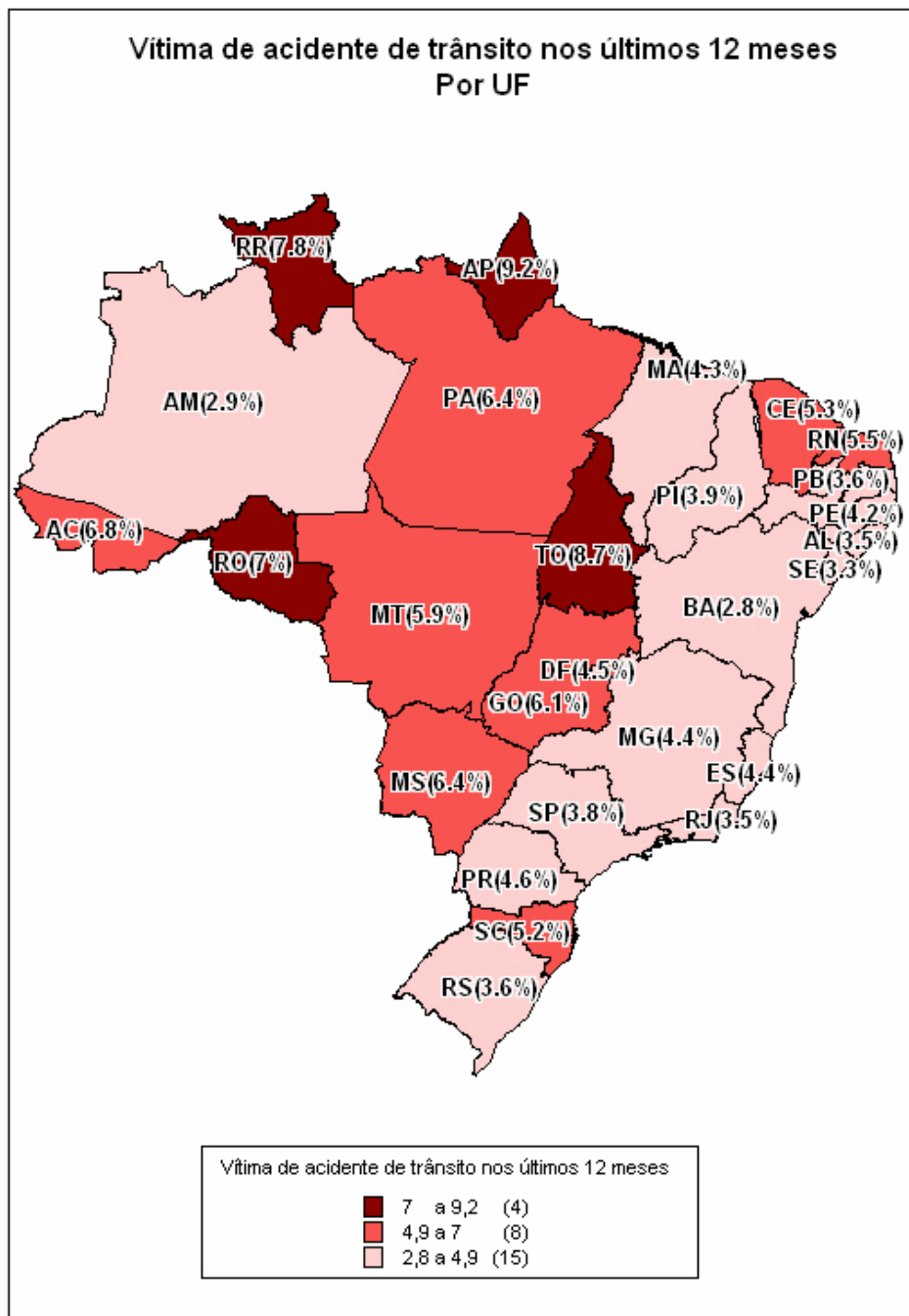
Dentre as capitais, as maiores taxas encontram-se entre os moradores de Goiânia (8,2%) e Macapá (10,7%). Quanto às variáveis socioeconômicas e demográficas, as ocorrências são mais frequentes entre os homens (6,3% contra 2,3% das mulheres), entre os mais jovens (6,7%), entre os mais escolarizados (6,1%) e entre os integrantes da classe

A (7,7%).

Mapa 10 – Vítimas de acidente por UF



Mapa 11 – Vítimas de acidente de trânsito por UF



Em relação à caracterização do último acidente de trânsito sofrido pelas vítimas, a maioria (69,7%) revela tratar-se de uma batida ou colisão. Outros 12,7% afirmam ter sofrido um atropelamento, 6% um capotamento, 5,7% queda de moto e 0,5% derrapagem. Citaram outros tipos de acidente 3,2% dos entrevistados e 2,9% não responderam ou se recusaram a fornecer a informação.

Batidas e colisões ficam acima da média principalmente no Sul (82,8%) e no Centro-Oeste (75,6%), especialmente nos estados do Paraná (84,2%), Rio Grande do Sul (87,4%), Amapá (84,7%), Acre (80,9%) e Mato Grosso (82,6%).

A ocorrência de atropelamentos é mais frequente entre as vítimas do Sudeste (14%), em especial no estado do Rio de Janeiro (23,1%). A queda de moto chega a 10,7% no Nordeste, principalmente nos estados do Ceará (17,5%), Alagoas (12,5%), Rio Grande do Norte (11,5%) e Pernambuco (11,2%).

Cruzando-se os resultados por variáveis socioeconômicas e demográficas, há maior concentração de vítimas de batidas ou colisões entre os que têm de 25 a 34 anos (73,6%), os que possuem nível superior de escolaridade (79,6%) e os que pertencem à classe B (79,5%). Os casos de atropelamento são mais frequentes entre os entrevistados que têm 60 anos ou mais (37,2%).

Dentre as causas apontadas pelas vítimas para os acidentes estão principalmente a falta de atenção (23,5%), a imprudência (17,1%), o excesso de velocidade (16,1%), a falta de sinalização (11,2%), o uso de bebida alcoólica (8,3%) e a falta de conservação as estradas (5,5%). Outros motivos não passam de 2%, cada.

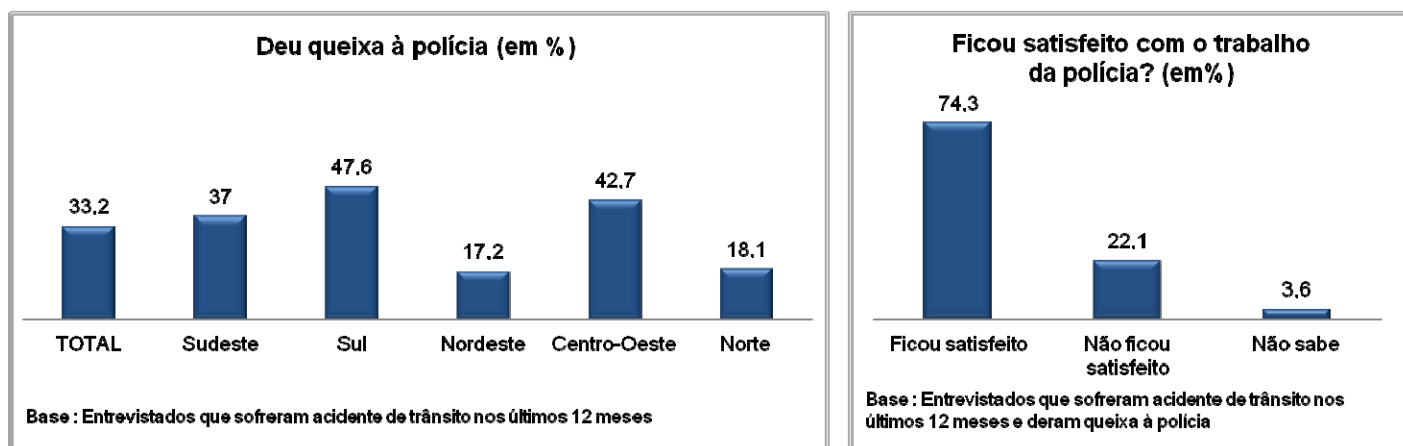
Considerando o último acidente de trânsito sofrido pelo entrevistado, 52,5% relataram ter sofrido algum tipo de ferimento em função do episódio. No Nordeste, esse percentual chega a 65,8% e no Norte a 60,2%. O atendimento médico foi necessário para o entrevistado ou para outra pessoa envolvida no acidente em 39,9% dos casos.

Para 8,1% do total de vítimas no período estudado, o acidente foi grave e gerou alguma deficiência permanente no entrevistado. O percentual dos que avaliam que o acidente atrapalhou a rotina de vida é bem maior – 37,4%. E os principais motivos apontados foram o prejuízo financeiro provocado pelo caso (36,6%), o fato do veículo ser importante para a vítima no seu dia-a-dia (19,6%), ter ficado com problemas de saúde por causa do acidente (9,4%), ter ficado com medo depois do ocorrido (9,1%) e por ser obrigado a se afastar do trabalho (8,6%).

7.9.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Dos que sofreram acidente de trânsito nos 12 meses que antecedem a pesquisa, 33,2% deram queixa à polícia, 20,1% à polícia militar, 6,3% à civil, 3,5% à polícia rodoviária federal e 1,4% à guarda municipal.

Gráfico 30 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



A notificação é maior nas regiões Sul (47,6%) e Centro-Oeste (42,7%), especialmente nos estados do Rio Grande do Sul (60,7%) e no Distrito Federal (73,3%). Também costumam comunicar mais a polícia os mais escolarizados (41,8%) e os que integram a classe A (43,9%).

Já a subnotificação é elevada no Nordeste (79,8%) e no Norte (78,1%), principalmente nos estados do Ceará (89,2%), Pará (88%), Alagoas (86,2%) e Paraíba (82,4%). Deixam de procurar os órgãos oficiais os jovens, com idade entre 16 e 24 anos (72,7%), os menos escolarizados (72,2%) e os que integram as classes D e E (79,4%).

Quanto aos motivos que levaram parte das vítimas a procurar a polícia, 31,7% afirmam que o fizeram apenas para registrar o boletim de ocorrência, enquanto 29,7% dizem que precisavam do boletim para acionar o seguro. A idéia genérica de que a notificação é um direito aparece em 20,6% das menções. Bem atrás, 12,1%, o desejo de que os culpados sejam presos e punidos. Outros motivos não chegam a esse percentual.

Dos que deram queixa à polícia, a maioria (74,3%) se diz satisfeita com o desempenho da instituição. Reprovam a atuação policial 22,1% dos que comunicaram o acidente. A aprovação é maior entre os que moram no Sul (80,1%) e entre os que têm 60

anos ou mais (83,7%). A insatisfação chega a 37,7% no Norte e a 28,6% entre os que integram a classe A.

Os principais motivos para a satisfação são a cordialidade e gentileza do atendimento policial (31%), a boa vontade e atenção da instituição (28,6%), a rapidez da polícia no atendimento (22,9%), na chegada ao local do acidente (17,7%) e na solução do caso (15,3%).

As razões de reprovação correspondem especialmente à falta de interesse da polícia (9%), à lentidão da polícia para resolver o caso (6%), a ineficiência durante o atendimento (5,1%) e a demora em chegar ao local (4,5%).

Apesar da alta taxa de satisfação com o desempenho da polícia, em 22,3% dos casos reportados às autoridades competentes, os culpados pelo acidente não foram identificados.

Entre os que não notificaram o episódio, os motivos mais citados são o fato de terem conseguido resolver o problema sem a polícia (29,6%), do acidente não ter sido sério o bastante (27,9%), não achar importante fazê-lo (25,9%) e a crença de que a polícia nada poderia fazer (11,1%).

Nesse segmento, além de não terem procurado os órgãos oficiais, quase a totalidade (94%) não buscou nenhuma outra instituição após o acidente. Entre os poucos que o fizeram, 28,7% acionaram a seguradora e 14,8% o ministério público.

7.9.3 Tabelas

Tabela 72 – Acidente em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		ACIDENTE						ACIDENTE DE TRÂNSITO? (inclui atropelamento)					
					FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		Sim		Não		Não respondeu/ Recusa	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
SUDESTE	TOTAL		78008	100	8776	11	69200	88,7	33	0	3300	4,2	74675	95,7	33	0
		ES	38717	100	3966	10	34724	89,7	27	0,1	1486	3,8	37204	96,1	27	0,1
		MG	1437	100	166	12	1271	88,5	0	0	63	4,4	1374	95,6	0	0
		RJ	7516	100	814	11	6701	89,2	1	0	330	4,4	7185	95,6	1	0
		SP	8550	100	872	10	7675	89,8	4	0	298	3,5	8248	96,5	4	0
SUL	TOTAL		21214	100	2115	10	19077	89,9	22	0,1	795	3,7	20397	96,1	22	0,1
			10949	100	983	9	9965	91	0	0	472	4,3	10477	95,7	0	0
		PR	4096	100	358	8,7	3739	91,3	0	0	188	4,6	3908	95,4	0	0
		RS	4473	100	375	8,4	4098	91,6	0	0	159	3,6	4314	96,4	0	0
NORDESTE	TOTAL	SC	2379	100	250	11	2129	89,5	0	0	125	5,2	2254	94,8	0	0
			16981	100	2320	14	14658	86,3	3	0	680	4	16297	96	3	0
		AL	998	100	123	12	875	87,7	0	0	35	3,5	963	96,5	0	0
		BA	4460	100	509	11	3951	88,6	1	0	126	2,8	4333	97,2	1	0
		CE	3040	100	484	16	2556	84,1	0	0	162	5,3	2877	94,7	0	0
		MA	1605	100	243	15	1362	84,9	0	0	70	4,3	1536	95,7	0	0
		PB	1080	100	130	12	950	87,9	0	0	39	3,6	1041	96,4	0	0
		PE	3426	100	495	15	2928	85,5	3	0,1	144	4,2	3279	95,7	3	0,1
		PI	746	100	96	13	650	87,2	0	0	29	3,9	717	96,1	0	0
		RN	964	100	186	19	778	80,7	0	0	53	5,5	911	94,5	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL	SE	662	100	55	8,3	607	91,7	0	0	22	3,3	640	96,7	0	0
			5960	100	685	12	5275	88,5	0	0	340	5,7	5620	94,3	0	0
		DF	1412	100	141	10	1271	90	0	0	64	4,5	1349	95,5	0	0
		GO	2585	100	321	12	2264	87,6	0	0	156	6	2429	94	0	0
		MS	943	100	118	13	825	87,5	0	0	60	6,4	883	93,6	0	0
NORTE	TOTAL	MT	1020	100	105	10	915	89,7	0	0	60	5,9	960	94,1	0	0
			5401	100	821	15	4577	84,7	3	0,1	323	6	5076	94	3	0,1
		AC	242	100	42	17	200	82,7	0	0,1	16	6,8	226	93,2	0	0
		AM	1312	100	136	10	1176	89,7	0	0	39	2,9	1273	97,1	0	0
		AP	295	100	73	25	222	75,1	0	0	27	9,2	268	90,8	0	0
		PA	2516	100	425	17	2089	83	2	0,1	161	6,4	2353	93,5	2	0,1
		RO	518	100	69	13	449	86,7	0	0	36	7	482	93	0	0
		RR	158	100	27	17	131	82,9	0	0	12	7,8	146	92,2	0	0
		TO	360	100	50	14	310	85,9	1	0,2	31	8,7	328	91,1	1	0,2

Tabela 73 – Acidente em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		ACIDENTE						ACIDENTE DE TRÂNSITO? (inclui atropelamento)					
			FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		Sim		Não		Não respondeu/ Recusa	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	598	9,4	5728	90,3	17	0,3	178	2,8	6149	96,9	17	0,3
Rio de Janeiro	3606	100	332	9,2	3271	90,7	3	0,1	116	3,2	3487	96,7	3	0,1
Belo Horizonte	1355	100	141	10	1213	89,6	0	0	62	4,6	1293	95,4	0	0
Porto Alegre	804	100	94	12	710	88,3	0	0	32	4	772	96	0	0
Curitiba	996	100	104	10	892	89,6	0	0	59	6	937	94	0	0
Salvador	1526	100	169	11	1357	88,9	0	0	24	1,6	1502	98,4	0	0
Recife	876	100	121	14	753	85,9	3	0,3	37	4,2	837	95,5	3	0,3
Fortaleza	1396	100	228	16	1168	83,7	0	0	61	4,4	1335	95,6	0	0
Belém	787	100	139	18	647	82,2	1	0,2	54	6,9	732	93	1	0,2
Vitória	186	100	24	13	161	86,9	0	0	8	4,1	178	95,9	0	0
Goiânia	740	100	121	16	619	83,7	0	0	61	8,2	679	91,8	0	0
Brasília	1412	100	141	10	1271	90	0	0	64	4,5	1349	95,5	0	0
Florianópolis	231	100	31	13	200	86,6	0	0	10	4,5	221	95,5	0	0
Campo Grande	443	100	68	15	375	84,7	0	0	33	7,4	410	92,6	0	0
Cuiabá	309	100	31	10	277	89,8	0	0	21	6,8	288	93,2	0	0
Teresina	438	100	61	14	377	86,1	0	0	16	3,7	421	96,3	0	0
São Luís	545	100	71	13	474	87	0	0	22	3,9	523	96,1	0	0
João Pessoa	411	100	57	14	354	86,1	0	0	17	4,2	394	95,8	0	0
Aracaju	326	100	19	5,8	307	94,2	0	0	7	2,1	319	97,9	0	0
Natal	458	100	88	19	370	80,8	0	0	25	5,4	434	94,6	0	0
Rio Branco	176	100	31	18	145	82,2	0	0	14	7,8	162	92,2	0	0
Manaus	1023	100	104	10	918	89,8	0	0	27	2,6	996	97,4	0	0
Macapá	217	100	61	28	156	72	0	0	23	10,7	194	89,3	0	0
Maceió	531	100	65	12	466	87,7	0	0	17	3,2	515	96,8	0	0
Porto Velho	223	100	32	15	191	85,5	0	0	17	7,5	206	92,5	0	0
Boa Vista	158	100	27	17	131	82,9	0	0	12	7,8	146	92,2	0	0
Palmas	126	100	14	11	112	88,7	0	0	9	7,1	117	92,9	0	0

Tabela 74 – Acidente em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		ACIDENTE						ACIDENTE DE TRÂNSITO? (inclui atropelamento)					
				FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA		Sim		Não		Não respondeu/ Recusa	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	8776	11	69200	88,7	33	0	3300	4,2	74675	95,7	33	0
SEXO	Masculino	37186	100	4861	13	32304	86,9	21	0,1	2342	6,3	34823	93,6	21	0,1
	Feminino	40822	100	3915	9,6	36896	90,4	12	0	959	2,3	39852	97,6	12	0
COR	Branca	36143	100	3747	10	32380	89,6	15	0	1497	4,1	34630	95,8	15	0
	Preta	8356	100	1000	12	7355	88	0	0	343	4,1	8013	95,9	0	0
	Parda	26375	100	3045	12	23318	88,4	12	0	1157	4,4	25206	95,6	12	0
	Não respondeu/ Recusa	88	100	14	16	75	84,5	0	0	12	13,4	76	86,6	0	0
	Outra Cor	7047	100	969	14	6072	86,2	6	0,1	291	4,1	6750	95,8	6	0,1
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	454	13	2980	86,8	1	0	43	1,3	3391	98,7	1	0
	Fundamental	29562	100	3287	11	26263	88,8	12	0	924	3,1	28626	96,8	12	0
	Médio	31675	100	3493	11	28173	88,9	9	0	1519	4,8	30147	95,2	9	0
	Superior	13289	100	1533	12	11745	88,4	10	0,1	813	6,1	12466	93,8	10	0,1
	Não respondeu/ Recusa	22	100	1	4,9	21	95,1	0	0	0	0	22	100	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	7	30	17	69,6	0	0	1	5,1	23	94,9	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	2465	15	14142	85,1	7	0	1105	6,6	15503	93,3	7	0
	25 a 34 anos	18454	100	2102	11	16347	88,6	6	0	1052	5,7	17396	94,3	6	0
	35 a 44 anos	15059	100	1339	8,9	13715	91,1	4	0	580	3,9	14474	96,1	4	0
	45 a 59 anos	16897	100	1531	9,1	15358	90,9	8	0	444	2,6	16444	97,3	8	0
	60 anos ou mais	10984	100	1338	12	9638	87,7	8	0,1	119	1,1	10857	98,8	8	0,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	1617	12	11892	88	3	0	395	2,9	13114	97,1	3	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	2569	12	19768	88,4	17	0,1	785	3,5	21552	96,4	17	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	1701	11	13634	88,9	2	0	695	4,5	14640	95,5	2	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	1388	11	11446	89,2	1	0	684	5,3	12149	94,7	1	0
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	694	11	5369	88,5	3	0,1	328	5,4	5734	94,5	3	0,1
	Mais de 10 salários	3001	100	380	13	2617	87,2	4	0,1	208	6,9	2789	93	4	0,1
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	193	7,1	2524	92,8	2	0,1	105	3,9	2612	96	2	0,1
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	235	11	1950	89,2	0	0	100	4,6	2085	95,4	0	0

Tabela 75 – Acidente de trânsito – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Foi vítima de acidente de trânsito		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/ Não respondeu	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			3300	100	1095	33,2	2110	63,9	95	2,9	814	74,3	242	22,1	39	3,6
SUDESTE	TOTAL		1486	100	550	37	884	59,5	52	3,5	420	76,5	104	18,9	25	4,6
		ES	63	100	33	51,7	28	44,7	2	3,6	28	84,1	5	15,9	0	0
		MG	330	100	127	38,7	190	57,6	12	3,7	98	76,6	26	20,6	3	2,7
		RJ	298	100	79	26,4	219	73,3	1	0,2	69	87,6	8	9,8	2	2,6
		SP	795	100	311	39,1	447	56,3	37	4,6	226	72,7	65	20,9	20	6,4
SUL	TOTAL		472	100	225	47,6	243	51,5	4	0,9	180	80,1	43	19,3	1	0,6
		PR	188	100	80	42,7	108	57,3	0	0	61	76,5	19	23,5	0	0
		RS	159	100	97	60,7	62	39	0	0,3	84	86,5	12	12,1	1	1,4
		SC	125	100	48	38,4	73	58,7	4	2,9	35	73,5	13	26,5	0	0
NORDESTE	TOTAL		680	100	117	17,2	542	79,8	20	3	82	70,2	33	27,8	2	2
		AL	35	100	5	13,8	30	86,2	0	0	5	94,7	0	5,3	0	0
		BA	126	100	27	21,3	94	74,6	5	4,1	19	69,7	7	26,6	1	3,7
		CE	162	100	15	9,3	145	89,2	2	1,5	11	74,6	4	25,4	0	0
		MA	70	100	18	25,2	46	66,2	6	8,5	9	54,1	7	39,4	1	6,4
		PB	39	100	6	14,5	32	82,4	1	3	4	66,5	2	33,5	0	0
		PE	144	100	25	17,5	115	79,8	4	2,7	17	69	8	31	0	0
		PI	29	100	6	21,9	23	78,1	0	0	4	58,3	2	38,4	0	3,2
		RN	53	100	13	24	40	76	0	0	11	90,1	1	9,9	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		340	100	145	42,7	189	55,5	6	1,8	96	66,1	40	27,3	10	6,6
		DF	64	100	47	73,3	14	22,5	3	4,2	31	66	12	25,2	4	8,7
		GO	156	100	52	33,4	101	64,8	3	1,8	32	61,9	16	31,2	4	6,9
		MS	60	100	24	40,2	36	59,8	0	0	19	79,5	4	17,4	1	3,1
		MT	60	100	22	37	37	61,9	1	1,1	14	61,5	7	33,3	1	5,2
NORTE	TOTAL		323	100	58	18,1	252	78,1	12	3,9	35	60,5	22	37,7	1	1,7
		AC	16	100	4	21,8	12	75,5	0	2,7	3	85,8	1	14,2	0	0
		AM	39	100	8	19,8	24	61,3	7	18,8	6	77,7	2	22,3	0	0
		AP	27	100	7	24,9	20	73,1	1	2	5	67,6	2	32,4	0	0
		PA	161	100	17	10,5	142	88	3	1,6	10	58,3	7	41,7	0	0
		RO	36	100	13	36,2	22	62,5	0	1,3	7	52,6	6	42,7	1	4,7
		RR	12	100	3	25	8	67,9	1	7,1	1	47	2	53	0	0
		TO	31	100	7	23,6	24	75,1	0	1,3	4	48,8	3	45,9	0	5,3

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 76 – Acidente de trânsito – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Foi vítima de acidente de trânsito		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	178	100	56	31,3	91	51,1	31	17,6	47	84,8	4	7,6	4	7,6
Rio de Janeiro	116	100	32	27,4	84	72,6	0	0	29	91	3	9	0	0
Belo Horizonte	62	100	25	39,9	36	57,3	2	2,8	21	86,9	3	13,1	0	0
Porto Alegre	32	100	14	45	18	55	0	0	9	59,4	6	40,6	0	0
Curitiba	59	100	23	38,8	36	61,2	0	0	14	58,7	9	41,3	0	0
Salvador	24	100	6	24,1	15	63	3	12,9	5	83	0	0	1	17
Recife	37	100	10	26,4	26	69,7	1	3,9	7	74,7	2	25,3	0	0
Fortaleza	61	100	5	7,5	55	89,9	2	2,7	5	100	0	0	0	0
Belém	54	100	7	13,2	47	86,8	0	0	5	69,1	2	30,9	0	0
Vitória	8	100	3	34	4	46,6	1	19,5	3	100	0	0	0	0
Goiânia	61	100	17	28	44	72	0	0	10	58,6	7	41,4	0	0
Brasília	64	100	47	73,3	14	22,5	3	4,2	31	66	12	25,2	4	8,7
Florianópolis	10	100	4	34	5	50,9	2	15,1	2	56,5	2	43,5	0	0
Campo Grande	33	100	12	36,2	21	63,8	0	0	11	91,9	1	8,1	0	0
Cuiabá	21	100	6	27,1	15	72,9	0	0	2	44	2	35,8	1	20,2
Teresina	16	100	6	34	11	66	0	0	4	66,6	2	33,4	0	0
São Luís	22	100	3	12,4	15	69,1	4	18,6	2	73	1	27	0	0
João Pessoa	17	100	1	3,9	16	91,4	1	4,6	1	100	0	0	0	0
Aracaju	7	100	0	0	6	84,7	1	15,3	0	0	0	0	0	0
Natal	25	100	10	38,6	15	61,4	0	0	9	92	1	8	0	0
Rio Branco	14	100	3	21	10	75,8	0	3,2	2	82,5	1	17,5	0	0
Manaus	27	100	6	23,2	17	63,8	3	13	5	72,6	2	27,4	0	0
Macapá	23	100	6	24,4	17	73,3	1	2,3	4	73,1	2	26,9	0	0
Maceió	17	100	1	7,5	16	92,5	0	0	1	100	0	0	0	0
Porto Velho	17	100	7	43,7	9	53,6	0	2,7	4	58,9	3	41,1	0	0
Boa Vista	12	100	3	25	8	67,9	1	7,1	1	47	2	53	0	0
Palmas	9	100	2	21,5	7	74,2	0	4,4	1	40,7	1	38,8	0	20,5
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura														

Tabela 77 – Acidente de trânsito – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Foi vítima de acidente de trânsito		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		3300	100	1095	33,2	2110	63,9	95	2,9	814	74,3	242	22,1	39	3,6
SEXO	Masculino	2342	100	730	31,2	1542	65,8	70	3	558	76,4	151	20,7	21	2,9
	Feminino	959	100	365	38	569	59,3	26	2,7	256	70,1	91	24,9	18	5
COR	Branca	1497	100	578	38,6	874	58,4	45	3	432	74,8	133	23	12	2,2
	Preta	343	100	109	31,9	222	64,6	12	3,5	81	73,7	20	18,4	9	7,9
	Parda	1157	100	332	28,7	802	69,3	23	2	254	76,4	68	20,4	11	3,2
	Não respondeu/ Recusa	12	100	2	16,4	1	10,8	9	72,8	2	100	0	0	0	0
	Outra Cor	291	100	74	25,4	211	72,4	6	2,1	45	61,2	21	28,2	8	10,5
ESCOLARIDADE	Sem instrução	43	100	8	17,7	35	81,4	0	0,9	7	90,3	1	9,7	0	0
	Fundamental	924	100	235	25,4	667	72,2	22	2,4	172	73,5	59	25,1	3	1,5
	Médio	1519	100	512	33,7	958	63,1	48	3,2	375	73,2	107	20,9	30	5,8
	Superior	813	100	340	41,8	448	55,2	24	3	259	76,2	75	22	6	1,8
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	1	100	0	39,2	1	60,8	0	0	0	100	0	0	0	0
	16 a 24 anos	1105	100	265	24	803	72,7	36	3,3	182	68,5	70	26,3	14	5,2
	25 a 34 anos	1052	100	402	38,2	628	59,6	23	2,2	308	76,5	85	21	10	2,4
	35 a 44 anos	580	100	219	37,7	343	59,1	18	3,1	151	68,9	54	24,7	14	6,4
	45 a 59 anos	444	100	169	38	261	58,7	15	3,3	140	83	28	16,5	1	0,5
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	119	100	40	33,6	76	63,8	3	2,6	34	83,7	5	13,3	1	3,1
	Até 1 salário mínimo	395	100	68	17,2	318	80,4	9	2,4	45	66,8	21	30,2	2	3
	Mais de 1 até 2 salários	785	100	217	27,6	548	69,8	20	2,6	145	66,8	56	25,8	16	7,4
	Mais de 2 até 3 salários	695	100	241	34,7	430	61,8	24	3,5	187	77,5	41	16,9	13	5,6
	Mais de 3 até 5 salários	684	100	268	39,2	406	59,4	10	1,4	213	79,6	53	19,6	2	0,7
	Mais de 5 até 10 salários	328	100	139	42,3	180	54,8	10	2,9	117	83,9	20	14,5	2	1,6
	Mais de 10 salários	208	100	94	45,1	103	49,6	11	5,3	64	68,9	27	29	2	2,2
	Não respondeu/ Recusa	105	100	44	42	59	55,9	2	2,1	30	67,4	14	32,6	0	0
	Não sabe/ Não lembra	100	100	25	24,7	67	66,9	8	8,4	13	52,1	10	41,3	2	6,6

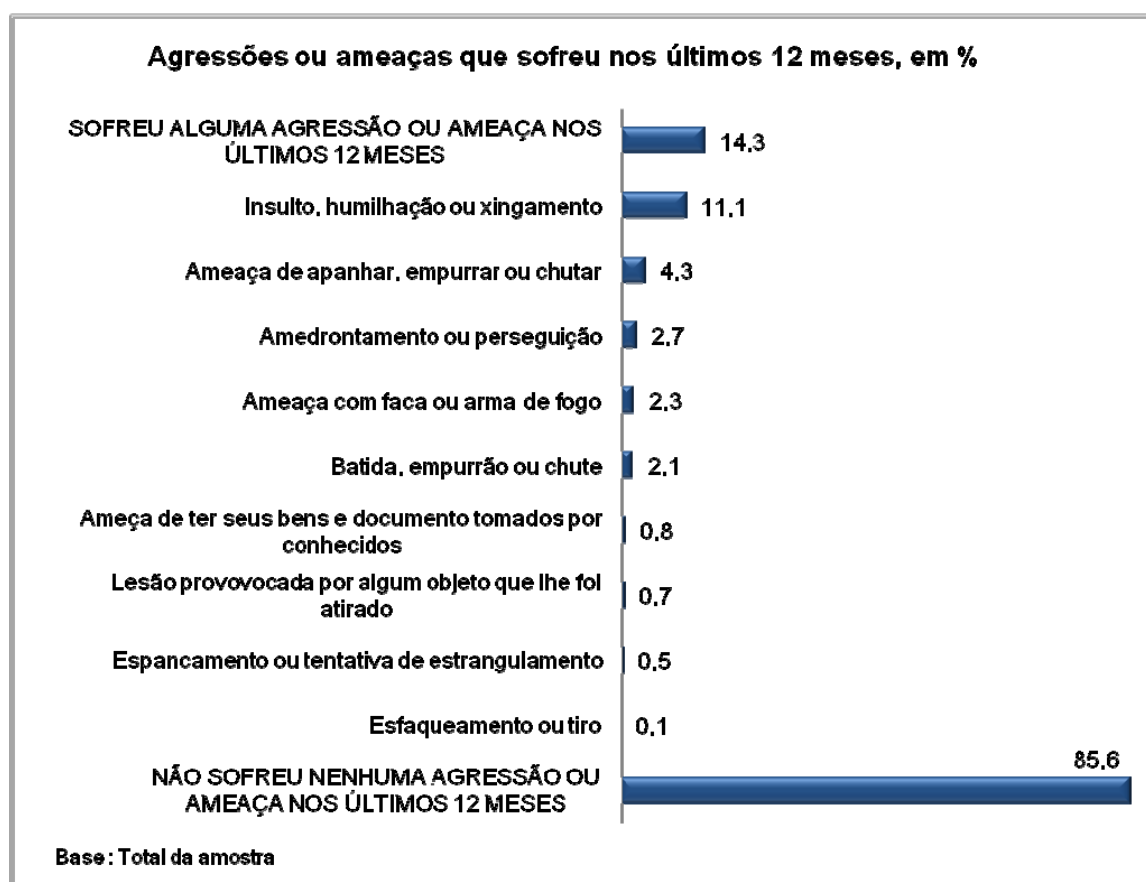
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.10 Agressões e ameaças

7.10.1 Taxa de vitimização

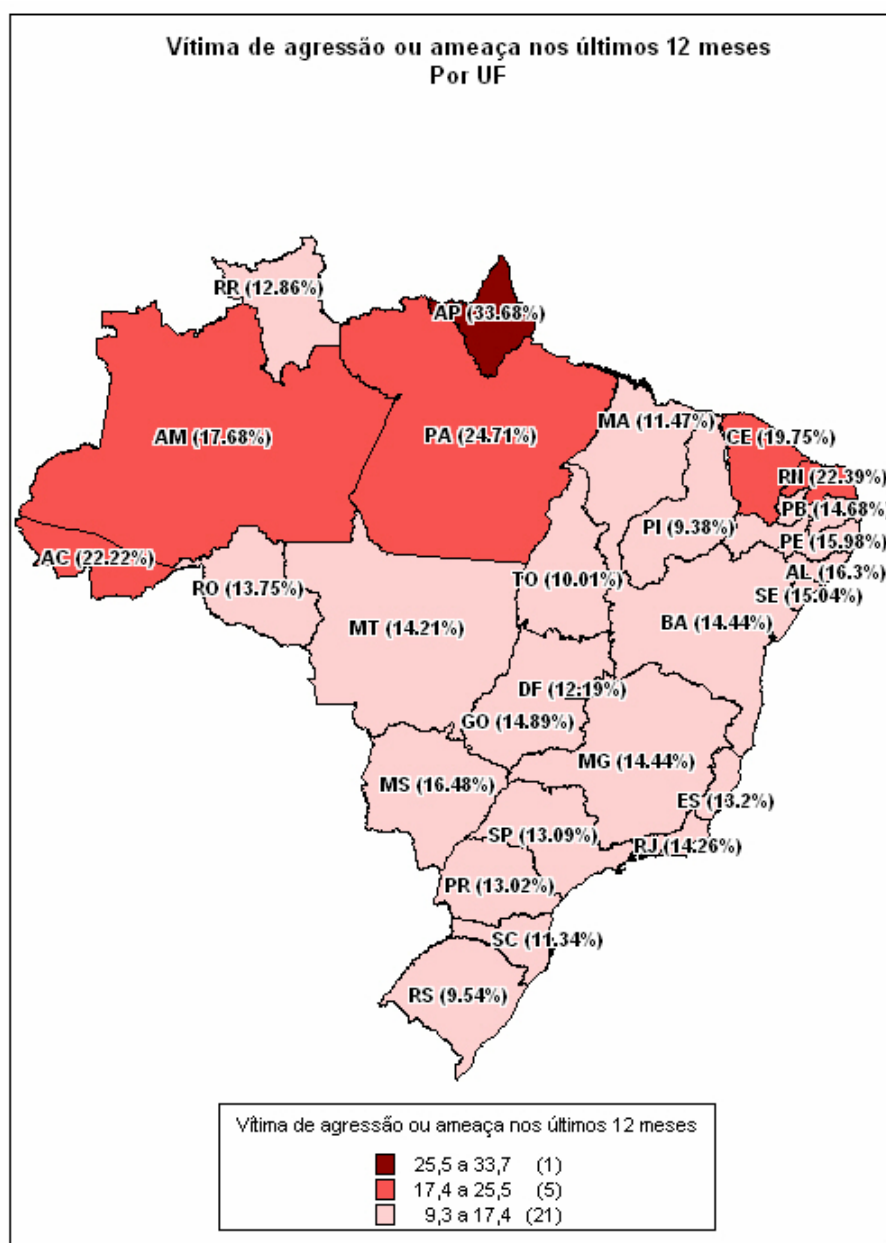
Considerando-se os 12 meses que antecederam a pesquisa de vitimização, 14,3% dos entrevistados revelam ter sofrido, no período correspondente, pelo menos um dos nove tipos de agressão relacionados no estudo. As ocorrências são mais expressivas entre os habitantes do Norte do país (21%). No Nordeste, esse percentual corresponde a 15,8%, no Centro-Oeste a 14,4%, no Sudeste a 13,6% e no Sul a 11,2%.

Gráfico 31 – Agressões e ameaças, em %



Entre os estados, os destaques são taxas elevadas principalmente entre os que vivem no Amapá (33,7%), Pará (24,7%), Acre (22,2%), Rio Grande do Norte (22,4%) e Ceará (19,7%). Nas capitais, os índices são mais expressivos entre os que moram em Macapá (33,4%), Rio Branco (22,2%) e Natal (também 22,2%).

Mapa 12 – Vítimas de agressão ou ameaça



Cruzando-se os resultados por variáveis socioeconômicas e demográficas, nota-se vitimização significativa entre os mais jovens (20%) e os mais pobres (23% entre os que compõem a classe E). A vitimização por agressão ou ameaça é um pouco superior entre as mulheres, em relação aos homens, e sobressai entre pretos e pardos, em relação aos brancos.

Dos tipos de agressões relacionados no questionário da pesquisa nacional de vitimização, os mais comuns são os insultos, humilhações ou xingamentos – 11,1% dos entrevistados dizem ter sofrido esses tipos de ofensas, mais nítidas entre os que integram a classe E (18,8%) e os mais jovens (14,6%).

Em segundo lugar, aparecem ameaças de apanhar, empurrar ou chutar com 4,3%, também expressiva entre os mais pobres (10,1%). Amedrontamento ou perseguição vem depois com 2,7%, sem destaques significativos por variáveis de cruzamento.

Foram vítimas de ameaças com faca ou arma de fogo 2,3% dos entrevistados, especialmente na Região Norte (4,9%) em estados como Amapá (7,1%) e Pará (6,9%). Empurrões e chutes totalizam 2,1% e ameaças de ter bens tomados por parentes e amigos ocorreram para 0,8% da amostra.

As lesões por objetos arremessados totalizam 0,7% sobre o total da amostra, espancamentos ou tentativas de estrangulamento 0,5%. A taxa de vitimização por tiros ou esfaqueamento corresponde a 0,2%, alcançando 0,8% entre os que compõem a classe E do critério Brasil de estratificação econômica.

Em relação à frequência com que as agressões ocorreram no ano anterior à realização da pesquisa, a média é elevada se comparada com outros tipos de ofensas criminosas. Dentre os que foram humilhados ou xingados, essa média corresponde 4,2 vezes.

Para perseguições e amedrontamentos, a média é de 3,6 vezes no período. Em relação às ameaças de chute ou agressão, ela corresponde a três vezes em um ano, sobre a ameaça de ter bens tirados por parentes ela chega a 2,8, os empurrões e chutes ocorreram, em média, 2,5 vezes, espancamentos 2,1, lesões por objetos arremessados aconteceram, em média, por duas vezes, ameaças com arma de fogo ou faca 1,8 e lesões por tiro ou esfaqueamento 1,2.

Para as perguntas sobre notificação e caracterização das agressões e ameaças, considerou-se a última ofensa sofrida pelas vítimas. No caso, para 8,5% dos entrevistados, as últimas foram humilhações e xingamentos, para 1,5% foram ameaças de apanhar, empurrar ou chutar, para 1,3% foram ameaças com facas ou armas de fogo, para 1% amedrontamento ou perseguições, 0,7% empurrões ou chutes, 0,3% ter bens subtraídos por parentes ou conhecidos, 0,2% espancamento e 0,1% esfaqueamento ou tiro.

Em relação às últimas ameaças ou agressões sofridas pelos entrevistados nos 12 meses anteriores à coleta de dados, 34,2% dizem que estavam em casa quando o fato ocorreu. Outros 18,8% afirmam que andavam pela rua, 15,3% no local de trabalho, 10,7% em locais públicos internos como shoppings, escolas ou bares, 7% em locais públicos externos como praças, parque e jardins e 5,9% em casas de amigos.

Na maioria desses casos (64,4%), os agressores eram do sexo masculino, em 25,4% eram do sexo feminino e em 7,7% era de ambos os sexos. Na região Norte, o índice de agressão por pessoas do sexo masculino chega a 70,7%.

Entre os homens, 78% revelam ter sofrido agressões de outros homens. Entre as mulheres, essa taxa cai para 52,7%. Entre elas, agressões ou ameaças sofridas por outras mulheres totalizam 36,5%.

Sobre a identidade do agressor, 55,7% dizem que o agressor era algum conhecido contra 42,7% que não. Entre as mulheres, o índice das que dizem conhecer o agressor vai a 63,3%. Entre os que pertencem às classes D e E, esse percentual corresponde a 64,6%.

Com base nos últimos casos identificados no ano anterior à pesquisa, os agressores são na maior parte dos casos pessoas que o entrevistado conhece de vista (11,9%), vizinhos (10,7%), colegas de trabalho (5,9%), amigos (5,6%), maridos ou esposa (5,5%), ex-maridos ou ex-esposas (5%), chefes ou patrões (2,8%), irmã (2,4%), policial (2,2%), cunhados (1,9%), pais (1,7%), filhos (1,5%), ex-namorados (1,4%) e colegas de escola (1,3%).

Agressões ou ameaças por parte de vizinhos são mais frequentes entre os que têm 60 anos ou mais (23,8%). O agressor é o companheiro principalmente entre as mulheres (9,1% contra 1,4% dos homens) e entre os menos escolarizados (8,1%). A mesma tendência se observa quanto a ex-companheiros. Desconhecem seus agressores especialmente os homens (42,3%), os mais escolarizados (44,2%) e os que integram a classe A (47,8%).

Questionadas se o agressor estava sob efeito de entorpecentes, drogas ou álcool, 25,3% das vítimas respondem que sim. Dizem o contrário 58,3%. Não souberam dizer 14,6% dos entrevistados. Na maioria dos casos (65,8%), o agressor estava acompanhado de alguém, geralmente uma pessoa desconhecida da vítima (24,2%). Outros 15,2% afirmam que o agressor estava acompanhado de amigos, 13,1% de algum conhecido de vista do

entrevistado, 12,2% dos filhos, 11,4% de vizinhos, mesma taxa dos que apontam colegas de trabalho.

Na maioria dos episódios (78,2%), o agressor estava desarmado. Em 10,1% portava uma arma de fogo, em 6,2% uma faca e em 1,8% um pau ou madeira. Do total de vítimas que sofreram ameaças no ano anterior, 10% sofreram algum ferimento, 5,6% precisaram de atendimento médico ou hospitalar e 4,7% acompanhamento psicológico. O fato abalou a rotina de 35,1% das vítimas, especialmente das mulheres (43,7%) e dos que têm de 35 a 44 anos (42,1%).

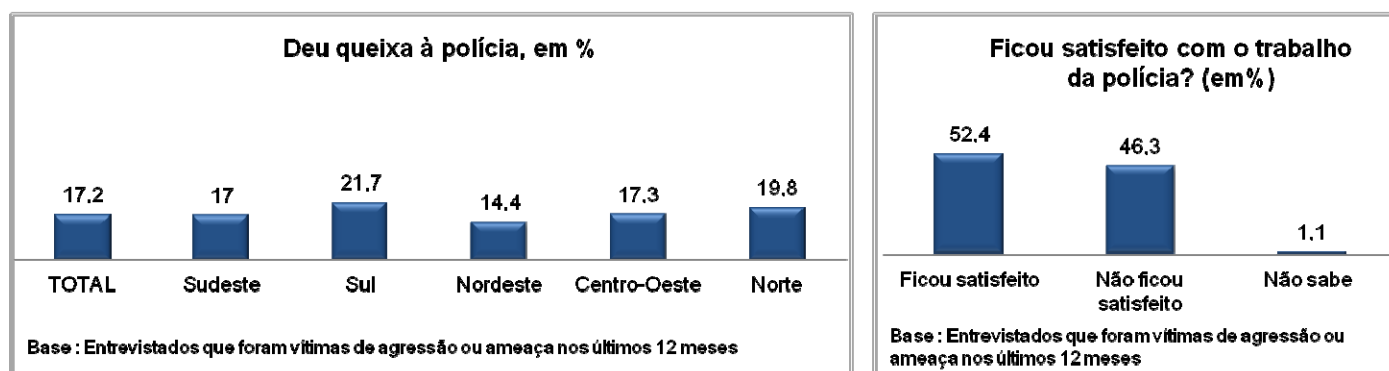
Os reflexos geralmente são psicológicos como o sentimento genérico de medo (22,5%), o temor de sair de casa (20,1%), depressão (20%), a falta de tranquilidade (17,7%), a percepção de insegurança (16%), o constrangimento (14%) e os traumas psicológicos (10,6%).

7.10.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Do total de vítimas de agressão e ameaça no período de 12 meses antes da pesquisa, 17,2% deram queixa do ocorrido à polícia, 8,8% à polícia militar, 7% à polícia civil e 0,8% à delegacia da mulher. A subnotificação para esse tipo de crime chega, no total, a 81,2%.

Gráfico 32 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em

%



No Sul, 21,7% das vítimas deram queixa à polícia. No Norte, essa taxa corresponde a 19,8%, no Centro-Oeste a 17,3%, no Sudeste a 17% e no Nordeste a 14,4%. A subnotificação é maior no Nordeste (84,6%), especialmente em estados como Paraíba (90,8%), Rio Grande do Norte (89,6%) e Alagoas (87,5%). Ao se cruzar os resultados por variáveis socioeconômicas e demográficas, a subnotificação vai a 86,3% entre os que têm de 16 a 24 anos.

Dentre os motivos para dar queixa à polícia, as vítimas que o fizeram apontam principalmente a vontade de se proteger (38,7%), o desejo de que o fato não se repita (34,8%), a vontade de ver o culpado preso ou punido (24,2%) e a idéia de que o registro é um direito (24,1%). Já 11,5% dizem que o fizeram apenas para registrar a ocorrência e 8,4% porque não conseguiu resolver a situação sozinho. Outras razões não chegam a esses percentuais, isoladamente.

Entre as vítimas que deram queixa, 52,4% ficaram satisfeitos, contra 46,3% que reprovaram o desempenho da polícia no caso. A aprovação é maior na região Sul (59,2), entre as mulheres (55,6%), entre os mais velhos (57,6%) e entre os que pertencem à classes D e E (56,7%).

A insatisfação é mais expressiva entre os que habitam o Sudeste (50,7%, índice que chega a 54,8% no estado de São Paulo) e entre os que têm 16 a 24 anos (51,8%).

Entre os que deram queixa, os motivos de aprovação ao trabalho da polícia nesses casos de agressão ou ameaça vão da boa vontade e atenção no atendimento à ocorrência (24,9%) à cordialidade e gentileza dos policiais (18,9%), à rapidez na solução (11,3%) e no atendimento (10,5%) do caso.

Já entre os principais motivos de insatisfação estão a ineficiência na solução do problema (11,7%), a lentidão no atendimento (8,3%) e a não identificação dos culpados (7,9%). Mas, nesses casos de agressão reportados na pesquisa e à polícia no período correspondente, a taxa de identificação dos culpados é majoritária (62,2%).

Entre os que não deram queixa à polícia, os principais motivos apontados pelas vítimas para deixar de fazê-lo são o fato do entrevistado não julgar o caso importante (30,6%), não considerá-lo relevante o suficiente (27,8%), para evitar constrangimentos (15,1%), porque conhecia o autor das agressões (13,4%) e porque conseguiu resolver o problemas sozinho (10,9%).

Ainda dentro desse universo, quase a totalidade (94%), além de não procurar a polícia para reportar o caso, também não procurou nenhum outro órgão para fazê-lo.

7.10.3 Tabelas

Tabela 78 – Agressão em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		AGRESSÕES OU AMEAÇAS					
					FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	11176	14,3	66787	85,6	45	0,1
SUDESTE	TOTAL		38717	100	5272	13,6	33408	86,3	37	0,1
		ES	1437	100	190	13,2	1247	86,8	0	0
		MG	7516	100	1085	14,4	6429	85,5	2	0
		RJ	8550	100	1219	14,3	7327	85,7	4	0
		SP	21214	100	2777	13,1	18405	86,8	31	0,1
SUL	TOTAL		10949	100	1230	11,2	9719	88,8	0	0
		PR	4096	100	534	13	3563	87	0	0
		RS	4473	100	427	9,5	4046	90,5	0	0
		SC	2379	100	270	11,3	2109	88,7	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	2682	15,8	14293	84,2	5	0
		AL	998	100	163	16,3	835	83,7	0	0
		BA	4460	100	644	14,4	3815	85,5	1	0
		CE	3040	100	600	19,7	2439	80,3	0	0
		MA	1605	100	184	11,5	1421	88,5	0	0
		PB	1080	100	159	14,7	922	85,3	0	0
		PE	3426	100	547	16	2874	83,9	4	0,1
		PI	746	100	70	9,4	676	90,6	0	0
		RN	964	100	216	22,4	748	77,6	0	0
		SE	662	100	100	15	562	85	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	858	14,4	5103	85,6	0	0
		DF	1412	100	172	12,2	1240	87,8	0	0
		GO	2585	100	385	14,9	2200	85,1	0	0
		MS	943	100	155	16,5	788	83,5	0	0
		MT	1020	100	145	14,2	875	85,8	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	1134	21	4264	78,9	3	0,1
		AC	242	100	54	22,2	188	77,8	0	0
		AM	1312	100	232	17,7	1080	82,3	0	0
		AP	295	100	99	33,7	196	66,3	0	0
		PA	2516	100	622	24,7	1892	75,2	2	0,1
		RO	518	100	71	13,8	446	86,2	0	0
		RR	158	100	20	12,9	138	87,1	0	0
		TO	360	100	36	10	323	89,8	1	0,2

Tabela 79 – Agressão em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		AGRESSÕES OU AMEAÇAS					
			FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	1077	17	5241	82,6	26	0,4
Rio de Janeiro	3606	100	558	15,5	3045	84,5	3	0,1
Belo Horizonte	1355	100	285	21	1070	79	0	0
Porto Alegre	804	100	142	17,7	662	82,3	0	0
Curitiba	996	100	160	16,1	836	83,9	0	0
Salvador	1526	100	302	19,8	1224	80,2	0	0
Recife	876	100	149	17,1	723	82,5	4	0,5
Fortaleza	1396	100	306	21,9	1089	78,1	0	0
Belém	787	100	217	27,6	569	72,2	1	0,2
Vitória	186	100	24	13,1	161	86,9	0	0
Goiânia	740	100	133	18	606	82	0	0
Brasília	1412	100	172	12,2	1240	87,8	0	0
Florianópolis	231	100	46	19,8	185	80,2	0	0
Campo Grande	443	100	84	19	359	81	0	0
Cuiabá	309	100	52	16,8	257	83,2	0	0
Teresina	438	100	51	11,6	387	88,4	0	0
São Luís	545	100	89	16,3	456	83,7	0	0
João Pessoa	411	100	69	16,7	343	83,3	0	0
Aracaju	326	100	45	13,9	280	86,1	0	0
Natal	458	100	102	22,2	357	77,8	0	0
Rio Branco	176	100	39	22,2	137	77,8	0	0
Manaus	1023	100	192	18,8	831	81,2	0	0
Macapá	217	100	73	33,4	145	66,6	0	0
Maceió	531	100	108	20,4	423	79,6	0	0
Porto Velho	223	100	41	18,5	182	81,5	0	0
Boa Vista	158	100	20	12,9	138	87,1	0	0
Palmas	126	100	9	7	118	93	0	0

Tabela 80 – Agressão em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		AGRESSÕES OU AMEAÇAS					
				FOI VÍTIMA		NÃO FOI VÍTIMA		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	11176	14,3	66787	85,6	45	0,1
SEXO	Masculino	37186	100	5184	13,9	31970	86	31	0,1
	Feminino	40822	100	5992	14,7	34817	85,3	14	0
COR	Branca	36143	100	4569	12,6	31553	87,3	21	0,1
	Preta	8356	100	1316	15,7	7038	84,2	2	0
	Parda	26375	100	4083	15,5	22278	84,5	14	0,1
	Não respondeu/ Recusa	88	100	9	10,1	79	89,9	0	0
	Outra Cor	7047	100	1200	17	5839	82,9	8	0,1
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	307	8,9	3127	91	1	0
	Fundamental	29562	100	3827	12,9	25722	87	13	0
	Médio	31675	100	4840	15,3	26815	84,7	20	0,1
	Superior	13289	100	2198	16,5	11081	83,4	10	0,1
	Não respondeu/ Recusa	22	100	2	7,4	21	92,6	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	3	10,9	22	89,1	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	3318	20	13289	80	8	0
	25 a 34 anos	18454	100	3134	17	15308	83	12	0,1
	35 a 44 anos	15059	100	2123	14,1	12932	85,9	4	0
	45 a 59 anos	16897	100	1891	11,2	14993	88,7	13	0,1
	60 anos ou mais	10984	100	710	6,5	10266	93,5	9	0,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	2280	16,9	11232	83,1	0	0
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	3129	14	19200	85,9	24	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	2168	14,1	13165	85,8	4	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	1852	14,4	10981	85,6	2	0
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	826	13,6	5237	86,3	3	0,1
	Mais de 10 salários	3001	100	457	15,2	2539	84,6	4	0,1
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	208	7,7	2504	92,1	8	0,3
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	256	11,7	1929	88,3	0	0

Tabela 81 – Agressões – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Foi vítima de agressão		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?							
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não respondeu/ Recusa		Não sabe/ Não lembra	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			11176	100	1920	17,2	9072	81,2	183	1,6	1006	52,4	889	46,3	3	0,2	22	1,1
SUDESTE	TOTAL		5272	100	894	17	4241	80,4	137	2,6	425	47,6	453	50,7	3	0,3	13	1,4
		ES	190	100	32	16,8	158	83,2	0	0	15	46,4	17	53,6	0	0	0	0
		MG	1085	100	176	16,2	897	82,7	13	1,2	94	53,7	81	45,9	0	0	1	0,5
		RJ	1219	100	206	16,9	1001	82,1	13	1,1	105	51,1	92	44,8	3	1,4	6	2,8
		SP	2777	100	481	17,3	2185	78,7	111	4	211	43,9	264	54,8	0	0	6	1,3
SUL	TOTAL		1230	100	267	21,7	956	77,7	7	0,6	158	59,2	106	39,7	0	0	3	1,1
		PR	534	100	89	16,8	441	82,6	3	0,6	41	45,7	49	54,3	0	0	0	0
		RS	427	100	111	26	315	73,7	1	0,3	77	69	33	29,9	0	0	1	1,1
		SC	270	100	67	24,8	200	74,2	3	1	41	61,1	24	36,5	0	0	2	2,5
NORDESTE	TOTAL		2682	100	387	14,4	2270	84,6	26	1	222	57,5	162	41,8	0	0,1	2	0,6
		AL	163	100	20	12,5	142	87,5	0	0	10	49,7	10	50,3	0	0	0	0
		BA	644	100	90	14,1	539	83,7	14	2,2	57	63,3	32	35,2	0	0	1	1,5
		CE	600	100	91	15,1	506	84,3	3	0,5	53	57,9	37	41,2	0	0	1	0,9
		MA	184	100	41	22,2	142	77,2	1	0,5	23	56,7	18	43,3	0	0	0	0
		PB	159	100	14	8,5	144	90,8	1	0,7	9	63	5	37	0	0	0	0
		PE	547	100	79	14,5	464	84,7	4	0,8	44	55,3	35	44,2	0	0,5	0	0
		PI	70	100	14	19,7	56	79,4	1	0,9	7	53,4	6	45,3	0	0	0	1,3
		RN	216	100	23	10,4	193	89,6	0	0	12	51,2	11	48,8	0	0	0	0
		SE	100	100	15	15,2	83	83,4	1	1,4	8	53,5	7	46,5	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		858	100	148	17,3	705	82,2	5	0,5	86	57,6	59	40	0	0	4	2,4
		DF	172	100	40	23	130	75,3	3	1,7	30	76,4	9	23,6	0	0	0	0
		GO	385	100	57	14,9	326	84,7	2	0,4	29	50,3	27	47,1	0	0	1	2,6
		MS	155	100	23	14,9	132	85,1	0	0	12	53,2	10	41,2	0	0	1	5,6
		MT	145	100	29	19,7	116	80,3	0	0	14	49,8	14	47,4	0	0	1	2,8
NORTE	TOTAL		1134	100	224	19,8	902	79,5	9	0,8	115	51,3	109	48,5	0	0	0	0,2
		AC	54	100	11	19,9	43	80,1	0	0	6	58,2	4	41,8	0	0	0	0
		AM	232	100	46	19,8	180	77,4	6	2,7	22	48,2	24	51,8	0	0	0	0
		AP	99	100	23	22,7	77	77,3	0	0	10	46	12	54	0	0	0	0
		PA	622	100	120	19,2	500	80,5	2	0,2	66	54,9	54	45,1	0	0	0	0
		RO	71	100	15	20,6	57	79,4	0	0	5	37,2	9	59,4	0	0	0	3,4
		RR	20	100	4	19,9	16	80,1	0	0	2	42,6	2	57,4	0	0	0	0
		TO	36	100	7	18,1	29	80	1	1,9	3	48,8	3	51,2	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 82 – Agressões – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Foi vítima de agressão		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?							
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não respondeu/ Recusa		Não sabe/ Não lembra	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	1077	100	153	14,2	836	77,6	88	8,2	75	48,9	78	51,1	0	0	0	0
Rio de Janeiro	558	100	100	18	447	80,2	10	1,9	63	62,6	32	31,8	3	2,8	3	2,7
Belo Horizonte	285	100	39	13,5	243	85,3	3	1,2	23	58,8	16	41,2	0	0	0	0
Porto Alegre	142	100	24	16,7	117	82,3	1	0,9	13	55,4	11	44,6	0	0	0	0
Curitiba	160	100	15	9,4	145	90,6	0	0	5	36,3	10	63,7	0	0	0	0
Salvador	302	100	33	11	257	85,2	11	3,7	21	63	12	37	0	0	0	0
Recife	149	100	21	13,9	126	84,2	3	1,9	14	67,2	7	32,8	0	0	0	0
Fortaleza	306	100	49	16,1	254	82,9	3	1,1	23	47,2	26	52,8	0	0	0	0
Belém	217	100	51	23,6	165	75,8	1	0,6	31	61,2	20	38,8	0	0	0	0
Vitória	24	100	4	16,3	20	83,7	0	0	1	24,3	3	75,7	0	0	0	0
Goiânia	133	100	13	9,5	120	89,6	1	0,8	6	43,4	7	56,6	0	0	0	0
Brasília	172	100	40	23	130	75,3	3	1,7	30	76,4	9	23,6	0	0	0	0
Florianópolis	46	100	15	32,5	31	67,5	0	0	11	76,1	3	19,7	0	0	1	4,1
Campo Grande	84	100	12	13,8	73	86,2	0	0	6	55,4	5	44,6	0	0	0	0
Cuiabá	52	100	11	22,1	40	77,9	0	0	6	53	5	39,9	0	0	1	7,1
Teresina	51	100	10	19	40	79,7	1	1,2	6	58,3	4	41,7	0	0	0	0
São Luís	89	100	21	23,4	67	75,5	1	1,1	10	48,7	11	51,3	0	0	0	0
João Pessoa	69	100	7	10,6	61	88,4	1	1	5	69,5	2	30,5	0	0	0	0
Aracaju	45	100	7	15,5	38	83	1	1,5	4	63,5	3	36,5	0	0	0	0
Natal	102	100	9	9,1	92	90,9	0	0	6	66,7	3	33,3	0	0	0	0
Rio Branco	39	100	9	22,5	30	77,5	0	0	5	62,6	3	37,4	0	0	0	0
Manaus	192	100	39	20,4	149	77,7	4	1,9	19	49,2	20	50,8	0	0	0	0
Macapá	73	100	15	21,2	57	78,8	0	0	6	40,1	9	59,9	0	0	0	0
Maceió	108	100	14	13,4	94	86,6	0	0	6	42,1	8	57,9	0	0	0	0
Porto Velho	41	100	10	24,6	31	75,4	0	0	3	30,7	7	64,5	0	0	0	4,9
Boa Vista	20	100	4	19,9	16	80,1	0	0	2	42,6	2	57,4	0	0	0	0
Palmas	9	100	1	7,6	7	84,5	1	7,9	0	0	1	100	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 83 – Agressões – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Foi vítima de agressão		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?							
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não respondeu/ Recusa		Não sabe/ Não lembra	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		11176	100	1920	17,2	9072	81,2	183	1,6	1006	52,4	889	46,3	3	0,2	22	1,1
SEXO	Masculino	5184	100	758	14,6	4332	83,6	94	1,8	360	47,6	388	51,2	0	0	9	1,2
	Feminino	5992	100	1163	19,4	4740	79,1	89	1,5	646	55,6	501	43,1	3	0,3	13	1,1
COR	Branca	4569	100	836	18,3	3636	79,6	96	2,1	451	54	370	44,2	3	0,3	13	1,5
	Preta	1316	100	197	14,9	1112	84,5	7	0,5	105	53,6	89	45,5	0	0,2	1	0,7
	Parda	4083	100	710	17,4	3303	80,9	71	1,7	357	50,3	350	49,3	0	0	2	0,3
	Não respondeu/ Recusa	9	100	3	33,6	6	66,4	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	1200	100	175	14,6	1015	84,6	9	0,8	90	51,2	80	45,6	0	0	6	3,2
ESCOLARIDADE	Sem instrução	307	100	48	15,6	253	82,4	6	2	30	62,8	18	36,6	0	0	0	0,6
	Fundamental	3827	100	666	17,4	3103	81,1	58	1,5	354	53,2	296	44,5	0	0,1	15	2,3
	Médio	4840	100	823	17	3950	81,6	67	1,4	417	50,7	398	48,4	3	0,3	5	0,6
	Superior	2198	100	383	17,4	1764	80,3	51	2,3	205	53,6	176	46	0	0	2	0,4
	Não respondeu/ Recusa	2	100	0	0	1	53,4	1	46,6	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	3	100	2	66,7	1	33,3	0	0	0	27,2	1	72,8	0	0	0	0
IDADE	16 a 24 anos	3318	100	416	12,5	2863	86,3	39	1,2	196	47	216	51,8	0	0	5	1,1
	25 a 34 anos	3134	100	573	18,3	2523	80,5	38	1,2	287	50,2	283	49,3	0	0,1	3	0,5
	35 a 44 anos	2123	100	466	21,9	1611	75,9	47	2,2	261	56,1	199	42,8	3	0,6	2	0,5
	45 a 59 anos	1891	100	328	17,3	1512	79,9	52	2,7	182	55,6	138	42,1	0	0	7	2,2
	60 anos ou mais	710	100	138	19,4	564	79,5	8	1,1	79	57,6	53	38,7	0	0	5	3,6
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	2280	100	419	18,4	1826	80,1	35	1,5	251	59,9	164	39,1	0	0,1	4	0,9
	Mais de 1 até 2 salários	3129	100	524	16,8	2577	82,4	27	0,9	295	56,2	223	42,5	0	0	7	1,3
	Mais de 2 até 3 salários	2168	100	315	14,5	1813	83,6	39	1,8	143	45,4	168	53,3	0	0	4	1,3
	Mais de 3 até 5 salários	1852	100	364	19,6	1457	78,7	31	1,7	165	45,5	196	53,8	0	0	2	0,7
	Mais de 5 até 10 salários	826	100	137	16,6	674	81,6	15	1,8	74	54,2	62	45,3	0	0	1	0,6
	Mais de 10 salários mínimos	457	100	84	18,5	362	79,1	11	2,4	41	48,8	43	51,2	0	0	0	0
	Não respondeu/ Recusa	208	100	38	18	166	79,7	5	2,3	23	60,5	12	31,2	3	7,6	0	0,8
	Não sabe/ Não lembra	256	100	38	15,1	197	77,2	20	7,7	14	35,6	21	54,6	0	0	4	9,8

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

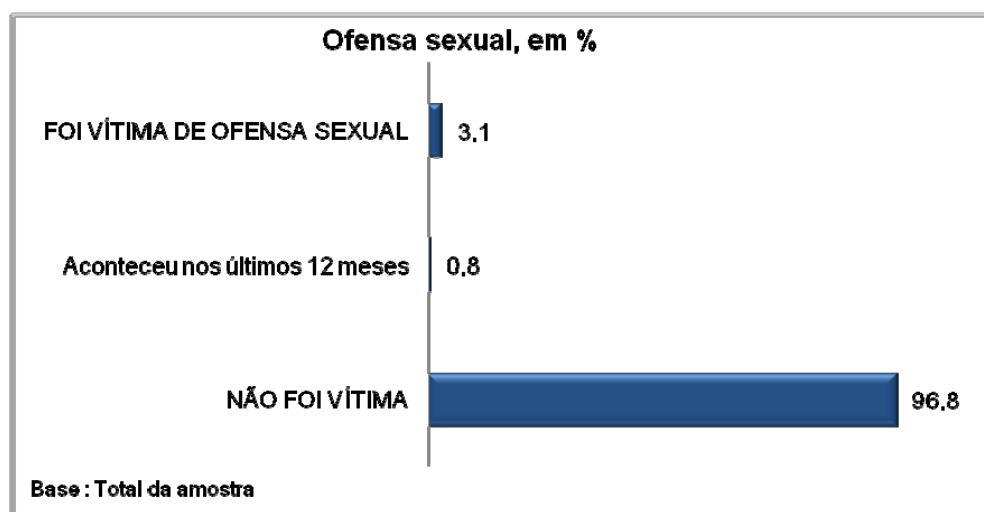
7.11. Ofensa sexual

7.11.1 Taxa de vitimização

Com base no total da amostra, 3,1% dos entrevistados admitem ter sofrido ofensa sexual alguma vez na vida. Ao se remeter a pergunta aos 12 meses que antecedem a pesquisa, a taxa de vitimização para esse tipo de ocorrência é de 0,8%.

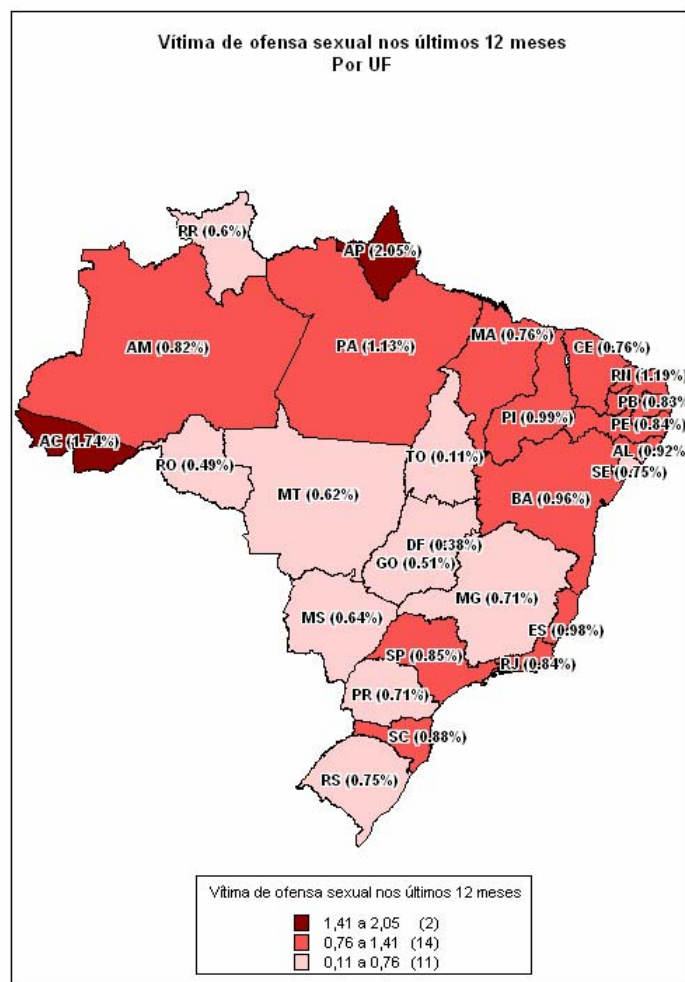
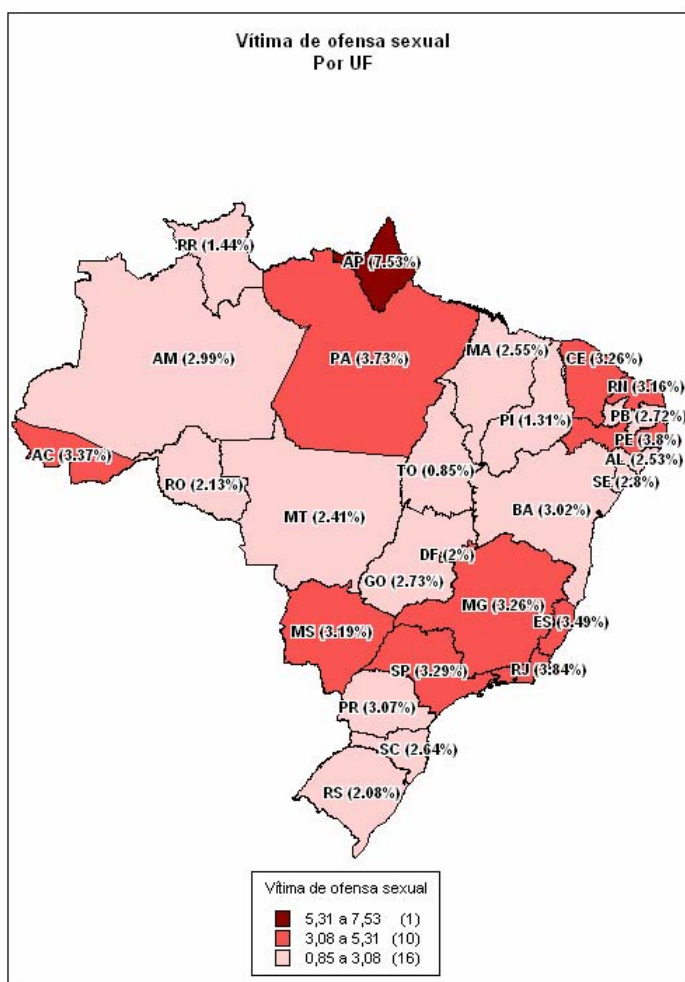
Considerando-se os episódios do ano anterior ao levantamento, a ocorrência de ofensas sexuais é de 1% entre os moradores da região Norte, 0,9% entre os do Nordeste, 0,8% tanto no Sudeste quanto no Sul e 0,5% entre os que vivem no Centro-Oeste.

Gráfico 33 – Ofensa sexual, em %



No estado do Amapá, 2,1% admitem ter sofrido ofensas sexuais no período correspondente, taxa que chega a 1,7% no Acre. Nas capitais, os índices de vitimização referentes a esses crimes alcançam 2,5% em Macapá, 2,4% em Porto Alegre e 1,9% em Florianópolis.

Mapa 13 – Vítimas de ofensa sexual por UF



Estratificando-se os dados por variáveis socioeconômicas e demográficas, há maior vitimização entre as mulheres (1,1%) do que entre os homens (0,5%). Se estendido à vida como um todo e não só aos 12 meses anteriores ao levantamento, a taxa entre as mulheres chega a 5% contra 1,2% entre os homens.

Outros segmentos com índice significativo no período de um ano são dos que têm de 16 a 24 anos (1,6%) e os que pertencem à classe E (2,6%).

Sobre a frequência com que as ofensas ocorreram no ano que antecedeu o estudo, 50,5% dizem que elas aconteceram por uma única vez, enquanto 19,1% respondem duas vezes. Outros 10% citam três vezes, 3,2% quatro e 12,1% cinco vezes. Segundo 2,5% as

ofensas sexuais aconteceram muitas vezes no período correspondente. A média é de 2,6 vezes.

As maiores médias de frequência anual encontram-se no Centro-Oeste (3,1) e Norte (2,9) do país. Tanto no Sudeste quanto no Sul, esse número corresponde a 2,5 e no Nordeste ele é de 2,6. As leituras por estados e capitais são prejudicadas em função do número reduzido de casos para análise segura.

Sobre o local onde sofreram a ofensa sexual, 23,7% disseram que andavam pela rua e 21,7% que estavam em casa. Locais públicos internos como shoppings, escolas e bares é a resposta de 13,5%. Estavam no trabalho 10,7% e na casa de algum amigo ou parente 8%. Estavam em locais públicos externos como praças, parques e jardins 7,9% e em meios de transporte 6%. Entre as mulheres, 24,3% estavam em casa no momento da ofensa, taxa que cai para 16,1% entre os homens.

Na maioria dos casos (64,3%) ocorridos nos 12 meses anteriores, a vítima estava sozinha. Outros 33,1% dizem que estavam acompanhadas. Entre as mulheres, 66,3% afirmam que estavam sozinhas contra 59,9% dos homens. Entre os que estavam acompanhados, 31,4% estavam com mais uma pessoa, 21,6% com duas pessoas, 15,1% com três pessoas, 9,2% com quatro pessoas e 16,4% com cinco ou mais.

Questionadas sobre a identidade dos agressores, metade (49,3%) das vítimas de ofensas sexuais diz tratar-se de um desconhecido. Em 8,1%, o agressor era um conhecido de vista do entrevistado. Um colega do trabalho é a resposta de 5,6% e um amigo é a de 5,4%. O próprio companheiro ou companheira são citados por 5,1%, quase o mesmo percentual de ex-companheiros ou companheiras (4,3%). Menções a vizinhos chegam a 4,2% e ex-namorados 3,2%. Menções a filhos totalizam 2,4%, seguidos dos chefes ou patrões (2%), professores (1,2%), parentes (1,1%) e namorados (0,8%). Os pais aparecem em seguida com 0,6%. Cada uma das demais citações não alcançam esse patamar.

Entre os homens, ficam acima da média, menções a desconhecidos (51,8%), pessoas conhecidas de vista (12,5%), colegas de trabalho (7,8%) e amigos (também 7,8%). Entre as mulheres, sobressaem-se citações tanto aos atuais (6,7% contra 1,6% entre os homens) quanto aos antigos companheiros (6,3% contra nenhuma menção entre os homens).

E na grande maioria dos casos que ocorreram no período estudado, o agressor não portava nenhum tipo de arma (86,8%). Traziam uma faca 4,6% e uma arma de fogo 4,3%. Do total de vítimas de ofensas sexuais nos 12 meses anteriores à coleta de dados, 11,8%

tiveram ferimentos em função do crime. Entre as mulheres, esse percentual corresponde a 13,9% contra 7,2% entre os homens.

Do total de vítimas, 6,7% precisaram de atendimento médico, taxa que vai a 7,8% entre as mulheres e 4,1% entre os homens. Quanto a acompanhamento psicológico, 8% admitem tê-lo feito. Entre as mulheres, esse percentual vai a 10,4% contra apenas 2,8% entre os homens. Para 33,4% dessas vítimas, a ofensa atrapalhou suas vidas, mas a maioria (64%) afirma que não. Entre as mulheres, esses percentuais correspondem a 42,6% e 54,7%, respectivamente. Entre os homens, eles são de 13,5% e 84,2%, respectivamente.

Sobre como o fato atrapalhou a vida das vítimas, 36,8% revelam ter medo de um modo geral, 29,1% temor de sair de casa, 27,8% ficaram com depressão, 16,7% com traumas psicológicos, 14,3% sofreram constrangimento público, 13,8% afirmam não ter mais tranquilidade, 12,2% enfatizam a insegurança gerada pelo fato, 10% perderam a autoestima, 9,9% citam a desestruturação familiar, e 9,8% deixaram de circular por determinados lugares. Outros reflexos da agressão não alcançam 6% das menções, cada.

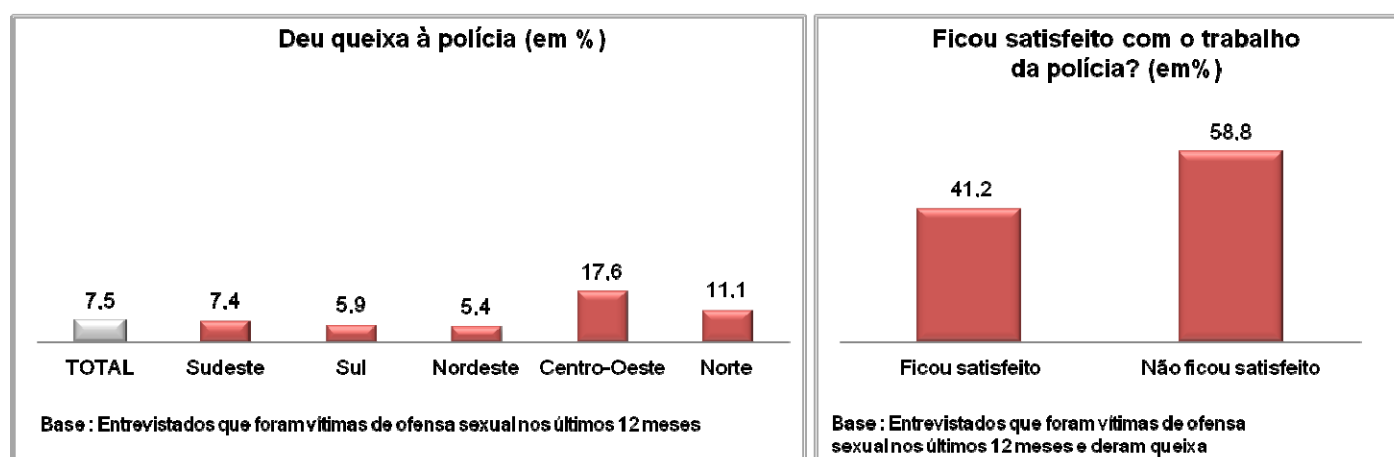
Entre as vítimas do sexo feminino, muito mais do que entre as do masculino há reflexos psicológicos. Entre as mulheres, a taxa das que ficam com medo de sair de casa vai a 31,5% contra 12,4% dos homens. O índice das que ficam com depressão chega a 29,7% contra 14,8% dos homens e o percentual das que admitem traumas psicológicos é de 18,2% contra 6,8% dos homens.

Com base no total de vítimas, quase a metade (46,6%) afirma que, quando a ofensa ocorreu, não avisou nenhuma pessoa ou instituição a respeito do ocorrido. Dentre os que o fizeram, a maior parte relatou o caso apenas a parentes (27,8%) ou a amigos (24,8%). Entre os homens, a maioria (65,7%) nada disse sobre o fato. Entre as mulheres, apesar de 37,8% se calarem sobre o episódio, 33,4% contaram a familiares e 28% a amigos.

7.11.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Do total de vítimas de ofensas sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa, apenas 7,5% deram queixa do corrido à polícia, sendo 4,2% à polícia militar e 2,7% à polícia civil. Menções à guarda municipal totalizam 0,3% e à delegacia da mulher 0,1%. A subnotificação para ofensas sexuais no período correspondente chega a 89,8%.

Gráfico 34 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



A taxa de notificação no Centro-Oeste do país chega a 17,6% e a 11,1% no Norte. No Sudeste, ela corresponde a 7,4%, no Sul a 5,9% e no Nordeste a 5,4%. São poucos os estados que alcançam número de casos suficientes para análise segura. Em São Paulo, a taxa de subnotificação de ofensas sexuais chega a 91,6%, índice que cai para 84,6% em Minas Gerais e 85,6% no Rio de Janeiro.

Estratificando-se os resultados por dados socioeconômicos e demográficos, as maiores taxas de notificação encontram-se entre os que pertencem às classes D e E (12,9%), entre os que têm 35 a 44 anos (12,9%) e entre as mulheres (10,1% contra 1,9% dos homens).

Dentre os motivos citados para o registro da ocorrência, os mais comuns são a necessidade de se proteger (45,5%), para evitar que o fato ocorra novamente (38,2%), a vontade de ver o culpado punido (32,8%), o direito de relatar o caso à polícia (16%), a impossibilidade de resolver o episódio por meios próprios (12%) e simplesmente para registrar a ocorrência (11,5%). Não há número de casos suficiente para leitura estratificada desses resultados.

Dos que deram queixa, 41,2% ficaram satisfeitos, mas a maioria (58,8%) reprovou o desempenho da polícia no caso. Quanto ao principal motivo apontado pelas vítimas para explicar a aprovação ao trabalho da polícia no episódio, 20,6% apontam a boa vontade e atenção dos policiais. A base da insatisfação encontra-se nos argumentos de que a polícia não deu atenção ao caso (30,9%), na afirmação de que a polícia foi lenta para resolver o fato (18,4%) e na constatação de que a polícia não prendeu o culpado (16,5%), mesmo com a maioria dos agressores tendo sido identificada (70,7%).

Entre os que não deram queixa das agressões à polícia, 28,5% afirmam que não o fizeram por não julgar o fato importante, 21,5% porque o consideraram irrelevante, 17,1% queriam evitar constrangimento, 15% por não acharem que a polícia poderia fazer algo, 11,2% temiam vingança por parte do agressor e 10,3% por conhecer o agressor. Já 10% afirmam ter conseguido resolver o caso sem ajuda da polícia.

Os homens, mais que as mulheres, relativizam a importância do episódio (34,5% contra 25,5% entre elas). Porém, elas, muito mais do que eles, enfatizam o constrangimento (20,6% contra 10,3%) e temiam a vingança do agressor (14,7% contra 4,2%) caso dessem queixa à polícia.

Quase a totalidade dos que não registraram a ocorrência (92,6%), além de não procurar a polícia, também não buscou ajuda em outros órgãos. Entre os poucos que o fizeram (4,1%), a maior parte (34,1%) ligou para a Central de Atendimento à Mulher.

7.11.3 Tabelas

Tabela 84 – Ofensa sexual em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		OFENSA SEXUAL									
					FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		Aconteceu nos últimos 12 meses		Não aconteceu nos últimos 12 meses		NÃO FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	2453	3,1	638	0,8	1816	2,3	75496	96,8	59	0,1
SUDESTE	TOTAL		38717	100	1321	3,4	321	0,8	1000	2,6	37346	96,5	50	0,1
		ES	1437	100	50	3,5	14	1	36	2,5	1387	96,5	0	0
		MG	7516	100	245	3,3	54	0,7	191	2,5	7269	96,7	2	0
		RJ	8550	100	328	3,8	72	0,8	256	3	8215	96,1	7	0,1
		SP	21214	100	697	3,3	181	0,9	516	2,4	20475	96,5	42	0,2
SUL	TOTAL		10949	100	281	2,6	84	0,8	198	1,8	10667	97,4	0	0
		PR	4096	100	126	3,1	29	0,7	96	2,4	3971	96,9	0	0
		RS	4473	100	93	2,1	34	0,7	59	1,3	4380	97,9	0	0
		SC	2379	100	63	2,6	21	0,9	42	1,8	2316	97,4	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	518	3,1	149	0,9	369	2,2	16459	96,9	4	0
		AL	998	100	25	2,5	9	0,9	16	1,6	973	97,5	0	0
		BA	4460	100	135	3	43	1	92	2,1	4325	97	0	0
		CE	3040	100	99	3,3	23	0,8	76	2,5	2940	96,7	0	0
		MA	1605	100	41	2,5	12	0,8	29	1,8	1564	97,5	0	0
		PB	1080	100	29	2,7	9	0,8	20	1,9	1051	97,3	0	0
		PE	3426	100	130	3,8	29	0,8	101	3	3292	96,1	4	0,1
		PI	746	100	10	1,3	7	1	2	0,3	736	98,7	0	0
		RN	964	100	30	3,2	11	1,2	19	2	934	96,8	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	154	2,6	31	0,5	123	2,1	5807	97,4	0	0
		DF	1412	100	28	2	5	0,4	23	1,6	1384	98	0	0
		GO	2585	100	71	2,7	13	0,5	57	2,2	2514	97,3	0	0
		MS	943	100	30	3,2	6	0,6	24	2,5	913	96,8	0	0
		MT	1020	100	25	2,4	6	0,6	18	1,8	995	97,6	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	180	3,3	54	1	126	2,3	5217	96,6	5	0,1
		AC	242	100	8	3,4	4	1,7	4	1,6	234	96,6	0	0
		AM	1312	100	39	3	11	0,8	28	2,2	1270	96,9	2	0,1
		AP	295	100	22	7,5	6	2,1	16	5,5	273	92,5	0	0
		PA	2516	100	94	3,7	29	1,1	65	2,6	2420	96,2	2	0,1
		RO	518	100	11	2,1	3	0,5	8	1,6	507	97,9	0	0
		RR	158	100	2	1,4	1	0,6	1	0,8	156	98,6	0	0
		TO	360	100	3	0,9	0	0,1	3	0,7	356	98,9	1	0,2

Tabela 85 – Ofensa sexual em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		OFENSA SEXUAL									
			FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		Aconteceu nos últimos 12 meses		Não aconteceu nos últimos 12 meses		NÃO FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	167	2,6	63	1	105	1,7	6141	96,8	36	0,6
Rio de Janeiro	3606	100	155	4,3	48	1,3	107	3	3445	95,5	6	0,2
Belo Horizonte	1355	100	61	4,5	8	0,6	54	4	1293	95,5	0	0
Porto Alegre	804	100	44	5,5	19	2,4	25	3,1	760	94,5	0	0
Curitiba	996	100	52	5,3	13	1,3	40	4	944	94,7	0	0
Salvador	1526	100	58	3,8	25	1,6	32	2,1	1468	96,2	0	0
Recife	876	100	25	2,9	6	0,6	20	2,3	847	96,6	4	0,5
Fortaleza	1396	100	56	4	13	1	42	3	1340	96	0	0
Belém	787	100	36	4,6	10	1,3	26	3,3	750	95,2	1	0,2
Vitória	186	100	7	3,5	3	1,6	3	1,9	179	96,5	0	0
Goiânia	740	100	35	4,7	6	0,7	29	4	705	95,3	0	0
Brasília	1412	100	28	2	5	0,4	23	1,6	1384	98	0	0
Florianópolis	231	100	9	3,9	4	1,9	5	2	222	96,1	0	0
Campo Grande	443	100	17	3,9	4	1	13	2,9	426	96,1	0	0
Cuiabá	309	100	6	1,9	1	0,3	5	1,6	303	98,1	0	0
Teresina	438	100	9	2,1	7	1,7	2	0,4	429	97,9	0	0
São Luís	545	100	29	5,3	8	1,5	21	3,8	516	94,7	0	0
João Pessoa	411	100	14	3,5	4	1	10	2,5	397	96,5	0	0
Aracaju	326	100	6	1,9	1	0,2	5	1,7	319	98,1	0	0
Natal	458	100	12	2,6	4	1	8	1,7	446	97,4	0	0
Rio Branco	176	100	6	3,6	3	1,6	3	2	170	96,4	0	0
Manaus	1023	100	33	3,2	9	0,9	24	2,3	988	96,6	2	0,2
Macapá	217	100	20	9,2	5	2,5	15	6,8	197	90,8	0	0
Maceió	531	100	15	2,7	4	0,7	11	2	517	97,3	0	0
Porto Velho	223	100	5	2,4	2	0,9	3	1,5	218	97,6	0	0
Boa Vista	158	100	2	1,4	1	0,6	1	0,8	156	98,6	0	0
Palmas	126	100	1	0,8	0	0,3	1	0,5	125	99,2	0	0

Tabela 86 – Ofensa sexual em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		OFENSA SEXUAL									
				FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		Aconteceu nos últimos 12 meses		Não aconteceu nos últimos 12 meses		NÃO FOI VÍTIMA DE OFENSA SEXUAL		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	2453	3,1	638	0,8	1816	2,3	75496	96,8	59	0,1
SEXO	Masculino	37186	100	430	1,2	200	0,5	230	0,6	36715	98,7	41	0,1
	Feminino	40822	100	2023	5	437	1,1	1586	3,9	38781	95	18	0
COR	Branca	36143	100	1051	2,9	261	0,7	790	2,2	35067	97	24	0,1
	Preta	8356	100	311	3,7	99	1,2	212	2,5	8044	96,3	0	0
	Parda	26375	100	829	3,1	206	0,8	623	2,4	25520	96,8	25	0,1
	Não respondeu/ Recusa	88	100	1	1,4	0	0	1	1,4	87	98,6	0	0
	Outra Cor	7047	100	260	3,7	71	1	189	2,7	6776	96,2	10	0,1
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	66	1,9	9	0,3	57	1,7	3367	98	1	0
	Fundamental	29562	100	786	2,7	177	0,6	609	2,1	28755	97,3	22	0,1
	Médio	31675	100	1031	3,3	316	1	715	2,3	30621	96,7	23	0,1
	Superior	13289	100	570	4,3	135	1	434	3,3	12706	95,6	13	0,1
	Não respondeu/ Recusa	22	100	0	0	0	0	0	0	22	100	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	0	0	0	0	0	0	24	100	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	626	3,8	258	1,6	367	2,2	15978	96,2	11	0,1
	25 a 34 anos	18454	100	698	3,8	180	1	518	2,8	17741	96,1	15	0,1
	35 a 44 anos	15059	100	492	3,3	100	0,7	393	2,6	14560	96,7	7	0
	45 a 59 anos	16897	100	477	2,8	81	0,5	397	2,3	16408	97,1	12	0,1
	60 anos ou mais	10984	100	160	1,5	19	0,2	141	1,3	10809	98,4	14	0,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	500	3,7	144	1,1	357	2,6	13004	96,2	7	0,1
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	641	2,9	166	0,7	475	2,1	21683	97	29	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	447	2,9	103	0,7	344	2,2	14888	97,1	3	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	441	3,4	135	1,1	306	2,4	12392	96,5	2	0
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	199	3,3	37	0,6	163	2,7	5863	96,7	3	0,1
	Mais de 10 salários mínimos	3001	100	127	4,2	23	0,8	104	3,5	2870	95,7	4	0,1
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	31	1,2	5	0,2	26	1	2681	98,6	8	0,3
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	67	3	25	1,1	42	1,9	2115	96,8	3	0,1

Tabela 87 – Ofensa sexual – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Foi vítima de ofensa sexual		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			638	100	48	7,5	573	89,8	17	2,6	20	41,2	28	58,8
SUDESTE	TOTAL		321	100	24	7,4	287	89,4	10	3,2	14	60	9	40
		ES	14	100	0	0	14	99,4	0	0,6	0	0	0	0
		MG	54	100	6	10,3	45	84,6	3	5,2	6	100	0	0
		RJ	72	100	7	9,1	62	85,6	4	5,3	3	43,5	4	56,5
		SP	181	100	12	6,4	166	91,6	3	1,9	6	50,3	6	49,7
SUL	TOTAL		84	100	5	5,9	77	92,6	1	1,5	2	34,8	3	65,2
		PR	29	100	0	0	29	100	0	0	0	0	0	0
		RS	34	100	3	8,5	31	91,5	0	0	0	16	2	84
		SC	21	100	2	9,9	18	84,2	1	5,9	1	60,6	1	39,4
NORDESTE	TOTAL		149	100	8	5,4	137	91,8	4	2,8	1	8,2	7	91,8
		AL	9	100	0	0	8	89,8	1	10,2	0	0	0	0
		BA	43	100	5	10,8	36	84,9	2	4,4	0	6,7	4	93,3
		CE	23	100	1	3	22	97	0	0	0	50	0	50
		MA	12	100	0	0	12	100	0	0	0	0	0	0
		PB	9	100	0	4,3	9	95,7	0	0	0	0	0	100
		PE	29	100	2	8,2	25	87,3	1	4,5	0	0	2	100
		PI	7	100	0	0	7	100	0	0	0	0	0	0
		RN	11	100	0	0	11	100	0	0	0	0	0	0
		SE	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		31	100	5	17,6	25	79	1	3,4	1	26,5	4	73,5
		DF	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0
		GO	13	100	3	22,1	9	69,8	1	8,1	1	26,9	2	73,1
		MS	6	100	1	13,9	5	86,1	0	0	0	0	1	100
		MT	6	100	2	26,7	5	73,3	0	0	1	38,8	1	61,2
NORTE	TOTAL		54	100	6	11,1	47	88,5	0	0,5	2	29,4	4	70,6
		AC	4	100	0	11,4	4	88,6	0	0	0	0	0	100
		AM	11	100	0	0	11	100	0	0	0	0	0	0
		AP	6	100	1	20	5	80	0	0	1	55,7	1	44,3
		PA	29	100	4	14,8	24	84,3	0	0,9	1	25,2	3	74,8
		RO	3	100	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0
		RR	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
		TO	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 88 – Ofensa sexual – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Foi vítima de ofensa sexual		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?			
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	63	100	4	5,7	59	94,3	0	0	4	100	0	0
Rio de Janeiro	48	100	5	10,2	40	83,8	3	6	3	58,8	2	41,2
Belo Horizonte	8	100	2	26,3	6	73,7	0	0	2	100	0	0
Porto Alegre	19	100	0	0	19	100	0	0	0	0	0	0
Curitiba	13	100	0	0	13	100	0	0	0	0	0	0
Salvador	25	100	3	12,6	20	80	2	7,4	0	0	3	100
Recife	6	100	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0
Fortaleza	13	100	0	0	13	100	0	0	0	0	0	0
Belém	10	100	1	10,6	9	89,4	0	0	1	100	0	0
Vitória	3	100	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0
Goiânia	6	100	2	27,4	4	72,6	0	0	0	0	2	100
Brasília	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	4	100	2	47,3	2	52,7	0	0	1	60,6	1	39,4
Campo Grande	4	100	0	0	4	100	0	0	0	0	0	0
Cuiabá	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Teresina	7	100	0	0	7	100	0	0	0	0	0	0
São Luís	8	100	0	0	8	100	0	0	0	0	0	0
João Pessoa	4	100	0	0	4	100	0	0	0	0	0	0
Aracaju	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Natal	4	100	0	0	4	100	0	0	0	0	0	0
Rio Branco	3	100	0	17,4	2	82,6	0	0	0	0	0	100
Manaus	9	100	0	0	9	100	0	0	0	0	0	0
Macapá	5	100	1	22,5	4	77,5	0	0	1	55,7	1	44,3
Maceió	4	100	0	0	4	100	0	0	0	0	0	0
Porto Velho	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Palmas	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 89– Ofensa sexual – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Foi vítima de		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira			
				Sim		Não		Não respondeu/		Sim, ficou		Não ficou	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		638	100	48	7,5	573	89,8	17	2,6	20	41,2	28	58,8
SEXO	Masculino	200	100	4	1,9	192	95,8	5	2,3	0	0	4	100
	Feminino	437	100	44	10,1	381	87,1	12	2,8	20	44,7	24	55,3
COR	Branca	261	100	24	9,2	231	88,5	6	2,3	10	43,8	13	56,2
	Preta	99	100	4	4,1	89	89,7	6	6,2	1	28,1	3	71,9
	Parda	206	100	15	7,2	187	90,7	4	2,2	6	42,2	9	57,8
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	71	100	5	7,4	66	92,5	0	0,1	2	36,3	3	63,7
ESCOLARIDADE	Sem instrução	9	100	0	3,3	9	95,8	0	0,9	0	100	0	0
	Fundamental	177	100	10	5,8	160	90,5	7	3,7	4	36	7	64
	Médio	316	100	25	8	282	89,1	9	2,9	13	50,8	12	49,2
	Superior	135	100	12	9,2	122	90,1	1	0,7	3	24,4	9	75,6
	Não respondeu/ Recusa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IDADE	Não sabe/ Não lembra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	16 a 24 anos	258	100	11	4,1	240	92,9	8	3	2	22,2	8	77,8
	25 a 34 anos	180	100	20	11	155	86	5	3	10	52,1	10	47,9
	35 a 44 anos	100	100	13	12,9	85	85,5	2	1,6	6	45,5	7	54,5
	45 a 59 anos	81	100	4	4,6	75	92,9	2	2,5	1	24,6	3	75,4
RENDA FAMILIAR MENSAL	60 anos ou mais	19	100	1	5	18	94,6	0	0,5	0	32,9	1	67,1
	Até 1 salário mínimo	144	100	20	13,9	124	86,1	0	0	11	52,8	9	47,2
	Mais de 1 até 2 salários	166	100	7	4,4	147	88,2	12	7,4	3	42,8	4	57,2
	Mais de 2 até 3 salários	103	100	7	6,7	94	91,6	2	1,6	2	29,5	5	70,5
	Mais de 3 até 5 salários	135	100	8	6	124	91,9	3	2,1	3	41,6	5	58,4
	Mais de 5 até 10 salários	37	100	5	12,2	32	87,8	0	0	1	14,3	4	85,7
	Mais de 10 salários mínimos	23	100	1	5	22	95	0	0	0	0	1	100
	Não respondeu/ Recusa	5	100	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	25	100	0	0	25	100	0	0	0	0	0	0

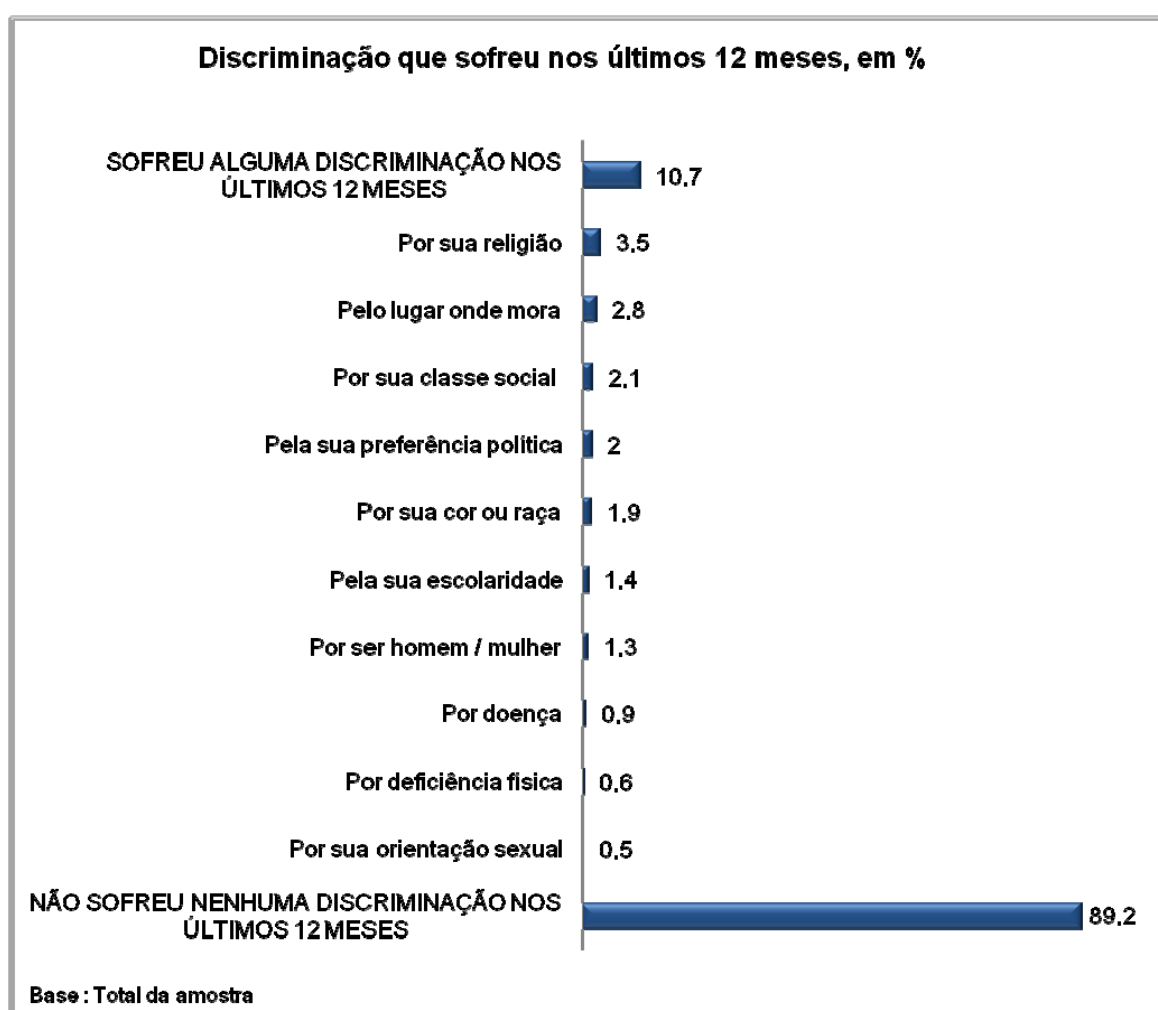
Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

7.12 Discriminação

7.12.1 Taxa de vitimização

Com base no total da amostra, 10,7% dos entrevistados afirmam ter sofrido algum dos 10 tipos de discriminação listados no questionário, nos 12 meses que antecederam a pesquisa nacional de vitimização. Na região Norte, esse índice vai a 14,9%, no Nordeste chega a 11,8%, no Sudeste é de 10,7%, no Centro-Oeste 9,6% e no Sul 7,6%.

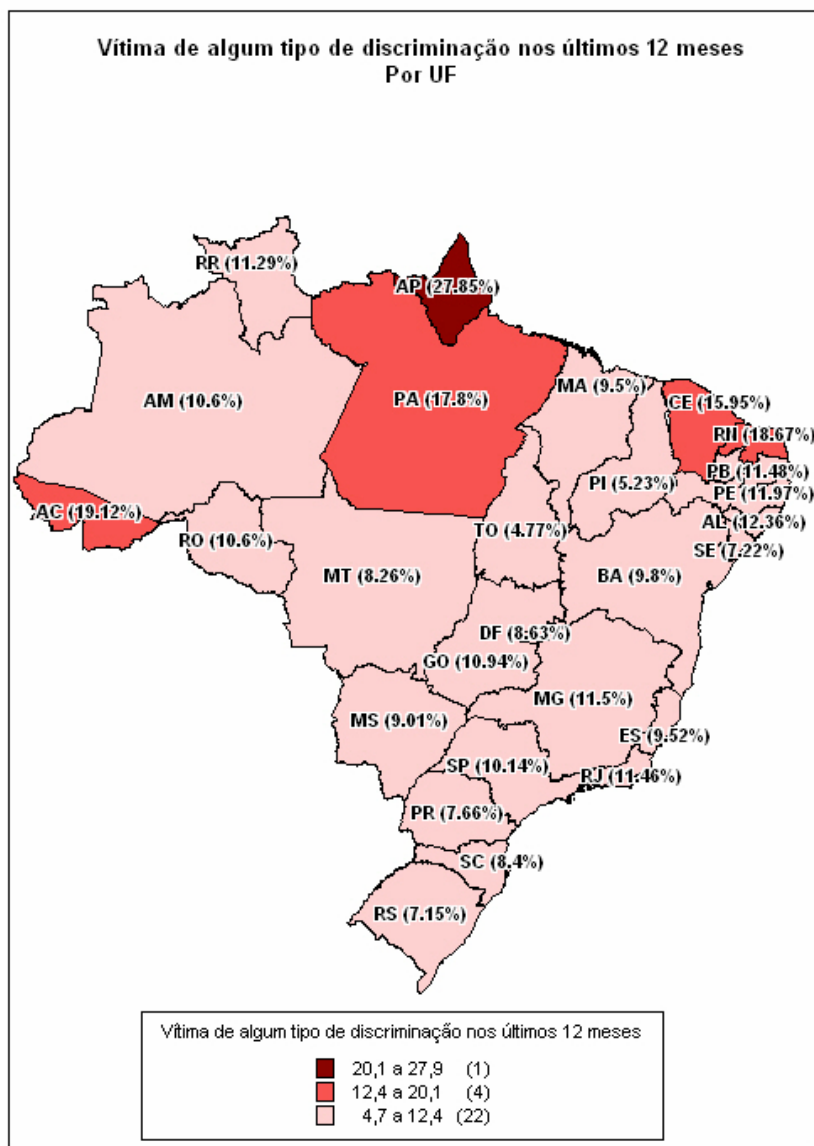
Gráfico 35 – Discriminação, em %



Taxas expressivas de ocorrências são verificadas principalmente no Amapá (27,9%), no Acre (19,1%), no Rio Grande do Norte (18,7%) e Ceará (16%). Dentre as capitais,

destacam-se as vitimizações em Macapá (28,3%), Belém (20,2%), Natal (20,2%), Rio Branco (19,9%) e Fortaleza (18,3%).

Mapa 14 – Vítimas de discriminação por UF



Entre os mais jovens, o índice é de 14,2%, entre os que integram a classe E corresponde a 14% e entre os de nível superior é de 13,6%. Já entre os que se declaram como de cor preta, alguma discriminação ocorreu em 16,1% do estrato, entre os espíritas vai a 16,9%, entre os evangélicos pentecostais 14,8% e não pentecostais (14,3%).

No ano que antecedeu o levantamento, a discriminação por religião foi o mais comum dentre os 10 tipos de ofensas estimuladas no questionário, com 3,5% de taxa de

vitimização. Ela aparece de maneira mais significativa entre habitantes do Acre (10%), Amapá (9,9%), e Rio Grande do Norte (7,8%), além dos moradores de suas respectivas capitais (11,4%, 9,9% e 8,4%). Esse índice é de 4,7% entre os mais jovens, 4,3% entre os que têm de 25 a 34 anos e 4% entre os mais escolarizados.

Nesse caso, é fundamental o cruzamento dos dados por religião do entrevistado. Entre os evangélicos pentecostais, a taxa de discriminação religiosa vai a 7,6%, entre os espíritas totaliza 7% e entre os evangélicos não pentecostais fica em 6,8%.

Em segundo lugar no ranking aparece a discriminação em função do lugar onde o entrevistado mora. Do total, 2,8% afirmam ter sofrido preconceito por causa do local de residência pelo menos uma vez no período correspondente. No Amapá, essa taxa chega a 7,6%, mesmo índice que é observado entre os que vivem em Belém. Entre os jovens, 4,5% afirmam já terem sido discriminados por esse aspecto e entre os que pertencem à classe E, o percentual chega a 4,9%.

Em terceiro lugar no ranking de discriminação surge a classe social. Do total, 2,1% afirmam terem sido discriminados pelo menos uma vez nos 12 meses que antecedem a pesquisa em função da classe social a qual pertencem. No Amapá, essa taxa vai a 5,2% e em sua capital, Macapá, a 5,9%. Entre os que integram a classe E do critério Brasil de segmentação econômica, esse índice é de 3,2%, e entre os da classe A/B corresponde a 1,7%.

Em patamar equivalente ao da classe social, aparecem a discriminação por causa da preferência política e em função de cor ou raça dos entrevistados (2% e 1,9%, respectivamente). A preferência política parece ser um problema especialmente para os mais escolarizados e para os pertencem à classe A do critério Brasil (3,6% em ambos os casos).

Já sobre cor e raça, chamam atenção os dados referentes aos estados do Amapá (3,7%) e Bahia (2,7%), das cidades de Salvador, Macapá (3,8% em ambas) e São Paulo (3,5%). Na classe E, esse índice vai a 4%. Cruzando-se os resultados pela cor de pele auto-declarada pelos entrevistados, entre os que se dizem de cor preta, esse percentual chega a 8,1%. Entre os que se classificam de cor branca, ele é de 0,5%.

Sofreram discriminação por conta da escolaridade 1,4% do total, enquanto 1,3% a sentiram em função do gênero, isto é, por serem homens ou mulheres. Entre os que compõem a classe E, a discriminação por escolaridade chega a 2,2%. Entre os que

estudaram até o nível fundamental, ela é de 1,8%. Discriminação por gênero é muito mais comum entre as mulheres (2,2%) do que entre os homens (0,3%).

Das categorias contempladas no questionário da pesquisa nacional de vitimização, as que têm menores índices de ocorrência no total da população, referem-se às discriminações em função de doenças (0,9%), deficiências (0,6%) e orientação sexual (0,5%). Entre os que se declaram homossexuais, porém, o índice dos que sofreram discriminação sexual vai a 32,3% e entre os que se dizem bissexuais chega a 28,8%. Para uma leitura detalhada sobre as outras duas categorias seria interessante também um cruzamento sobre portadores de algumas doenças e de necessidades especiais. Tais variáveis não foram contempladas no estudo.

Mas, se baixas em ocorrência sobre o total da amostra, a discriminação por deficiência física e orientação sexual são as líderes em frequência. Nos 12 meses que antecederam o estudo, entre as vítimas, a discriminação por deficiência aconteceu 8,5 vezes em média, índice que chega a 14,3 vezes no sul. Quanto à discriminação por orientação sexual, a média de ocorrência nesse mesmo período foi de 8 vezes. No Nordeste, chega a 10 vezes.

Em seguida, com média de 7,4 vezes no ano, aparece a discriminação por classe social (com 8,3 vezes em média no Sudeste), seguida pela religiosa (6,9), racial (6,7), educacional (6,5), política (6,4), pelo local de moradia (6,3), por doenças (5,9) e por gênero (5,4).

Sobre o lugar onde o entrevistado estava ao ser discriminado na última vez em que isso aconteceu, 24,8% estavam em locais públicos internos como shoppings, bancos ou restaurantes. Outros 20,5% estavam no trabalho, 17% andavam pela rua e 15% estavam em casa. Em 8,2%, a discriminação aconteceu em casa de parentes ou amigos e em 6,7% em locais públicos externos como praças e parques. Os demais locais não alcançam 4% das menções, cada.

Em relação à identidade de quem discriminou os entrevistados, 32,1% afirmam tratar-se de um desconhecido. Outros 17% dizem que era um conhecido de vista e 14% colegas de trabalho. A taxa dos que citam amigos é de 11,1% e os que respondem vizinhos chega a 6,9%. O patrão é citado por 3,9%. Os demais não ultrapassam 3%, cada.

Entre os que foram discriminados, a maioria (64,7%) afirma que a pessoa que o fez estava acompanhada. Em 32,1% estava sozinha e 2,4% não sabem ou não lembram. Entre os que estavam acompanhados, 26,8% das vítimas dizem que eram desconhecidos, 20,1%

afirmam que eram colegas de trabalho, 19,4% amigos, 16,9% conhecidos de vista 7,3% vizinhos. As demais menções não passam de 6%, cada.

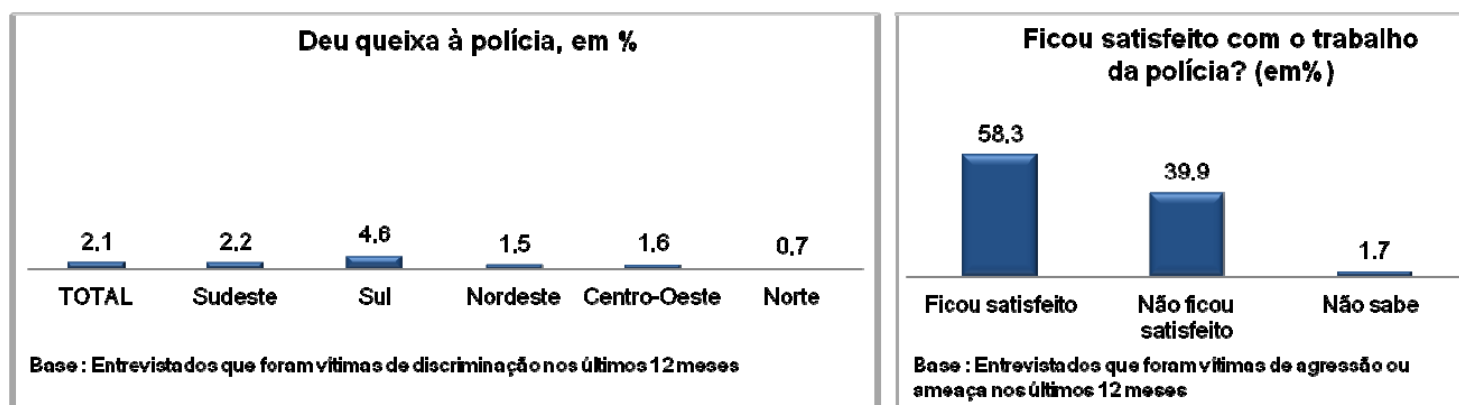
Do total de vítimas de discriminação, 3,3% afirmam ter precisado de atendimento psicológico, especialmente no Sul (6,1%). Entre as mulheres, essa taxa chega a 4,3%, entre os que têm de 45 a 59 anos, ela vai a 5,2%, e entre os que pertencem às classes D e E, a 5,1%. Entre os que se dizem homossexuais, corresponde a 4,6%.

7.12.2 Taxa de notificação e satisfação com a polícia

Do total dos que sofreram alguma discriminação nos 12 meses anteriores à pesquisa, 2,1% deram queixa do ocorrido à polícia, sendo que 1,1% o fez à Polícia Militar, 0,8% à polícia civil e 0,1% à delegacia da mulher. A subnotificação para esse tipo de ofensa é de 97,1%.

Reportaram o caso principalmente os habitantes da região Sul (4,6%), especialmente moradores do estado do Rio Grande do Sul (8,9%). No Sudeste, a taxa de notificação é de 2,2%, no Centro-Oeste corresponde a 1,6%, no Nordeste a 1,5% e no Norte a 0,7%.

Gráfico 36 – Taxa de notificação e satisfação com a polícia, em %



Estratificando-se os dados por variáveis socioeconômicas e demográficas, percebe-se maior notificação entre as mulheres (2,4% contra 1,7% entre os homens), entre os que pertencem às classes D e E (3,2%) e entre os que têm 60 anos ou mais de idade (4,2%). Entre os que declaram cor preta, essa taxa é de 2,9%.

Os principais motivos que levaram o pequeno conjunto de entrevistados a notificar o caso de discriminação às autoridades foram a idéia de que o registro é um direito (35,8%), a tentativa de se evitar que a ofensa aconteça novamente (33%), a esperança de ver o culpado punido (21,2%) e a necessidade de se proteger (21%). Bem atrás vem a vontade de apenas registrar a ocorrência (10,9%) e a afirmação de que não conseguiu resolver o problema por meios próprios (7,1%).

Entre os poucos que procuraram a polícia para notificar os casos de discriminação no período estudado, 58,3% ficaram satisfeitos e 39,9% reprovaram o trabalho da instituição. Não há número de casos suficientes para a leitura dos dados nas regiões Centro-Oeste e

Norte. No Sul, 72,2% dos que reportaram o caso, se dizem satisfeitos quanto ao desempenho da polícia. No Sudeste, essa taxa é de 50,3% e no Nordeste é de 66%.

Entre os que ficaram satisfeitos, 29,4% justificam a avaliação com o fato da polícia ter demonstrado atenção e boa vontade para resolver o caso. A cordialidade dos policiais é citada por 21,5%. A rapidez e eficiência na solução do caso é lembrada por 14,1%.

As razões de insatisfação, por outro lado, concentram-se na falta de atenção e interesse por parte da polícia (15,4%) e a lentidão para resolver o caso (12,6%). Vale mencionar que em 79,6% dos casos registrados, o autor da ofensa foi identificado.

Entre os que não foram registrar a ocorrência, 39,7% preferiu não fazê-lo por não julgar o fato importante. O episódio não foi sério o bastante para 37,1%. Queriam evitar constrangimentos 12,6% desse universo. Outras menções não alcançam 10%, cada.

Esse segmento, além de não prestar queixa à polícia, em quase a totalidade (96,9%) também não procurou nenhum outro órgão para fazê-lo.

7.12.3 Tabelas

Tabela 90– Discriminação em N.A. ponderado e % (região e UF)

			TOTAL		DISCRIMINAÇÃO					
					FOI VÍTIMA DE DISCRIMINAÇÃO		NÃO FOI VÍTIMA DISCRIMINAÇÃO		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			78008	100	8343	10,7	69609	89,2	56	0,1
SUDESTE	TOTAL		38717	100	4131	10,7	34539	89,2	46	0,1
		ES	1437	100	137	9,5	1300	90,5	0	0
		MG	7516	100	864	11,5	6651	88,5	1	0
		RJ	8550	100	980	11,5	7565	88,5	6	0,1
		SP	21214	100	2151	10,1	19024	89,7	40	0,2
SUL	TOTAL		10949	100	833	7,6	10115	92,4	0	0
		PR	4096	100	314	7,7	3783	92,3	0	0
		RS	4473	100	320	7,1	4154	92,9	0	0
		SC	2379	100	200	8,4	2179	91,6	0	0
NORDESTE	TOTAL		16981	100	1999	11,8	14977	88,2	5	0
		AL	998	100	123	12,4	875	87,6	0	0
		BA	4460	100	437	9,8	4022	90,2	1	0
		CE	3040	100	485	15,9	2555	84,1	0	0
		MA	1605	100	153	9,5	1453	90,5	0	0
		PB	1080	100	124	11,5	956	88,5	0	0
		PE	3426	100	410	12	3012	87,9	4	0,1
		PI	746	100	39	5,2	707	94,8	0	0
		RN	964	100	180	18,7	784	81,3	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		5960	100	574	9,6	5386	90,4	0	0
		DF	1412	100	122	8,6	1290	91,4	0	0
		GO	2585	100	283	10,9	2302	89,1	0	0
		MS	943	100	85	9	858	91	0	0
		MT	1020	100	84	8,3	936	91,7	0	0
NORTE	TOTAL		5401	100	805	14,9	4591	85	5	0,1
		AC	242	100	46	19,1	196	80,9	0	0
		AM	1312	100	139	10,6	1171	89,3	2	0,1
		AP	295	100	82	27,8	213	72,2	0	0
		PA	2516	100	448	17,8	2066	82,1	2	0,1
		RO	518	100	55	10,6	463	89,4	0	0
		RR	158	100	18	11,3	141	88,7	0	0
		TO	360	100	17	4,8	342	95	1	0,2

Tabela 91– Discriminação em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		DISCRIMINAÇÃO					
			FOI VÍTIMA DE DISCRIMINAÇÃO		NÃO FOI VÍTIMA DISCRIMINAÇÃO		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	849	13,4	5461	86,1	35	0,5
Rio de Janeiro	3606	100	424	11,8	3176	88,1	6	0,2
Belo Horizonte	1355	100	207	15,3	1148	84,7	0	0
Porto Alegre	804	100	104	12,9	700	87,1	0	0
Curitiba	996	100	106	10,7	890	89,3	0	0
Salvador	1526	100	197	12,9	1329	87,1	0	0
Recife	876	100	126	14,4	746	85,1	4	0,5
Fortaleza	1396	100	255	18,3	1140	81,7	0	0
Belém	787	100	159	20,2	627	79,7	1	0,2
Vitória	186	100	22	11,6	164	88,4	0	0
Goiânia	740	100	100	13,5	639	86,5	0	0
Brasília	1412	100	122	8,6	1290	91,4	0	0
Florianópolis	231	100	28	11,9	204	88,1	0	0
Campo Grande	443	100	49	11	394	89	0	0
Cuiabá	309	100	40	12,9	269	87,1	0	0
Teresina	438	100	23	5,3	415	94,7	0	0
São Luís	545	100	86	15,9	458	84,1	0	0
João Pessoa	411	100	51	12,5	360	87,5	0	0
Aracaju	326	100	26	8	299	92	0	0
Natal	458	100	93	20,2	366	79,8	0	0
Rio Branco	176	100	35	19,9	141	80,1	0	0
Manaus	1023	100	116	11,3	905	88,5	2	0,2
Macapá	217	100	62	28,3	156	71,7	0	0
Maceió	531	100	83	15,6	448	84,4	0	0
Porto Velho	223	100	35	15,5	188	84,5	0	0
Boa Vista	158	100	18	11,3	141	88,7	0	0
Palmas	126	100	8	6,3	118	93,7	0	0

Tabela 92– Discriminação em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		DISCRIMINAÇÃO					
				FOI VÍTIMA DE DISCRIMINAÇÃO		NÃO FOI VÍTIMA DISCRIMINAÇÃO		NÃO RESPONDEU/ RECUSA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	8343	10,7	69609	89,2	56	0,1
SEXO	Masculino	37186	100	3695	9,9	33446	89,9	45	0,1
	Feminino	40822	100	4648	11,4	36163	88,6	12	0
COR	Branca	36143	100	3139	8,7	32980	91,2	24	0,1
	Preta	8356	100	1346	16,1	7008	83,9	1	0
	Parda	26375	100	3053	11,6	23303	88,4	19	0,1
	Não respondeu/ Recusa	88	100	6	6,3	83	93,7	0	0
	Outra Cor	7047	100	798	11,3	6236	88,5	13	0,2
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	213	6,2	3222	93,8	0	0
	Fundamental	29562	100	2560	8,7	26979	91,3	23	0,1
	Médio	31675	100	3765	11,9	27890	88,1	20	0,1
	Superior	13289	100	1802	13,6	11474	86,3	13	0,1
	Não respondeu/ Recusa	22	100	1	3,5	22	96,5	0	0
	Não sabe/ Não lembra	24	100	2	6,9	23	93,1	0	0
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	2354	14,2	14252	85,8	8	0
	25 a 34 anos	18454	100	2505	13,6	15935	86,3	14	0,1
	35 a 44 anos	15059	100	1625	10,8	13427	89,2	7	0
	45 a 59 anos	16897	100	1398	8,3	15487	91,7	12	0,1
	60 anos ou mais	10984	100	460	4,2	10508	95,7	16	0,1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	1631	12,1	11872	87,9	9	0,1
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	2396	10,7	19933	89,2	25	0,1
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	1582	10,3	13751	89,7	4	0
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	1444	11,2	11389	88,7	2	0
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	570	9,4	5492	90,5	3	0,1
	Mais de 10 salários	3001	100	340	11,3	2656	88,5	4	0,1
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	164	6	2549	93,7	6	0,2
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	216	9,9	1966	90	3	0,1

Tabela 93– Discriminação – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (região e UF)

			Foi vítima de discriminação		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
					Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
			8343	100	173	2,1	8101	97,1	69	0,8	101	58,3	69	39,9	3	1,7
SUDESTE	TOTAL		4131	100	90	2,2	3992	96,6	50	1,2	45	50,3	42	46,2	3	3,5
		ES	137	100	2	1,7	134	98,3	0	0	1	35,8	2	64,2	0	0
		MG	864	100	17	1,9	842	97,4	6	0,7	7	43,8	9	56,2	0	0
		RJ	980	100	18	1,9	952	97,2	9	0,9	7	38,6	8	45,9	3	15,4
		SP	2151	100	53	2,4	2063	95,9	35	1,6	30	57,1	22	42,4	0	0,5
SUL	TOTAL		833	100	38	4,6	795	95,4	0	0	28	72,2	11	27,8	0	0
		PR	314	100	5	1,6	309	98,4	0	0	5	93,7	0	6,3	0	0
		RS	320	100	28	8,9	291	91,1	0	0	20	71,6	8	28,4	0	0
		SC	200	100	5	2,5	195	97,5	0	0	3	54,5	2	45,5	0	0
NORDESTE	TOTAL		1999	100	30	1,5	1961	98,1	8	0,4	20	66	10	34	0	0
		AL	123	100	1	1,1	122	98,5	0	0,3	0	35,3	1	64,7	0	0
		BA	437	100	7	1,6	430	98,3	1	0,2	5	68,3	2	31,7	0	0
		CE	485	100	8	1,6	477	98,4	0	0	6	82,4	1	17,6	0	0
		MA	153	100	4	2,9	146	96	2	1,2	2	47,3	2	52,7	0	0
		PB	124	100	0	0	122	98,3	2	1,7	0	0	0	0	0	0
		PE	410	100	4	1	405	98,8	1	0,2	2	43,7	2	56,3	0	0
		PI	39	100	3	8	35	88,9	1	3,1	3	83,2	1	16,8	0	0
		RN	180	100	3	1,5	177	98,5	0	0	2	74,1	1	25,9	0	0
		SE	48	100	0	0	47	98,5	1	1,5	0	0	0	0	0	0
CENTRO OESTE	TOTAL		574	100	9	1,6	556	96,9	9	1,5	5	57,5	4	42,5	0	0
		DF	122	100	0	0	116	95,5	5	4,5	0	0	0	0	0	0
		GO	283	100	5	1,7	276	97,6	2	0,7	3	54,4	2	45,6	0	0
		MS	85	100	1	1,3	84	98,7	0	0	1	100	0	0	0	0
		MT	84	100	3	3,7	80	94,9	1	1,4	1	47,6	2	52,4	0	0
NORTE	TOTAL		805	100	6	0,7	797	98,9	3	0,4	3	50,4	3	49,6	0	0
		AC	46	100	1	1,6	46	98,4	0	0	1	100	0	0	0	0
		AM	139	100	0	0,2	137	98,3	2	1,5	0	0	0	100	0	0
		AP	82	100	1	0,9	81	99,1	0	0	0	68	0	32	0	0
		PA	448	100	3	0,6	444	99,2	1	0,2	2	61,2	1	38,8	0	0
		RO	55	100	1	1,2	54	98,8	0	0	0	0	1	100	0	0
		RR	18	100	0	0	18	100	0	0	0	0	0	0	0	0
		TO	17	100	1	3,5	17	96,5	0	0	0	0	1	100	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 94– Discriminação – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (capital)

	Foi vítima de discriminação		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
			Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	849	100	24	2,8	804	94,7	21	2,5	18	75,7	6	24,3	0	0
Rio de Janeiro	424	100	13	3	402	94,8	9	2,2	7	52,5	3	25,5	3	22
Belo Horizonte	207	100	10	4,8	195	94,1	2	1,1	5	54,1	5	45,9	0	0
Porto Alegre	104	100	3	2,7	101	97,3	0	0	2	65,9	1	34,1	0	0
Curitiba	106	100	1	1,3	105	98,7	0	0	1	100	0	0	0	0
Salvador	197	100	3	1,4	194	98,6	0	0	2	56,4	1	43,6	0	0
Recife	126	100	3	2,1	124	97,9	0	0	1	46,3	1	53,7	0	0
Fortaleza	255	100	6	2,2	250	97,8	0	0	4	79,5	1	20,5	0	0
Belém	159	100	1	0,7	156	98,6	1	0,7	1	100	0	0	0	0
Vitória	22	100	0	0	22	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiânia	100	100	0	0	99	98,9	1	1,1	0	0	0	0	0	0
Brasília	122	100	0	0	116	95,5	5	4,5	0	0	0	0	0	0
Florianópolis	28	100	2	7,8	25	92,2	0	0	1	61,8	1	38,2	0	0
Campo Grande	49	100	0	0,9	48	99,1	0	0	0	100	0	0	0	0
Cuiabá	40	100	0	0	39	97,1	1	2,9	0	0	0	0	0	0
Teresina	23	100	1	3,7	21	91	1	5,3	1	100	0	0	0	0
São Luís	86	100	1	1,4	83	96,5	2	2	0	0	1	100	0	0
João Pessoa	51	100	0	0	50	98,2	1	1,8	0	0	0	0	0	0
Aracaju	26	100	0	0	26	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Natal	93	100	2	2,2	91	97,8	0	0	2	100	0	0	0	0
Rio Branco	35	100	1	2,1	34	97,9	0	0	1	100	0	0	0	0
Manaus	116	100	0	0	115	98,9	1	1,1	0	0	0	0	0	0
Macapá	62	100	0	0,8	61	99,2	0	0	0	100	0	0	0	0
Maceió	83	100	1	1,1	82	98,9	0	0	0	0	1	100	0	0
Porto Velho	35	100	1	1,8	34	98,2	0	0	0	0	1	100	0	0
Boa Vista	18	100	0	0	18	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmas	8	100	0	0	8	100	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

Tabela 95– Discriminação – Notificação e avaliação da polícia - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		Foi vítima de discriminação		O(A) Sr(a) deu queixa do ocorrido à polícia?						De um modo geral, a maneira como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?					
				Sim		Não		Não respondeu/ Recusa		Sim, ficou satisfeito(a)		Não ficou satisfeito(a)		Não sabe/ Não lembra/Não respondeu	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		8343	100	173	2,1	8101	97,1	69	0,8	101	58,3	69	39,9	3	1,7
SEXO	Masculino	3695	100	63	1,7	3604	97,5	28	0,8	36	57	27	43	0	0
	Feminino	4648	100	110	2,4	4497	96,8	41	0,9	65	59	42	38,2	3	2,8
COR	Branca	3139	100	68	2,2	3049	97,1	23	0,7	45	66,9	20	28,9	3	4,2
	Preta	1346	100	38	2,8	1304	96,8	4	0,3	21	55,3	17	44,1	0	0,6
	Parda	3053	100	57	1,9	2961	97	35	1,1	29	50,1	29	49,9	0	0
	Não respondeu/ Recusa	6	100	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outra Cor	798	100	10	1,2	781	97,9	7	0,9	6	58,9	4	41,1	0	0
	Sem instrução	213	100	8	3,8	200	93,7	5	2,5	5	58,5	3	41,5	0	0
ESCOLARIDADE	Fundamental	2560	100	63	2,5	2485	97	13	0,5	35	55,2	28	44,8	0	0
	Médio	3765	100	62	1,6	3680	97,7	23	0,6	37	60,8	21	34,2	3	5
	Superior	1802	100	41	2,2	1734	96,2	28	1,5	24	59,2	17	40,8	0	0
	Não respondeu/ Recusa	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não sabe/ Não lembra	2	100	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Até 1 salário mínimo	1631	100	47	2,9	1574	96,5	10	0,6	27	56,6	20	43,4	0	0
IDADE	Mais de 1 até 2 salários	2396	100	40	1,7	2344	97,8	12	0,5	27	67,5	13	32,5	0	0
	Mais de 2 até 3 salários	1582	100	21	1,3	1548	97,8	13	0,8	4	19,1	17	79,8	0	1,2
	Mais de 3 até 5 salários	1444	100	30	2,1	1397	96,8	17	1,2	22	75,5	7	24,5	0	0
	Mais de 5 até 10 salários	570	100	11	1,9	556	97,6	3	0,5	5	47,8	6	52,2	0	0
	Mais de 10 salários mínimos	340	100	5	1,5	333	97,7	3	0,8	5	100	0	0	0	0
	Não respondeu/ Recusa	164	100	14	8,4	148	90,7	1	0,9	5	35,5	6	43,9	3	20,6
	Não sabe/ Não lembra	216	100	6	2,7	201	92,7	10	4,6	6	100	0	0	0	0
	Até 1 salário mínimo	1631	100	47	2,9	1574	96,5	10	0,6	27	56,6	20	43,4	0	0
RENDIA FAMILIAR MENSAL	Mais de 1 até 2 salários	2396	100	40	1,7	2344	97,8	12	0,5	27	67,5	13	32,5	0	0
	Mais de 2 até 3 salários	1582	100	21	1,3	1548	97,8	13	0,8	4	19,1	17	79,8	0	1,2
	Mais de 3 até 5 salários	1444	100	30	2,1	1397	96,8	17	1,2	22	75,5	7	24,5	0	0
	Mais de 5 até 10 salários	570	100	11	1,9	556	97,6	3	0,5	5	47,8	6	52,2	0	0
	Mais de 10 salários mínimos	340	100	5	1,5	333	97,7	3	0,8	5	100	0	0	0	0
	Não respondeu/ Recusa	164	100	14	8,4	148	90,7	1	0,9	5	35,5	6	43,9	3	20,6
	Não sabe/ Não lembra	216	100	6	2,7	201	92,7	10	4,6	6	100	0	0	0	0

Obs : n.pond inferior a 30 não permite análise estatística segura

8. VITIMIZAÇÃO VICÁRIA

As vitimizações provocadas em razão de cor ou raça e orientação sexual são as mais frequentes entre uma série de questões que envolvem, além destes temas, gênero, classe, preferência política e local de moradia, e entre outros. De forma geral, 9,5% dos brasileiros adultos conhecem alguém que já sofreu algum tipo de agressão física ou verbal por causa de cor ou raça, índice similar ao dos que dizem o mesmo sobre orientação sexual (9,4%). Entre aqueles que se declaram pretos, o índice dos que conhecem alguém já agredido por cor ou raça vai a 12,7%, e entre os amarelos fica em 12,6%. Entre os jovens de 16 a 24 anos, 16,4% conhecem alguém que já foi agredido de alguma forma por causa da orientação sexual.

Em seguida, entre os motivos com maior incidência para agressões verbais ou físicas, aparece religião: 5,4% conhecem alguém já agredido por esse motivo. Entre os espíritas, kardecistas e espiritualistas, esse índice vai a 10,5%, fica em 8,6% entre os evangélicos não-pentecostais e em 7% entre os evangélicos pentecostais.

Também foi identificado o percentual de pessoas que conhecem alguém que já sofreu agressão física ou verbal por causa do lugar onde mora (4,5%), da classe social (4,4%), de deficiência física (4,4%), de ser homem ou mulher (3,5%), de doença (3,0%), da escolaridade (3,1%), da preferência política (3%), e de doença (3%). Os resultados por segmento mostram ainda que, quanto maior a escolaridade do entrevistado, maior a frequência com que conhece alguém que já sofreu agressão por causa da escolaridade (entre aqueles com curso superior, 5,9%); e quanto mais alta a classe social, maior a frequência com que conhece alguém que tenha sofrido agressão por causa da classe social (na classe A/B, 6%, e na D/E, 2,4%).

Quando consultados se, em vez de conhecerem, já presenciaram algum tipo de agressão verbal ou física pelos mesmos motivos listados acima, a tendência se manteve para os mais citados: agressões por raça ou cor (10%), orientação sexual (9,8%) e religião (5,5%) foram as situações mais frequentes observadas pelos entrevistados. Em seguida vêm o testemunho por agressões relacionadas a deficiência física (4,9%), classe social (4,9%), lugar onde mora (4,5%), ser homem ou mulher (4%), preferência política (3,5%), escolaridade (3,2%), e doença (3,2%).

Conhece alguém ou já presenciou alguém que sofreu algum tipo de agressão física ou verbal por causa:

	CONHCE ALGUÉM	PRESENCIOU
Da cor ou raça	9,5	10,0
Por ser homem/mulher	3,5	4,0
Por sua orientação ou opção sexual	9,4	9,8
Por doença	3,0	3,2
Por deficiência física	4,4	4,9
Por Religião	5,4	5,5
Pelo lugar onde mora	4,4	4,5
Pela classe social	4,4	4,9
Pela escolaridade	3,1	3,2
Pela preferência política	3,0	3,5

9. CARACTERIZAÇÃO DA VIZINHANÇA

9.1. Vizinhança e relacionamento com vizinhos

A Pesquisa Nacional de Vitimização revela que em sua maioria os entrevistados estão satisfeitos com o bairro onde moram e se pudessem escolher continuariam morando na mesma região. Cerca de 63,5% gostariam de continuar morando na mesma vizinhança e 7,5% gostariam de mudar de casa, mas continuar no mesmo bairro. Mudariam para outro bairro da mesma cidade 14,6% e 8,2% optariam por mudar de cidade no mesmo estado. Gostariam de mudar de estado 3,9% e 1,8% mudariam de país.

	TOTAL	SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO-OESTE	NORTE
Gostaria de continuar morando na sua vizinhança	63,5	61,3	71,1	62,3	65,9	64,6
Mudaria para outro bairro da cidade	14,6	15,0	12,3	15,7	13,3	14,7
Mudaria para outra cidade do estado	8,2	9,1	6,7	7,9	7,3	6,4
Mudaria para outro lugar do mesmo bairro	7,5	7,9	5,1	8,2	6,2	
Mudaria para outro estado do Brasil	3,9	4,2	2,5	3,6	5,4	4,4
Mudaria para outro país	1,8	2,0	1,7	1,8	1,5	1,1

Gostariam de continuar morando na mesma vizinhança principalmente os moradores de Boa Vista, Florianópolis e Campo Grande (77,5%, 71,4% e 71,7% respectivamente). Em São Paulo, 9,4% mudariam de cidade dentro do estado. Os mais velhos (74,9%) estão mais satisfeitos com o bairro onde moram do que os mais jovens (59,1%).

Afirmam conhecer seus vizinhos 95,6% dos ouvidos pela pesquisa, sendo que 46,3% conhecem todos ou quase todos, 12,5% conhecem muitos e 36,8% conhecem alguns. Não conhecem nenhum vizinho 4,2%. Afirmam conhecer todos ou quase todos os vizinhos principalmente os homens (49,5%), os mais velhos (55,8%), os menos escolarizados (51%) e os que pertencem às classes D/E (48,9%).

Quanto à confiança em seus vizinhos, 31,5% confiam na maioria deles, 43,7% confiam em alguns e 20,1% não confiam. O nível de confiança nos vizinhos (confia na maioria deles) fica acima da média nas cidades de Curitiba (41,4%) e Florianópolis (37,1%). Não confiam especialmente os moradores de Macapá (31,9%), Maceió (31,3%), Aracaju (31,2%), Salvador (27,9%) e Belém (28,5%).

Foram apresentadas algumas situações do dia a dia para saber em quais delas os entrevistados poderiam ou não contar com seus vizinhos. Das dez situações apresentadas seis atingiram índices superiores a 50%.

A maioria (77%) acredita que poderia contar com seus vizinhos para auxílio em casos de doença ou problemas de saúde.

A maior parte também acredita que poderia contar com os vizinhos para tomar conta da casa quando se ausentam (63,4%) e para pedir alimentos e objetos emprestados (62,0%).

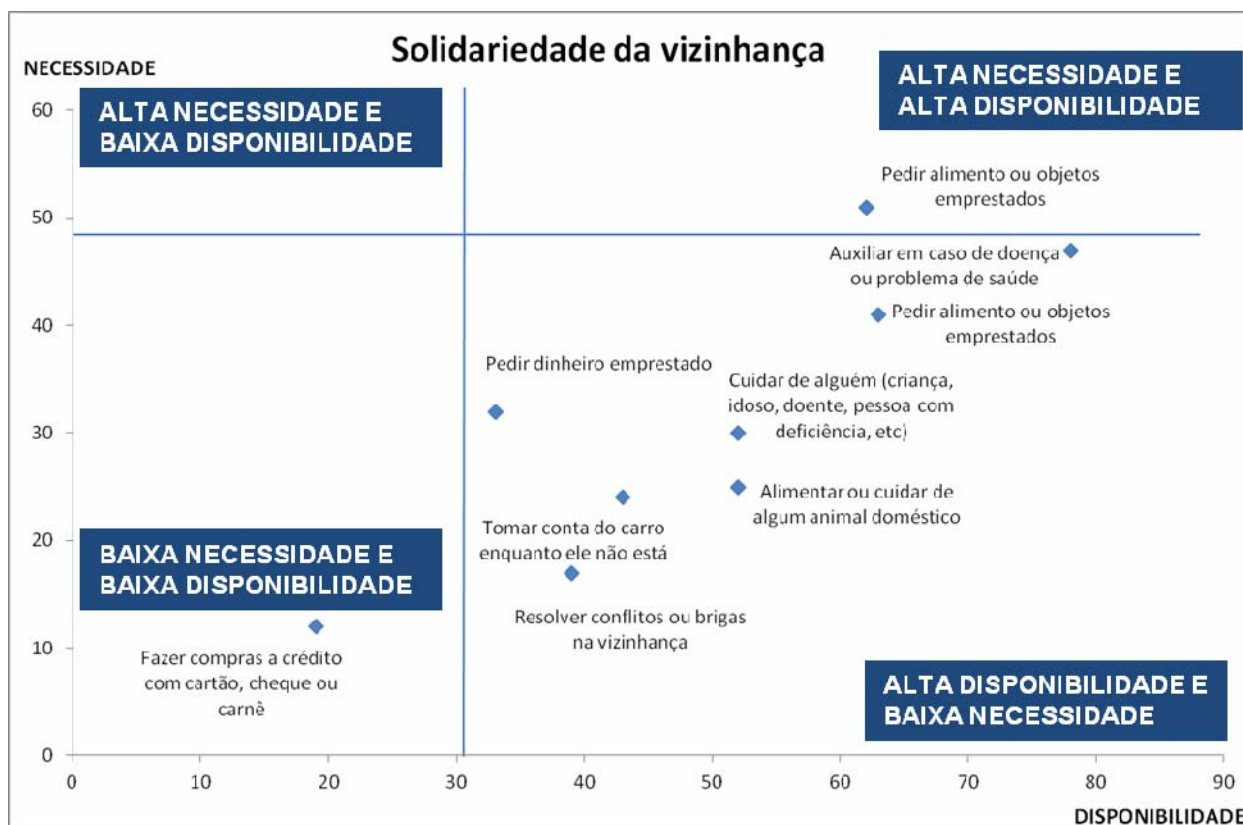
Metade dos entrevistados poderia contar com a ajuda dos vizinhos para alimentar ou cuidar de algum animal doméstico (52,3%), para cuidar de alguma pessoa doente ou alguma criança (51,9%) e para denunciar a ocorrência de algum crime na vizinhança (50,6%).

As situações que menos teriam colaboração dos vizinhos são para tomar conta do carro enquanto estiverem ausentes (44,3%), resolver brigas e conflitos na vizinhança (40,0%), pedir dinheiro emprestado (34,3%) e fazer compras a crédito com cartão ou cheque (19,2%).

	Poderia contar com os vizinhos	Vizinhos costumam pedir ajuda frequentemente
Para auxiliar em caso de doença ou problema de saúde?	77,0	7,6
Para tomar conta da casa enquanto não está?	63,4	9,4
Para pedir alimento ou objetos emprestados?	62,0	11,8
Para alimentar ou cuidar de algum animal doméstico?	52,3	4,6
Para cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc)?	51,9	5,5
Denunciar ocorrência de crime?	50,6	-
Para tomar conta do carro enquanto não está?	44,3	5,2
Para resolver conflitos ou brigas na vizinhança?	40,0	2,4
Para pedir dinheiro emprestado?	34,3	5,5
Para fazer compras a crédito com cartão, cheque ou carnê ?	19,2	1,9

A partir dos resultados das perguntas acima, foi elaborado um mapa de solidariedade da vizinhança, esse mapa considera a necessidade x poderia contar com os vizinhos:

Gráfico 37 – Solidariedade da vizinhança, em % (necessidade x disponibilidade)



As situações pesquisadas estão divididas em quatro quadrantes:

- **ALTA NECESSIDADE E BAIXA DISPONIBILIDADE:** índice de necessidade e disponibilidade acima da média – nenhuma situação encontra-se nesse quadrante
- **ALTA NECESSIDADE E ALTA DISPONIBILIDADE :** índice de necessidade e disponibilidade acima da média – pedir alimentos ou objetos emprestados. É alta a necessidade e os vizinhos podem contar com essa ajuda.
- **ALTA DISPONIBILIDADE E BAIXA NECESSIDADE:** índice de disponibilidade acima da média e necessidade abaixo da média. Nesse quadrante encontram-se a maioria dos itens pesquisados, quer dizer que os vizinhos estão dispostos a ajudar nessas situações mas não há a necessidade de ajuda.

- **BAIXA NECESSIDADE E BAIXA DISPONIBILIDADE** : índice de necessidade e disponibilidade abaixo da média. Apenas uma situação encontra-se nesse quadrante, isto é, os vizinhos não ofereceriam ajuda para “fazer compras a crédito com cartão, cheque ou carnê” e também não há essa necessidade.

As opiniões a respeito se os vizinhos tomariam alguma providência caso presenciassem, na vizinhança, jovens em situações moralmente não aceitas ou ilegais mostraram-se divididas. Das cinco situações estimuladas, as com taxas mais altas de intervenção por parte dos vizinhos são jovens faltando com respeito a um adulto (49,9%), jovens depredando prédios (47,9%) e briga iniciada na frente da sua casa (46,4%). Menos citadas, aparecem as situações de jovens envolvidos com atividades ilegais e jovens matando aula e ficando na rua.

	SIM, PODERIA CONTAR COM OS VIZINHOS PARA TOMAR ALGUMA PROVIDÊNCIA	TALVEZ	NÃO PODERIA CONTAR
Observar jovens faltando com o respeito a um adulto	49,9	19	18,1
Observar jovens depredando prédios	47,9	18,6	20,5
Observar uma briga que começou na frente da sua casa	46,4	19,1	20,8
Observar jovens envolvidos em atividades ilegais	41,6	17,8	25,2
Observar jovens matando aula e ficando a toa na rua	34,7	21,1	21,1

Na análise das variáveis demográficas e econômicas para a situação de jovens faltando com respeito a um adulto, as taxas mais altas estão entre os moradores do Espírito Santo (57,4%), do Amapá (57,6%) e da Paraíba (57,8%) – cuja capital alcança 59,2% das menções. Já as menções de que os vizinhos não tomariam nenhuma providência (18,1%, no total), alcança 24,7% entre aqueles que pertencem à classe E e 25,2% entre os moradores do Ceará - entre os habitantes de sua capital o índice chega a 28%.

Com relação à situação de observar jovens depredando prédios, as taxas mais altas para a intervenção dos vizinhos são encontradas entre os moradores da região Sul (52,4%) e dos Estados do Mato Grosso do Sul (57,1%), de Santa Catarina (56,6%) e do Espírito Santo (56,1%). Entre as capitais os destaques são: Florianópolis (58,5%) e Campo Grande (58,3%). Na análise por variáveis socioeconômicas, o índice entre aqueles que pertencem à

classe A alcança 55,8%. Por sua vez, não esperam que seus vizinhos tomem alguma atitude 11,9%. As taxas de não intervenção são mais altas entre aqueles que pertencem à classe E (30,9%) e entre os que moram nos Estados do Alagoas (34,9%) – cuja capital alcança índice de 32,6% - e do Ceará (28,8%) – cuja capital chega a 31,7% de menções.

Quanto à situação de observar uma briga iniciada na frente de casa, para 55,9% dos moradores de Rondônia, seus vizinhos tomariam alguma providência. Esse índice é semelhante ao encontrado entre aqueles que pertencem à classe A (52,4%) e entre os moradores de Minas Gerais (54,2%) e de Santa Catarina (54,7%). Entre as capitais, os destaques são Rio Branco (53,7%) e Campo Grande (52,3%). Não acreditam que seus vizinhos tomariam alguma providência 20,8% dos entrevistados, com destaque entre aqueles que pertencem à classe E (30,8%) e entre os moradores de Fortaleza (34,5%) e de Maceió (35,1%).

Já, observar jovens em atividades ilegais teve 41,6% de menções positivas, ou seja, acredita-se que os vizinhos tomariam alguma providência perante essa situação. Entre os moradores de Santa Catarina essa taxa chega a 51,7% - cuja capital alcança 52,5% - e entre os moradores de Rondônia 49,4%. Enquanto entre aqueles que pertencem à classe A, de acordo com o critério Brasil, o percentual atinge 49,6%. Daqueles que não esperam que os vizinhos tomem alguma atitude perante a situação (25,2%), índices mais altos são encontrados entre os que pertencem à classe E (34,9%) e entre os moradores do Alagoas (40%) e do Ceará (34,3%), cujas capitais apresentam taxas de 42,2% e 37,2%, respectivamente.

Para 34,7% dos entrevistados, seus vizinhos tomariam alguma providência caso observassem jovens matando aula e ficando a toa na rua, principalmente, entre os moradores do Espírito Santo (43,5%), de Minas Gerais (41,5%) e do Tocantins (41%). Entre as capitais, são destaques: Teresina (41,4%) e João Pessoa (42%). A taxa daqueles que afirmam que seus vizinhos não tomariam nenhuma atitude (27,7%) é mais alta entre aqueles que pertencem à classe E (31,7%), entre os moradores do Rio Grande do Norte (39%), do Ceará (39,2%) e entre as capitais os destaques são: Maceió (41,4%) e Natal (41,6%).

9.2. Imagem da vizinhança

Ainda pensando na vizinhança, foram apresentadas aos entrevistados cinco frases sobre os vizinhos para que dissessem se concordam ou não com cada uma delas:

	CONCORDA	DISCORDA
As pessoas daqui são dispostas a ajudar seus vizinhos	72,7	14,9
Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança	66,9	18,6
As pessoas nesta vizinhança são muito unidas	61,3	24,8
Em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos, valores	40,4	37,6
Em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras	28,4	53,5

A maioria (72,7%) concorda com a frase ‘as pessoas daqui são dispostas a ajudar seus vizinhos’, principalmente, entre os moradores da região Sul (75,1%) e entre os moradores de Santa Catarina (79,3%) – entre os habitantes da capital o índice é de 76,6% -, de Teresina (77,1%) e de Rio Branco (76,5%). Na análise das variáveis socioeconômicas, observam-se diferenças por gênero, por idade e por classe. Entre os homens o índice alcança 75,4% e entre as mulheres 70,4%. Já entre os mais velhos, esse índice é de 77,3% e entre os mais jovens, 67,1%. Enquanto entre os que pertencem à classe A é de 75,7% e entre os membros da classe E, 66,6%.

A maioria também mostrou concordar com a frase ‘pode-se confiar nas pessoas desta vizinhança’ (66,9%). Entre os moradores da região Sul esse índice vai para 72,9% e nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina alcança, em cada um, 75,3%. Entre as capitais o destaque é Florianópolis, cuja taxa de concordância entre seus moradores chega a 76%. Novamente, há diferenças nos segmentos de gênero, idade e classe econômica. A concordância entre as mulheres é menor do que entre os homens (63,9% a 70,3%), assim como é menor entre os mais jovens (57,9%) do que entre os mais velhos (76,4%) e entre os que pertencem a classe E (61,6%) em relação ao segmento mais rico (73,9%).

Com taxa de concordância um pouco menor aparece a frase ‘as pessoas nesta vizinhança são muito unidas’, com 61,3% de menções. As taxas mais altas são encontradas entre os moradores do Acre (70%), da Paraíba (69,7%), de Teresina (66,8%) e do Rio Branco (66,8%). Como anteriormente, há diferenças por segmentos, sobretudo, por faixa etária (50,8% entre os mais jovens e 74,2% entre os mais velhos), por escolaridade (55% entre os mais escolarizados e 73,9% entre os sem instrução) e por critério econômico (61,5% entre os que pertencem à classe E e 54,5% entre os que pertencem à classe A).

Já as frases ‘em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos valores’ e ‘em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras’ alcançaram índices mais baixos de concordância, respectivamente, 40,4% e 28,4%. Com relação à primeira frase, os índices mais altos estão entre os moradores do Rio Grande do Norte (57,4%), do Amapá (52,6%) e de suas respectivas capitais, 56,1% e 52,6%. Na análise por faixa etária, observa-se que a taxa de concordância é mais alta entre os mais jovens (43,8%) do que entre os mais velhos (34,7%).

Quanto à segunda frase, as taxas de concordância mais altas estão entre os moradores da região Norte (34,2%), do Alagoas (39,3%) e entre os moradores das capitais Fortaleza (39%), Natal (40,4%), Macapá (42,6%) e Maceió (42,4%). No recorte por variáveis socioeconômicas, observam-se diferenças por faixa etária (33,2% entre os mais jovens e 23,7% entre os mais velhos) e classificação econômica (34% entre os membros da classe E e 20,7% entre os membros da classe A).

9.3. Características da vizinhança

A maioria dos entrevistados não observa carros abandonados, arrebitados ou desmontados nas ruas da sua vizinhança (89,5%), prédios, casa ou galpões abandonados (81,8%), não se escuta barulhos de tiros (68,2%), não há cheiros desagradáveis (64,6%) e não há terrenos ou lotes com lixo, entulho ou mato alto (63,2%). A situação com opiniões mais divididas é de não se escutar ruídos, música alta e gritaria na vizinhança, com 54,2% de menções negativas.

NA SUA VIZINHANÇA EXISTEM?	SIM	NÃO
Ruídos, música alta e gritaria	45,4	54,2
Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não	36	63,2
Cheiros desagradáveis	35	64,6
Barulhos de tiros	31	68,2
Prédios, casa ou galpões abandonados	16,9	81,8
Carros abandonados, arrebitados ou desmontados na ruas	9,6	89,5

A presença de carros abandonados, arrebitados ou desmontados nas ruas da vizinhança (9,6%) é mais relatada entre os moradores do Estado do Rio de Janeiro (20,1%) e da região Sudeste (13,4%). Já a situação inversa, apresenta taxas mais altas entre os moradores da região Centro Oeste (94,7%), entre os moradores do Estado do Maranhão (96,5%) e da capital João Pessoa (96%) e Campo Grande (95,5%). Na análise das variáveis socioeconômicas, observa-se diferença de opinião entre os mais jovens e os mais velhos, respectivamente, 86,4% e 93,1% afirmam não haver na vizinhança carros abandonados.

Já existência de prédios, casas ou galpões abandonados na vizinhança (16,9%), é mais citada entre os moradores do Amapá (25,6%) e sua capital Macapá (27,5%). Outras capitais que se destacam são Maceió e Cuiabá, cada uma com 26,6% de menções. Em situação oposta, entre os moradores de Brasília, o índice dos que afirmam não haver na vizinhança prédios, casas ou galpões abandonados alcança 87,4%. Novamente,

observam-se diferenças de opiniões quanto ao tema entre os mais jovens e os mais velhos (respectivamente, 77,1% e 87,2%) e entre os mais e menos escolarizados (77,8% e 84,1%).

Barulho de tiros na vizinhança, citado por 31% dos entrevistados, apresenta taxas mais altas entre os moradores do Rio Grande do Sul (45,5%) e entre os moradores de Fortaleza (51,5%). Enquanto daqueles que responderam não haver barulho de tiros na vizinhança, chama atenção os moradores do Estado de Roraima e de sua capital, Boa Vista, onde o índice chega a 95%. As principais diferenças encontradas na análise por segmentos socioeconômicos se dá por escolaridade e por classe econômica. Uma vizinhança sem barulhos de tiros é mais citada entre os mais escolarizados (74,8%) do que nos menos escolarizados (66,4%) e entre aqueles que pertencem à classe A (82,7%), do que aqueles pertencentes à classe E (60,5%).

O incômodo de cheiros desagradáveis na vizinhança afeta 35% dos entrevistados. Este problema é mais citado entre os moradores do Ceará (45,6%), cuja capital alcança índice de 46,5%, próximo ao de Porto Velho, com 47%. Por outro lado, esse problema não é identificado na vizinhança sobretudo entre os habitantes de Santa Catarina (70,2%) e do Mato Grosso do Sul (70,3%) – cuja capital atinge índice de 71,7%. Moradores de outras capitais também se destacam, como João Pessoa (72,7%) e Palmas (73,3%). Na análise por variáveis socioeconômicas, observam-se diferenças por gênero, faixa etária, escolaridade e classificação econômica. Responderam não haver cheiros desagradáveis na vizinhança, entre os homens, 67,8%, e entre as mulheres, 61,8%. Já entre os mais velhos, esse índice alcança 71,9% e entre os mais novos, 61,4%. Enquanto entre os mais escolarizados chega a 71,8% e entre os menos escolarizados, 62,8%. Por fim, entre os pertencentes da classe A o índice é de 79,5% e entre os da classe E é de 56,1%.

A presença de terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, na vizinhança, é mencionado por 36%, sobretudo, entre os moradores do Tocantins (63%) e de sua capital (69,3%). Diferentemente de Palmas, Brasília tem a taxa mais alta de menções negativas: 79,7% afirmam não haver terrenos ou lotes nessas condições. Notam-se diferenças de opiniões entre os mais velhos e os mais novos (respectivamente, 72,8% e 56,8%) e entre os pertencentes da classe A e da classe E (72,9% e 53,7%).

Finalmente, 45,4% dos entrevistados responderam haver ruídos, música alta e gritaria na vizinhança em que vivem. Esse índice é maior sobretudo entre os habitantes do Amapá (60%), de Belém (62,2%) e de Macapá (62,6%). Dos que afirmaram não conviver com esse tipo de problema na vizinhança, taxas mais altas são encontradas entre os habitantes de Roraima (73,7%) e das capitais Vitória (68,6%) e Boa Vista (73,7%). Mais uma

vez essas taxas são mais altas entre os mais velhos (61,8%) do que nos mais novos (48,3%), entre os que têm ensino fundamental (57,1%) do que os que têm curso superior (52,4%) e entre os que pertencem à classe A (60,9%) do que nos pertencentes à classe E (57,4%).

Pensando em sua vizinhança, nos últimos 12 meses, a maioria dos entrevistados respondeu não haver flanelinhas ou guardadores de carros (88,9%), não haver pessoas praticando atos obscenos ou indecentes na rua (83,5%), não haver pessoas se prostituindo nas ruas (75,3%), não haver ações de vandalismo (74,4%), não haver pessoas fazendo necessidades fisiológicas na rua (73,7%), não haver pessoas vivendo ou dormindo na rua (71,7%) e não haver pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos (67,4%). Já a presença de pessoas consumindo ou vendendo drogas, de pessoas pedindo esmolas e de vendedores ambulantes, como camelôs, nas ruas da vizinhança apresenta frequências mais altas tiveram respostas negativas mais baixas, respectivamente, 49,3%, 45,8% e 45%.

NA SUA VIZINHANÇA EXISTEM?	SIM	NÃO
Vendedores ambulantes, camelôs na rua	53,7	45
Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua	53,2	45,8
Pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais na rua	45,4	49,3
Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos como jogo do bicho, briga de galo, carteado	28	67,4
Pessoas vivendo ou dormindo nas ruas	26,8	71,7
Pessoas fazendo xixi ou coco na rua	23,7	73,7
Pessoas quebrando janelas, pichando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos como orelhões, placas de rua, postes de luz, lixeiras	23,5	74,4
Pessoas se prostituindo nas ruas	20,4	75,3
Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes na rua	13,4	83,5
Flanelinhas ou guardadores de carro	9,8	88,9

A presença de flanelinhas, nos últimos 12 meses, na vizinhança, tem 9,8% de menções e alcança taxas mais altas entre os habitantes do Estado de Amapá (18,3%), entre os moradores da capital do Espírito Santo (31,7%), entre os mais escolarizados (19,7%) e entre a classe A (23,5%) - entre os menos escolarizados e entre os membros da classe D, essas taxas são mais baixas, respectivamente, 6,2% e 6,3%.

Com índice próximo, a presença de pessoas praticando atos obscenos ou indecentes nas ruas da vizinhança tem 13,4% de menções. Sua presença é mais citada entre os moradores do Pará (21,5%) e entre os moradores de Salvador (27,2%).

Já a presença de pessoas se prostituindo alcança 20,4%, sendo mais citada entre os moradores da região Norte (32%), principalmente do Pará (36,6%) e de sua capital, Belém (40,1%). Na análise por critério econômico, entre a classe E, esse índice chega a 27,9%, enquanto entre a classe A chega a 14,9%.

As taxas para pessoas em ações de vandalismo e para pessoas fazendo suas necessidades fisiológicas, nos últimos 12 meses, nas ruas da vizinhança, são próximas, respectivamente, 23,5% e 23,7%. Para o primeiro caso, são destaque as respostas positivas entre os moradores do Distrito Federal (33,6%) e entre os de Curitiba (47,2%). Para o segundo caso, taxas mais altas são encontradas entre os habitantes da Bahia (35,2%), de Alagoas (33,3%) e da capital de Salvador (49,7%).

Taxas próximas também são encontradas para a existência de pessoas vivendo ou dormindo nas ruas da vizinhança, e, para pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos, respectivamente, 26,8% e 28%. Nas capitais São Paulo e Vitória, respectivamente, 42,5% e 43,7% responderam haver pessoas vivendo ou dormindo nas ruas da vizinhança, nos últimos 12 meses. Observam-se diferenças por critério econômico, o índice entre a classe A é de 34% e entre a classe E, é de 24,5%. Já para pessoas jogando, destacam-se as taxas entre os moradores da região Nordeste (38,2%) e Norte (39,8%), principalmente, entre os habitantes do Amapá (58,7%) e de Belém (69,3%). A existência de pessoas jogando nas ruas da vizinhança é mais observada entre homens (32,7%) do que nas mulheres (23,7%), entre os mais jovens (33,1%) do que nos mais velhos (19,3%), e entre a classe E (34%) do que na classe A (18,4%).

Para a presença de pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais, nas ruas da vizinhança nos últimos 12 meses, a taxa de respostas afirmativas chega a 45,4%. Entre os moradores do Amazonas, 54% afirmam haver pessoas nessa situação, entre os moradores de Belém, 57%. Há diferenças de opiniões entre os que pertencem à classe E (45,6%) e à classe A (35,7%), e entre os mais jovens (49,4%) e os mais velhos (33,9%).

A presença de pessoas pedindo esmolas e de vendedores ambulantes nas ruas da vizinhança, nos últimos 12 meses, têm os índices mais altos de respostas afirmativas, respectivamente um pouco mais da metade, 53,2% e 53,7%. A ação de pedir esmolas é mais mencionada entre os habitantes da região Nordeste (66,4%), sobretudo, entre os moradores do Estado da Paraíba (78%) e das capitais Natal (81,4%) e Maceió (81,8%). Enquanto a presença de vendedores ambulantes é mais citada na região Nordeste (60,3%), nos Estados do Piauí (70,1%) e do Tocantins (71,1%), e nas capitais, Belém (66%) e Teresina (72,3%). Na análise por critério econômico, os pertencentes da classe E (59,4%) citam mais o ocorrido que os pertencentes da classe A (43,1%).

Em relação à percepção da criminalidade na vizinhança, a situação mais percebida pelos entrevistados foram pessoas sendo assaltadas (34,5%), seguida de pessoas sendo mortas por arma de fogo (22,7%), pessoas se agredindo fisicamente (22,1%), pessoas andando com arma de fogo na rua (20,2%). A atitude menos percebida foi a de pessoas do sexo masculino sendo vítimas de violência sexual (2,1%).

NA SUA VIZINHANÇA EXISTEM?	SIM	NÃO
Pessoas sendo assaltadas	34,5	62,5
Pessoas sendo mortas por arma de fogo	22,7	73,9
Pessoas se agredindo fisicamente	22,1	74,1
Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças "legais" ou "autorizados"	20,2	71,5
Mulheres que residem na vizinhança, sendo agredidas por seus maridos ou companheiros ou por parentes	17	75,8
Policiais ameaçando ou agredindo pessoas	9,8	82,3
Policiais recebendo dinheiro de pessoas	8,2	82,2
Pessoas do sexo feminino sendo vítimas de violência sexual	5,1	87,9
Pessoas do sexo masculino sendo vítimas de violência sexual	2,1	90,9

De maneira geral, a maior incidência dessas situações é observada nas regiões Norte e Nordeste, nos Estados do Pará e do Amapá e na capital Belém. Há diferenças por segmentos socioeconômicos, principalmente, por faixa etária e por classe econômica: as taxas para a ocorrência é geralmente mais alta entre os mais velhos do que entre os mais jovens, e mais alta na classe E do que na classe A.

A percepção sobre vitimização por violência sexual de pessoas do sexo masculino, na vizinhança, nos últimos 12 meses, tem 2,1% de menções positivas. As taxas mais altas são encontradas entre os moradores da região Norte (4,1%), do Pará (6%) – cuja capital chega a 5,8%, e entre a classe E (3,7%). Com relação à percepção de vitimização por violência sexual de pessoas do sexo feminino, destacam-se as taxas entre os habitantes da região Norte (9,2%), dos Estados do Pará e do Amapá (respectivamente, 11,7% e 11%) e de Belém (13,1%). Entre a classe E as menções chegam a 7,6%, enquanto entre a classe A, 2,5%. Essas taxas são próximas das observadas entre os mais jovens (7,2%) e entre os mais velhos (2,2%).

A respeito da presença de policiais ameaçando ou agredindo pessoas e recebendo dinheiro, nas ruas da vizinhança, nos últimos 12 meses, apresentam respostas afirmativas, respectivamente, 9,8% e 8,2% dos entrevistados. Os índices mais altos são encontrados na região Norte (respectivamente, 18,5% e 19,2%), entre os moradores do Pará (24,2% e 27,1%) e sua capital (30,9% e 33,5%). Entre a classe E esses índices são de 14,4% e 9,9%, e entre a classe A, 5% e 4,5%; por sua vez, entre os mais jovens são, respectivamente, de 16,4% e 12,4% e entre os mais velhos, 3,4% e 3%.

Entre as situações com respostas afirmativas mais expressivas, assaltos nas ruas da vizinhança, nos últimos 12 meses, têm mais menções entre os moradores da região Norte (50,2%) e Nordeste (46,9%), entre os habitantes do Pará (62,4%) e do Rio Grande do Norte (57,5%) e das capitais, Belém (76,9%) e Fortaleza (64,8%). Mais jovens (39,2%) e mais escolarizados (40%), comparativamente, apresentam taxas mais elevadas do que os mais velhos (27,5%) e os menos escolarizados (30,3%).

As menções de ocorrência de pessoas sendo mortas por armas de fogo, na vizinhança, são mais altas entre os habitantes da região Nordeste (32,9%) e Norte (31,1%), e entre os Estados do Alagoas (47,6%) e do Pará (42,5%), cujas capitais alcançam, respectivamente, índices de 53,6% e 49,5%. Na análise socioeconômica, há diferenças por faixa etária e classe econômica. Entre os mais jovens, 27,9% mencionam a existência de

pessoas sendo mortas por armas de fogo, enquanto entre os mais velhos, 14,1%, já entre a classe E, 32,1%, e entre a classe A, 10,1%.

9.4. Avaliação de alguns serviços

Dos doze serviços avaliados na vizinhança dos entrevistados, os que apresentaram índices mais elevados de avaliações positivas, menções de ótimo ou bom, foram: comércio local (67,4%), coleta de lixo (66,6%), iluminação das ruas (58,7%) e quantidades de escolas públicas (52,9%). A seguir foi citada a quantidade de transportes públicos (46,1%), a pavimentação e manutenção de ruas e calçadas (37,5%), a organização do trânsito (37,1%), a quantidade de serviços públicos de saúde (30,3%) e o policiamento em viatura ou moto (29,1%). Com avaliações positivas mais baixas aparecem locais de esporte, cultura e lazer (24,7%), quantidade de orelhões e lixeiras (22,9%) e policiamento a pé (9,2%).

Serviços na vizinhança	Ótimo + bom	Ruim + Péssimo	Não tem
Comércio local (mercado, padarias, açougue)	67,4	8,9	1,1
Coleta de lixo e entulho nas ruas	66,6	11,5	0,7
Iluminação de ruas	58,7	15,6	0,3
Quantidade de escolas públicas	52,9	13,1	1,7
Quantidade de transportes públicos	46,1	22,4	5,2
Pavimentação e manutenção de ruas e calçadas	37,5	30,9	2,8
Organização do trânsito	37,1	23,4	9,2
Quantidade de serviços públicos de saúde	30,3	32,5	4,1
Policiamento em viatura ou moto	29,1	28,3	7,7
Locais de esporte, cultura e lazer	24,7	29,2	21,7
Quantidade de equipamentos coletivos (orelhões e lixeiras)	22,9	39,8	10,3
Policiamento a pé	9,2	25,7	52,8

Taxas de avaliações positivas mais altas para o comércio local são encontradas na região Sul (74,7%), principalmente, entre os moradores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (75,9%, cada). Entre as capitais se destaca Porto Alegre, com 77,7% de menções

de ótimo ou bom. Na análise por variáveis socioeconômicas, a classe A é destaque, entre estes o índice chega a 74,5% - enquanto entre os membros da classe E alcança 63,3%.

Com índices próximos, o serviço de coleta de lixo e entulho nas ruas alcança avaliações positivas mais altas na região Sul (78,6%), entre os habitantes do Paraná (81,4%), Santa Catarina (81,6%) e das capitais Campo Grande (82,4%) e Curitiba (82,2%). Observam-se diferenças de opiniões entre os mais velhos (75%) em relação aos mais jovens (61,4%), e entre os que pertencem à classe A (74,3%) em relação aos que pertencem à classe E (55,2%).

Iluminação das ruas tem índices de aprovação mais altos na região Sul (68,5%) e entre os moradores de Santa Catarina (73,4%), de Belo Horizonte (71,8%). Observa-se mais uma vez diferenças nas avaliações positivas por faixa etária (entre os mais velhos chega a 70,3% e entre os mais jovens 52,9%), e principalmente, diferenças no índice de avaliações negativas, ruim ou péssimo, entre a classe E (24,2%) e a classe A (13,2%). O índice de ruim ou péssimo, chama atenção entre os habitantes da região Norte (30,1%), sobretudo, nos Estados de Roraima (39,9%) e do Amapá (40,4%), cujas capitais alcançam, respectivamente, 39,9% e 39,6%.

Como o serviço anterior, a quantidade de escolas públicas recebe taxa de avaliação positiva mais alta entre os moradores da região Sul (61,2%) e entre os moradores de Santa Catarina (63,5%) - entre os moradores do Paraná esse índice é de 63,1%. Entre as capitais, Belo Horizonte se destaca novamente, entre seus moradores a taxa de ótimo e bom para o serviço alcança 61,3%. Já as taxas de avaliação negativa são mais altas entre os habitantes do Alagoas (27,6%) e da capital Maceió (35,6%). Chama atenção a taxa dos que responderam não haver esse serviço na vizinhança entre a população do Espírito Santo (3,1%), do Mato Grosso (3%) e da capital Rio Branco (3,1%) – como entre os membros da classe A (4,2%).

Os serviços com maiores taxas de reprovação, ou seja, aqueles com taxas de ruim ou péssimo mais altas, são os serviços referentes à quantidade de equipamentos coletivos (39,8%), à quantidade de serviços públicos de saúde (32,5%), aos locais de esporte, cultura e lazer (29,2%) e ao policiamento a pé (25,7%). Chama a atenção a menção à ausência desses serviços: locais de esporte, cultura e lazer, com 21,7% - sobretudo entre os moradores do Maranhão (35,3%) - e policiamento a pé, com 52,8% de menções – principalmente, entre os moradores do Tocantins (89,3%) e da região Centro Oeste (63,9%).

As taxas de avaliações negativas mais elevadas com relação aos locais de esporte, cultura e lazer são encontradas entre os habitantes da Bahia (41,6%) – cuja capital alcança

46,1% -, do Alagoas (40,6%) e do Espírito Santo (40,1%). Na análise das variáveis socioeconômicas há diferenças por idade, entre os mais jovens o percentual alcança 35% e entre os mais velhos 17,3%.

Por fim, com relação ao policiamento a pé, os índices mais altos de avaliação negativa são encontrados entre os moradores da região Norte (36,7%), entre os habitantes do Amapá (49,9%) – cuja capital chega a 53,6% de menções - e de Roraima (49,8%). Mais uma vez, entre os mais velhos a taxa de avaliação negativa é mais baixa (16,1%) do que entre os mais jovens (31,1%). De forma semelhante, há diferença entre os mais escolarizados (31,1%) e os menos escolarizados (21,6%).

9.5. Sensação de segurança

Foi analisado o sentimento de segurança dos entrevistados sob diversas circunstâncias. Em relação ao bairro onde o entrevistado reside, foi perguntado se ele se sentia seguro em andar pelas ruas de dia e de noite. Durante o dia, 48,3% afirmaram se sentir muito seguros. À noite, essa proporção diminuiu mais da metade, sendo que apenas 22,5% se sentem muito seguros. O mesmo foi medido quanto ao local de trabalho: de dia, 23,4% se sentem muito seguros; de noite, cai para 11,9%.

Analisando o sentimento de segurança em andar nas ruas do bairro onde mora durante o dia face às características sociodemográficas, verifica-se maior proporção dos que se sentem muito seguros entre homens (52,4%); brancos (51%); os mais instruídos (51,3%) bem como os mais velhos (52,1%) e os que fazem parte das classes AB (51%).

Em relação a andar nas ruas do bairro onde mora durante a noite, observa-se uma redução na sensação de segurança e inversão na correlação com algumas características sociodemográficas. Homens (26,7%) continuam se sentindo mais seguros do que as mulheres (18,7%), os menos escolarizados sentem-se mais seguros (24,9%) do que os mais escolarizados (20,3%).

Quando enfocado o sentimento de segurança nas ruas do bairro onde trabalha de dia, os homens (54,9%) afirmaram se sentir mais seguros do que as mulheres (30,2%), entrevistados com mais anos de estudo e os de classe mais elevada tendem sentir mais segurança.

Durante a noite, 25,8% sentem-se inseguros em circular pelas ruas onde trabalham, entre os que têm entre 35 e 44 anos chega a 35,3%. A sensação de insegurança é mais alta também entre os mais escolarizados (34,7%) e entre os que fazem parte das classes A (32,8%). Deve-se considerar que 43,6% dos entrevistados não trabalham ou não circulam pelas ruas do trabalho à noite.

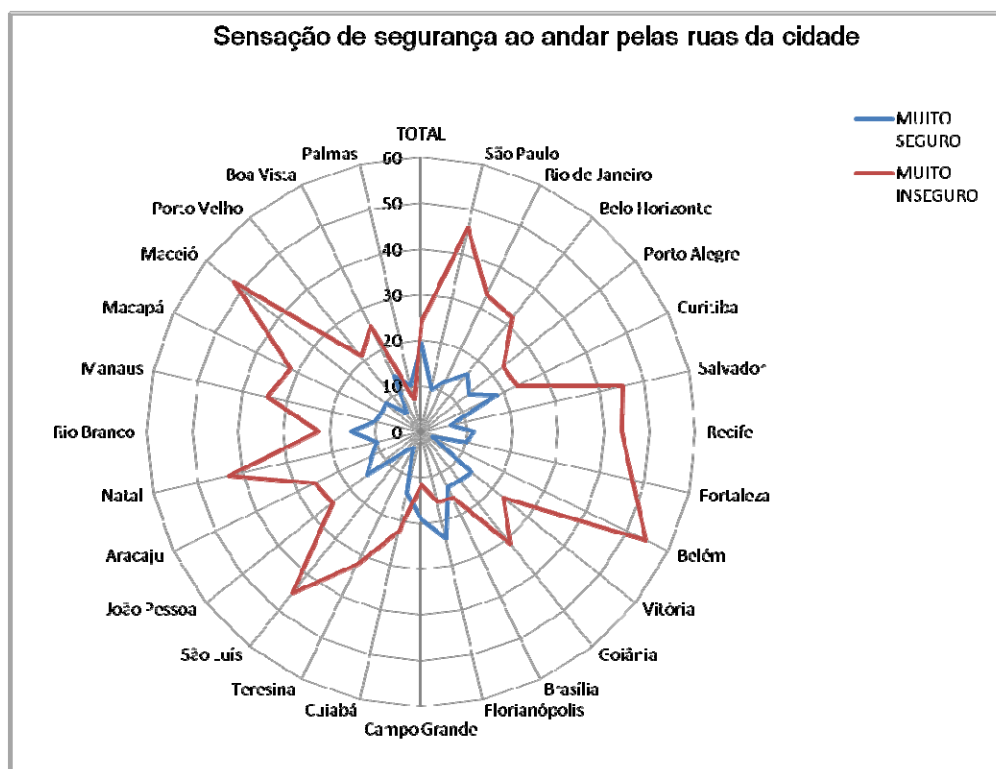
Quando o local de análise passa a ser ruas de outros bairros durante o dia, 51,6% dos entrevistados sentem-se seguros, sendo que 17,7% sentem-se muito seguros. Durante o dia, homens (19,1%) relataram se sentir mais seguros do que as mulheres (16,5%), brancos (19,5%) mais do que pardos (16,2%) e pretos (17%), e os adultos acima de 45 anos (19%).

Já quando circulam por outros bairros durante à noite, a maioria sente-se inseguro (67,2%), dos quais 45,4% sentem-se muito inseguros. A sensação de insegurança é maior

entre as mulheres (50,1%) e entre os que se declaram pardos (49,4%). Declaram não andar pelas ruas de outros bairros à noite 5,5% dos entrevistados.

Em relação ao sentimento de segurança ao andar nas ruas da cidade em geral, 53,5% sentem-se seguros e 45,7% inseguros. Os homens (22,5%) se sentem muito mais seguros do que as mulheres (16,6%). Analisando-se os resultados pelas capitais, observa-se em Florianópolis o maior índice de moradores que se sentem muito seguros em andar pelas ruas da cidade: 23,9%. Já os maiores índices de muito inseguro são observados em Belém (54,6%), Maceió (52,4%) Fortaleza (47,4%), São Paulo (45,7%) e São Luis (45,2%).

Gráfico 38 – Sensação de segurança ao andar pelas ruas da cidade (taxa de muito seguro e muito inseguro), em %



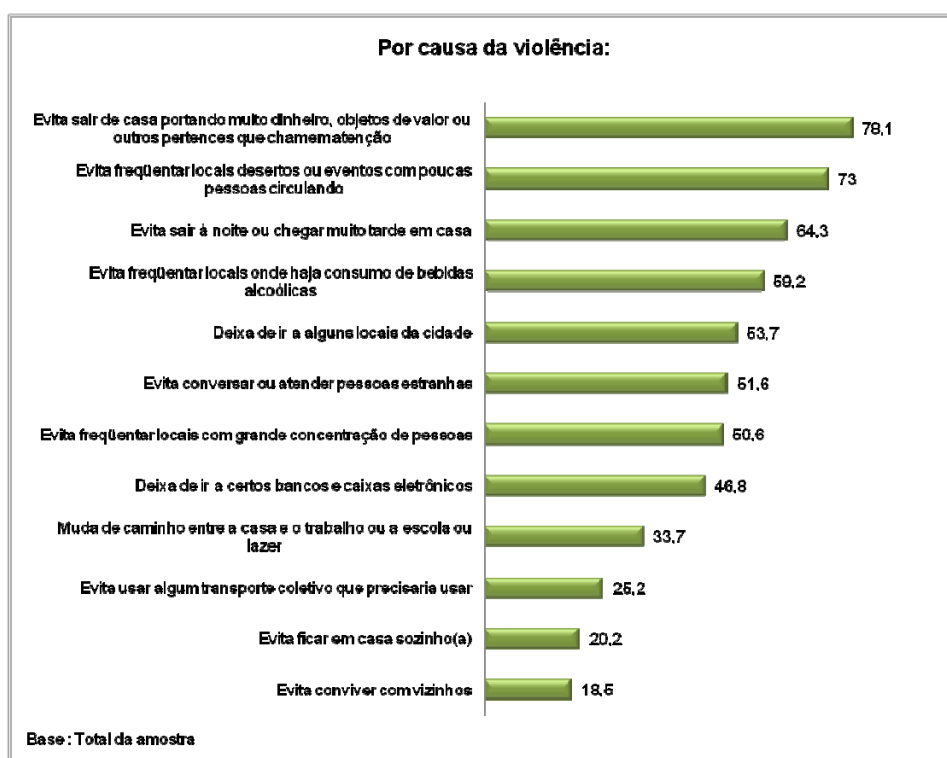
Quando analisada a sensação de segurança quando o entrevistado se encontra sozinho em casa, verifica-se que a maioria sente-se seguro (84,7%), contra 14,9% que sentem-se inseguros. Os homens (66,1%) sentem-se muito mais seguros do que as mulheres (50,1%).

Interessante observar que a sensação de segurança dos entrevistados, de modo geral, aumenta quando estão acompanhados em casa. Assim, a grande maioria (94,1%) sente-se seguro quando está acompanhado em casa, sendo que 72,6% sentem-se muito seguros.

Já quando se trata de estar em casa acompanhado somente do companheiro, 65,4% sentem-se seguros, dos quais 52,6% consideram-se muito seguros. Os homens sentem-se mais seguros do que as mulheres (72,2% contra 59,1%). Os mais escolarizados e os que fazem parte das classes mais altas sentem-se mais seguros do que os menos escolarizados e os que fazem parte das classes menos favorecidas. Um terço declara que não tem companheiro (a).

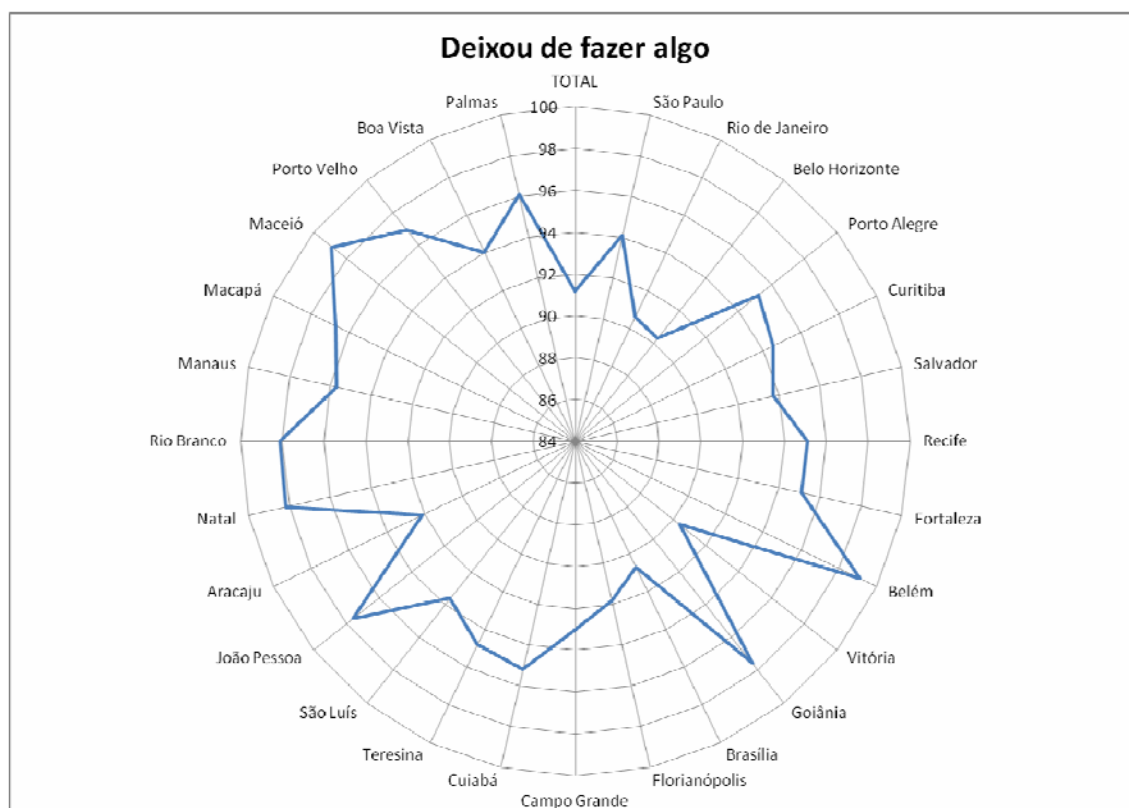
Questionados se deixam de fazer certas atividades por causa da violência, percebe-se que o sentimento de insegurança e o medo de vitimização trazem grandes impactos para a vida dos entrevistados. Isso pode ser mensurado a partir das respostas dadas a essas questões: a maioria (78,1%) evita sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor ou outros pertences que chamem atenção, bem como evita frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando (73%); a maioria (64,3%) também evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa; outros 59,2% evitam frequentar locais onde haja consumo de bebidas alcoólicas; mais da metade (53,7%) deixa de ir a alguns locais da cidade, evita conversar ou atender pessoas estranhas (51,6%), e evita frequentar locais com grande concentração de pessoas (50,6%); ainda, 46,8% deixam de ir a certos bancos e caixas eletrônicos, 33,7% mudam de caminho entre a casa e o trabalho ou a escola ou lazer; 25,2% evitam usar algum transporte coletivo e, por fim, um pouco menos, 20,2% evitam ficar em casa sozinho e 18,5% evitam conviver com vizinhos.

Gráfico 39 – O que deixou de fazer por causa da violência, em %



Por causa da violência, a maioria dos entrevistados (91,2%) deixou de ir a algum lugar ou evitou alguma situação. Em Goiânia, Belém, João Pessoa, Natal, Rio Branco e Maceió são observados os maiores índices.

Gráfico 40 – Taxa de quem deixou de fazer algo por causa da violência, em %



Foram mensuradas quais atividades o entrevistado teme que ocorram com ele na vizinhança: metade dos entrevistados teme ser vítima de bala perdida (52,0%) e estar no meio de um tiroteio (50,7%). O índice dos que temem ser assaltados chega a 43,9% e 43,5% têm medo de ser vítima de agressão física.

Um terço (34,3%) teme ser confundido com bandido pela polícia e índice semelhante (33,2%) tem medo de ser vítima de extorsão por parte da polícia.

O medo de ser vítima de sequestro ou sequestro relâmpago atinge 29% e 28,8% temem serem confundidos com bandido por agentes de segurança particulares.

O medo de agressão sexual atinge 26,2% e 25,4% temem ter carro ou moto roubados em um assalto. O índice dos que temem ser vítima de agressão por parte de companheiro ou ex-companheiro é de 7,6%.

Gráfico 41 – Situações de medo na vizinhança, em %

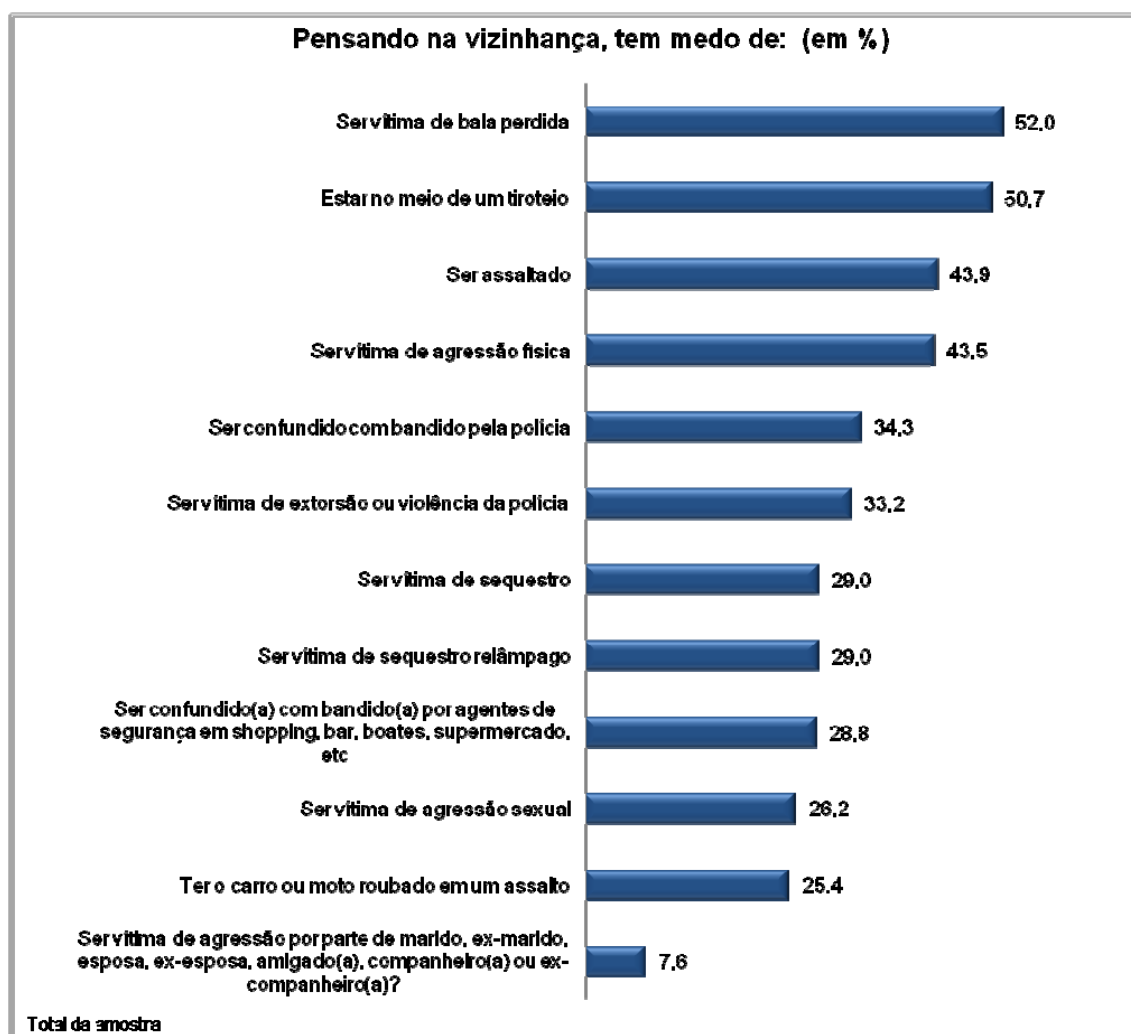
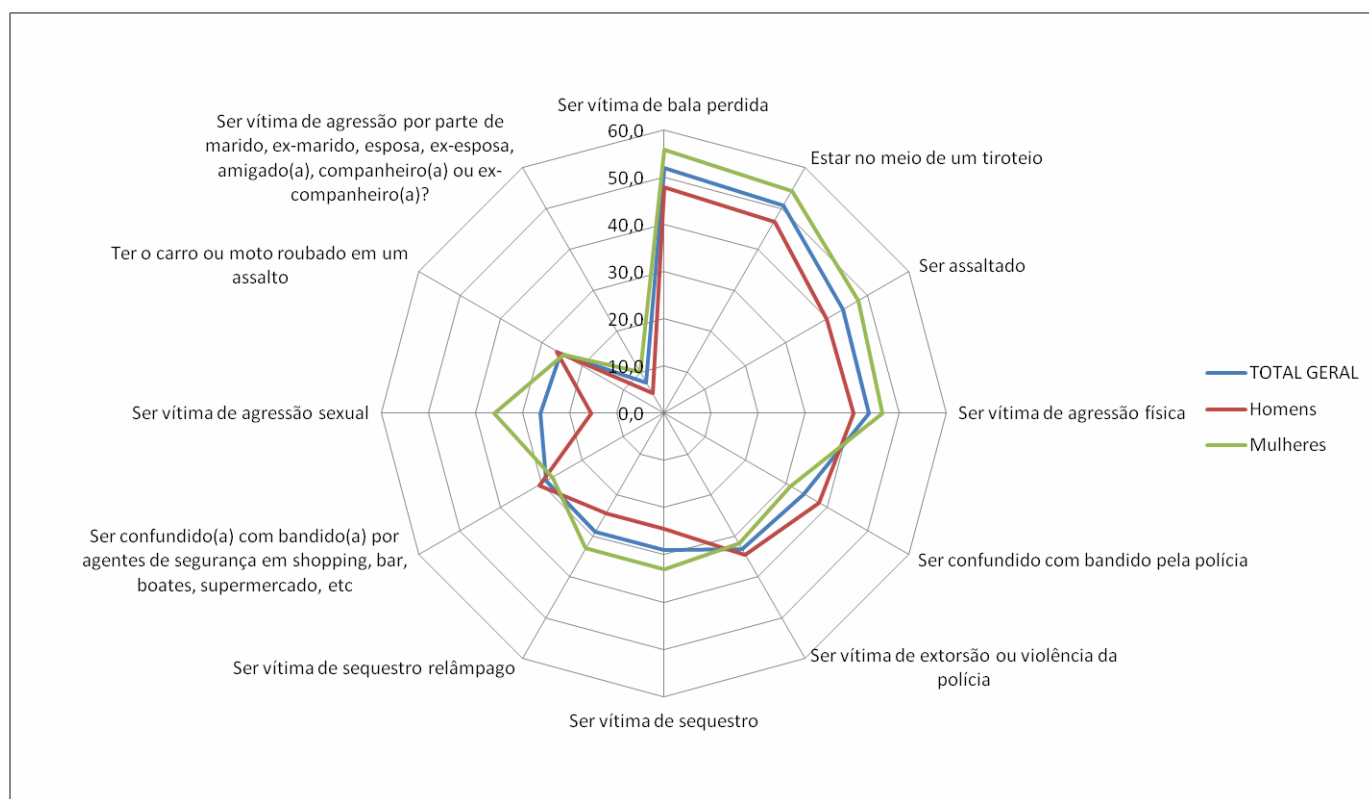


Gráfico 41 – Situações de medo na vizinhança, em % (por sexo)



De um modo geral, as mulheres temem mais as situações apresentadas do que os homens, com destaque para o medo de agressão sexual, sequestro, sequestro relâmpago e ser agredida pelo companheiro ou ex-companheiro. Já os homens temem mais que as mulheres, serem confundidos com bandido pela polícia e por seguranças particulares.

9.6. Percepção de criminalidade

Em relação à percepção da criminalidade na cidade, apenas 9,9% dos entrevistados afirmaram que a mesma diminuiu nos últimos 12 meses, enquanto 60,3% afirmaram que a criminalidade aumentou na sua cidade no mesmo período. Quando analisada sob a perspectiva sociodemográfica, percebe-se uma pequena diferença quanto ao sexo dos entrevistados, sendo que mais mulheres percebem o aumento da criminalidade (66,0%) em comparação com os homens (54%). Consideram que a criminalidade na cidade onde moram aumentou, principalmente, os mais velhos (63,3%) e os que fazem parte da classe A (62,7%).

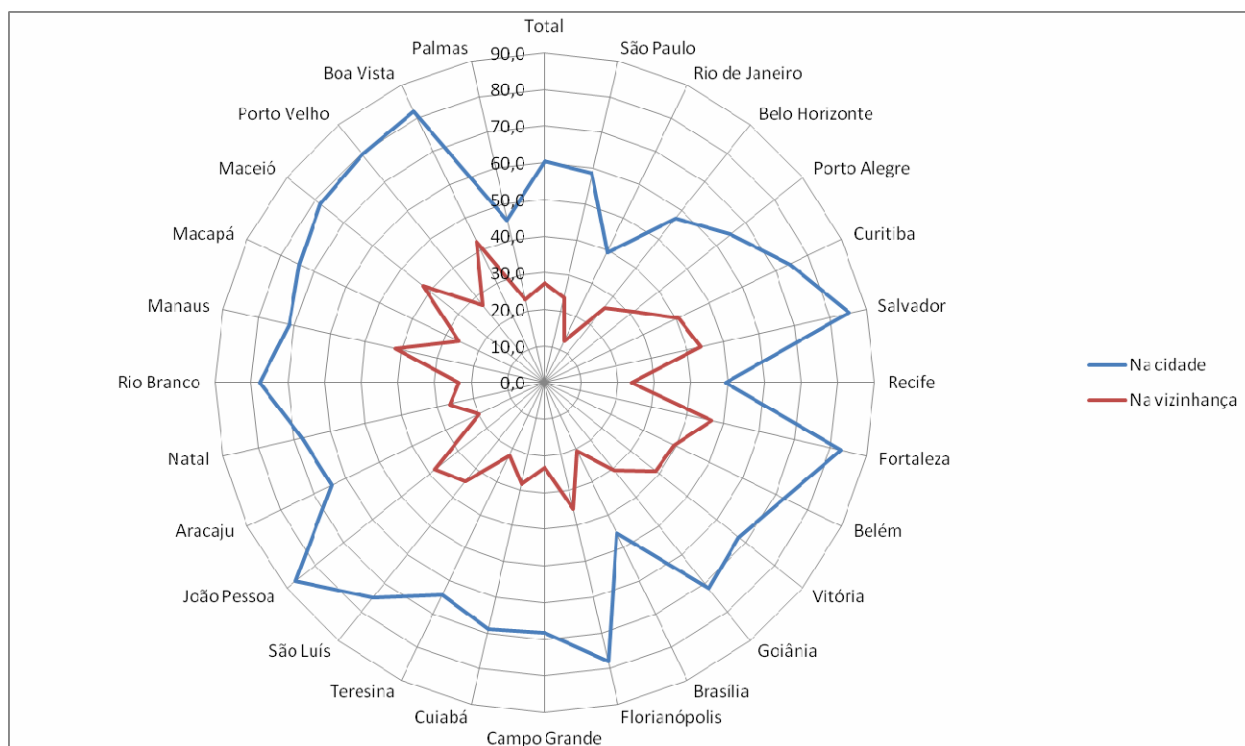
Em relação à percepção da criminalidade na vizinhança, 16,6% dos entrevistados afirmaram que a mesma diminuiu nos últimos 12 meses, enquanto 27,1% dos entrevistados afirmam que a criminalidade aumentou na sua vizinhança no mesmo período.

Analisando-se os resultados pelas capitais, observa-se que a percepção de criminalidade na cidade é maior do que na vizinhança. Percebem que a criminalidade aumentou na cidade principalmente os moradores de João Pessoa (86,7%), Salvador (85,4%), Fortaleza (83%) e Boa Vista (82%).

Já na vizinhança, os maiores índices de percepção de aumento da criminalidade são observados em Fortaleza (46,7%), Boa Vista (42,8%), Maceió (42,4%), Manaus (41,8%) e Salvador (43,8%).

Observa-se que no Rio Janeiro está a maior taxa de entrevistados que acreditam que a criminalidade diminuiu tanto na cidade quanto na vizinhança (28,4% e 33%, respectivamente).

Gráfico 42 – Percepção de aumento de criminalidade na cidade e na vizinhança (taxa de aumentou), em %



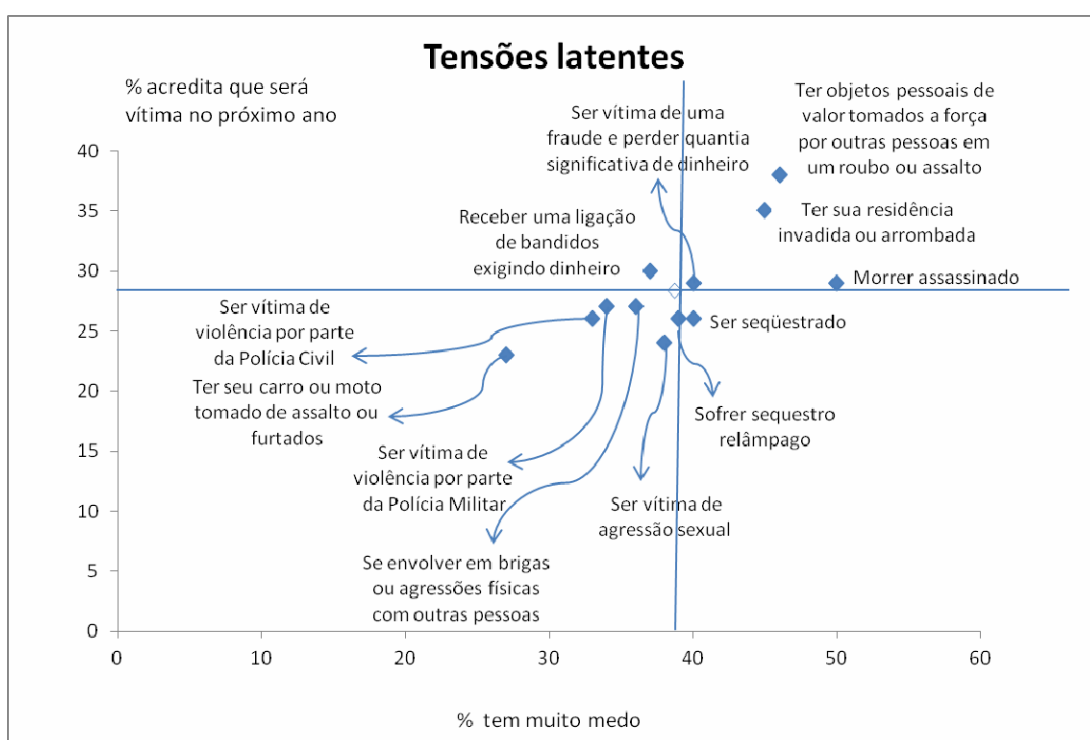
9.7. Percepção de risco de vitimização

Duas baterias de questões focadas no medo de ser vítima de algum crime e na chance de que isso viesse a ocorrer nos 12 meses posteriores possibilitou medir a tensão latente dos entrevistados. De forma geral, os crimes que geram medo no maior número de pessoas são ter a residência invadida ou roubada (71,9% têm medo) e ter objetos pessoais de valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto (70,7%). Estes dois crimes são também aqueles com maior potencial para fazer o entrevistado de vítima: 35,4% acreditam que podem ter a casa invadida nos 12 meses posteriores à entrevista, e 37,8% acreditam que podem ter objetos tomados à força no mesmo período.

	TEM MUITO MEDO	ACHA QUE PODE SER VÍTIMA
Morrer assassinado	49,6	29,3
Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto	46,4	37,8
Ter sua residência invadida ou arrombada	45,1	35,4
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	40,1	29,3
De ser seqüestrado	39,9	26,2
De sofrer sequestro relâmpago	39,4	26,5
De ser vítima de agressão sexual	37,8	23,8
Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	37,2	30,5
Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	36	27,4
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	34,3	27,3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	32,6	26,3
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados	27,5	23,2

A partir do cruzamento entre as informações para crimes de mesma natureza foi gerado um indicador de tensão latente que aponta que morrer assassinado, ter a residência invadida ou roubada, ter objetos pessoais de valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto e ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro são os crimes que geram maior medo e ao mesmo tempo possuem os índices mais elevados de potencial de vitimização, segundo os próprios entrevistados – ou seja, têm taxa mais alta de tensão latente do que os demais.

Gráfico 43 – Situações de tensão latente, em %



Outros crimes se enquadram no espectro oposto, de menor grau de tensão latente, com potencial mais baixo de vitimar o entrevistado e que provocam muito medo em uma fatia menor de pessoas. Neste grupo se incluem sofrer sequestro relâmpago, ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, ser vítima de violência da Polícia Militar, ter o carro ou moto tomado em assalto ou furto, ser vítima de agressão sexual e se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas.

Em um terceiro grupo estão crimes com grau intermediário de latência, que abrange tanto aqueles com potencial de fazer vítimas em grau maior do que o medo que causa (receber ligação de bandidos exigindo dinheiro) quanto aqueles em que o potencial de ocorrência é menor do que o medo que causa (ser seqüestrado).

Os dados desagregados destas questões mostram ainda que nas cidades de Teresina, Belém e João Pessoa são observados os maiores índices dos que temem morrer assassinados (86,8%, 80,7% e 80,6%, respectivamente, ante a média de 64,9% do país).

Em Teresina, Belém e Fortaleza são observados os maiores índices dos que temem ser assaltados (74,2%, 68,3% e 63%, respectivamente). O medo de ter a casa invadida atinge os maiores índices em Teresina (75,8%), João Pessoa (67,5%), Belém (63,1%), São Luis (61,9%) e Aracaju (60,6%).

O medo de ser vítima de agressão sexual é maior entre as mulheres (52,4%) do que entre os homens (21,8%). Os mais jovens (43%) também temem mais esse tipo de violência em grau acima da média.

10. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

10.1. Contato com a polícia

Entre os serviços oferecidos pelas corporações policiais, a Central de Emergência 190 é a mais conhecida pela população: 92,1% declaram conhecê-la, e 29,9% já usaram o serviço alguma vez. O Disque-denúncia é conhecido por 78%, mas somente 7,1% já utilizaram o serviço. A maioria (56,5%) dos brasileiros também conhece a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), e neste caso a taxa de utilização é ainda menor (2,2%). A Corregedoria de Polícia e a Ouvidoria de Polícia foram outros dois serviços consultados, e o conhecimento sobre eles ficou em 46,7% e 42,5%, respectivamente. Em relação ao primeiro, 2,1% declaram tê-lo utilizado, índice que fica 1,3% no caso do segundo.

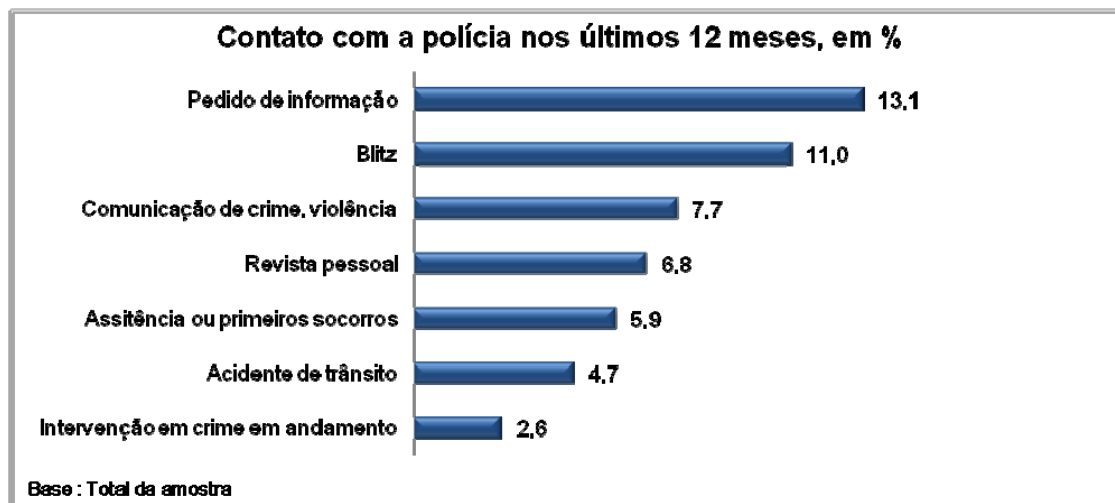
	CONHECE	JÁ USOU
Central de emergência 190	92,1	29,9
Dique denúncia	78	7,1
Central de atendimento à mulher	56,5	2,2
Corregedoria de polícia	46,7	2,1
Ouvidoria de polícia	42,5	1,3

Esses instrumentos de cooperação entre polícia e população também foram avaliados, e todos eles foram aprovados por ao menos metade dos que já os utilizaram. Dos 29,9% que já usaram a Central de Emergência 190, 15,6% consideraram o serviço ótimo ou bom. Outros 7% (um em cada quatro usuários) avaliaram o serviço como regular, patamar similar ao dos que disseram que é ruim ou péssimo (7,1%). O Disque-denúncia, já usado por 7,1%, é visto como ótimo ou bom por 3,6%, e como ruim ou péssimo por 1,8%. A Central de Atendimento à Mulher, utilizada alguma vez por 2,2%, tem avaliação ótima ou boa para 1,4% deles. Já utilizada por 2,1%, a Corregedoria de Polícia é considerada ótima ou boa por 1,2%. Em relação à Ouvidoria de Polícia, 0,7% dos 1,3% que já a usaram avaliam-na como ótima ou boa.

O contato mais frequente da população com a polícia, durante os dozes meses anteriores às entrevistas, foi para pedir informações (13,1%) e em blitz (11%). Em seguida vêm contato para comunicação de crime ou outra forma de violência (7,7%), revista pessoal

(6,8%), assistência ou primeiros socorros (5,9%), acidente de trânsito (4,7%) e para comunicar crime em andamento (2,6%).

Gráfico 44 – Situações de contato com a polícia nos últimos 12 meses, em %



Para aqueles que tiveram mais de um contato com a polícia nesse período, houve uma consulta sobre em qual circunstância isso ocorreu, e 27,7% indicaram blitz. A seguir aparecem pedidos de informação (18,7%), revista pessoal (13,5%), comunicação de crime, violência (12,9%), acidente de trânsito (9,8%), assistência ou primeiros socorros (8,7%) e intervenção em crime em andamento (4,0%), entre outras circunstâncias combinadas.

Considerando somente o último contato ou experiência, a corporação mais acionada foi a Polícia Militar (77%), seguida por Polícia Civil (11,5%), Polícia Rodoviária Federal (4,5%), Guarda Municipal (1,9%), Polícia Federal (1,2%), Bombeiros (0,7%), SAMU (0,6%), e Delegacia da Mulher (0,2%), entre outras com menor número de menções.

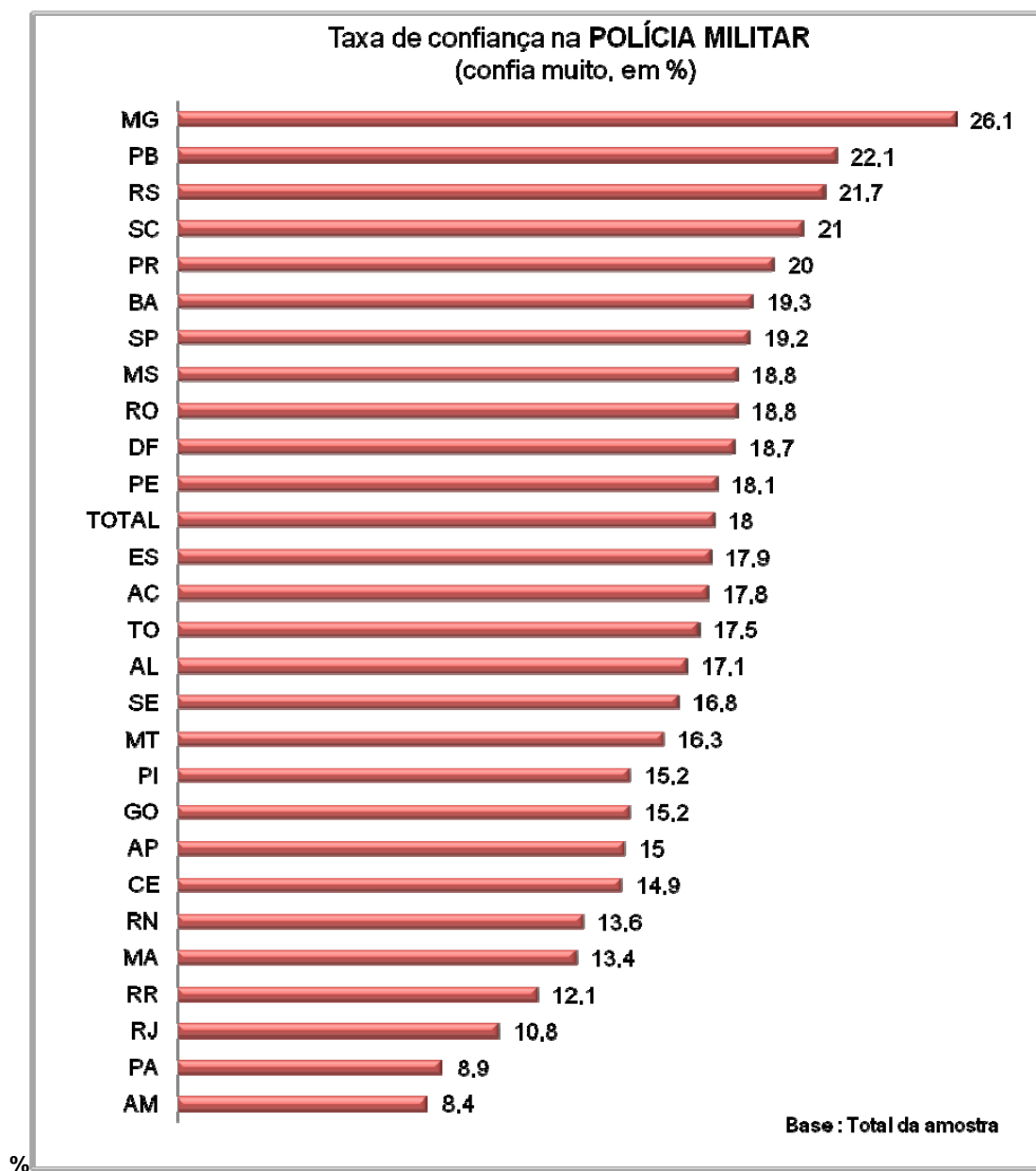
De forma geral, a maioria avalia positivamente os serviços prestados por essas corporações durante o último contato ou experiência. Para 81,9% deles, por exemplo, os policiais foram educados, corteses, prestativos, interessados e respeitaram seus direitos.

Questionados se, durante este contato, os policiais foram displicentes, aproveitadores, oportunistas ou relaxados, 84,5% responderam negativamente. Uma parcela similar (84,4%) também afirma que os policiais agiram dentro da lei. Além disso, 88,7% negam que os policiais tenham sido preconceituosos, e 91%, que tenham sido violentos ou agressivos. Entre os procedimentos analisados, a menor taxa de aprovação foi verificada em relação à rapidez: 73,2% dizem que os policiais foram rápidos.

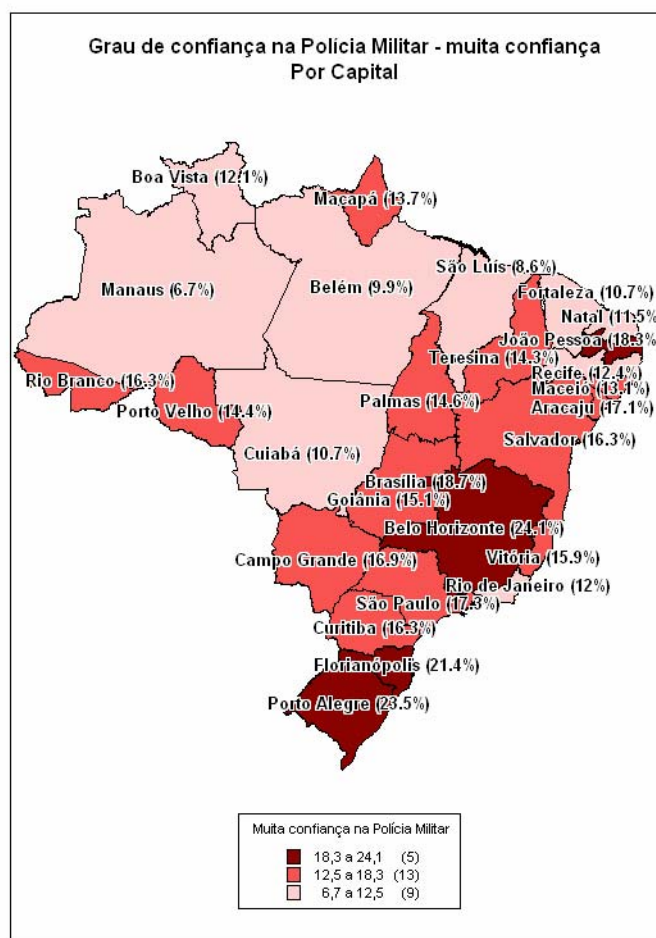
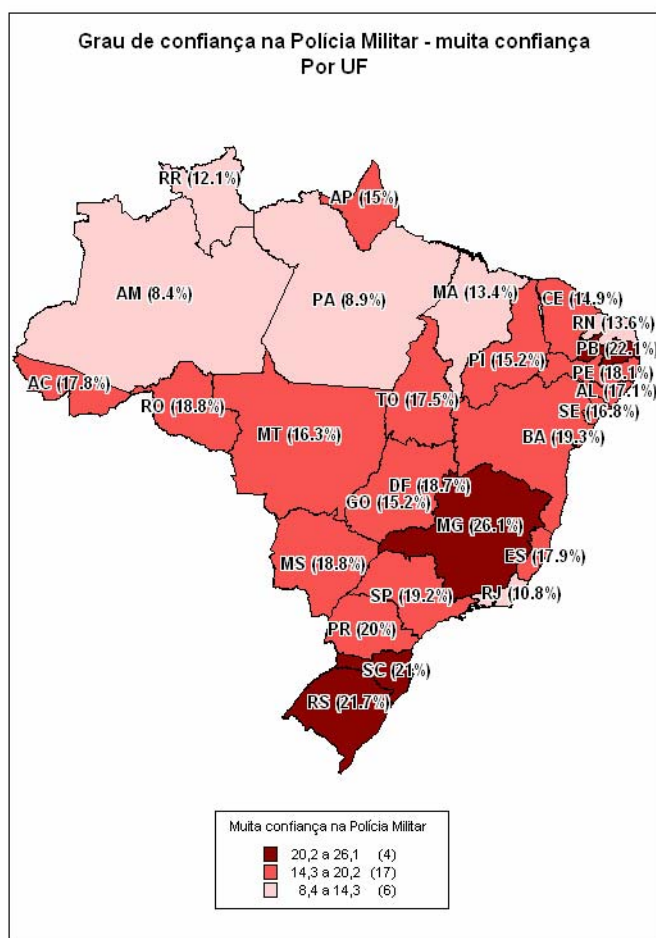
10.2. Polícia Militar

A maioria (77,6%) dos entrevistados confia na Polícia Militar, mas, neste grupo, apenas 18% confiam muito – os demais 59,6% dizem confiar um pouco. Esse nível de confiança se distribui de forma desigual pelo país. Considerando a avaliação de muito confiável atribuída à Polícia Militar, a corporação com mais confiabilidade é a de Minas Gerais (26,1% confiam muito). Entre consideradas muito confiáveis por ao menos 20% dos entrevistados aparecem ainda a Polícia Militar da Paraíba (22,1%), do Rio Grande do Sul (21,7%), de Santa Catarina (21%) e do Paraná (20%).

Gráfico 45 – Confiança na Polícia Militar (taxa de confia muito), em



Mapa 15 – Grau de confiança na Polícia Militar por UF e capital



O destaque das polícias militares dos Estados do Sul entre as mais confiáveis contrasta com a situação captada no Norte, onde os dois Estados de maior população têm as corporações com os menores níveis de confiabilidade. No Amazonas, 8,4% consideram a Polícia Militar muito confiável, e no Pará, 8,9%. São as únicas unidades da Federação com essa taxa de avaliação abaixo de 10%. Em seguida aparecem Rio de Janeiro (10,9%) e Roraima (12,1%).

Além da confiança, outros aspectos do trabalho da Polícia Militar foram consultados, e os resultados revelam alguns aspectos negativos da imagem da corporação junto à população. Em uma bateria de frases com as quais os entrevistados podiam concordar ou discordar, por exemplo, 54,4% concordaram que “os policiais militares fazem “vista grossa” à desonestidade de seus colegas”. Outros 12,2% não concordaram nem discordaram, 11,2% não responderam, e uma fatia de 22,2% discordou da sentença. Para 57,7%, “os Policiais Militares abusam do uso da força e de sua autoridade”, e 20,1% não concordam nem discordam com a afirmação ou não souberam responder. Nesse caso, os que

discordam também formam minoria (22,2%). O preconceito também está bastante associado à ação da corporação: 49,9% concordam que “os policiais militares são preconceituosos quando abordam as pessoas na rua”, e outros 22,1% não concordam nem discordam ou não responderam. A taxa dos que discordam dessa afirmação é de 28%.

Em outros temas, a população tem opiniões mais divergentes sobre a imagem da Polícia Militar. É o que acontece, por exemplo, quando se afirma que “os policiais militares abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei”. Concordam com essa sentença 39,9%, enquanto 36,8% discordam, e 15,7% não discordam nem discordam. Em relação à afirmativa que “os policiais militares não estão preparados para usar armas de fogo”, 41,4% discordam, 35,3% concordam, e 16,7% não discordam nem concordam. Outra questão traz índices similares, mas menos favoráveis para a polícia: 41,2% discordam que “os policiais militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança”, enquanto 35,8% concordam, e 17,6% não concordam nem discordam. Quando consultados se “os policiais militares sabem como agir em situações de risco e perigo”, 51,3% concordaram, 27,8% discordaram, e 15,2% não concordaram nem discordaram.

A forma de contato dos policiais militares com a população também foi analisada, e a opinião da população varia entre a aprovação e a cautela. Em uma bateria de questões relacionadas ao tema, a apresentação pessoal dos policiais, como a maneira de se vestir e falar, foi considerada boa por 45,4% e ótima por 6,1%, com taxa de aprovação total de 51,5% - a mais alta entre os tópicos consultados. Outros 30,3% veem a apresentação pessoal como regular, e 11,8%, como ruim ou péssima. O trabalho na organização do trânsito é aprovado por 37,9% (34,3% o consideram bom, e 3,6%, ótimo), enquanto 35% o avaliam como regular, e 17,5%, como ruim ou péssimo. O trabalho de abordagem policial em blitz e revista pessoal tem aprovação similar ao trabalho no trânsito: 37,9% aprovam (33,4% dizem que é bom, e 4,5%, que é ótimo), outros 33,6% avaliam como regular, e 16,2% consideram ruim ou péssimo. Em relação à proteção dos direitos das pessoas, 32,7% consideram o serviço prestado pela polícia ótimo ou bom, 38,3% avaliam como regular, e 19,9%, como ruim ou péssimo. A rapidez e a qualidade no atendimento policial foram aprovadas por 31,5%, índice menor do que os que dizem que esses aspectos do serviço são regulares (35%). Há ainda 25,3% que desaprovam a rapidez e a qualidade do atendimento policial. Entre os tópicos analisados nesta série de questões, a pior avaliação foi atribuída à punição dos policiais com mau comportamento: 32,6% desaprovam a forma como a Polícia Militar trabalha com esse assunto (16,2% dizem que é ruim, e 16,4%, que é

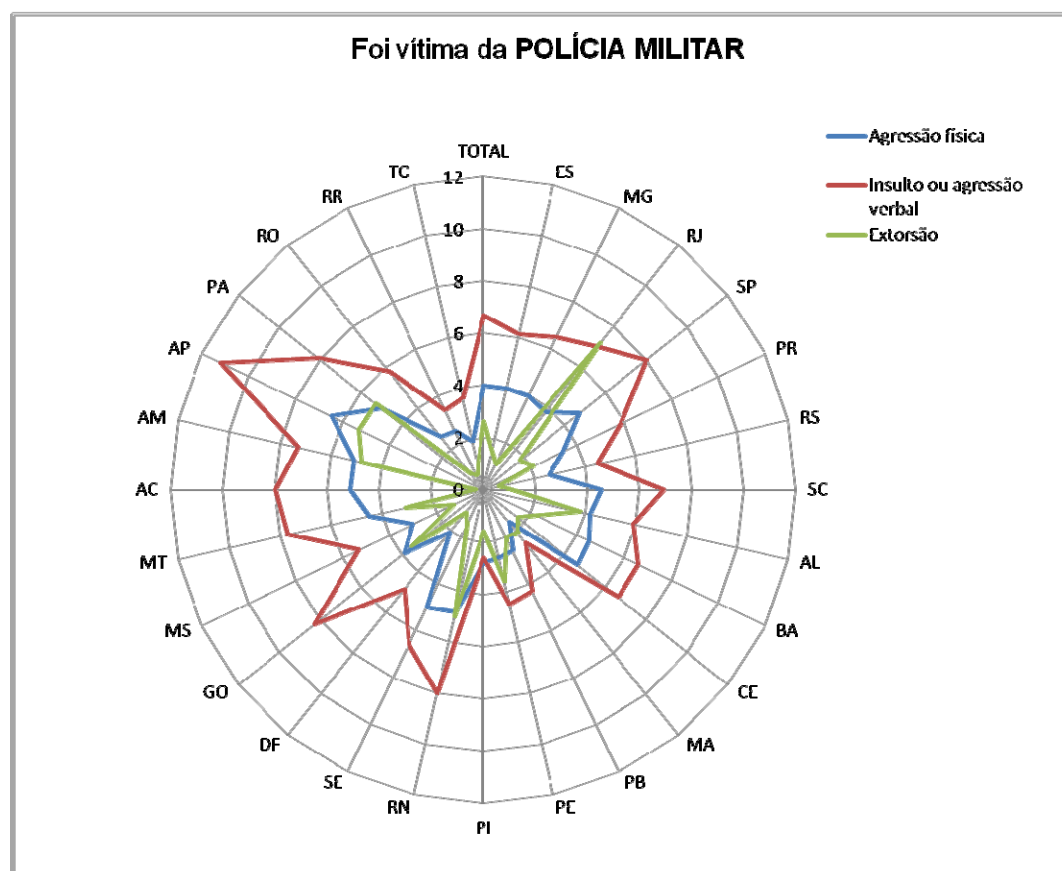
péssimo), enquanto 31,4% analisam que é regular. A taxa de aprovação, neste caso, fica em 22,5% (18,7% avaliam como bom, e 3,8%, como ótimo).

De forma geral, a maioria (68,1%) vê policiais militares na sua vizinhança ou proximidades. Nos 12 meses anteriores à entrevista, a ação da Polícia Militar mais vista pelos entrevistados em sua vizinhança foi a revista de pessoas, testemunhada ao menos uma vez por 38,5%. Em seguida vêm a revista de veículos (31%), pessoas sendo presas (29,1%), perseguição policial (20,8%), atuação da polícia em crimes que estavam acontecendo (16,4%), apreensão de armas, drogas ou contrabando (14,1%) e enfrentamento armado entre a polícia e o tráfico, gangues, facções criminosas e milícias (8,7%).

De forma geral, a taxa de vitimização pela Polícia Militar é baixa entre os brasileiros. Declararam ter sido vítimas de violência física, por exemplo, 4%. Insultos ou agressões verbais vitimaram uma fatia maior (6,7%), enquanto a taxa dos que foram extorquidos ou pagaram propina fica em 2,6%.

A violência física por parte de policiais militares registrou maior incidência no Amapá (6,5%), no Acre (5,1%), no Amazonas (5,1%), no Pará (5%) e no Sergipe (5%). Apenas o Tocantins teve menos de 2% da população agredida fisicamente pela Polícia (1,9%). Em relação à agressão verbal e insultos pela Polícia Militar, a maior incidência aconteceu no Amapá (11,2%), seguido por Goiás (8,3%), Pará (8,1%) e São Paulo, Rio Grande do Norte e Acre (8% cada). Já a maior taxa de extorsão e pagamento de propina envolvendo membros dessa corporação foi registrada no Rio de Janeiro (7,0%). Em seguida, com índices acima 5%, aparecem Amapá e Pará (5,3% cada).

Gráfico 46 – Situações em que foi vítima da Polícia Militar por UF, em %

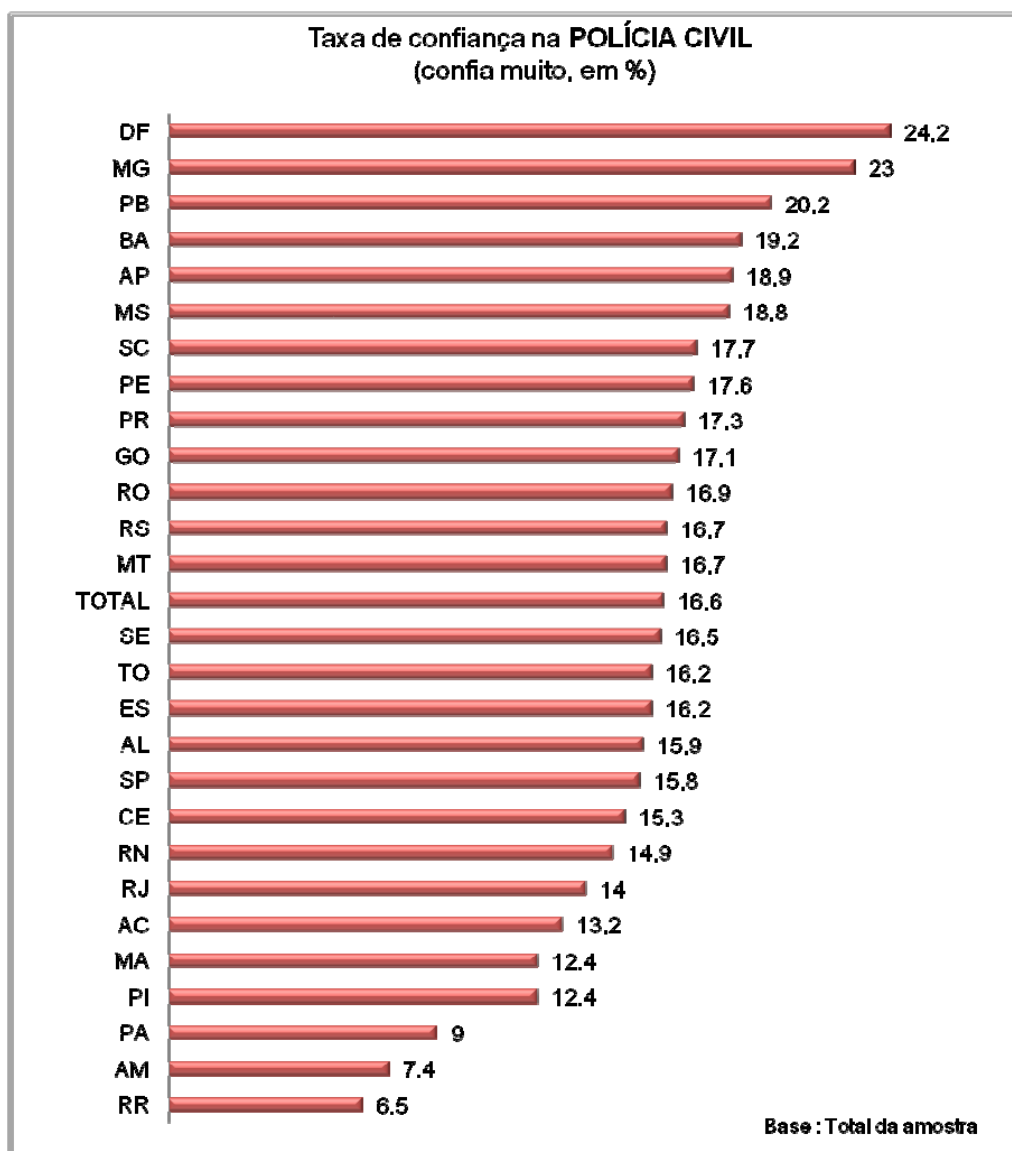


A vitimização de outros moradores da casa do entrevistado pela Polícia Militar também tem baixa incidência: 3% moram com pessoas que sofreram violência física de policiais militares, 4%, com pessoas que sofreram insulto ou agressão verbal, e 2%, com pessoas que sofreram extorsão ou pagaram propina para algum membro da corporação.

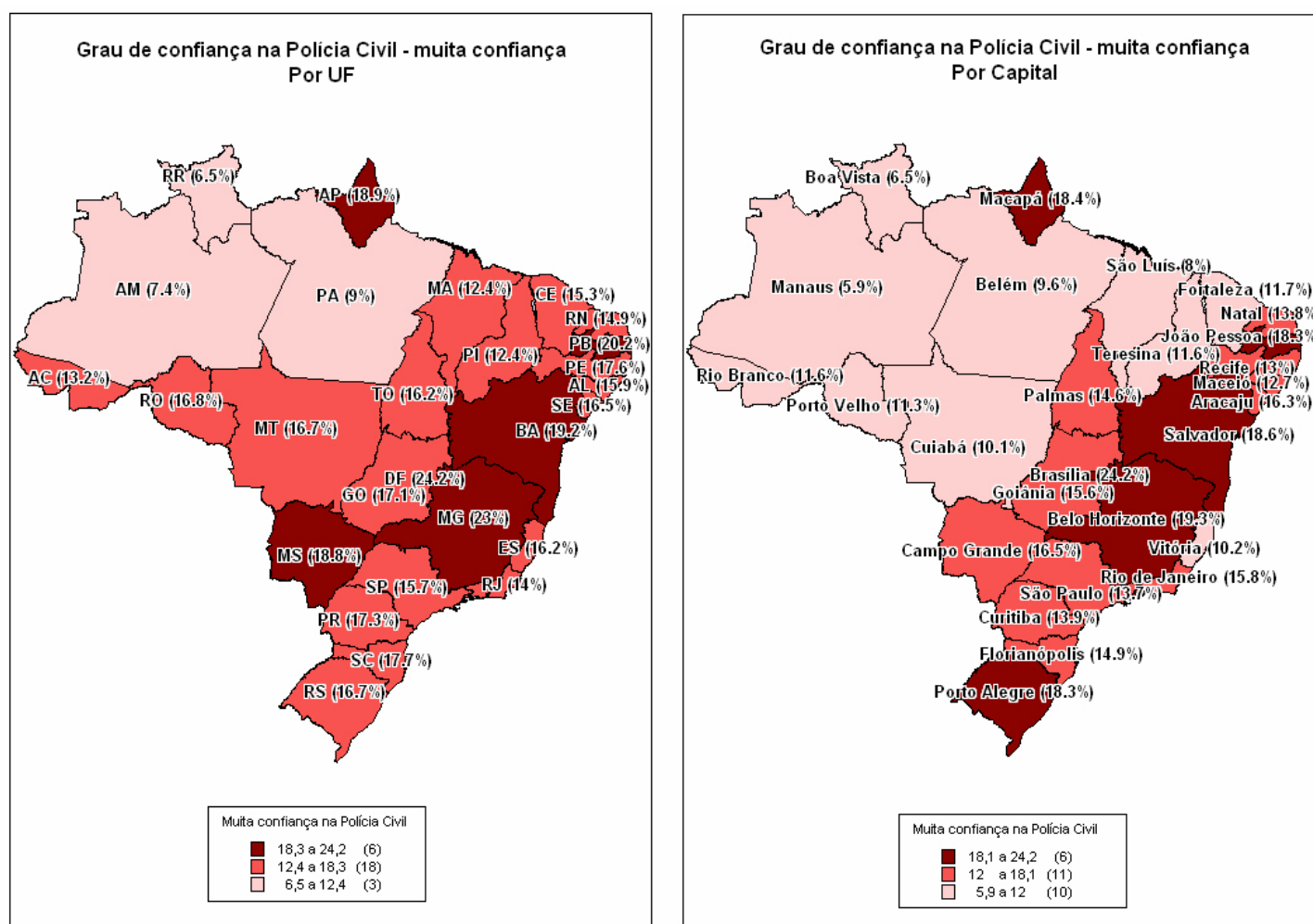
10.3. Polícia Civil

A Polícia Civil tem a confiança de 79,1% da população, que se dividem entre aqueles que confiam muito (16,6%) e os que confiam um pouco (62,5%). Há ainda 20,7% que desconfiam da corporação. No Distrito Federal, 24,2% confiam muito na Polícia Civil, a maior taxa do país. Com um nível de muita confiança acima de 20% aparecem ainda os Estados de Minas Gerais (23%) e Paraíba (20,2%). Estados da região Norte têm o menor nível de muita confiança na corporação: com índices abaixo de 10% aparecem Roraima (6,5%), Amazonas (7,4%) e Pará (9%).

Gráfico 47 – Confiança na Polícia Civil (taxa de confia muito), em %



Mapa 16 – Grau de confiança na Polícia Civil por UF e capital



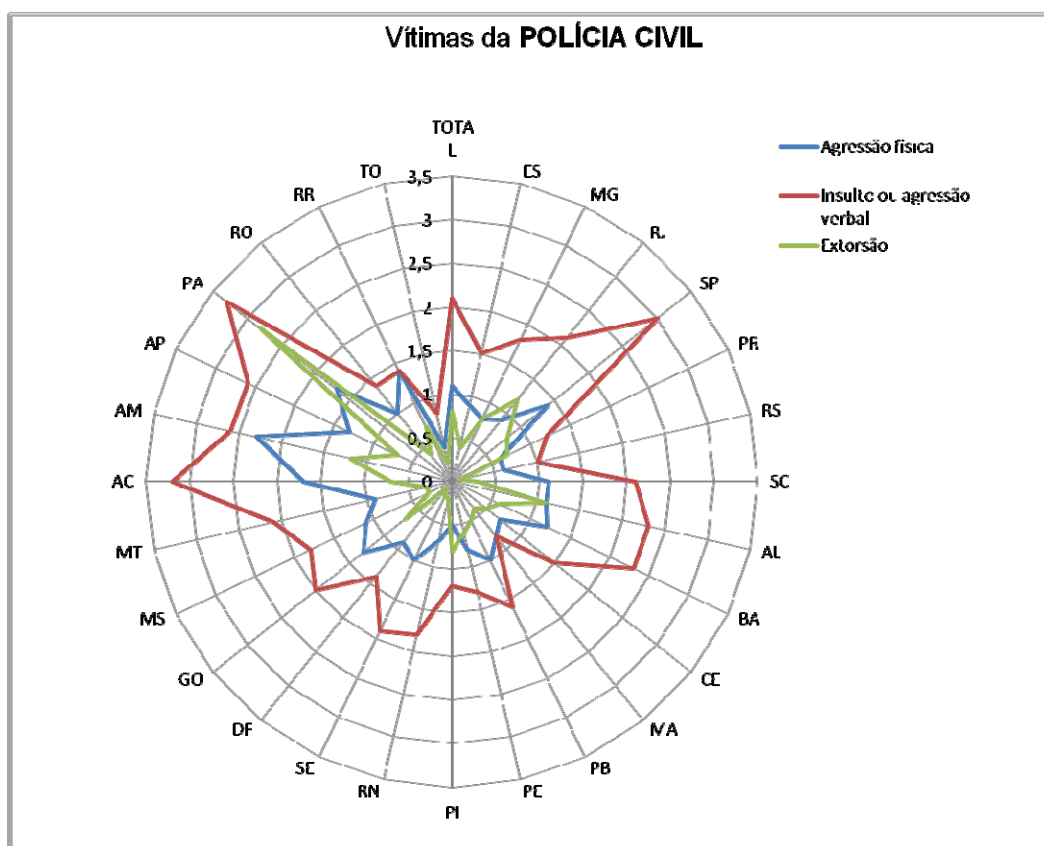
Uma análise sobre a imagem e a condução do trabalho da Polícia Civil aponta que a investigação de crimes feita pela corporação – uma de suas principais finalidades – é aprovada por 38,2% (32,4% consideram esse serviço bom, e 5,8%, ótimo). Para 33,6%, o trabalho de investigação é regular, e 14,7% o consideram ruim ou péssimo. A rapidez e qualidade no atendimento tem índices similares de avaliação: 32% consideram esse aspecto ótimo ou bom, 32,8% dizem que é regular, e 20,3%, que é ruim ou péssimo. A proteção dos direitos das pessoas feita por policiais civis é tida como ótima ou boa por 33,2%, como regular por 36,1%, e como ruim ou péssimo por outros 17,1%. A punição de policiais com mau comportamento pela Polícia Civil é avaliada como ótima ou boa 23,2%, índice abaixo dos que consideram esse aspecto ruim ou péssimo (27,9%) ou regular (31,2%). A apresentação pessoal dos policiais foi, entre os tópicos analisados nesta bateria de

questões, o de melhor avaliação: 43,2% aprovam a forma como é feita, 31,6% sinalizam que é regular, e 13,3% desaprovam, ou seja, consideram-na ruim ou péssima.

A presença da Polícia Civil é menor do que da Polícia Militar no cotidiano da população. Dois em cada três (66%) brasileiros adultos não vêem policiais civis na vizinhança ou proximidades de onde moram.

De forma geral, a taxa de vitimização pela Polícia Civil é baixa: apenas 1,1% sofreram violência física de policiais civis, 2,1% declaram ter sofrido agressão verbal ou insulto, e 0,8% sofreu extorsão ou teve que pagar propina para policiais civis. No Pará, a taxa dos que sofreram violência física vai a 2,3%, e fica em 1,7% no Acre e no Amazonas. Em relação a insultos e agressões verbais, os índices mais altos foram registrados no Pará (3.3%), no Acre (3,2%) e em São Paulo (3%). O Pará também lidera na incidência de vítimas de extorsão e pagamento de propina a policiais civis, com 2,8%. Em seguida aparecem Amazonas e Rio de Janeiro (1,2% cada).

Gráfico 48 – Situações em que foi vítima da Polícia Civil por UF, em %



Além disso, 0,8% mora com alguém que já sofreu agressão física, 1,1% mora com alguém que já tenha sofrido insulto ou agressão verbal, e 0,6% mora com alguém que já tenha sofrido extorsão ou pago propina para algum membro dessa organização.

Apenas 2,7% dos brasileiros adultos declaram possuir arma de fogo em casa. Na região Sul, esse índice sobe para 4,4% - no Rio Grande do Sul, o índice de posse de arma de fogo é de 6,2% - e no Centro-Oeste fica em 4% - no Distrito Federal, 5,8% possuem arma de fogo em casa. Questionados sobre os motivos para ter arma de fogo em casa, 1,1% dos 2,7% declarou que a arma é usada para se prevenir ou proteger de crimes, e outro 1,1% afirmou que a arma pertence às forças armadas e policiais.

11. MODELAGEM MULTIVARIADA DE ASSOCIAÇÃO

A fim de avançar em direção a análises inferenciais acerca dos padrões de vitimização identificados pela PNV, serão apresentados a seguir os resultados da análise de regressão logística binária das variáveis de vitimização levantadas na pesquisa.

No modelo logístico, são utilizados os valores de uma série de variáveis explicativas para prever a ocorrência da variável resposta, nesse caso, a vitimização. Assim, todas as variáveis consideradas no modelo estão controladas entre si. A medida de associação calculada a partir do modelo logístico é a razão de chance, a qual é obtida através da comparação de indivíduos que diferem apenas na característica de interesse e que tenham os valores das outras variáveis constantes.

Para cada um dos tipos de vitimização da PNV, foram ajustados 02 (dois) modelos de regressão logística: o primeiro incluindo entre as variáveis explicativas apenas as variáveis sociodemográficas e o segundo contemplando também as indicadoras de região do país. A seguir serão apresentados brevemente os procedimentos para construção das variáveis resposta e variáveis explicativas empregadas nos modelos de regressão.

Variáveis resposta

Para a construção dos modelos de regressão logística binária foram selecionadas como variáveis resposta todas as indicadoras de vitimizações ocorridas nos últimos 12 meses. Todas as variáveis resposta são binárias, categorizadas em 0 (Não foi Vítima) e 01 (Foi Vítima nos últimos 12 meses). Em conformidade com os resultados descritivos apresentados anteriormente, nesta seção, foram incluídos os seguintes tipos de vitimização:

Furto de Bens Materiais

Roubo de Bens Materiais

Furto de Veículo

Roubo de Veículo

Furto de Motocicleta

Roubo de Motocicleta

Fraude/Estelionato

Agressões ou Ameaças

Discriminação

Ofensa Sexual

Variáveis Explicativas

Para a construção dos modelos de regressão logística foram elencadas as variáveis sociodemográficas que compuseram as demais seções deste relatório, a saber, *sexo*, *raça*, *escolaridade*, *renda familiar*, *faixas de idade* e *região do país*. Todavia, para tornar mais compreensivos os resultados, foram criadas variáveis indicadoras binárias cujas categorias são classificadas em 0 ou 1, sendo a primeira a categoria de referência das análises.

Na variável *sexo*, a categoria de referência corresponde ao sexo feminino (0). A indicadora de *raça* é composta pelas categorias Brancos (1) e Não Brancos (0), sendo a última resultado da soma dos entrevistados que se auto classificaram como pretos, pardos ou outros.

Para a criação da indicadora de *baixa escolaridade* as categorias 'sem escolaridade' e 'Ensino Fundamental Incompleto' foram agregadas na categoria 01, tendo, os demais níveis de instrução - como categoria de referência (0).

A variável *renda familiar* originalmente organizada em faixas salariais foi recodificada em uma indicadora que compara aqueles que participam de famílias com rendimento inferior a 01 salário mínimo (01) aos demais entrevistados (0).

Em conformidade com a literatura relacionada à teoria das oportunidades e atividades rotineiras, a variáveis faixa de idade foi recodificada nas categorias 1, correspondente aos *Jovens* (16 a 24 anos), e 0 referente aos entrevistados com 25 anos ou mais.

A região Sudeste foi escolhida como a categoria de referência, sendo as variáveis Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul incluídas nos modelos de regressão das variáveis de vitimização.

Tabela 96– Distribuição de Frequência das Variáveis Explicativas - Brasil, 2012

	(N)	(%)
Homens	37186	48%
Jovens	16614	21%
Branços	36143	46%
Baixa Escolaridade	24929	32%
Baixo Rendimento Familiar	13512	17%
Norte	5401	7%
Centro Oeste	5960	8%
Nordeste	16981	22%
Sul	10949	14%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2012)
Unidade de Análise: Total da Amostra

Resultados

Os resultados dos modelos de regressão indicam forte associação entre a vitimização pela maioria dos eventos analisados e as variáveis sociodemográficas, sendo possível identificar uma tendência de maior vitimização pelas mulheres, jovens e não brancos. O rendimento familiar possivelmente por indicar uma das associações mais sensíveis ao acesso a bens de consumo apresentou efeito estatisticamente significativo em vários modelos, porém, em alguns deles essa associação indicou maior vitimização daqueles com maiores níveis de rendimento.

A tabela 96 evidencia que no modelo ajustado para vitimização por furto de bens materiais os homens apresentam chance 19,62% menor de vitimização que as mulheres. Resultados semelhantes também são identificados quando se observam as associações entre sexo e vitimização por roubo de bens materiais, roubo de veículos e furto de motocicleta, para os quais a chance de vitimização masculina é inferior a das mulheres em 38,6%, 21,2% e 24,2%, respectivamente.

Tabela 97 - Regressão Logística Binária das Vitimizações em função das Características Sociodemográficas - Brasil, 2012

	Furto de Bens Materiais		Roubo de Bens Materiais		Furto de Veículo		Roubo de Veículo		Furto de Motocicleta		Roubo de Motocicleta	
	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor
Homens	-19,20%	0	-38,60%	0	-	0,14	-21,20%	0,06	-24,20%	0,09	-	0,28
Jovens	81,80%	0	165,50%	0	115,40%	0	151,20%	0	62,10%	0,01	181,90%	0
Branços	-25,30%	0	-19,60%	0	-18,50%	0,02	-25,10%	0,03	-	0,69	-	0,33
Baixa Escolaridade	-8,70%	0,01	-16,90%	0	-9,70%	0,4	36,60%	0,1	31,90%	0,18	-	0,64
Baixo Rendimento Familiar	13,10%	0,01	26,80%	0	99,90%	0	-49,20%	0,09	7,80%	0,82	-	0,76

	Fraude/Estelionato		Agressões ou Ameaças		Discriminação		Ofensa Sexual	
	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor
Homens	32,20%	0	-5,10%	0,01	-14,40%	0	-50,00%	0
Jovens	-9,70%	0	61,10%	0	38,40%	0	130,90%	0
Branços	-5,80%	0,02	-20,80%	0	-33,10%	0	-16,10%	0,03
Baixa Escolaridade	-43,80%	0	-19,70%	0	-34,10%	0	-41,00%	0
Baixo Rendimento Familiar	-28,30%	0	28,00%	0	20,50%	0	39,30%	0

* % - Incremento Percentual dado por $(\exp. b) - 1 \times 100$ onde 'b' é o coeficiente de regressão estimado.

** p-valor – valor da significância do cálculo do intervalo de confiança do coeficiente de regressão.

p-valor<0,1 = Rejeita-se a Hipótese Nula de Independência a 90% de Confiabilidade

p-valor<0,05 = Rejeita-se a Hipótese Nula de Independência a 95% de Confiabilidade

p-valor<0,01 = Rejeita-se a Hipótese Nula de Independência a 99% de Confiabilidade

No que tange aos crimes de Fraude/Estelionato a associação é invertida e os Homens passam a apresentar chance 32,2% maior de vitimização que as mulheres. Nos crimes contra a pessoa, como agressões/ameaças e ofensa sexual novamente as mulheres possuem chance superior de vitimização, com destaque para o fato de que para ofensa sexual a chance de que os homens sejam vitimados é 50% menor que a das mulheres.

Quanto ao padrão de vitimização por faixa etária, os jovens são mais vitimados em todas as categorias analisadas, com exceção dos crimes de fraude/estelionato, em que pessoas com idade entre 16 e 24 anos possuem em média 9,7% menos chance de ser vítima do que aqueles com idade superior a 25 anos.

Em comparação aos brancos, os não brancos apresentaram maior percentual de chance de vitimização em todos os eventos, com exceção do furto e roubo de motocicleta, onde não foram identificadas associações estatisticamente significativas. Para os crimes de furto e roubo de bens materiais, Fraude/Estelionato, Agressões ou Ameaças, Discriminação e Ofensa Sexual aqueles com baixa escolaridade apresentam nesta análise um percentual de chance de vitimização inferior ao dos entrevistados com alta escolaridade. A vitimização

por roubo de veículo é a única entre aquelas estatisticamente significativas ($p\text{-valor} < 0,05$) em que é identificada associação positiva entre baixa escolaridade e vitimização: entrevistados com escolaridade igual ou inferior ao Ensino Fundamental Incompleto possuem 36,6% mais chance de vitimização que os demais.

Tabela 98 - Regressão Logística Binária das Vitimizações em função das Características Sociodemográficas e regiões do país - Brasil, 2012

	Furto de Bens Materiais		Roubo de Bens Materiais		Furto de Veículo		Roubo de Veículo		Furto de Motocicleta		Roubo de Motocicleta	
	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor
Norte	145,40%	0	162,40%	0	63,10%	0,08	238,00%	0	-	0,56	165,00%	0,01
Centro Oeste	65,70%	0	133,60%	0	31,60%	0,08	84,10%	0,05	-	0,89	339,10%	0
Nordeste	35,20%	0	44,50%	0	-21,90%	0,1	36,40%	0,1	-	0,94	104,90%	0,01
Sul	26,80%	0	17,60%	0,08	23,50%	0,08	-	0,31	-50,70%	0,01	-	0,46

	Fraude/Estelionato		Agressões ou Ameaças		Discriminação		Ofensa Sexual	
	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor	%	p-valor
Norte	-	0,18	54,40%	0	30,60%	0	-	0,81
Centro Oeste	-10,10%	0,03	-	0,39	-14,70%	0	-40,40%	0,01
Nordeste	-16,80%	0	9,90%	0	-	0,55	-	0,55
Sul	-26,30%	0	-15,30%	0	-22,70%	0	-	0,93

A tabela acima contém os resultados dos modelos de regressão logística binária que contemplaram as variáveis indicadoras das regiões do país, tendo a região Sudeste como categoria de referência. Sabendo disso, verifica-se que à exceção do que ocorre para o crime de fraude/estelionato, os moradores das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul estão expostos a maior chance de vitimização. No caso dos furtos e roubos de bens materiais um morador da região Norte, por exemplo, apresenta, respectivamente, 145,4% e 162,4% mais chance de vitimização que um entrevistado que resida na região Sudeste.

No modelo específico de Fraude/estelionato não é possível identificar associação significativa entre residir na região Norte do Brasil e a Vitimização, porém, é possível afirmar que os moradores do Centro Oeste (-10,1%), Nordeste (-16,8%) e Sul (-26,3%) apresentam uma chance menor de vitimização que os residentes no Sudeste.

11.2. Análise de correspondência por tipos de crime

A Análise de Correspondência (AC) é uma técnica de análise exploratória de dados categóricos, que é visualizada através de um espaço perceptual. Esse recurso permite analisar as respostas existentes ou reuni-las em um nível menos restritivo de medida (Hair et. al, 2009). A AC, basicamente, converte uma matriz de dados não negativos em um tipo particular de representação gráfica no qual os atributos da matriz de dados são simultaneamente representados em dimensão reduzida, isto é, por pontos no gráfico. Este método permite estudar as relações e semelhanças existentes entre:

- a) as categorias de linhas e entre as categorias de colunas de uma Tabela de contingência,
- b) o conjunto de categorias de linhas e o conjunto categorias de colunas.

A análise de correspondência pode ser considerada como um caso especial da análise de componentes principais (CP), porém dirigida a dados categóricos organizados em Tabelas de contingência e não a dados contínuos. Nesse sentido, as análises que se seguem foram realizadas transformando os valores contínuos das variáveis quantitativas em novas variáveis recodificadas como medidas nominais e qualitativas, conforme as Tabelas a seguir:

Tabela 99 - Percentual de Vitimização por Roubo - Brasil, 2012

	Vitimização por Roubo	(%)
Baixo	42	37,5
Médio	38	33,9
Alto	32	28,6
Total	112	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2012)
Unidade de Análise: Regiões de Vitimização

Tabela 100 - Confiança na Polícia Militar - Brasil, 2012

	Confiança na Polícia Militar	(%)
Muito baixa	23	20,5
Baixa	22	19,6
Média	26	23,2
Alta	23	20,5
Muito alta	18	16,1
Total	112	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2012)
Unidade de Análise: Regiões de Vitimização

Tabela 101 - Confiança na Polícia Civil - Brasil, 2012

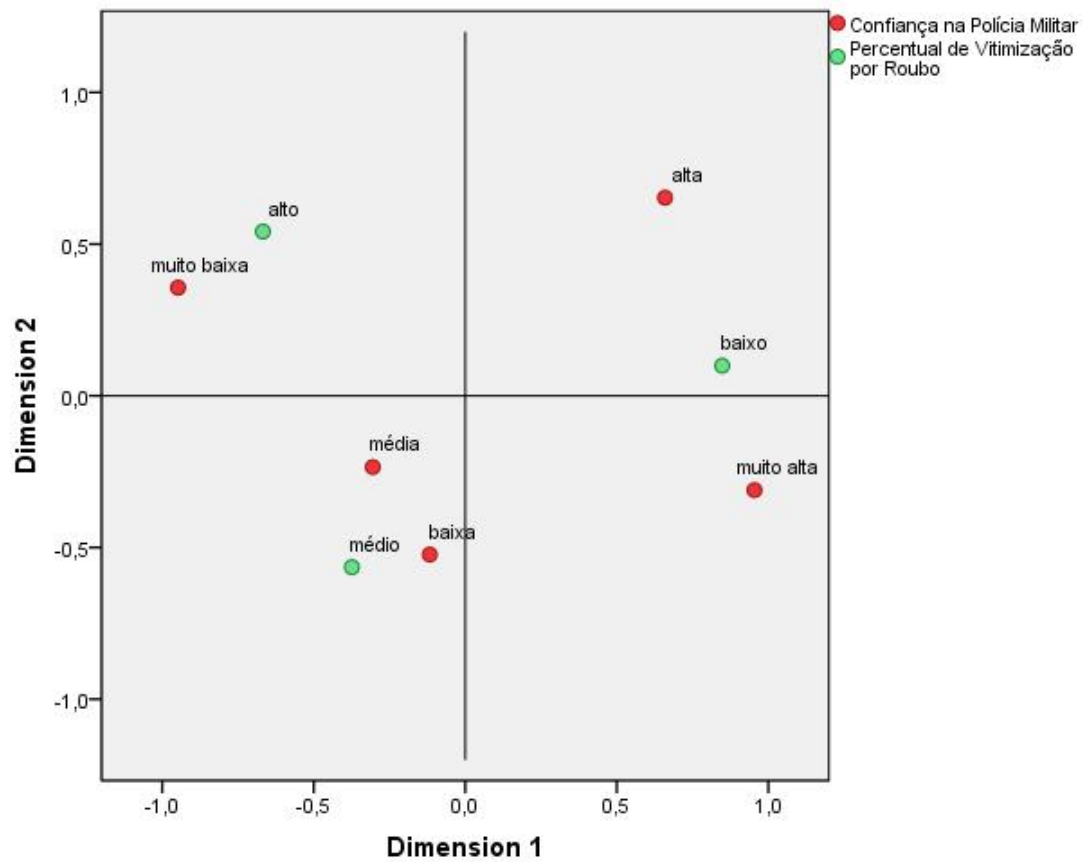
	Confiança na Polícia Civil	(%)
Muito baixa	28	25,0
Baixa	18	16,1
Média	29	25,9
Alta	17	15,2
Muito alta	20	17,9
Total	112	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2012)
Unidade de Análise: Regiões de Vitimização

Para fins de análise nesse relatório, tomamos a forma mais simples da análise de correspondência através de sua aplicação em uma tabela de contingência de dupla entrada tomando como dados das linhas o percentual de vitimização e nas colunas, usamos a percepção de confiança nas Polícias Militar e Civil. Assim, produzimos duas análises em uma tabela de contingência 3 x 5, representando a tabulação das 112 regiões de vitimização consideradas no Plano Amostral da Pesquisa Nacional de Vitimização. Na figura a seguir, a distância entre os três pontos que representam o percentual de vitimização indica a existência de uma heterogeneidade entre essas categorias no conjunto das 112 regiões de vitimização. Da mesma forma, pode-se dizer que essa heterogeneidade é verificada no que diz respeito à medida qualitativa de confiança na Polícia Militar, com exceção das categorias média e baixa, cuja proximidade pode ser verificada por estarem no mesmo quadrante.

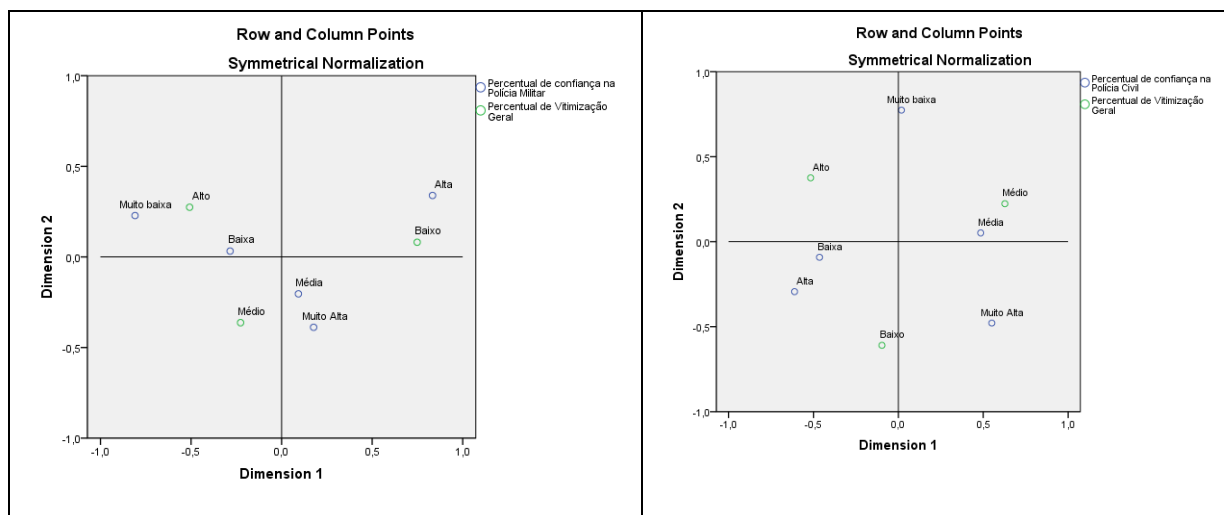
Analisando graficamente os dois aspectos considerados nessa análise de correspondência, verifica-se que o grupo das regiões de vitimização com baixo percentual de vitimização tem proporções relativamente elevadas nas categorias de regiões com alta ou muito alta confiança na Polícia Militar. Por outro lado, as áreas com elevado percentual de vitimização de roubo têm, ao mesmo tempo, uma confiança na Polícia Militar muito baixa.

Gráfico 49 - Distribuição da Confiança na Polícia Militar comparada com o percentual de vitimização por roubo.



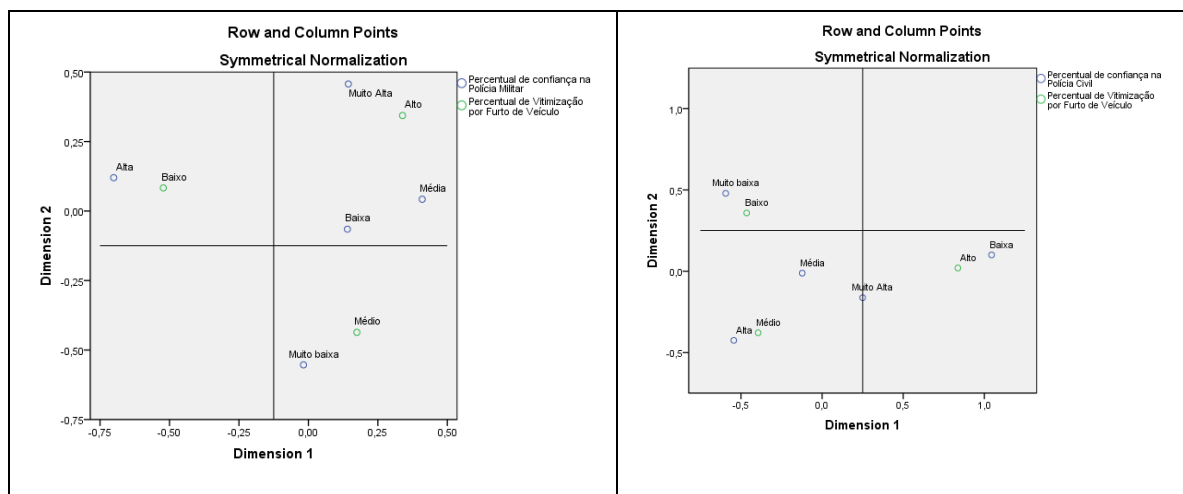
Vitimização Geral

Gráfico 50 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização geral.



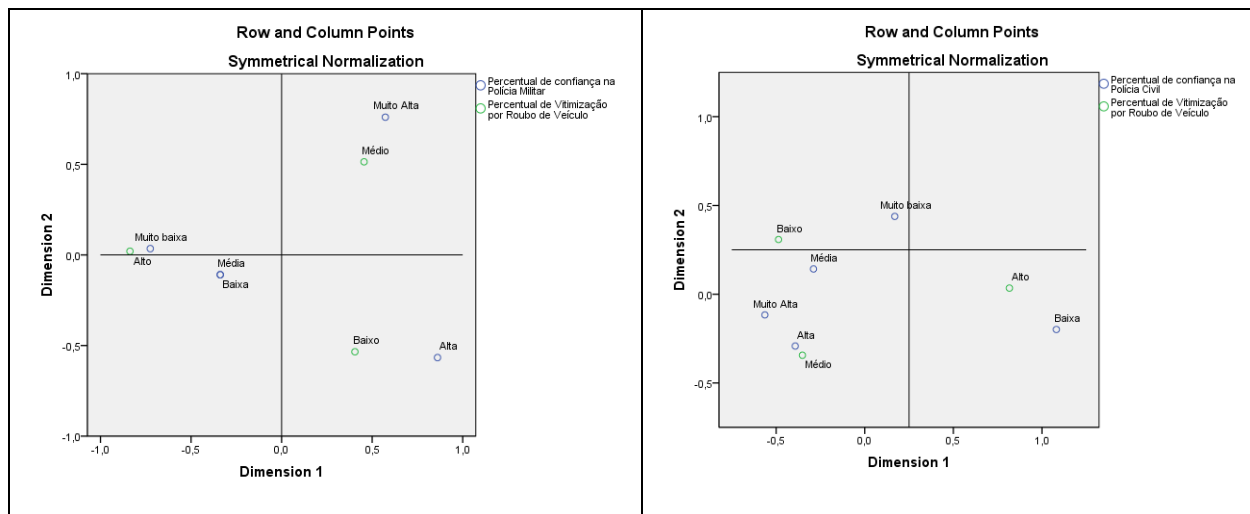
Vitimização por Furto de Veículo

Gráfico 51 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por furto de veículo.



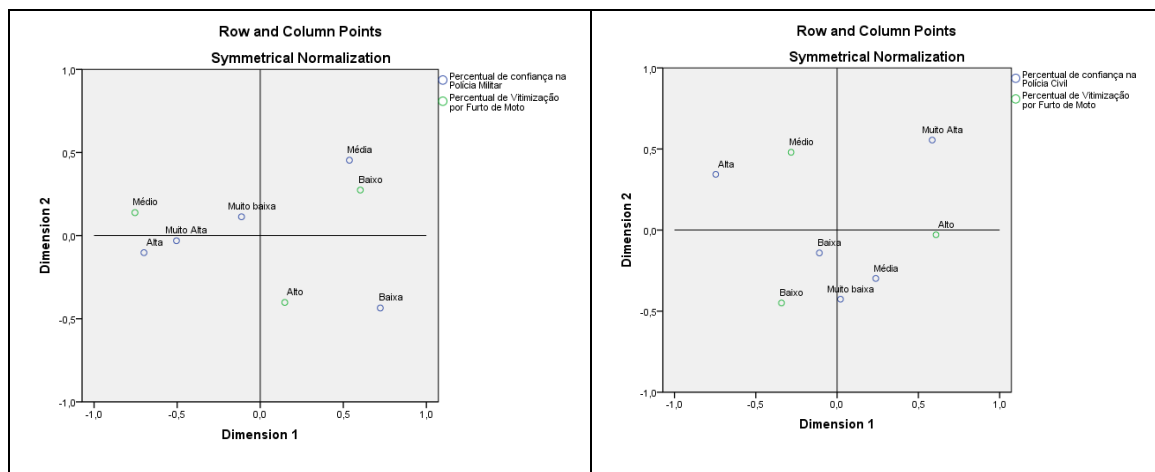
Vitimização por Roubo de Veículo

Gráfico 52– Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por roubo de veículo.



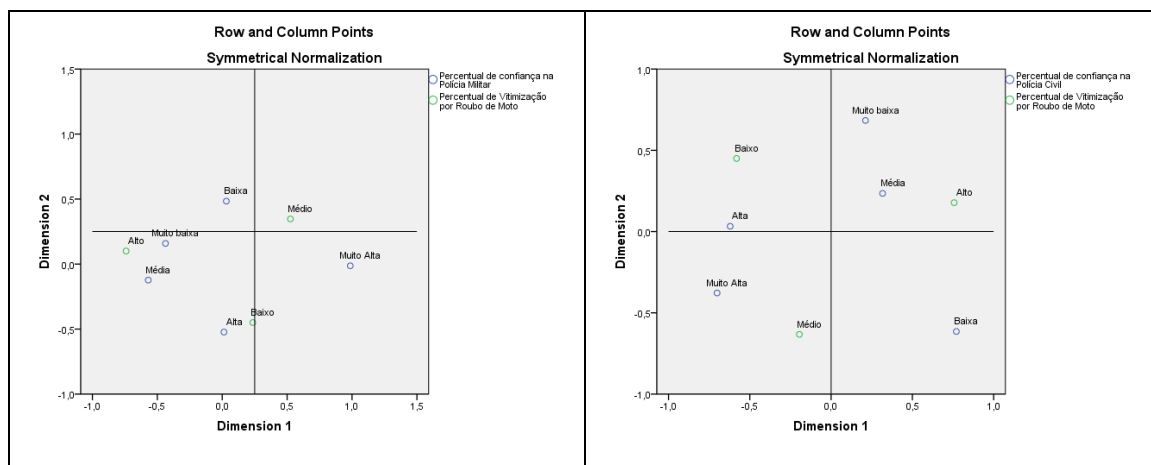
Vitimização por Furto de Moto

Gráfico 53 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por furto de moto



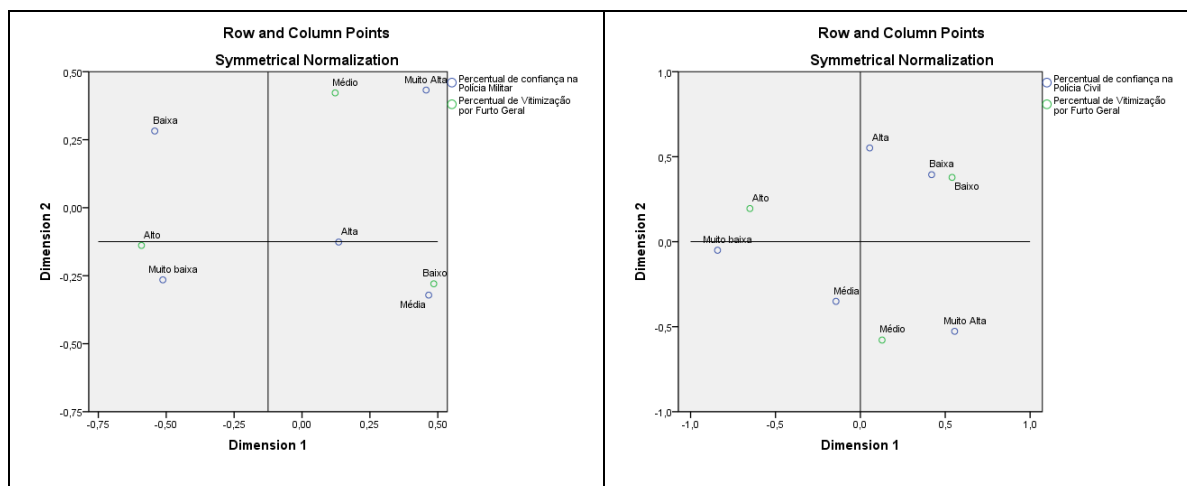
Vitimização Roubo de Moto

Gráfico 54 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por roubo de moto



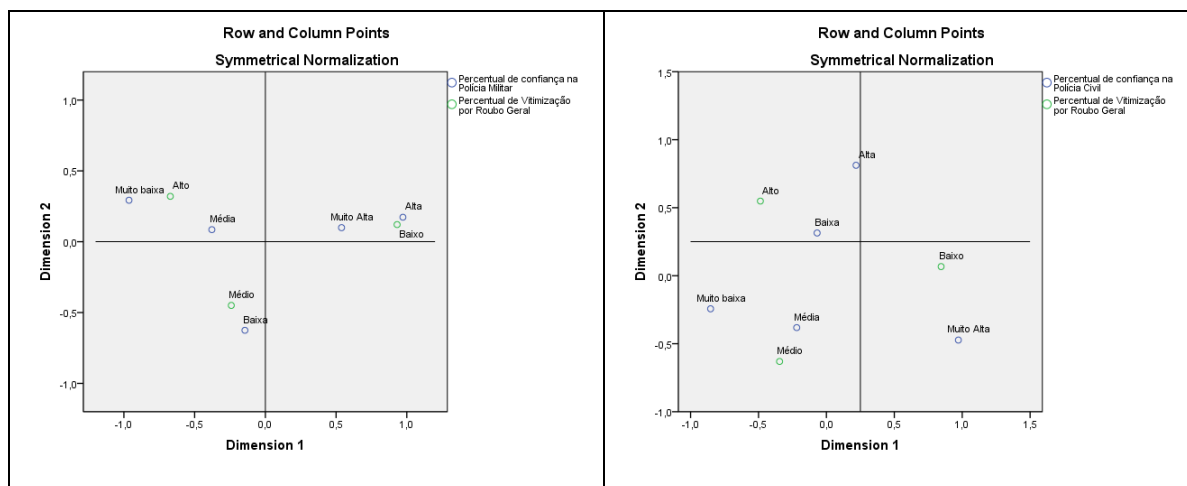
Vitimização de Furto Geral

Gráfico 55 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por furto geral.



Vitimização de Roubo Geral

Gráfico 56 – Distribuição da confiança na Polícia Militar em comparação com o percentual de vitimização por roubo geral.



ANEXO 1

COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE VITIMIZAÇÃO

(1) Capital			(2) Interior		
AC - Rio Branco			AC		
AL - Maceió			Cruzeiro do Sul		
AM - Manaus			Feijó		
AP - Macapá			Sena Madureira		
BA - Salvador			Tarauacá		
CE - Fortaleza			AL		
ES - Vitória			Arapiraca		
GO - Goiânia			Atalaia		
MA - São Luís			Boca da Mata		
MG - Belo Horizonte			Campo Alegre		
MS - Campo Grande			Coruripe		
MT - Cuiabá			Delmiro Gouveia		
PA - Belém			Matriz de Camaragibe		
PB - João Pessoa			Murici		
PE - Recife			Palmeira dos Índios		
PI - Teresina			Penedo		
PR - Curitiba			Porto Calvo		
RJ - Rio de Janeiro			Santana do Ipanema		
RN - Natal			São Luís do Quitunde		
RO - Porto Velho			São Miguel dos Campos		
RR - Boa Vista			Teotônio Vilela		
RS - Porto Alegre			União dos Palmares		
SC - Florianópolis			Viçosa		
SE - Aracaju			AM		
SP - São Paulo			Benjamin Constant		
TO - Palmas			Boca do Acre		
			Carauari		
			Eirunepé		
			Humaitá		
			Lábrea		
			Manicoré		
			Tabatinga		
			AP		
			Laranjal do Jari		
			Santana		
			RN		
			Açu		
			Apodi		
			Areia Branca		
			Caicó		
			Canguaretama		
			Currais Novos		
			João Câmara		
			Macau		
			RN		
			Mossoró		
			Nova Cruz		
			Parelhas		
			Pau dos Ferros		
			Santa Cruz		
			São José de Mipibu		
			RO		
			Ariquemes		
			Buritit		
			Cacoal		
			Espigão d'Oeste		
			Guajará-Mirim		
			Jaru		
			Ji-Paraná		
			Ouro Preto do Oeste		
			Pimenta Bueno		
			Rolim de Moura		
			Vilhena		
			SE		
			Barra dos Coqueiros		
			Boquim		
			Capela		
			Estância		
			Itabaiana		
			Itabaianinha		
			Lagarto		
			Laranjeiras		
			Nossa Senhora da Glória		
			Nossa Senhora do Socorro		
			Propriá		
			São Cristóvão		
			Simão Dias		
			Tobias Barreto		
			TO		
			Araguaína		
			Araguatins		
			Colinas do Tocantins		
			Guaraí		
			Gurupi		
			Miracema do Tocantins		
			Paraíso do Tocantins		
			Porto Nacional		
			Tocantinópolis		

(3) Centro			(4) Sul		
AM			BA		
Coari			Buerarema		
Itacoatiara			Camacan		
Manacapuru			Canavieiras		
Maués			Coaraci		
Parintins			Eunápolis		
Tefé			Gandu		
BA			Ibicarai		
Campo Formoso			Ibirataia		
Capim Grosso			Ilhéus		
Conceição do Jacuípe			Ipiaú		
Feira de Santana			Itabela		
Iaçú			Itabuna		
Ipirá			Itamaraju		
Irecê			Ituberá		
Itaberaba			Medeiros Neto		
Jacobina			Mucuri		
Miguel Calmon			Nova Viçosa		
Morro do Chapéu			Porto Seguro		
Ruy Barbosa			Prado		
Santo Estêvão			Santa Cruz Cabrália		
Senhor do Bonfim			Teixeira de Freitas		
MG			Ubaítaba		
Abaeté			Ubatã		
Arcos			Una		
Bambuí			Valença		
Barão de Cocais			CE		
Bom Despacho			Acopiara		
Campo Belo			Barbalha		
Carmo do Cajuru			Boa Viagem		
Cláudio			Brejo Santo		
Congonhas			Campos Sales		
Conselheiro Lafaiete			Crateús		
Corinto			Crato		
Curvelo			Icó		
Divinópolis			Iguatu		
Formiga			Juazeiro do Norte		
Itabira			Lavras da Mangabeira		
Itabirito			Mauriti		
Itapecerica			Mombaça		
Itaúna			Nova Russas		
João Monlevade			Orós		
Lagoa da Prata			Pedra Branca		
Mariana			Quixadá		
Nova Era			Quixeramobim		
Nova Serrana			Senador Pompeu		
Oliveira			Tauá		
Ouro Branco			Várzea Alegre		
Ouro Preto			ES		
Pará de Minas			Afonso Cláudio		
Paraopeba			Alegre		
Perdões			Anchieta		
Pitangui			Cachoeiro de Itapemirim		
Piúma			Castelo		
Pompéu			Guaçuí		
Santa Bárbara			Itapemirim		
Santo Antônio do Amparo			Ituna		
Santo Antônio do Monte			Marataizes		
Sete Lagoas			Piúma		
Três Marias					
			GO		
			Acreúna		
			Bom Jesus de Goiás		
			Caldas Novas		
			Catalão		
			Goiatuba		
			Ipameri		
			Itumbiara		
			Jataí		
			Mineiros		
			Morrinhos		
			Piracanjuba		
			Pires do Rio		
			Quirinópolis		
			Rio Verde		
			Santa Helena de Goiás		
			São Simão		
			PA		
			Altamira		
			Breu Branco		
			Conceição do Araguaia		
			Dom Eliseu		
			Eldorado dos Carajás		
			Goianésia do Pará		
			Itaituba		
			Itupiranga		
			Jacundá		
			Marabá		
			Novo Repartimento		
			Paragominas		
			Parauapebas		
			Redenção		
			Rondon do Pará		
			Santana do Araguaia		
			São Félix do Xingu		
			Tucuruí		
			Ulianópolis		
			Uruará		
			Xinguara		
			PI		
			Florianópolis		
			Oeiras		
			Picos		
			São Raimundo Nonato		
			RJ		
			Angra dos Reis		
			Barra do Pirai		
			Barra Mansa		
			Parati		
			Pinheiral		
			Pirai		
			Resende		
			Valença		
			Volta Redonda		
			SP		
			Apiaí		
			Boituva		
			Buri		
			Cajati		
			Capão Bonito		
			Cerquilha		
			Iguape		
			Itanhaém		
			Itapetininga		
			Itapeva		
			Itararé		
			Laranjal Paulista		
			Mongaguá		
			Peruíbe		
			Registro		
			Taquarituba		
			Tatuí		

(6) Nordeste

BA		
Alagoinhas		
Amélia Rodrigues		
Araci		
Cachoeira		
Catu		
Cícero Dantas		
Conceição do Coité		
Cruz das Almas		
Entre Rios		
Esplanada		
Euclides da Cunha		
Maragogipe		
Mata de São João		
Muritiba		
Nazaré		
Pojuca		
Ribeira do Pombal		
Rio Real		
Santaluz		
Santo Amaro		
Santo Antônio de Jesus		
São Sebastião do Passé		
Serrinha		
Tucano		
CE		
Aracati		
Baturité		
Beberibe		
Canindé		
Cascavel		
Itapagé		
Itapipoca		
Jaguaribe		
Jaguaruana		
Limoeiro do Norte		
Morada Nova		
Paracuru		
Pentecoste		
Russas		
Tabuleiro do Norte		
Trairi		
PA		
Abaetetuba		
Barcarena		
Bragança		
Cametá		
Capanema		
Capitão Poço		
Castanhal		
Igarapé-Açu		
Igarapé-Miri		
Mãe do Rio		
Mocajuba		
Moju		
Salinópolis		
Santa Isabel do Pará		
São Miguel do Guamá		
Tailândia		
Tomé-Açu		
Vigia		
Viseu		

RS		
Bento Gonçalves		
Butiá		
Camaquã		
Canela		
Capão da Canoa		
Carlos Barbosa		
Caxias do Sul		
Farroupilha		
Flores da Cunha		
Garibaldi		
Gramado		
Guaporé		
Igrejinha		
Imbé		
Lagoa Vermelha		
Nova Prata		
Osório		
Rolante		
São Marcos		
São Sebastião do Caí		
Tapes		
Torres		
Tramandaí		
Três Coroas		
Vacaria		
Veranópolis		
SC		
Balneário Camboriú		
Barra Velha		
Blumenau		
Brusque		
Camboriú		
Gaspar		
Indaial		
Itajaí		
Itapema		
Navegantes		
Penha		
Pomerode		
Rio do Sul		
Timbó		

(7) Noroeste

MA		
Açailândia		
Arari		
Barreirinhas		
Buriticupu		
Cururupu		
Governador Nunes Freire		
Imperatriz		
Itapecuru Mirim		
Itinga do Maranhão		
Lago da Pedra		
Pindaré Mirim		
Pinheiro		
Rosário		
Santa Helena		
Santa Inês		
Santa Luzia		
São Bento		
Vargem Grande		
Viana		
Vitória do Mearim		
Zé Doca		
PA		
Alenquer		
Almeirim		
Breves		
Monte Alegre		
Óbidos		
Oriximiná		
Portel		
Santarém		
Soare		
PR		
Apucarana		
Arapongas		
Astorga		
Cambé		
Cianorte		
Colorado		
Ibiporã		
Ivaiporã		
Jandaia do Sul		
Loanda		
Londrina		
Mandaguaçu		
Mandaguari		
Marialva		
Maringá		
Nova Esperança		
Paçandu		
Paranavaí		
Rolândia		
Sarandi		
Umuarama		

RS		
Carazinho		
Cruz Alta		
Erechim		
Frederico Westphalen		
Ijuí		
Marau		
Palmeira das Missões		
Panambi		
Passo Fundo		
Santa Rosa		
Santo Ângelo		
São Luiz Gonzaga		
Sarandi		
Soledade		
Três de Maio		
Três Passos		

(8) Centro-Sul

BA		
Amargosa		
Barra do Choça		
Brumado		
Caetité		
Cândido Sales		
Guanambi		
Itambé		
Itapetinga		
Itororó		
Jaguaquara		
Jequié		
Livramento de Nossa Senhora		
Maracás		
Poções		
Seabra		
Vitória da Conquista		
MA		
Alto Alegre do Maranhão		
Bacabal		
Balsas		
Barra do Corda		
Buriti Bravo		
Caxias		
Chapadinha		
Codó		
Coelho Neto		
Colinas		
Coroatá		
Dom Pedro		
Estreito		
Grajaú		
Pedreiras		
Presidente Dutra		
São Domingos do Maranhão		
São João dos Patos		
São Mateus do Maranhão		
Timbiras		
Timon		
Tuntum		
MT		
Cáceres		
Poconé		
Várzea Grande		
SP		
Assis		
Bastos		
Cândido Mota		
Garça		
Marília		
Ourinhos		
Palmital		
Paraguaçu Paulista		
Piraju		
Pompéia		
Santa Cruz do Rio Pardo		
Tupã		

(9) Norte

CE		
Acarau		
Camocim		
Granja		
Guaraciaba do Norte		
Ipu		
Ipueiras		
Massapé		
Santa Quitéria		
São Benedito		
Sobral		
Tianguá		
Varjota		
Viçosa do Ceará		
ES		
Aracruz		
Baixo Guandu		
Barra de São Francisco		
Colatina		
Conceição da Barra		
Linhares		
Nova Venécia		
Pedro Canário		
São Gabriel da Palha		
São Mateus		
GO		
Águas Lindas de Goiás		
Alexânia		
Campos Belos		
Cidade Ocidental		
Cristalina		
Formosa		
Luziânia		
Minaçu		
Niquelândia		
Novo Gama		
Padre Bernardo		
Planaltina		
Porangatu		
Posse		
Santo Antônio do Descoberto		
Uruaçu		
Valparaíso de Goiás		
MG		
Almenara		
Araçuaí		
Bocaiuva		
Brasília de Minas		
Buritzeiro		
Capelinha		
Diamantina		
Espínosa		
Itamarandiba		
Itaobim		
Jaíba		
Janaúba		
Januária		

MG (cont)		
Jequitinhonha		
João Pinheiro		
Manga		
Montes Claros		
Paracatu		
Pedra Azul		
Pirapora		
Porteirinha		
Salinas		
São Francisco		
Taiobeiras		
Unai		
Várzea da Palma		
Vazante		
MS		
Anastácio		
Aparecida do Taboado		
Aquidauana		
Cassilândia		
Corumbá		
Coxim		
Ladário		
Nova Andradina		
Paranaíba		
Rio Verde de Mato Grosso		
São Gabriel do Oeste		
Sidrolândia		
Três Lagoas		
PI		
Altos		
Barras		
Campo Maior		
Esperantina		
José de Freitas		
Parnaíba		
Pedro II		
Piracuruca		
Piripiri		
União		
Valença do Piauí		
RJ		
Bom Jesus do Itabapoana		
Campos dos Goytacazes		
Conceição de Macabu		
Cordeiro		
Itaocara		
Itaperuna		
Macaé		
Miracema		
Nova Friburgo		
Paraíba do Sul		
Santo Antônio de Pádua		
São Fidélis		
São Francisco de Itabapoana		
São João da Barra		
Três Rios		

SC		
Araquari		
Canoinhas		
Guaramirim		
Jaraguá do Sul		
Joinville		
Mafrá		
Porto União		
Rio Negrinho		
São Bento do Sul		
São Francisco do Sul		
Três Barras		

(10) Leste

MG		
Aimorés		
Belo Oriente		
Caratinga		
Conselheiro Pena		
Coronel Fabriciano		
Governador Valadares		
Guanhães		
Ipatinga		
Mantena		
Nanuque		
Santana do Paraíso		
Teófilo Otoni		
Timóteo		
MT		
Barra do Garças		
Campo Verde		
Jaciara		
Primavera do Leste		
Rondonópolis		
PB		
Alagoa Grande		
Campina Grande		
Esperança		
Guarabira		
Itabaiana		
Mamanguape		
Mari		
Queimadas		
Sapé		
Solânea		
PR		
Andirá		
Antonina		
Arapoti		
Bandeirantes		
Cambará		
Castro		
Comélio Procópio		
Guaratuba		
Ibaiti		
Imbituva		
Irati		
Jacarezinho		
Jaguariaíva		
Lapa		
Matinhos		
Palmeira		
Paranaguá		
Piraí do Sul		
Ponta Grossa		
Pontal do Paraná		
Prudentópolis		
Rio Negro		
Santo Antônio da Platina		
São Mateus do Sul		
Telêmaco Borba		
União da Vitória		
Wenceslau Braz		

(11) Oeste

BA		
Barra		
Barreiras		
Bom Jesus da Lapa		
Casa Nova		
Ibotirama		
Juazeiro		
Paulo Afonso		
Remanso		
Santa Maria da Vitória		
Sento Sé		
Sobradinho		
Xique-Xique		
MT		
Alta Floresta		
Barra do Bugres		
Campo Novo do Parecis		
Colíder		
Diamantino		
Guarantã do Norte		
Juara		
Juína		
Lucas do Rio Verde		
Mirassol d'Oeste		
Nova Olímpia		
Pontes e Lacerda		
Sinop		
Sorriso		
Tangará da Serra		
PB		
Cajazeiras		
Catolé do Rocha		
Itaporanga		
Monteiro		
Patos		
Pombal		
São Bento		
Sousa		
PE		
Afogados da Ingazeira		
Araripina		
Arcoverde		
Cabrobó		
Custódia		
Floresta		
Ouricuri		
Petrolândia		
Petrolina		
Salgueiro		
Santa Maria da Boa Vista		
São José do Egito		
Serra Talhada		
Sertânia		
Tabira		
Trindade		

SC		
Caçador		
Capinzal		
Chapecó		
Concórdia		
Fraiburgo		
Herval d'Oeste		
Joaçaba		
São Miguel d'Oeste		
Videira		
Xanxerê		
Xaxim		
SP		
Adamantina		
Álvares Machado		
Andradina		
Araçatuba		
Birigui		
Dracena		
Guararapes		
Ilha Solteira		
Lucélia		
Martinópolis		
Mirandópolis		
Osvaldo Cruz		
Penápolis		
Pereira Barreto		
Pirapozinho		
Presidente Epitácio		
Presidente Prudente		
Presidente Venceslau		
Rancharia		
Regente Feijó		
Santo Anastácio		
Teodoro Sampaio		
Valparaíso		

(12) Agreste

PE		
Águas Belas		
Belo Jardim		
Bezerros		
Bom Conselho		
Bonito		
Brejo da Madre de Deus		
Buíque		
Caruaru		
Cupira		
Garanhuns		
Gravatá		
Lajedo		
Limoeiro		
Pesqueira		
Santa Cruz do Capibaribe		
São Bento do Una		
São Caitano		
Surubim		
Toritama		

(13) Zona da Mata

MG		
Além Paraíba		
Barbacena		
Barroso		
Carandaí		
Carangola		
Cataguases		
Juiz de Fora		
Lavras		
Leopoldina		
Manhuaçu		
Manhumirim		
Muriaé		
Nepomuceno		
Ponte Nova		
Santos Dumont		
São João del Rei		
São João Nepomuceno		
Ubá		
Viçosa		
Visconde do Rio Branco		
PE		
Água Preta		
Aliança		
Amaraji		
Barreiros		
Carpina		
Catende		
Condado		
Escada		
Gemeleira		
Goiana		
Itambé		
Lagoa do Itaenga		
Nazaré da Mata		
Palmares		
Paudalho		
Ribeirão		
Timbaúba		
Vitória de Santo Antão		

(14) Triângulo Mineiro

MG		
Araguari		
Araxá		
Carmo do Paranaíba		
Conceição das Alagoas		
Coromandel		
Frutal		
Ibiá		
Ituiutaba		
Iturama		
Monte Carmelo		
Patos de Minas		
Patrocínio		
Prata		
Sacramento		
São Gotardo		
Tupaciguara		
Uberaba		
Uberlândia		

(15) Baixadas

RJ		
Araruama		
Armação de Búzios		
Arraial do Cabo		
Cabo Frio		
Cachoeiras de Macacu		
Casimiro de Abreu		
Iguaba Grande		
Mendes		
Miguel Pereira		
Paty do Alferes		
Petrópolis		
Rio Bonito		
Rio das Ostras		
São Pedro da Aldeia		
Saquarema		
Silva Jardim		
Teresópolis		
Vassouras		

(16) São José do Rio Preto

SP		
Catanduva		
Fernandópolis		
Jales		
José Bonifácio		
Mirassol		
Monte Aprazível		
Nova Granada		
Novo Horizonte		
Olímpia		
Santa Fé do Sul		
São José do Rio Preto		
Tanabi		
Votuporanga		

(17) Ribeirão Preto

SP		
Barretos		
Barrinha		
Batatais		
Bebedouro		
Brodósqui		
Cajuru		
Colina		
Cravinhos		
Franca		
Guaíra		
Guará		
Guariba		
Igarapava		
Ituverava		
Jaboticabal		
Jardinópolis		
Miguelópolis		
Monte Alto		
Monte Azul Paulista		
Morro Agudo		
Orlândia		
Pitangueiras		
Pontal		
Ribeirão Preto		
Santa Rita do Passa Quatr		
Santa Rosa de Viterbo		
São Joaquim da Barra		
Serrana		
Sertãozinho		
Taquaritinga		
Viradouro		

(18) Bauru

SP		
Agudos		
Américo Brasiliense		
Araraquara		
Avaré		
Bariri		
Barra Bonita		
Bauru		
Botucatu		
Descalvado		
Dois Córregos		
Ibaté		
Ibitinga		
Igaraçu do Tietê		
Itaí		
Itápolis		
Jaú		
Lençóis Paulista		
Lins		
Macatuba		
Matão		
Pedemeiras		
Pirajuí		
Promissão		
São Carlos		
São Manuel		

(19) Piracicaba

SP		
Araras		
Brotas		
Capivari		
Conchal		
Cordeirópolis		
Iracemápolis		
Leme		
Limeira		
Piracicaba		
Rio Claro		
Rio das Pedras		
Santa Gertrudes		
São Pedro		
Tietê		

(20) Campinas

SP		
Aguai		
Águas de Lindóia		
Americana		
Amparo		
Artur Nogueira		
Campinas		
Casa Branca		
Cosmópolis		
Espírito Santo do Pinhal		
Hortolândia		
Indaiatuba		
Itapira		
Jaguariúna		
Mococa		
Moji-Guaçu		
Moji-Mirim		
Monte Mor		
Nova Odessa		
Paulínia		
Pedreira		
Pirassununga		
Porto Ferreira		
Santa Bárbara d'Oeste		
Santa Cruz das Palmeiras		
Santo Antônio de Posse		
São João da Boa Vista		
São José do Rio Pardo		
Serra Negra		
Socorro		
Sumaré		
Tambaú		
Valinhos		
Vargem Grande do Sul		
Vinhedo		

**(21) Macro
Metropolitana Paulista**

SP		
Araçoiaba da Serra		
Atibaia		
Bragança Paulista		
Cabreúva		
Campo Limpo Paulista		
Ibiúna		
Iperó		
Itatiba		
Itu		
Itupeva		
Jundiaí		
Louveira		
Mairinque		
Piedade		
Pilar do Sul		
Piracaia		
Porto Feliz		
Salto		
Salto de Pirapora		
São Miguel Arcanjo		
São Roque		
Sorocaba		
Várzea Paulista		
Votorantim		

**(22) Vale do Paraíba
Paulista**

SP		
Aparecida		
Caçapava		
Cachoeira Paulista		
Campos do Jordão		
Caraguatatuba		
Cruzeiro		
Guaratinguetá		
Ilhabela		
Jacareí		
Lorena		
Pindamonhangaba		
Potim		
São José dos Campos		
São Sebastião		
Taubaté		
Tremembé		
Ubatuba		

(23) Sudoeste

PR		
Assis Chateaubriand		
Campo Mourão		
Cascavel		
Dois Vizinhos		
Foz do Iguaçu		
Francisco Beltrão		
Goioerê		
Guaíra		
Guarapuava		
Laranjeiras do Sul		
Marechal Cândido Rondon		
Medianeira		
Palmas		
Palotina		
Pato Branco		
Pitanga		
Quedas do Iguaçu		
Santa Terezinha de Itaipu		
São Miguel do Iguaçu		
Toledo		
Ubiratã		
RS		
Alegrete		
Bagé		
Dom Pedrito		
Itaqui		
Júlio de Castilhos		
Quaraí		
Rosário do Sul		
Santa Maria		
Santana do Livramento		
Santiago		
São Borja		
São Gabriel		
São Sepé		
Tupanciretã		
Uruguaiana		

(24) Sudeste

RS		
Arroio Grande		
Caçapava do Sul		
Cachoeira do Sul		
Canguçu		
Capão do Leão		
Encantado		
Encruzilhada do Sul		
Estrela		
Jaguarão		
Lajeado		
Pelotas		
Rio Grande		
Rio Pardo		
Santa Cruz do Sul		
Santa Vitória do Palmar		
São José do Norte		
São Lourenço do Sul		
Taquari		
Teutônia		
Venâncio Aires		
SC		
Araranguá		
Braço do Norte		
Campos Novos		
Capivari de Baixo		
Criciúma		
Curitibanos		
Forquilha		
Içara		
Imbituba		
Lages		
Laguna		
São Joaquim		
Sombrio		
Tijucas		
Tubarão		

(25) Centro-Oeste

(26) Distrito-Federal

GO		
Anápolis		
Anicuns		
Aragarças		
Ceres		
Goianésia		
Goiás		
Inhumas		
Iporá		
Itaberaí		
Itapuranga		
Jaraguá		
Jussara		
Rubiataba		
São Luís de Montes Belo		
São Miguel do Araguaia		

DF - Brasília		
---------------	--	--

INDICADOR DE NECESSIDADE/DISPONIBILIDADE DA VIZINHANÇA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

